



UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
NÚCLEO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA – NCET
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA – DGEO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – PPGG

FRANCILENE SALES DA CONCEIÇÃO

**A TERRITORIALIZAÇÃO DO CAPITAL E A EXPANSÃO DO AGRONEGÓCIO
SOJEIRO:**

**LUTAS E (RE)EXISTÊNCIAS DOS CAMPONESES/CAMPONESAS DAS
COMUNIDADES NOVA ESPERANÇA E NOVA ALIANÇA NO MUNICÍPIO DE
BELTERRA/PARÁ**

Porto Velho/RO

2017

FRANCILENE SALES DA CONCEIÇÃO

A TERRITORIALIZAÇÃO DO CAPITAL E A EXPANSÃO DO AGRONEGÓCIO
SOJEIRO:

LUTAS E (RE)EXISTÊNCIAS DOS CAMPONESES/CAMPONESAS DAS
COMUNIDADES NOVA ESPERANÇA E NOVA ALIANÇA NO MUNICÍPIO DE
BELTERRA/PARÁ

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Rondônia- PPGG/UNIR, como requisito para obtenção do título de Mestre. Área de Concentração e Linha de Pesquisa: Território, Representações e Políticas de Desenvolvimento – TRPD.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Gilson da Costa Silva

Porto Velho/RO

2017

FICHA CATALOGRÁFICA
BIBLIOTECA PROF. ROBERTO DUARTE PIRES

C744t

Conceição, Francilene Sales da.

A territorialização do capital e a expansão do agronegócio sojeiro: lutas e (re)existências dos camponeses-camponesas das comunidades Nova Esperança e Nova Aliança no município de Belterra - Pará / Francilene Sales da Conceição. - Porto Velho, Rondônia, 2017.

225f.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Gilson da Costa Silva
Dissertação (Mestrado em Geografia) - Fundação Universidade Federal de Rondônia - UNIR

1. Geografia agrária. 2. Campesinato - agroextrativista
3. Agronegócio - sojeiro - Belterra-Pará. I. Silva, Ricardo Gilson da Costa. II. Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR. III. Título.

CDU: 911.3:615.32(811.1)

Bibliotecária Responsável: Carolina Cavalcante CRB11/1579



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

GEOGRAFIA

Prof. Dr. Dante Ribeiro da Fonseca
Examinador Externo/DEP.HIST/UNIR

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE
FEDERAL DE RONDÔNIA

DGEO
Departamento de Geografia

CEGEA
Centro de Estudos Geográficos
e Socioambientais da Amazônia

ATA DE DEFESA PÚBLICA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Francilene Sales da Conceição

A Banca de Defesa de Mestrado presidida pelo orientador **Prof. Dr. Ricardo Gilson da Costa Silva** e constituída pelos examinadores: **Prof. Dr. José Januário de Oliveira Amaral** e **Prof. Dr. Dante Ribeiro da Fonseca** reuniram-se no dia 08 de fevereiro de 2017, às 14:30 no auditório Milton Santos/CEGEA/UNIR/Bloco 1T, para avaliar a dissertação de mestrado intitulada *"A territorialização do capital e a expansão do agronegócio-sojeiro: lutas e (re)existências dos camponeses/camponesas das comunidades Nova Esperança e Nova Aliança no município de Belterra/Pará"* da mestrand **Francilene Sales da Conceição**, matrícula 201510019. Após a explanação da mestrand e arguição pela Banca Examinadora, a referida DISSERTAÇÃO foi avaliada e de acordo com as normas estabelecidas pelo Regimento do Programa de Pós-Graduação em Geografia foi considerada Aprovada. A candidata terá o prazo de até 90 dias para fazer as correções sugeridas pela banca e entregar as cópias definitivas de sua dissertação, sob pena de invalidação, pelo colegiado, do processo de defesa, conforme preceitua o § 3º do artigo 52 do Regimento Interno do PPGG, uma vez que o curso só finaliza com a entrega da Dissertação revisada.

Porto Velho-RO, 08 de fevereiro de 2017.

Prof. Dr. Ricardo Gilson da Costa Silva
Orientador/Presidente

Prof. Dr. José Januário de Oliveira Amaral
Examinador Interno/PPGG/UNIR

Prof. Dr. Dante Ribeiro da Fonseca
Examinador Externo/DEP.HIST/UNIR

A TODOS os camponeses e camponesas das comunidades Nova Esperança e Nova Aliança, em especial aos meus pais **Francisca** e **Venâncio**, que me ensinaram a dar valor à vida; a lutar e jamais desistir dos objetivos; e, não me envergonhar das origens camponesas.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, por ser minha fortaleza, minha perseverança, meu estímulo e por me iluminar e guiar meus passos para continuar tentando e nunca desistir dos meus sonhos e objetivos, apesar dos obstáculos enfrentados. O caminho não foi fácil, mas quando se crê em Deus, não há nada que não possa alcançar com sucesso.

A minha mãe **Francisca** e meu pai **Venâncio**, sem o amor, o carinho, o incentivo e o total apoio, essa conquista não seria satisfatória. Sei que a partida da comunidade Nova Esperança arrancou muitas lágrimas desses olhos, mas sei também que, nas mentes e nos corações de vocês pulsava uma alegria e um sonho de ver a filha trilhando um novo caminho, em busca de seus objetivos e especialização, do qual não tiveram as mesmas oportunidades. Vocês são exemplos de luta e de resistência, nunca mediram esforços para continuar desenvolvendo o trabalho na terra e sempre visualizaram na agricultura, a possibilidade de garantir nossa subsistência e nossa fonte de vida. Eu amo muito vocês meus pais e tenho um grande orgulho de ser sua filha. Essa conquista é nossa!

Agradeço ainda a minha irmã Francione por se preocupar e querer sempre saber se estava bem, no decorrer das atividades desenvolvidas no Programa de Pós-Graduação Mestrado em Geografia-PPGG. Aos meus irmãos Marquiel e Veniu pelo reconhecimento e torcida. Aos meus sobrinhos Guilherme, Franciele e Tatiane pela alegria proporcionada e ao meu cunhado Gecivaldo pelo apoio oferecido. A todos da minha família que torceram por mim, o meu muito obrigada.

Aos camponeses das comunidades Nova Esperança e Nova Aliança por terem sido muito solícitos e solidários durante as pesquisas de campo. A colaboração de cada um foi essencial para a escrita desse trabalho. O compartilhamento de experiências, de suas histórias de vida e do lugar, não foram em vão, foram fundamentais para a compreensão do modo de vida e a reafirmação da territorialização do campesinato. Eu não levei conhecimento, eu simplesmente aprendi muito com vocês, pois o campo é o melhor laboratório para alcançar a *priori* novas descobertas e a *posteriori* alcançar a construção do conhecimento geográfico. Portanto, a minha percepção *in loco* me levaram a afirmar: *os camponeses não abriram somente “a porta de suas casas”, esses sujeitos abriram a “casa por inteira” e todo o coração.*

Ao meu orientador Ricardo Gilson da Costa Silva pelas orientações concedidas, pelas diversidades de leituras direcionadas para construção do objeto e por suas contribuições epistemológicas no âmbito da ciência geográfica, fundamentalmente, acerca da questão

agrária. Sou grata ainda pela sua paciência, assiduidade e amizade. O compartilhamento de experiências e saberes no âmbito da *Geografia Agrária*, os trabalhos coletivos desenvolvidos no Laboratório Gestão do Território (LAGET), os planejamentos de atividades de pesquisas foram essenciais para a construção do conhecimento geográfico e para a minha formação acadêmica. Obrigada por acreditar em mim! És um grande profissional, por isso, continue desenvolvendo um bom trabalho e contribuindo com a formação dos estudantes. Uma frase marcante de sua autoria e que qualifica bem o nosso trabalho desenvolvido no grupo de pesquisa Gestão do Território e Geografia Agrária (GTGA) é: *Vamos pra luta!*

Aos meus amigos Moisés Daniel, Suzanna Dourado e Fabíola Pinheiro. Vocês para mim não foram somente meros companheiros que partilhava do mesmo espaço de morada (denominado de *Cafófo da Pavulagem*) e colegas do PPGG, mas foram pessoas que se tornaram irmãos. As jornadas de estudos e os debates foram fundamentais para alcançar a aprendizagem no campo da geografia. Com vocês, aquilo que parecia difícil, tornou-se mais simples e prazeroso, porque *“um cuidava do outro, um era responsável pelo outro e um aprendia com o outro”*. Obrigada pela amizade, carinho e companheirismo!

Aos meus amigos de laboratório (LAGET) Amanda e Felipe pelos aprendizados adquiridos e pelas ajudas prestadas. Ao meu amigo Alyson, também companheiro de laboratório, por ter sido solidário e prestativo em várias atividades, pelo incentivo e apoio durante essa caminhada. Aos meus colegas de turma de mestrado 2015/1, os debates e as discussões durante as disciplinas ofertadas pelo mestrado enriqueceram minha bagagem de conhecimento, pois acredito que a sala de aula também é o espaço do aprimoramento e do amadurecimento das ideias.

À conterrânea paraense Silvia, que devido a um encontro casual no espaço acadêmico e às coincidências da vida, me incentivou e foi fundamental para que eu fizesse o processo seletivo do PPGG/UNIR. À Assislene e Adonildo por terem me ajudado a chegar no mestrado. A Elenice, Regina, Patrícia, Jânia, Neide, Carlos Ricarte e Yure Adriano que muito me acolheram e foram basilares na trajetória da universidade.

Ao Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Belterra (STTRB) pela credibilidade dada a minha pesquisa e as informações proporcionadas. Essa sindicância possui uma história de luta e assinalam que as resistências camponesas no município frente às pressões do capital se encontram em evidência. Seu lema expressa nas palavras uma significação pluralista do processo e propaga um sentimento coletivo: *“nossa união é a nossa força”*.

À Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), a Secretaria de Meio Ambiente e Turismo (SEMAT) e a Coordenação de Planejamento (COPLAN) Setor de Terras, pela receptividade e atenção oferecidas à pesquisa. Me senti muito bem recebida durante as visitas de campo na sede onde estão instaladas as instituições, as informações qualitativas e os dados quantitativos disponibilizados foram de grande utilidade para o meu trabalho.

Aos professores do PPGG, pelas contribuições e debates geográficos propiciados em sala de aula durante as disciplinas cursadas. Pelos trabalhos de campo e pelas leituras (acervos bibliográficos) disponibilizadas terem sido eficazes para o amadurecimento das ideias no campo da geografia.

Aos professores do PPGG Maria das Graças (Gracinha) e Josué Costa pela recepção e pelos acolhimentos prestados durante a minha permanência em Porto Velho/RO.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pois o auxílio financeiro da bolsa de estudos possibilitou que eu me dedicasse integralmente às atividades do PPGG/UNIR, além de contribuir formidavelmente com a minha formação acadêmica. Se eu não tivesse sido contemplada com essa bolsa, provavelmente, não teria cursado o Mestrado em Geografia na UNIR, porque minhas condições financeiras eram um grande impedimento para a concretização desse objetivo. Essa bolsa foi basilar para a minha trajetória e permanência no mestrado em geografia, porque sair da minha comunidade Nova Esperança em Belterra/PA para a cidade de Porto Velho/RO sem um suporte financeiro, não seria fácil e nem possível. Portanto, sou extremamente grata a essa instituição de fomento e espero que outros estudantes camponeses, assim como eu, possam usufruir desses auxílios como forma de contribuição para sua formação acadêmica.

A todos que direta ou indiretamente contribuíram para a minha permanência no Programa de Pós-Graduação Mestrado em Geografia da UNIR, os meus sinceros agradecimentos!

É das contradições desse direito, que serve as duas formas de propriedade privada – a familiar e a capitalista – que nascem de interpretações distintas sobre a terra camponesa e a terra capitalista, terra de trabalho e terra de negócio. Essa contradição está no fato de que o mesmo o código garante direitos conflitantes na nossa situação – o do “pequeno” e o do “grande”; o do camponês e o do capitalista.

(José de Souza Martins, 1981).

RESUMO

O avanço do agronegócio na Amazônia representa a metamorfose da terra, da natureza e da força de trabalho em mercadorias para atender aos mercados globalizados. A classe social camponesa, cujo modo de vida aqui entendido se baseia na relação *Terra, Floresta, Família e Trabalho (T-F-F-T)* vem sofrendo um processo de coerção territorial pelo agronegócio, pois esse modelo hegemônico conservador almeja alcançar a reprodução ampliada do capital. Nessa “nova” temporalidade e espacialidade do poder, as diferentes formas de usos da terra, da floresta e do território que envolve *campesinato-agroextrativista* (terra de trabalho e de morada) e *agronegócio sojeiro* (terra de negócio e especulação), materializa no espaço uma geografia conflituosa. Nesse sentido, o objetivo central desse trabalho é analisar a territorialização do capital decorrente do avanço da soja e suas interferências na agricultura camponesa dos moradores das comunidades Nova Esperança e Nova Aliança, no município de Belterra, frente ao processo de ampliação do agronegócio na região do oeste do Pará. Este estudo é resultado de uma pesquisa qualitativa e os procedimentos metodológicos utilizados foi o trabalho de gabinete, por meio da revisão teórica-conceitual, análise de dados estatísticos e documentais, além do trabalho campo, com a técnica da entrevista e da observação nas áreas objeto de estudo. A espacialização de *commodities* possibilitou a abertura de novos mercados exógenos; instaurou um “mercado de terras” aquecido na região, elevando-o seu preço; promoveu a grilagem e uma concentração fundiária nas mãos de uma burguesia agrária do agronegócio, impactando sob as pequenas propriedades, resultado da expropriação/subjugação/pressão do *campesinato-agroextrativista*. Ademais, ainda que a soja tenha avançado, negando as territorialidades e as espacialidades das comunidades rurais camponesas, a (re)produção social se faz presente, enfrentando as forças coercitivas e persuasivas do capital. Portanto, as (Re)existências significa a recriação dessa classe social nos seus respectivos territórios, reconfigurando-se em uma nova geografia local que permite compreender as relações contraditórias a partir da totalidade.

Palavras-Chave: Geografia Agrária. Campesinato-Agroextrativista. Agronegócio Sojeiro. Território. Belterra-Pará.

ABSTRACT

The advancement of agribusiness in the Amazon represents the metamorphosis of the Earth, nature and the work force in goods to meet the globalized markets. The peasant social class, whose way of life here understood based on relationship, *Land, Forest, family and work (T-F-F-T)* has suffered a process of territorial coercion by agribusiness because this hegemonic model conservative aims to achieve expanded reproduction of capital. In this "new" temporality and spatiality of the power, the various forms of land use, the woods and the territory which involves *campesinato-agroextractivism* (land of work and home) and *agribusiness sojeiro* (business and land speculation), materializes in space a conflicted geography. In this sense, the central objective of this work is to analyze the territorialisation of capital resulting from the advance of soy and its interference in the peasant farming community residents Nova Esperança and Nova Aliança, in the city of Belterra, facing the enlargement process of agribusiness in the West of Pará. This study is a result of qualitative research and the methodological procedures used was the work of staff, by means of theoretical-conceptual review, analysis of statistical data and documents, in addition to the field work, with the technique of interview and observation in the areas object of study. The spatialization of *commodities* made possible the opening of new external markets; established a "land market" heated in the region, raising its price; promoted the land grab and land concentration in the hands of an agrarian bourgeoisie of agribusiness, impacting under small properties, resulting from the expropriation/subjugation/pressure of the *peasantry-settlement project*. Furthermore, although soy has advanced, denying the territorialities and spatialities of peasant, rural communities (re)production social is present, facing coercive forces and persuasive. Therefore, the (Re)existences means the re-creation of this social class in their respective territories, reconfiguring itself in a new geography location that allows to understand the contradictory relations from all.

Keywords: Agricultural Geography. Campesinato-Agroextractivism. Sojeiro Agribusiness. Territory. Belterra-Pará.

LISTA DE SIGLAS

ABAG – Associação Brasileira do Agronegócio

ACS – Agente comunitária de Saúde

ADEPARÁ – Agência Estadual de Defesa Agropecuária do Estado do Pará

AGE – Assessoria de Gestão Estratégica

ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviário

APA – Área de Preservação Ambiental

APROSOJA – Associação dos Produtores de Soja e Milho de Mato Grosso

APRUSAN – Associação de Produtores Rurais de Santarém

BEC – Batalhão de Engenharia e Construção

CDP – Companhia de Docas do Pará

CEB – Comunidades Eclesiais de Base

CEM – Campanha de Erradicação da Malária

CEV – Campanha de Erradicação da Varíola

CFIB – Companhia Ford Industrial do Brasil

CMB – Centro de Memória de Belterra

CNA – Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil

CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento

CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente

COOMFLONA – Cooperativa Mista da Floresta Nacional do Tapajós

CONTAG – Confederação dos Trabalhadores na Agricultura

COPLAN – Coordenação de Planejamento

CPT – Comissão Pastoral da Terra

DAPs – Declaração de Aptidão

DENERu – Departamento Nacional de Endemias Rurais

EIA – Estudo de Impacto Ambiental

EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do estado do Pará

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuária

EMBRAPS – Empresa Brasileira de Portos de Santarém

ENID – Eixos Nacionais de Integração e desenvolvimento

FETRAF – Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar

FLONA – Floresta Nacional

FUNAI – Fundação Nacional do Índio

FUNDO DEMA – Fundo Fiduciário dos Povos da Floresta

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INPA – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais

IPHAN – Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

ITR – Imposto Territorial Rural

MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens

MAPA – Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

MMC – Movimento das Mulheres Camponesas

MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores

MPF – Ministério Público Federal

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

NAEA – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos

ONG – Organização Não Governamental

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos

PAC – Projeto de Assentamento Coletivo

PAE – Projeto de Assentamento Agroextrativista

PIB – Produto Interno Bruto

PIN – Programa de Integração Nacional

PLANAFLORO – Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia

PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar

PND – Planos Nacionais de Desenvolvimento

PNHR – Programa Nacional de Habitação Rural

POLAMAZÔNIA – Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia

PPA – Programa Plurianual

POLONOROESTE – Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil

PPG-7 – Programa Piloto Internacional para a Conservação das Florestas Tropicais Brasileiras

PRONAF – Programa de Agricultura Familiar

PROTERRA – Programa de Redistribuição de Terras

PSC – Programa de Subvenção da Conab

RADAM – Projeto Radar da Amazônia

RESEX – Reservas Extrativistas

RIMA – Relatório de Impacto Ambiental

SAFs – Sistemas Agroflorestais

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequena Empresas

SEMA – Secretaria Municipal de Meio Ambiente

SEMAT – Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo

SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

SGE – Secretaria de Gestão Estratégica

STTRB – Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Belterra

STTRS – Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santarém

SUCAM – Superintendência de Campanhas de Saúde Pública

SUDAM – Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UCs – Unidades de Conservação

UFAC – Universidade Federal do Acre

UFOPA – Universidade Federal do Oeste do Pará

UNB – Universidade de Brasília

UNIR – Universidade Federal de Rondônia

ZEE – Zoneamento Ecológico Econômico

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Praia de Porto Novo, rio Tapajós, Belterra/PA.....	24
Figura 2 – Mapa da organização municipal de Belterra/PA definida por distritos administrativos (sede municipal e zona rural)	30
Figura 3 – Mapa de localização das comunidades Nova Esperança e Nova Aliança–Belterra/PA.....	31
Figura 4 – Organograma metodológico	36
Figura 5 – Panorama da região do Tapajós em Belterra-Pará	40
Figura 6 – Organograma do funcionamento da cadeia de produção de grãos.....	57
Figura 7 – Populações ribeirinhas que estabelecem relação com o rio e a floresta no rio Amazonas em Santarém/PA.....	59
Figura 8 – Ribeirinho pescador no rio Tapajós em Belterra/PA.....	67
Figura 9 – Organograma comparativo entre as formas de usos entre campesinato e agronegócio.....	77
Figura 10 – Plantação de soja em Belterra/PA.....	89
Figura 11 – Terminal fluvial da empresa Cargill agrícola S/A em Santarém/PA.....	93
Figura 12 – Vista da empresa Cargill às margens do rio Tapajós em Santarém/PA.....	95
Figura 13 – Correia Transportadora da Cargill sobre o rio Tapajós em Santarém/PA.....	95
Figura 14 – Três silos do terminal graneleiro da Cargill em Santarém/PA.....	97
Figura 15 – Carretas estacionadas à margem BR-163, em frente à empresa Mato Grosso	98
Figura 16 – Mapeamento das concessões do Programa de Investimentos e Logística (PIL) destinada às rodovias (2015)	104
Figura 17 – Área de influência e situação das obras na BR-163 (2013).....	105
Figura 18 – Segunda etapa das obras projeto Caminhos da Safra em 2015.....	107
Figura 19 – Vista da frente à cidade de Santarém/PA.....	113
Figura 20 – Mapa de localização da região do Baixo Amazonas (2016).....	115
Figura 21 – Perímetro de embarque e desembarque na orla de Santarém	116
Figura 22 – Encontro das águas entre Tapajós e Amazonas em frente à cidade de Santarém/PA.....	117
Figura 23 – Centro de Memória de Belterra em meio ao bosque de seringueiras	118
Figura 24 – Planta do projeto do terminal portuário da EMBRAPAS em Santarém/PA.....	128
Figura 25 – Placa da empresa EMBRAPAS no bairro Área Verde em Santarém/PA.....	129
Figura 26 – Camponês no roçado de mandioca	132
Figura 27 – Extração do látex em uma seringueira na cidade de Belterra/PA	134
Figura 28 – Escritórios e moradias em Belterra/PA.....	138
Figura 29 – Casa do seringueiro em Belterra/PA.....	139
Figura 30 – Trapiche Porto Novo em Belterra/PA.....	139
Figura 31 – Prefeitura Municipal de Belterra/PA	141
Figura 32 – Secretaria municipal de Educação de Belterra/PA.....	142

Figura 33 – Câmara Municipal de Belterra/PA	142
Figura 34 – Primeira Igreja Batista de Belterra/PA.....	143
Figura 35 – Casa na Estrada 1 na arquitetura americana em Belterra/PA	143
Figura 36 – Mapa de localização do município de Belterra na região do Baixo Amazonas (2016)	144
Figura 37 – Organograma do Campesinato Agroextrativista	149
Figura 38 – Mapa de Belterra evidenciando a região do Tapajós e a Rodovia Federal BR-163	150
Figura 39 – Seringueiro cortando seringueiras novas em Belterra/PA.....	152
Figura 40 – Casa abandonada na Estrada 1 em Belterra/PA.....	153
Figura 41 – Escola municipal na Vila 129 (Bode) em Belterra/PA.....	153
Figura 42 – Mulheres que ajudavam os maridos na extração da seringa e na agricultura	155
Figura 43 – Mulher camponesa e esposa de ex-seringueiro	156
Figura 44 – Cofo feito de palha da palmeira de babaçu extraído da floresta	158
Figura 45 – Arapuca desarmada com pássaros para o consumo camponês	162
Figura 46 – Arapuca armada para pegar pássaros para consumo camponês.....	162
Figura 47 – Pilão utilizado pelo campesinato-agroextrativista para triturar os alimentos	165
Figura 48 – Organograma da agricultura camponesa da comunidade Nova Esperança.....	166
Figura 49 – Padroeira Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, comunidade Nova Esperança.....	170
Figura 50 – Padroeira Nossa Senhora de Fátima, comunidade Nova Aliança	170
Figura 51 – Habitações construídas de palhas da palmeira de babaçu.....	178
Figura 52 – Área de plantação de soja km 48 nas proximidades da FLONA Tapajós	184
Figura 53 – Trabalhadores assalariados preparando a terra para plantio de soja.....	188
Figura 54 - Trabalhador camponês-agroextrativista preparando a terra para o cultivo de feijão	195
Figura 55 – Descascar da mandioca	199
Figura 56 – Imprensar a massa da mandioca.....	199
Figura 57 – Peneirar a massa da mandioca	199
Figura 58 – Torrar a farinha de mandioca.....	199
Figura 59 – Fogão a lenha de uso do campesinato-agroextrativista.....	200
Figura 60 – Criatório de aves	201
Figura 61 – Mapa do sistema de abastecimento de água na sede e na zona rural do município de Belterra/PA.....	202
Figura 62 – Mudas no STTRB para serem distribuídas em comunidades camponesas agroextrativas	204
Figura 63 – Pôr do sol na praia de Pindobal, rio Tapajós, Belterra/PA.....	206

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Brasil área plantada com 5 principais grãos (mil hectares) 2005-2015.....	82
Tabela 2 – Brasil área plantada com 5 principais grãos (mil hectares) 2015-2025.....	82
Tabela 3 – Amazônia: elevação do preço hectare de terra destinado à agricultura.....	111
Tabela 4 – Percentual da área plantada de Santarém.....	122
Tabela 5 – Percentual da área plantada em Belterra (1997-2014)	122

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Área plantada de soja e milho no Brasil (2005/06-2024/25)	83
Gráfico 2 – Área plantada (hectares) de soja e milho em Santarém (1997-2010)	113
Gráfico 3 – Quantidade produzida de soja no município de Santarém e Belterra (1997-2014).....	120
Gráfico 4 – Emissão de DAPs previstas no plano de trabalho 2016 em Belterra/PA	203

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Demonstrativo com as tipologias de campesinato da Amazônia.....	60
Quadro 2 – Comparativo entre a lógica do campesinato e a lógica do agronegócio.....	81
Quadro 3 – Análise da capacidade de movimentação	127
Quadro 4 – Plano de ação de seis comunidades da Floresta Nacional do Tapajós em 2015	182

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	21
INTRODUÇÃO	24
CAPÍTULO I: TERRITORIALIZAÇÃO DO AGRONEGÓCIO NO TERRITÓRIO DO CAMPEPINATO E A “MODERNIZAÇÃO DO ESPAÇO AGRÁRIO” NA AMAZÔNIA BRASILEIRA	40
1.1 Da prática extrativa exportadora ao agronegócio agroexportador	41
1.2 A expansão da soja na Amazônia	46
1.3 A “modernização do território”, agronegócio e campesinato	62
1.4 Território do agronegócio e território do campesinato	72
1.5 Desafios das políticas públicas para agronegócio e campesinato	80
CAPÍTULO II: O AVANÇO DO AGRONEGÓCIO SOJEIRO NO OESTE DO PARÁ E AS IMPLICAÇÕES NA AGRICULTURA CAMPONESA	89
2.1 Políticas territoriais e o avanço da soja	91
2.2 BR-163: complexo sojeiro e territórios dos conflitos	99
2.3 Santarém e Belterra: cidades metamorfoseadas pela geografia da soja	115
2.4 EMBRAPAS: avanço do “progresso” e modos de vida ameaçados	124
CAPÍTULO III: O AVANÇO DA SOJA EM BELTERRA: A GEOGRAFIA DAS COMUNIDADES NOVA ESPERANÇA E NOVA ALIANÇA	132
3.1 Belterra: Transitoriedade da geografia da borracha à geografia da soja	133
3.2 Uso da terra, da floresta e do território pelo campesinato-agroextrativista	146
3.3 “Modernização” da agricultura e a espacialidade do poder do agronegócio	172
3.4 As metamorfoses nas relações de trabalho do campesinato-agroextrativista	185
3.5 Produção e reprodução camponesa: as (RE) existências	191
CONCLUSÃO	206
REFERÊNCIAS	214
APÊNDICE	222
ANEXOS	225

APRESENTAÇÃO

A escrita desta Dissertação de Mestrado em Geografia de Francilene Sales da Conceição, sob a orientação do Professor Dr. Ricardo Gilson da Costa Silva, desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação Mestrado em Geografia – PPGG/UNIR, cujo título do trabalho apresentado é “A territorialização do capital e a expansão do agronegócio sojeiro: lutas e (re)existências dos camponeses/camponesas das comunidades Nova Esperança e Nova Aliança no município de Belterra/Pará”, foi resultado da minha aproximação com o espaço agrário/florestal da Amazônia brasileira.

Os estudos desenvolvidos no âmbito da Geografia Agrária e Geografia Regional, designadamente, *campesinato-agroextrativista* e o avanço do agronegócio sojeiro nas comunidades Nova Esperança e Nova Aliança deve-se a uma motivação pessoal, em virtude de ser oriunda do campo e pela vivência/experiência em uma das comunidades estudadas (Nova Esperança). Atualmente, minha família reside em tal localidade e continua desenvolvendo a agricultura camponesa, como garantia da soberania alimentar, cuja manifestação é a reprodução social camponesa.

Minha trajetória e aproximação com o campo têm mais de 20 anos. A subsistência e a renda familiar são provenientes da agricultura camponesa. Meus pais, ao adquirirem um “pedaço de terra” na comunidade Nova Esperança viram a possibilidade de garantir o sustento da família e solidificar a sua existência, pois até então, não tinham acesso a terra e trabalhavam em outras propriedades, por meio de diárias ou empreitas. Algumas vezes, na roça, juntamente com meus irmãos ajudava meus pais a preparar a terra para plantar e colher.

Entretanto, meus pais tinham o sonho de que seus filhos pudessem estudar e ter uma condição de vida melhor do que a dispunham como agricultores. Portanto, como na comunidade o acesso à educação era difícil, eles colocaram os filhos para estudar na cidade, por um tempo, enquanto eles ficavam na “colônia” trabalhando na agricultura, pois só assim, poderiam produzir os alimentos e adquirir dinheiro para levar aos filhos na cidade. Eu e meus irmãos ajudávamos nossos pais nas atividades camponesas somente aos finais de semana e nas férias. Isso perdurou durante um bom tempo.

Quando as comunidades do eixo da BR-163 foram contempladas com um ônibus escolar que conduzia os alunos, meus pais puderam levar todos os filhos à comunidade Nova Esperança para morar com eles, o que também contribuiu para melhorar a renda familiar. Estudei em uma Escola do Campo, pelo Grupo Especial de Ensino Modular (GEEM). Por isso, meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) foi sobre Educação do Campo e Ensino de Geografia, desenvolvido na própria escola onde concluí o Ensino Médio, no Polo Viltalina

Motta. O tema do TCC foi uma forma que encontrei de contribuir e compartilhar conhecimentos com os alunos e professores oriundos de várias comunidades rurais camponesas do planalto belterrense.

O cultivo da terra com a família, as relações de vizinhança – de compartilhar alimentos uns com outros – as rodas de conversas nas casas dos vizinhos, a participação assídua nas festividades da comunidade, como nas atividades religiosas, no futebol e nas festas dançantes, caracterizam o modo de vida da comunidade Nova Esperança, que faz parte também da minha história de vida. No ano de 2009, quando ingressei na graduação em Geografia na Universidade Federal do Pará (UFPA/UFOPA), obtive a minha primeira conquista; fui a primeira universitária da família, que além de ser um sonho pessoal, era um desejo dos meus pais de ver os filhos estudando e cursando o nível superior, oportunidade que não tiveram.

Durante a Graduação em Geografia, na Universidade Federal do Pará (UFPA/UFOPA¹), a experiência e os saberes acadêmicos adquiridos no Programa de Educação Tutorial (PET), do Centro de Formação Interdisciplinar – CFI surgiu como outra motivação pelos estudos da questão agrária. O PET Conexões de Saberes de Estudos Interdisciplinares Comunidades do Campo, como é chamado, e onde fui bolsista por quatro anos, desenvolvi pesquisas relacionadas ao meio ambiente e cultura nas comunidades de planalto e ribeirinhas. Esse projeto fundamentado no tripé: ensino, pesquisa e extensão era voltado, exclusivamente, para alunos oriundos do campo, cujo objetivo central era “formar alunos de excelência e diminuir as dificuldades apresentadas por estes alunos na universidade”.

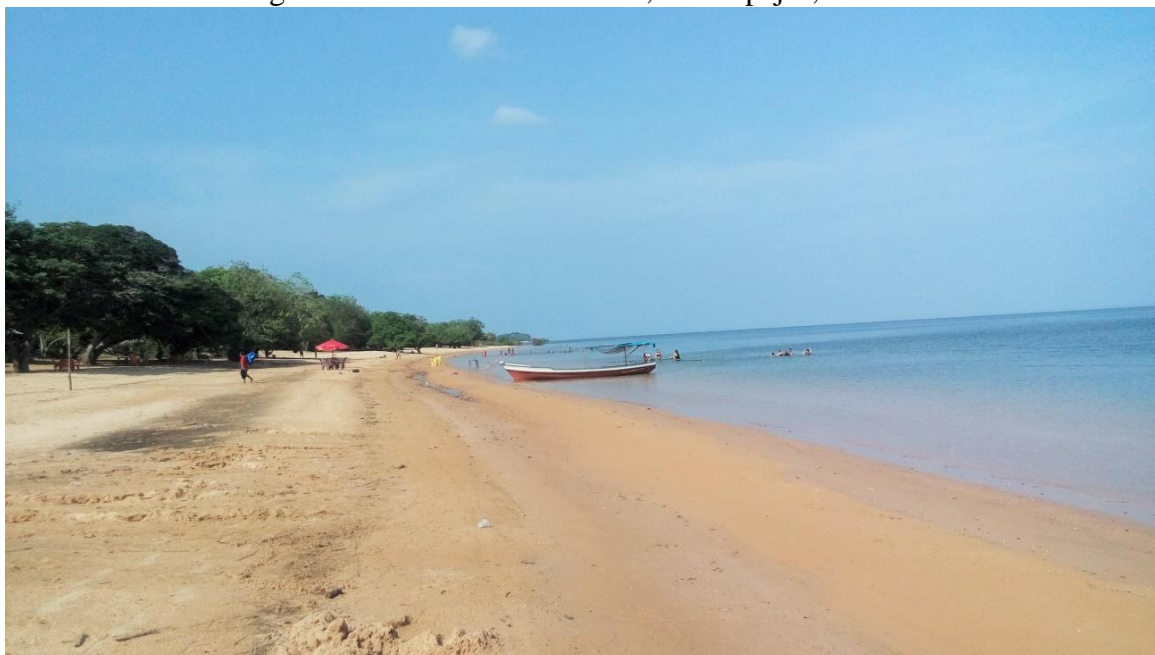
O acesso à universidade me propiciou bons frutos e resultados positivos. Foram muitos os conhecimentos compartilhados e as experiências adquiridas. Em 2015, o ingresso no PPGG/UNIR foi mais uma conquista para mim e para a minha família, cursar um mestrado era algo que nem imaginava. O apoio da minha família e dos meus amigos mais próximos foi extremamente importante para essa realização. A participação no grupo de pesquisa LAGET, os trabalhos de campo, as disciplinas, os eventos dos quais participei e tantas outras atividades foram eficazes para o “amadurecimento” das ideias e o alcance da aprendizagem. Para além disso, a oportunidade de desenvolver trabalhos no âmbito da geografia agrária representa uma tamanha satisfação e um grande contentamento por estudar as realidades das comunidades rurais camponesas e conhecer profundamente a essência do fenômeno a ser estudado.

¹ Universidade Federal do Oeste do Pará. Passou a integrar o corpo discente da Universidade Federal do Oeste do Pará a partir da publicação no DOU, em 06/11/2009.

Em virtude dos fatos mencionados, o histórico de vivência, os conhecimentos trazidos de uma comunidade rural camponesa e a experiência no PET (debates, pesquisas, cursos/oficinas/seminários formativos e publicações) me direcionaram a pensar a geografia do campesinato, fundamentalmente, em áreas do planalto, como temática importante a ser discutida e valorizada no meio acadêmico e social. A finalidade é valorizar o modo de vida, os saberes tradicionais e as relações que esta classe social estabelece com a terra e a natureza, respeitando o seu tempo e seu espaço. Espera-se ainda, que este trabalho possa contribuir com outras pesquisas acadêmicas futuras no âmbito da Geografia Agrária da Amazônia.

INTRODUÇÃO

Figura 1 – Praia de Porto Novo, rio Tapajós, Belterra/PA



Fonte: Trabalho de campo, 2016.

Foto: CONCEIÇÃO, Francilene Sales da.

Canadá

Dona Maria,
Me empresta a canoa, me ajuda a remar
Papai quer me mandar pr'um tal de Canadá
Mas como se eu só mexo com açai?

Dona Maria,
Eu acho que eu não vou me acostumar
Aqui eu colho tudo que eu plantar
E lá será que só cana que dá?

Dona Maria,
Eu me criei no meio dessa selva
Me salva, não me deixa longe dela
Eu não serei feliz longe daqui

Dona Maria,
Será que nesse Canadá tem igarapé
Cupuaçu? Pupunha com café?
Da Amazônia não arredo o pé
E lá não tem meu carimbó

Que é paid'égua
E que a gente dança só

O rio é minha estrada
Eu uso a água pra voar
A mata é minha casa e é difícil, é difícil morar
Papai quer que eu me mude a qualquer preço
E eu tô botando preço pra ficar

Ah se essa lua não fosse bater nesse rio'mar
Dona Maria,

Eu me criei no meio dessa selva
Me salva, não me deixa longe dela
Eu não serei feliz longe daqui

Dona Maria,
Será que nesse Canadá tem igarapé
Cupuaçu? Pupunha com café?
Da Amazônia não arredo o pé
E lá não tem meu carimbó

Que é paid'égua
E que a gente dança só

Que é paid'égua
E que a gente dança só!

(Música de Jana Figarella)

Não há como não pensar a Geografia Agrária na Amazônia se não levar em consideração os modos de vida dos grupos que vivem e experienciam esse espaço. A terra, o rio e a floresta são elementos da natureza que têm um valor de uso simbólico para essas comunidades, no qual indicam a reprodução social da vida e não um produto que tem valor de troca, destinado à mercantilização e especulação, processos que objetivam a reprodução ampliada do capital. A exaustão desses recursos na natureza significa a destruição e a negação das territorialidades e espacialidades dos agentes sociais que vivem outra temporalidade e lógica.

O avanço do agronegócio sojeiro no espaço agrário e florestal da Amazônia tem gerado conflitos socioterritoriais, principalmente em comunidades rurais camponesas. A essência totalitária desse processo dialético é alvo da territorialização do capital, pois a monocultura dos grãos sólidos se instala na agricultura e se apropria da terra, da massa florestal e da força de trabalho, transformando os camponeses em trabalhadores assalariados.

A abordagem teórica-conceitual adotada para o entendimento de campesinato nesse trabalho é que ele é concebido como um modo de vida e uma classe social (SHANIN, 2005; 2008, MARQUES, 2008). Este se torna classe social na medida em que se luta contra as forças hegemônicas do capital globalizado e tenta permanecer na terra, permitindo substancialmente a (re)criação social no território. O campesinato em si, corresponde a um modo de vida, pois suas práticas socioculturais, econômicas, políticas possuem uma dimensão de caráter familiar, autônomo e dialógico.

A terra para o camponês/camponesa é “terra de trabalho e de habitação” e não “terra de negócio e especulação”, a garantia necessária à subsistência, atributo que contribui com a renda familiar. Segundo Shanin (2005) o camponês é compreendido com base no estabelecimento rural familiar e a partir das especificidades de reações e relações com seu contexto social. Por isso, o trabalho desenvolvido na terra pela classe social camponesa é familiar, caracterizando uma relação coletiva de ser, existir e produzir.

A ideia camponesa de terra como lugar onde se mora e se trabalha tem aqui plena vigência. Para ele, a “minha casa”, o “meu canto” designam a área de moradia. A minha “minha roça” é o lugar onde planta para comer (...). A planta viva, a moradia cotidiana, a terra enfim, na sua expressiva condição de reprodução física dos homens e produção direta dos meios de vida, banham a realidade da terra com ideia de posse familiar e costumeira (MOURA, 1988a, p.87).

Quando se trata de Amazônia, a classe social camponesa possui relação com a terra, o rio e a floresta. Destes se extrai aquilo que é necessário para garantir a subsistência e a fonte de renda das famílias camponesas. Assim, no campo teórico-metodológico, há distintas

conceituações e abordagens de campesinato presentes no espaço amazônico. Nesse estudo, adotou-se a denominação de *campesinato-agroextrativista* porque se entende que essa caracterização e definição são mais condizentes para se aplicar no perfil levantado dos agentes sociais que trabalham/vivem da terra e da floresta.

O recorte espacial desse estudo são as comunidades Nova Esperança e Nova Aliança, áreas que se encontram geoestrategicamente no principal corredor de transportação das *commodities*, a rodovia Cuiabá-Santarém. A espacialização do agronegócio sojeiro introduziu mudanças de ordem técnica no território e nos concernentes modos de vidas, cogitando em relações contraditórias, a exemplo do que vem ocorrendo no planalto santareno, em que a entrada da soja significou a desterritorialização do *campesinato-agroextrativista*, convertendo o espaço de vida onde se desenvolve o trabalho familiar em espaços de produção de *commodities*. Tomam-se como centralidade das análises os anos de 1997-2016, momento em que a soja começou a ser cultivada no Oeste do Pará e avançou para os municípios de Santarém e Belterra.

Schlesinger e Noronha (2006) afirmam que a partir da década de 1990 ocorreu a dilatação do cultivo da produção da soja, expandindo a abertura de novos mercados no oeste paraense, contribuindo, nesse sentido, com a ampliação do “mercado de terras” na região, na elevação dos preços e na promoção de uma ampla concentração fundiária sob o controle de uma nova burguesia agrária. Essa questão impõe ao território uma nova dinâmica, pois promove a expansão mercantil que impactam as pequenas propriedades, pressionando-as.

O cultivo mecanizado converte as terras cultivadas tradicionalmente pela agricultura camponesa em práticas monocultoras, no qual, para esta pesquisa, esse processo é entendido como a territorialização do capital, cuja finalidade é a reprodução do capital de forma veloz e acumulativa e, que por outro lado, desterritorializa e/ou pressiona a migração forçada da classe social camponesa. Contudo, mesmo quando isso não acontece, acaba subjugando-os e incorporando-os à lógica do sistema capitalista, por meio da venda da força de trabalho.

O cultivo de grãos na região objetivava promover a integração da Amazônia ao circuito do comércio mundial de *commodities*, a fim de transformar a região em um grande celeiro agrícola. Por isso, o projeto determinado para a instalação do agronegócio sojeiro ensejou uma nova configuração espacial e novas formas de ocupação do território, resultando na luta pela posse da terra.

Em Belterra, lócus onde se encontram as comunidades desse estudo, outrora vivia sob a lógica da natureza por meio das práticas extrativistas e da agricultura. A experiência que essa “Cidade Americana” em meio à floresta viveu, com o plantation da seringa (1930-1945),

estando sob o controle da Companhia Ford Industrial do Brasil (CFIB), caracterizou-a em uma cidade-empresa aberta ao mercado internacional. Posteriormente, com a decadência da exploração gomífera, essa atividade passou para a responsabilidade do Ministério da Agricultura, permanecendo entre os anos de 1946-1994.

Na década de 1970, no período militar, a abertura da BR-163 promoveu transformações territoriais bruscas, contribuindo para a territorialização de projetos de cunho estratégicos e espacializou os conflitos nos espaços do *campesinato-agroextrativista*. Durante muito tempo esse *campesinato-agroextrativista* viveu um meio natural equilibrado, pois se fazia uso da floresta e da terra como condição preponderante de seu modo de vida. Entretanto, a abertura e, mais recentemente, o asfaltamento da rodovia (1997) contribuiu com a introdução de outros projetos, resultando na tecnificação do território e no avanço dos conflitos entre as classes sociais que se encontravam sob a área de influência. Nesse sentido, essa geografia da estrada está associada à geografia dos conflitos socioterritoriais, no qual perduram até hoje, com a entrada da monocultura da soja.

Não obstante, uma nova variável corporativa do território entra em cena nos anos 2000, a empresa multinacional Cargill Agrícola S/A, cuja centralidade estratégica se fixa na desembocadura do rio Tapajós, na cidade de Santarém, onde se evidencia a territorialização do capital, dos monopólios e a monopolização do território, pois grande parte da quantidade produzida de soja é trafegada pela BR-163, interligando o estado do Mato Grosso com o oeste do Pará.

A chegada do “estranho” em Belterra indica a territorialização de uma nova cultura agrícola que atende à escala global, a qual começou a ser produzida a partir dos de 2002, metamorfoseando a vida cotidiana da classe social camponesa, baseada na relação terra, floresta, família e trabalho (T-F-F-T). Entretanto, a ação hegemônica ocasionou muitos desencontros (MARTINS, [1996]2014), pois se tem em relevo dois territórios distintos: *campesinato-agroextrativista* e agronegócio sojeiro.

A escolha dessa problemática de estudo se deve às transformações socioterritoriais e paisagísticas vultuosas que as comunidades Nova Esperança e Nova Aliança passaram a partir da entrada do agronegócio sojeiro. Essas localidades possuem instalações de três “fazendas do agronegócio”, exercendo o poder e incorporando áreas de domínio do *campesinato-agroextrativista* em espaço de produção agrícola e da acumulação do capital. Ainda que o agronegócio tenha avançado, a (re)produção social camponesa se faz presente, enfrentando as forças coercitivas e persuasivas do capital. Portanto, essas localidades revelam uma geografia

dialética, pois as formas de usos do território entre as classes sociais são díspares, estimulando pensar o oeste paraense como dinâmico e palco de múltiplas conflitualidades.

A introdução de uma nova cultura agrícola reflete a espacialização de *commodities* e a territorialização do capital, que transforma o modo de vida de comunidades camponesas. Esse fenômeno geográfico engendra novos predicados no espaço acerca das diferentes formas de usos do território por seus diferentes agentes sociais. A expansão das relações capitalistas induz a um processo de “modernização” conservadora no território. Com isso, há maior subjugação da classe social do *campesinato-agroextrativista*, pois as pressões impostas de todos os lados pelo capital tentam romper com as relações que tais sujeitos estabelecem com a terra e a floresta, forçando gradativamente a sua (des)integração e desterritorialização.

As investigações empíricas e a realidade material exposta no município de Belterra demonstrou que houve um crescimento exponencial da produção de soja. A formação de grandes áreas monoculturas, além de ter se expandido para o meio rural, modificando as geografias das comunidades camponesas, avançou sobre o urbano da cidade nos últimos anos, por meio da concessão de políticas públicas destinadas para a agricultura sojeira, no qual englobam os espaços habitados pelo *campesinato-agroextrativista*, vislumbrando uma disputa territorial latente.

Esse tipo de atividade avançou e se territorializou sobre as áreas de florestas habitadas pelo campesinato, chegando até às comunidades Nova Esperança e Nova Aliança, localidades estas que sofrem as pressões das fazendas do agronegócio no seu entorno. Todavia, as (re)existências se fazem presentes, porque visualizam na terra e na floresta a possibilidade de sobrevivência e de reprodução social no território. Diante desse contexto emblemático marcado por relações excludentes e antagônicas, problematizou-se:

A chegada da soja nas comunidades Nova Esperança e Nova Aliança no município de Belterra alterou a geografia local? Quais as principais conflituosidades preexistentes entre a classe do *campesinato-agroextrativista* e o agronegócio sojeiro? A instalação do agronegócio sojeiro causou a desterritorialização de *camponeses/camponesas-agroextrativistas*? Houve resistências contra a instalação do capital? A terra possui algum significado para os *camponeses/camponesas-agroextrativistas*? Estes sujeitos continuam ainda na terra produzindo e se reproduzindo enquanto classe social camponesa que possui uma relação identitária com seu território?

As questões norteadoras ponderadas para esse trabalho permitem pensar acerca dos reflexos e as relações contraditórias que a espacialidade do poder do agronegócio exerce sobre o território do *campesinato-agroextrativista* nas comunidades estudadas. A escolha desse

caminho teórico-metodológico no campo da Geografia Agrária da Amazônia pretende se aprofundar e compreender o espaço enquanto totalidade e as dinâmicas socioterritoriais elucidadas.

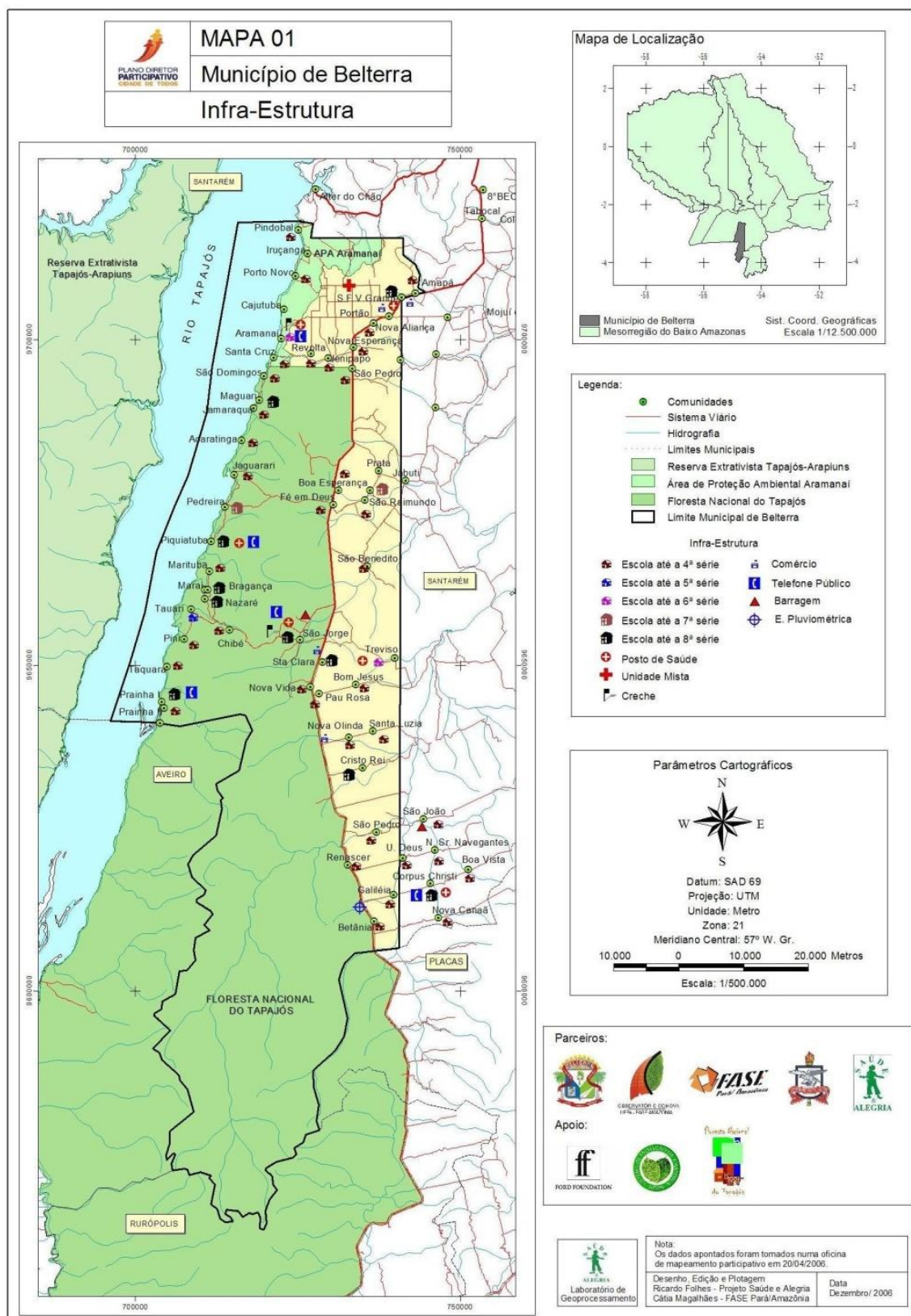
Nesse sentido, esta pesquisa tem como objetivo geral analisar a territorialização do capital decorrente do avanço da soja e suas interferências na agricultura camponesa das comunidades Nova Esperança e Nova Aliança, no município de Belterra, frente ao processo de ampliação do agronegócio na região do Oeste do Pará. Como objetivos específicos visa: Compreender o avanço do agronegócio sojeiro na Amazônia brasileira e interferências no modo de vida da classe social do campesinato; analisar o papel do Estado e a presença do capital privado no oeste paraense, o qual modificou a geografia local, transformando-a no Complexo da Soja; compreender as formas de usos da terra, da floresta e do território pelo *campesinato-agroextrativista* e as resistências dos moradores de Nova Esperança e Nova Aliança, que permitem a recriação enquanto classe social.

As comunidades aqui estudadas se localizam no município de Belterra que está a 36 km a sul-oeste de Santarém, no Oeste do Pará. Pertence à microrregião de Santarém e a mesorregião do Baixo Amazonas (Figura 2). Está situado entre as coordenadas 02°25' e 03°00' de latitude sul e de 54°00' e 55°00' a W. GR. O acesso à cidade se dá por meio de via fluvial, através do rio Tapajós, ou por via rodoviária, pela BR-163 (Cuiabá-Santarém).

Os dados disponibilizados pela Prefeitura Municipal de Belterra (2016), contidos no diagnóstico socioeconômico de Belterra realizado em 2010, indicam que a área territorial do município está dividida entre área urbana e rural. Na área urbana, levando em consideração o perímetro urbano e a zona de expansão urbana, mostram que 1% é do território municipal, 86% é de área rural e 13% é de massa d'água, incluindo a área total do município. Dos 86% da área rural, estão assim subdivididos: 59% Floresta Nacional do Tapajós (FLONA), 3% Área de Preservação Ambiental (APA) e 24% correspondem às áreas que se encontram no eixo da BR-163 e no entorno da área urbana e de expansão, onde a maior parte compreende à área de amortecimento da FLONA (10 km de raio no entorno da FLONA).

Conforme o Censo da Secretaria Municipal de Saúde (2009) e o Plano Diretor Participativo do município de Belterra, disponibilizado pela prefeitura municipal, em 2016, o município apresenta uma área territorial de 4.398, 419 km², com uma população assistida de 17.077 habitantes, destes, 10.281 residem em área rural (60%) e 6.796 residem em área urbana (40%). Com a formulação do Plano Diretor, no ano de 2006 a população foi organizada em sete (7) distritos: Sede-Centro, Aramanaí, Piquiatuba, Prainha, São Francisco da Volta Grande, São Jorge e Galiléia.

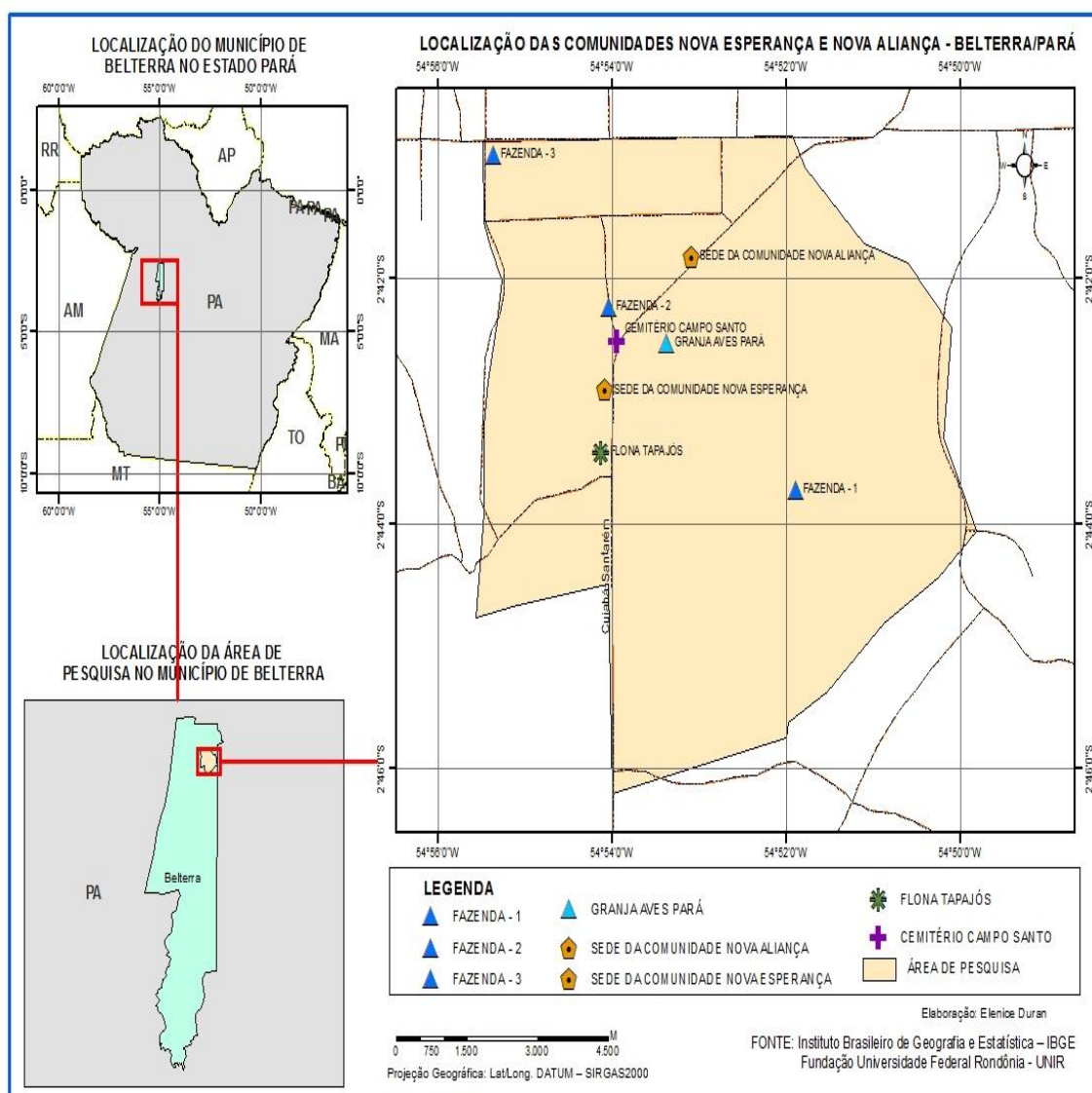
Figura 2 – Mapa da organização municipal de Belterra/PA definida por distritos administrativos (sede municipal e zona rural)



Fonte: Plano Diretor Participativo de Belterra, 2006. Disponibilizado pela Secretaria de Meio Ambiente e Turismo (SEMAT), 2016.

Segundo consta no Plano Diretor Participativo do município de Belterra, as comunidades Nova Esperança e Nova Aliança (Figura 3) pertencem ao distrito São Francisco da Volta Grande. Essas comunidades se encontram entre o km 42 e o km 49, situado à margem da Rodovia Federal Santarém-Cuiabá (BR-163), a Leste da cidade de Belterra. A comunidade Nova Esperança é a mais antiga de onde se localiza a rodovia Cuiabá-Santarém (BR-163); foi a primeira comunidade a surgir nessa região, com apenas cinco (5) famílias. Atualmente possui 28 famílias e 107 habitantes. Nova Esperança é uma comunidade que se encontra no perímetro entre o km 45 e o km 49 do eixo da BR-163. A comunidade Nova Aliança surgiu no ano de 2006, com um total de 17 famílias e, atualmente, possui 71 famílias e 243 habitantes cadastrados pela Agente Comunitária de Saúde (ACS). Localiza entre o km 42 e o km 44 do eixo da BR-163.

Figura 3 – Mapa de localização das comunidades Nova Esperança e Nova Aliança– Belterra/PA



Atualmente, as principais atividades desenvolvidas nas comunidades que contribuem com a subsistência e a geração de renda das famílias são: agricultura, atividades extrativas, trabalhos assalariados nas fazendas de soja e outras empresas e aposentadoria.

O método indica um caminho eficaz que deve ser trilhado para o desenvolvimento de uma pesquisa científica. Sem ele, as explicações da realidade não seriam possíveis e os objetivos propostos pelo trabalho no processo investigativo não seriam alcançados. Igualmente:

O método é o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo – conhecimentos válidos e verdadeiros –, traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do cientista (MARCONI & LAKATOS, [1985]2003, p. 82).

Portanto, essa ação sistemática auxilia na organização lógica de um trabalho científico e na compreensão do fenômeno em estudo. Conforme afirma Spósito (2004), ele é utilizado pelo pesquisador e não existe estando desconectado da realidade científica, pois seus elementos se preocupam em comparar as teorias, as leis, os conceitos, as categorias, as doutrinas e as importâncias.

O método de análise adotado para esse trabalho, objetivando compreender o espaço agrário e as dinâmicas territoriais das comunidades Nova Esperança e Nova Aliança, em Belterra-Pará, é o Materialismo Histórico Dialético, porque se entende que esse pensamento crítico e radical deve estar fundamentado em uma visão de totalidade social para a compreensão dos processos, a partir de uma base histórica, material e contraditória, sendo conceitualmente definido como:

O materialismo histórico dialético é o método que permite a passagem da imagem caótica do real para uma estrutura racional, organizada e operacionalizada em um sistema de pensamento. A primeira etapa deste método é, pois, a busca dos elementos essenciais comuns que estruturam o real: “o leitor que quiser me seguir deverá se decidir a elevar-se do singular ao geral” (...) (GOMES, 1996, p. 281).

Esse método não permite a compreensão da realidade a partir de uma ação de segregação de suas partes, deixando de lado o espectro da totalidade. Trata de uma concepção filosófica pensada inicialmente por Hegel que possuía uma dialética baseada na “fluidificação” dos conceitos, limitando-se pelo caráter abstrato ao quadro global (totalidade) da história humana, pois o entendimento do conceito de natureza humana era idealizado. E, posteriormente por Marx, “fluidificando” radicalmente o conceito de natureza humana, porque ela se modificava materialmente, isto é, o homem que transforma a natureza exterior está transformando a sua própria natureza (KONDER, 1998). Por conseguinte, o homem

humaniza a natureza e transforma a si mesmo, sua história e sua realidade, “como homem ele está junta e concomitantemente na natureza e na história” (KOSIK, 1976 p. 248).

O movimento da história pensado por Marx é um movimento material (concreto) em que modifica as formas de trabalho e as formas de organização das práticas que correspondem à vida social, ao contrário do movimento espiritual (abstrato) abordado por Hegel, para o qual havia a necessidade de magnitude histórica mais concreta. Dessa forma, a dialética deve compreender a noção de movimento na história, uma ciência que possui leis gerais do movimento e do desenvolvimento da natureza, sociedade e pensamento humano (SPÓSITO, 2004). Portanto, as três leis que regem esse método se baseiam na afirmação (superioridade e imposição de uma ideia sobre o outro), na negação (oposição de pensamentos) e na negação da negação (ideias sendo confrontadas entre os contrários).

A primeira lei se refere ao fato de que, ao mudarem, as coisas não mudam sempre no mesmo ritmo; o processo de transformação por meio do qual elas existem passa por períodos lentos (nos quais se sucedem pequenas alterações quantitativas) e por períodos de aceleração (que precipitam alterações qualitativas, isto é, "saltos", modificações radicais) [...] A segunda lei é aquela que nos lembra que tudo tem a ver com tudo, os diversos aspectos da realidade se entrelaçam e, em diferentes níveis, dependem uns dos outros, de modo que as coisas não podem ser compreendidas isoladamente, uma por uma, sem levarmos em conta a conexão que cada uma delas mantém com coisas diferentes. Conforme as conexões (quer dizer, conforme o contexto em que ela esteja situada), prevalece, 'na coisa, um lado ou o outro da sua realidade (que é intrinsecamente contraditória). Os dois lados se opõem e, no entanto, constituem uma unidade (e por isso esta lei já foi também chamada de unidade e luta dos contrários) [...] A terceira lei dá conta do fato de que o movimento geral da realidade faz sentido, quer dizer, não é absurdo, não se esgota em contradições irracionais, ininteligíveis, nem se perde na eterna repetição do conflito entre teses e antíteses, entre afirmações e negações. A afirmação engendra necessariamente a sua negação, porém a negação não prevalece como tal: tanto a afirmação como a negação são superadas e o que acaba' por prevalecer é uma síntese, é a negação da negação (KONDER, 1998, p. 56).

A ideia pensada por essa corrente de pensamento busca uma discussão fundada na realidade imposta pelo modo de produção capitalista, estimulando entender a produção, a distribuição, o consumo, a troca, o Estado, as propriedades e as classes sociais, pois se devem entender as essências que se camuflam nas aparências (GOMES, 1996). Essa totalidade apresentada pelo materialismo histórico dialético está ancorado em pensamentos desiguais e contrários, que materializam e reproduzem os conflitos de ideias, pensamentos, ideologias e diferentes concepções de mundo.

O espaço dinâmico (produto histórico) é definido como uma totalidade, porque se vive em uma dialética de aceitação ou negação de pensamentos. Segundo Kosik (1976, p.44) “Totalidade significa: realidade como um todo estruturado, dialético, no qual ou do qual um fato qualquer (classes de fatos, conjuntos de fatos) pode vir a ser racionalmente compreendido”. Assim, a dialética da totalidade concreta auxilia a compreender a realidade na

sua essência, no qual estão permeados os fatos, as relações, as propriedades e os processos antagônicos, devendo ser apreendidos como partes estruturais da totalização de um contexto.

Na geografia, o entendimento desse movimento contraditório leva em consideração a dimensão espacial e a análise da sociedade em processo de transformação. Na geografia, Milton Santos, no livro “Por uma Geografia Nova”, pensa a totalidade a partir da dialética do espaço em que as análises não devem ser “tomadas em si”, caso contrário, se apresentarão confusas e abstratas. A totalidade não é simplesmente a soma das partes, ela é uma realidade global. Além de se demonstrar como real-abstrato, ela é ao mesmo tempo real-concreto.

O caminho metodológico auxilia na compreensão do avanço da soja nas comunidades rurais camponesas localizadas no oeste paraense, o qual teve suas tessituras e as coexistências territoriais modificadas, consolidando uma relação dialética no espaço agrário. Portanto, a partir de uma fundamentação teórica e uma contextualização do fenômeno em estudo, se busca compreender os processos socioterritoriais na sua plenitude.

Como referenciais teórico-conceituais acerca da questão agrária, utilizamos as contribuições de: Martins ([1981]1990, [1979]2013); Oliveira (1991, 1997, 2006, 2007, 2012); Paulino (2006, 2007); Fernandes (2013, 2014, 2015); Fabrini & Roos (2014); Moura (1988a; 1988b); Almeida (2008); Marques (2008) e Shanin (2005; 2008) as conceituações e abordagens sobre o campesinato e agronegócio. Nos estudos regionais e agrários na Amazônia utilizou Becker (2001, 2004, 2005, 2007a, 2007b); Martins ([1996]2014); Hébbete (2004a, 2004b); Loureiro (2009); Gonçalves ([2001] 2015); Amaral (2004); Théry (2005); Kohlhepp (2002); Fonseca (2014); Grandin (2010) e Silva (2005, 2013, 2014a, 2014b, 2015). Estas bibliografias permitem contribuir com o entendimento acerca da história e formas de usos do território na Amazônia pelas classes sociais e o papel das políticas territoriais para a região.

O alicerce sobre os estudos agrários desenvolvidos no Oeste do Pará se encontra nos trabalhos de Oliveira (2005); Carneiro Filho (2005); Schlesinger & Noronha (2006); Pereira (2012); Paixão Júnior (2012); Nahum & Paixão Jr. (2014); Margarit (2013); Costa (2012a, 2012b, 2015, 2016); Cruz (2007), Castro (2008) e Trindade (2015). Estes discorrem sobre a geografia da soja que avança sobre o território do campesinato no oeste do Pará, o qual teve o seu modo de vida metamorfoseado, onde se instaura uma relação de conflitos agrários. Sobre a tipologia de território, fundamenta-se em Raffestin (1993), Saquet, (2009) e Haesbaert (2004). Na teoria social do espaço, nos aportamos aos estudos de Santos ([1994]1996; 2000; [2001]2006; [1996]2012; [1988]2014); Lefèbvre ([2000]2006); Harvey (2004, 2005), objetivando compreender as disputas territoriais e as relações contraditórias que se

manifestam sobre as formas de usos do território preexistentes entre agronegócio e *campesinato-agroextrativista*.

As análises pautadas nesse estudo visam compreender as transformações no modo de vida do *campesinato-agroextrativista* nas comunidades Nova Esperança e Nova Aliança a partir da territorialização do agronegócio sojeiro. Esta pesquisa na geografia possui uma abordagem qualitativa, pois representa uma aproximação com a realidade (GOBBI & PESSÔA). A técnica utilizada foi o trabalho de campo como forma de se aproximar das realidades dos sujeitos da pesquisa para conhecer o fenômeno em estudo.

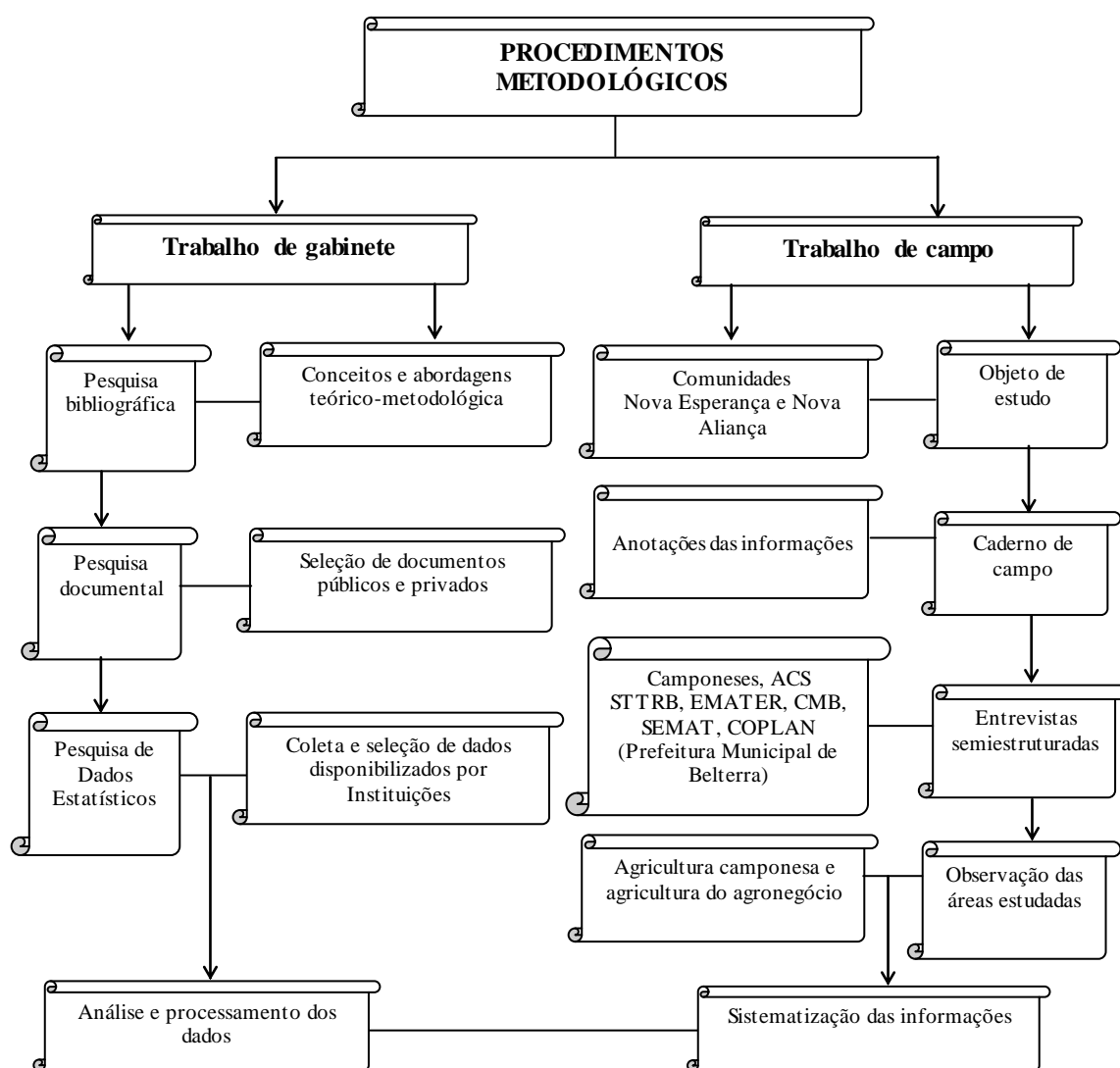
O trabalho de campo, como técnica de análise, pode ser realizado em qualquer paisagem, seja rural ou urbana, e utilizado para a obtenção de informações sobre a importância das relações espaciais. Uma das funções mais importantes dos trabalhos de campo é transformar as palavras, os conceitos em experiências, em acontecimentos reais para a concretização dos conteúdos. Dessa forma, por meio da observação e realização de entrevistas, questionários, os pesquisadores e estudantes irão aprendendo a realidade (MARAFON, 2009, p. 388).

Fez-se também necessário o uso do caderno de campo como forma de registrar as novas informações surgidas durante as visitas. Essa ferramenta não é um mero meio em que somente se registra os acontecimentos do campo pesquisado, ele reflete a memória do pesquisador (MARAFON, 2009) e dá suporte para analisar as informações obtidas durante a pesquisa. Outra técnica utilizada nesse estudo foi a entrevista semiestruturadas, a qual foi composta por perguntas abertas e fechadas em que o informante pode discorrer sobre o assunto de forma mais espontânea, possibilitando a obtenção de mais informações (MATOS & PESSÔA, 2009).

Por meio dessa técnica de coleta de dados, as entrevistas puderam ser gravadas, pois foram autorizadas pelos entrevistados por meio da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). A transcrição é uma tarefa do próprio pesquisador que realizou a coleta da história de vida, pois objetiva que a escrita reproduza, fielmente, a gravação, resultando na informação viva (QUEIROZ, 1991). Sendo assim, preparamos um roteiro com perguntas abertas para o qual, quando necessário, eram acrescentadas novas questões. Os registros, as observações no *lôcus* da pesquisa e as entrevistas realizadas junto a algumas instituições foram importantes para a análise do objeto em estudo.

As fases percorridas para a organização do procedimento metodológico da pesquisa se fundamenta em algumas etapas (Figura 4). Os processos técnicos assumidos para a execução dessa pesquisa trilharam um longo caminho. Nesse sentido, a estruturação dos procedimentos metodológicos está organizado conforme o esquema a seguir:

Figura 4 – Organograma metodológico



Trabalho de gabinete, 2016.

Elaboração: CONCEIÇÃO, Francilene Sales da.

A descrição das principais etapas metodológicas para a compreensão desse fenômeno geográfico está assim resumida:

1) Pesquisa bibliográfica e documental: revisão teórica-conceitual sobre a temática acerca da questão agrária na Amazônia (campesinato, agronegócio e território), com base em artigos, livros, dissertações, teses e documentos de instituições públicas e privadas disponibilizadas por meio da internet ou pela própria instituição como: INCRA, SEMAT e COPLAN (Prefeitura Municipal de Belterra).

2) Pesquisa Estatística: foi realizado o levantamento de dados junto ao IBGE, MAPA, SEMA, EMATER Belterra e COPLAN. Esses dados foram coletados e sistematizados, como o objetivo de organizar as informações quantitativas extraídas e disponibilizadas pelas instituições consultadas para a compreensão da geografia agrária no

lôcus da pesquisa que estão espacializadas por meio de gráficos, quadros e tabelas no corpo do texto.

3) Trabalho de campo: buscou-se compreender o avanço da soja nas localidades Nova Esperança e Nova Aliança no município de Belterra/PA e suas transformações oriundas do processo de “modernização da agricultura” e impactos no modo de vida do *campesinato-agroextrativista*. Em princípio, além do seu caráter empírico nas áreas evidenciadas na pesquisa para compreender a dinâmica territorial, dois trabalhos de campos foram necessários. O período da realização da pesquisa foi dividido em dois momentos: dezembro de 2015 a fevereiro de 2016 e setembro 2016 a novembro 2016.

Como instrumentos de coleta de dados foram realizadas entrevistas semiestruturadas com os *camponeses-agroextrativistas*, porque as narrativas dos sujeitos entrevistados expressam espontaneidade e esclarecem as mentalidades sobre suas vivências e experiências cotidianas (QUEIROZ, 1991). Utilizou-se um roteiro sequencial de perguntas abertas e fechadas, divididas em quatro categorias: 1) Dados Pessoais, 2) Trajetória de Vida, 3) História e Geografia das Comunidades e 4) Desafios e Perspectivas Futuras. Quanto aos sujeitos da pesquisa foram entrevistados 14 pessoas, sendo 5 (cinco) mulheres e 9 (nove) homens. Para esta pesquisa, escolhemos os colaboradores mais velhos (idade entre 50 a 92 anos), com o objetivo de resgatar, por meio da memória dos entrevistados, a história das comunidades e, posteriormente, ponderar as transformações espaciais ocorridas em Nova Esperança e Nova Aliança a partir da incorporação de novos projetos hegemônicos.

Foram realizadas ainda conversas informais com 1 (uma) Agente Comunitária de Saúde (ACS) e 3 (três) trabalhadores assalariados nas fazendas de soja. Dos informantes, os nomes são mantidos em sigilos para garantir a integridade da identidade desses sujeitos contra possíveis represálias. Seus nomes de nascimento concedidos nas pesquisas de campo foram substituídos por nomes de camponeses que foram assassinados no Pará, sendo registrado pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), equivalente aos anos de 2010 a 2015. A substituição dos nomes desses camponeses das comunidades por nomes de camponeses assassinados pretende dar visibilidade à luta pela terra e pelo território, tendo em vista que o estado do Pará é considerado uma zona de conflitos agrários.

Além da utilização do caderno de campo para fazer as anotações necessárias, também utilizamos o gravador de voz para o registro das entrevistas; fizemos ainda o registro de imagens do ambiente investigado. O uso da técnica do gravador indica que “a transcrição efetuada pelo próprio pesquisador poderá, pois, enriquecer o documento e suas informações” (QUEIROZ, 1991, p.87). Ainda no que se refere às entrevistas, foram concedidas 2 (duas)

pelo Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Belterra (STTRB), 2 (duas) pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), 1(uma) pelo Centro de Memória de Belterra (CMB), 1(uma) pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo (SEMAT) e 1(uma) no Centro de Planejamento (COPLAN), setor de terras da Prefeitura Municipal de Belterra, para as quais, seus nomes também não serão identificados nesta dissertação.

4) Sistematização das informações: Por meio da sistematização dos dados obtidos em campo, dos documentos públicos e privados analisados, das instituições e órgãos investigados, correlacionando com as referências teóricas conceituais, busca-se analisar e compreender a geografia agrária que se manifesta na Amazônia, no que se restringe as diferentes formas de usos da terra, da floresta e do território, ora pelo *campesinato-agroextrativista*, ora pelo agronegócio sojeiro.

Nesse contexto, a proposição em dissertar no âmbito da Geografia Agrária da Amazônia e a abordagem epistemológica pretendida com esse trabalho, permitem entender como o avanço do agronegócio tem interferido no modo de vida da classe social camponesa, configurando-se na geografia dialética. Assim, esta dissertação se encontra estruturada em três capítulos:

O primeiro capítulo “territorialização do agronegócio no território do campesinato e a “modernização do espaço agrário” na Amazônia brasileira” apresenta uma discussão teórico-metodológica acerca do avanço da soja na Amazônia e os efeitos que agronegócio sojeiro ocasionou no modo de vida da classe social camponesa, objetivando, sobretudo, demonstrar como se dá a reprodução ampliada do capital e a instauração de uma modernização conservadora a partir de um modelo contraditório. Procura-se evidenciar ainda, as diferentes formas de usos da terra, da floresta e do território pelos agentes sociais e o papel que as políticas públicas tiveram para a instalação dos planos, programas e projetos no espaço agrário/florestal amazônico.

O segundo capítulo “O avanço do agronegócio sojeiro no oeste do Pará e as implicações na agricultura camponesa” versa por estimular a reflexão e expandir o debate no âmbito das políticas territoriais que resultaram na consolidação do Complexo da Soja na região do oeste do Pará, especificamente, em Santarém e Belterra, municípios estes que tiveram a geografia do *campesinato-agroextrativista* modificada pela geografia do agronegócio. Os investimentos logísticos destinados à rodovia BR-163, surgida durante o Período Militar na década de 1970 e a instalação da Cargill em 2000 resultaram na expansão do agronegócio e na cristalização dos conflitos agrários. Manifesta-se um sistema de

tecnificação do território de tamanha complexidade; um mercado de terras aquecido, uma apropriação hegemônica e uma coerção territorial. Esses eventos que se desenrolam no oeste do Pará, que envolvem o agronegócio sojeiro e o *campesinato-agroextrativista*, são reflexos de ações contraditórias, cujos interesses de classes produzem uma geografia dos conflitos territoriais.

O terceiro capítulo “O avanço da soja em Belterra: a geografia das comunidades Nova Esperança e Nova Aliança” trata das metamorfoses implementadas no território e no modo de vida da classe social do *campesinato-agroextrativista* de Nova Esperança e Nova Aliança que viviam sob a lógica da terra e da floresta, a partir da instalação da empresa graneleira Cargill, em 2000, que passa a modificar a geografia local e abre a fronteira agrícola para os mercados globais. A transição da economia extrativista para a economia do agronegócio agroexportador significou o avanço das técnicas e na aceleração no tempo-espaço, no qual transforma a terra, a natureza e as relações sociais (trabalho) em mercadorias. Esse processo dialético é sintetizado por meio da negação das territorialidades e das espacialidades vivenciadas e experienciadas pelo *camponês/camponesa agroextrativista* das comunidades, pois in loco se cristaliza os conflitos agrários. Todavia, ainda que agronegócio tenha avançado, as formas de lutas e as resistências preexistentes desses agentes sociais permitem a produção e a reprodução social camponesa no território.

Deste modo, a territorialização da soja no município de Belterra-Pará significou na desterritorialização do *campesinato-agroextrativista*, transformando seu modo de vida e cristalizando uma relação conflituosa que envolve dois territórios distintos: *campesinato-agroextrativista* e agronegócio sojeiro. Essa Amazônia dos rios, das florestas e das agriculturas, vivenciada e experienciada pela classe social camponesa vem sofrendo uma coerção territorial, na qual resulta em sua expropriação e na perda do território para o agronegócio. Entretanto, a “modernização do espaço agrário” implementado pelo agronegócio (sistemas de objetos) e a especialização produtiva tenha se apresentado nessa região seguramente, a recriação social se configura na territorialização do *camponês/camponesa agroextrativista*.

CAPÍTULO I: TERRITORIALIZAÇÃO DO AGRONEGÓCIO NO TERRITÓRIO DO CAMPESINATO E A “MODERNIZAÇÃO DO ESPAÇO AGRÁRIO” NA AMAZÔNIA BRASILEIRA

Figura 5 – Panorama da região do Tapajós em Belterra-Pará



Fonte: Trabalho de campo, 2016.

Foto: CONCEIÇÃO, Francilene Sales da.

*A Amazônia é
nossa*

*Vou falar da
Amazônia
A terra da promessa
Que hoje o mundo cobiça
Pela sua imensidão
A biodiversidade
E a riqueza do seu chão.
(...)*

*Amazônia é
equação
Que temos que resolver
Se será fácil ou difícil
O tempo é quem vai dizer
É nosso dever de casa
E vamos ter que fazer.*

*Nós precisamos dizer
Ao mundo com galhardia
Que os povos da Amazônia
Da sua rica bacia
São os seus únicos donos
Têm dela a soberania.

Dia e noite, noite e dia*

*Precisamos combater
Com idéias, com ações
Senão é fácil prever
Toda essa nossa riqueza
Haveremos de perder.*

*Todos precisam saber
Dessa grande orquestração
Que os poderosos do
mundo
Vêm movendo desde então
Pra tomarem a Amazônia
Movidos pela ambição.
(...)*

*Porém tem
muitos conflitos
Com grileiro, com posseiro
Tem também falsos
pastores
À serviço do estrangeiro
Queimadas pra criar gado
Fazendeiro e madeireiro.*

*Mas cabe a nós brasileiros
Puxar o mote, o refrão
Chamar os nossos vizinhos
Com bom senso e união
Pra defender nossas pátrias*

Patrimônio e rico chão.

*Hoje com a concentração
Das furtunas pela terra
Com a riqueza em poucas
mãos
Ou a gente grita e berra
Ou pra ter a Amazônia
Teremos que entrar em
guerra.
(...)*

*(Trechos da poesia de
Marcus Lucenna)*

1.1 DA PRÁTICA EXTRATIVA EXPORTADORA AO AGRONEGÓCIO AGROEXPORTADOR

Antes de adentrar na essência totalitária do espaço agrário da região amazônica, a partir do cultivo da monocultura da soja, é preciso compreender sucintamente o panorama colonial em que viveu a Amazônia nos últimos anos e as transformações espaciais e territoriais a partir da produção econômica do extrativismo. Porquanto, “o homem cria a história e vive na história há muito tempo antes de conhecer a si mesmo como ser histórico” (KOSIK, 1976, p. 230). Sendo assim, uma breve periodização crítica acerca do desenvolvimento das atividades produtivas que exclui e ameaça modos de vida, que têm a terra e a floresta como condição substancial para a (re)produção social, é necessário o entendimento da realidade humana atual em que envolve duas classes nesse estudo: *campesinato-agroextrativista* e o *agronegócio sojeiro*.

O processo de ocupação da Amazônia foi alvo de disputas territoriais no período colonial. O estabelecimento do contato dos europeus com as populações indígenas ocorreu de forma conflituosa, pois as potências coloniais adentraram e se apropriaram das especiarias – denominadas drogas do sertão – disponíveis na floresta. Havia a valorização das matérias-primas nesse circuito do comércio internacional; algumas regiões fornecedoras de produtos primários (espécies vegetais, florestais e animais) se tornavam mais valorizadas. Esses produtos possuíam alto valor nos mercados externos e a apropriação dos recursos naturais diversificados (caça, pesca e a coleta) consistiu na expansão e no domínio territorial/espacial da floresta amazônica, resultando em efeitos negativos para com os povos indígenas:

As consequências da ocupação da terra pelo branco foram quase catastróficas para o índio. Quaisquer que fossem as motivações e os planos dos colonos, missionários e comerciantes, o que eles deixaram atrás de si foi, na melhor das hipóteses, um processo deterioração das condições sanitárias, demográficas, econômicas e, finalmente, culturais, das comunidades indígenas (PORRO, 1992, p. 11-12).

A colonização foi um momento turbulento no contexto histórico e geográfico, pois o estabelecimento e o contato da cultura europeia com a cultura indígena modificou a forma de ser, viver e interagir das populações indígenas, como na várzea do Amazonas e de seus afluentes, Tocantins, Tapajós, Madeira, o Negro e o Branco (PORRO, 1992). A extração das drogas do sertão alcançou sua ascensão de produção extrativa a partir do século XVII, momento em que as expedições europeias coletoras começam a procurar e se apropriar de riquezas naturais, dessa forma, modificaram e destruíram violentamente o modo de vida dos

povos indígenas, por meio da instauração de aldeamentos missionários, alterando a organização espacial. Nesse contexto:

Tem início o (des)envolvimento da Amazônia e uma valorização seletiva de recursos naturais, tendo em vista as injunções do mercado europeu e, aqui em particular, as injunções estritamente políticas dos conflitos entre as diferentes potências coloniais para afirmar a dominação territorial da região [...] Os índios começam a ser destribalizados e aldeados. Começa a mudar a organização do espaço: os índios são “descidos” para os aldeamentos missionários ou fogem para os altos rios, geralmente acima das cachoeiras e corredeiras, onde podem continuar a ser livres (GONÇALVES, [2001]2015, p. 81).

A época do contato dos indígenas da Amazônia com os europeus não foi de fácil aceitação. O que houve de fato foi a negação da espacialidade e da territorialidade das populações indígenas, acometendo em significativas mudanças linguísticas e culturais, bem como em mudanças na cartografia social da Amazônia. O padrão da “europeização” e do “eurocentrismo” atribuído ao modo de vida indígena era carregado por um sistema de exploração do trabalho, da apropriação dos recursos naturais e dos territórios. Foi um processo não somente de escravização da mão de obra indígena, mas também de negros, porque a incorporação da força de trabalho negra na produção mercantil era o motor para a geração de riquezas.

Os colonizadores, nos séculos XVII e XVIII, estruturaram sua base econômica na região amazônica por meio da exploração das drogas do sertão. Coletava-se guaraná, cravo, canela, baunilha, madeiras, ervas aromáticas e medicinais, entre tantos outros, comportando-se como práticas extrativas que nem sempre estavam à mercê do capital, pois as populações indígenas faziam uso dos recursos naturais como forma de garantir sua sobrevivência.

Mas se refletirmos sobre a Amazônia pela ótica de sua história econômica e social, desde no período colonial, quando os emissários da Coroa Portuguesa, conseguiram, enfim, penetrá-la como a outra parte que lhes cabia, compreende-se que se trata de uma região que foi, aos poucos, construindo sua própria história, peculiar e contraditória, e em situação de descompasso em relação às demais regiões do Brasil no que tange ao processo de modernização, ainda que se mantivesse próxima e conectada ao mercado mundial nos prósperos momentos de sua economia extrativa. Assim, os rumos da dinâmica produtiva amazônica e das articulações para a viabilização dos negócios passaram a ser determinados por uma demanda externa, especialmente na Europa, com a qual Portugal necessitava interagir (CASTRO, 2008, p. 20).

A sucessão histórico-geográfica da Amazônia mostrou que a dinâmica comercial e a economia extrativa sempre se revelaram contraditórias, porque esteve baseada em um sistema de exploração sociocultural e da natureza, conectada com os mercados mundiais. Os recursos naturais da floresta eram apropriados, explorados e transformados em mercadorias de elevado valor para atender essencialmente os comércios europeus, apesar de a economia interna ter

sido importante para atender as necessidades endógenas da região. Era outra temporalidade e a empregabilidade de técnicas estava correspondente com o período em que se sobressaía o extrativismo, mas as formas de apropriação predatória das espécies e de exploração dos povos que habitavam o espaço amazônico realizado pelos colonizadores, alteraram consecutivamente os arranjos socioespaciais da geografia da Amazônia.

Esse processo, carregado de antagonismos, causou diferenciação nos lugares e uma segregação socioespacial, pois os países subdesenvolvidos se tornaram meros fornecedores de produtos primários para os países industrializados, com evidência no período do *boom* da economia da borracha. Segundo Castro (2008) em meados do século XIX e XX, a Amazônia ganhou mais notoriedade; quando a produção da borracha atendia uma grande escala (1879/1912 – 1942/1945), materializada nas atividades extrativas, aonde as riquezas naturais eram transformadas em mercadorias para atender os mercados consumidores da Europa e dos Estados Unidos.

O principal sustentáculo econômico em que viveu a Amazônia durante décadas foi do extrativismo, que modificou a dinâmica no tempo e no espaço, pois, apesar de ser outra temporalidade, o modelo econômico e a dinâmica incorporada à natureza, as relações comerciais e mercantis sempre estiveram associadas aos fluxos de capitais internacionais, resultando na divisão internacional do trabalho. Essa divisão internacional do trabalho abordado por Fonseca (2014) mostra que na América Latina, os países exportadores de produtos primários apresentavam sua condição social e econômica não bem desenvolvida, haja vista que alguns lugares da Amazônia se tornariam meros fornecedores de matérias-primas para os mercados europeus.

Todavia, o aumento da produtividade se restringia aos países industrializados, enquanto para os fornecedores de produtos primários não possuíam êxito, pois os preços taxados para as mercadorias eram baixos, bem como o pagamento dos salários dos trabalhadores. Essa diferenciação econômica entre os países, o controle e apropriação dos recursos naturais nos territórios periféricos exprime que:

O crescimento da produtividade na periferia seria apropriado para os países industrializados. Ainda que os países periféricos estivessem atrelados à falta de dinamismo de suas economias, porque resultou do fato delas estarem quase que, exclusivamente, baseadas em produtos primários para a exportação. Essa situação dos países exportadores de produtos primários não promovia a integração interna de sua economia, dificultando o desenvolvimento do mercado interno (FONSECA, 2014, p.194-195).

A Amazônia, até os momentos atuais, devido à “abundância” em recursos florestais, animais e minerais, sempre foi um espaço fornecedor de mercadorias para os países

industrializados, variáveis determinantes para a legitimação da exploração da natureza e da ação do capital externo. Assim, como em outras porções do Brasil, o espaço amazônico se tornava periferia das regiões europeias, pois as trocas comerciais promoviam a rápida acumulação de capital. Os diferentes períodos econômicos causaram diferenciação no tempo-espaço e estabeleceu relações conflituosas nos territórios.

Por extrativismo, Castro (2008, p. 24), entende que “em sua modalidade mais simples, caracteriza-se como uma das formas econômicas de exploração e captação de recursos mediante trabalho não qualificado para a subsistência”. Consequentemente, a exploração extrativa é destinada para fins mercantis e para a subsistência. Dentre tantos produtos, a borracha se destacou como o marco para a história econômica e extrativa da Amazônia.

O Primeiro Ciclo da borracha, a grande demanda nos mercados internacionais e os investimentos realizados nos seringais da Amazônia para o aumento da produção de matérias-primas, no que tange ao melhoramento às redes de infraestrutura e ao setor de transportes, fez com que houvesse uma ascensão de novas áreas produtoras. Se antes a exploração gomífera se concentrava nos rios próximos a Belém, Fonseca (2014) assegura que esse processo se deslocou para os rios Tapajós, Madeira, Purus, Juruá e algumas regiões do estado do Acre. O capital estrangeiro operava e controlava gradativamente a navegação fluvial, bem como os portos de escoamento de produtos primários, com destaque para Belém e Manaus.

Crescia as demandas dos países que transformavam produtos primários em mercadorias industrializadas e aumentava a exploração da força de trabalho nos seringais dos países exportadores de matérias-primas, por meio do sistema de barracão. Essa gênese do trabalho é antagônica, pois o seringalista forçava o seringueiro a se dedicar mais tempo à atividade extrativa e a adquirir produtos do barracão do seringalista, ficando este último endividado e preso aos donos dos seringais. O saldo da produção dos seringueiros era baixíssimo, porque os seringalistas se apropriavam dos excedentes adquiridos no interior dos seringais.

Nessa prática extrativa, havia a formação de monopólios, pois as casas exportadoras monopolizavam o comércio da borracha (FONSECA, 2014) por meio da taxaço de preços nos mercados e pelo controle das matérias-primas. Igualmente, o capital investido nos seringais era internacional, as próprias casas aviadoras que forneciam os utensílios (aviamentos) aos seringais eram financiadas por capital externo:

A obtenção da borracha para a exportação era feita através da presença das grandes companhias de capital transnacional, que possuíam filiais nas maiores cidades da Amazônia. O capital estrangeiro monopolizava o comércio de exportação da

borracha adquirida das casas aviadoras, impondo os preços em razão desse monopólio (FONSECA, 2014, p. 208).

Essa ação monopolista permitiu que houvesse o controle sobre as exportações à economia da borracha e à subordinação de países periféricos (subdesenvolvidos) aos países desenvolvidos. Era do interior da floresta amazônica que se extraía as riquezas oriundas da produção gomífera, cujo emprego do trabalho nos seringais eram principalmente, de procedência nordestina e indígena (FONSECA, 2014). A força de trabalho nos seringais era desigual e exploratória, pois os seringueiros estavam subordinados a enfrentar as condições impostas pelo seringalista.

A extração do látex (*Hevea brasiliensis*) durante muito tempo gerou riquezas, com a construção de muitas edificações e construções arquitetônicas, como o surgimento de cidades em meio à floresta amazônica. O comércio da borracha estava ligado à escala-mundo com a formação de monopólios e seus lucros atendiam aos estabelecimentos financeiros e comerciais internacionais. Todavia, a estagnação econômica da produção gomífera freou a exportação de borracha da Amazônia para outros lugares dos mercados externos.

Essa trajetória da economia extrativa da borracha que atingiu grande parte a região do Tapajós, a exemplo de Santarém², é atualmente alvo de uma nova monocultura agrícola: a soja. O século XXI, sobretudo a partir do ano de 1997, revelou que a chegada do agronegócio na Amazônia tem causado diversas metamorfoses não somente no espaço produtivo, mas no modo de vida do campesinato. Essas transformações são conflituosas, porque, para que o agronegócio atinja sua produção em larga escala, tem que adquirir um quantitativo de terras elevado, transformando-o em propriedade privada para acumulação e reprodução ampliada do capital. Assim, a ação acumulativa de capital tem espoliado, forçado e subjugado força de trabalho do campesinato amazônico ao capital, impossibilitando uma “convivência consensual” entre as classes sociais que fazem usos do território.

O agronegócio na Amazônia tem destruído e convertido a floresta em áreas de produção de grãos para atender um mercado global. O mercado de terras se aguça na medida em que o avanço da soja na Amazônia discursado pela burguesia agrária e seus aliados é o motor de tal “desenvolvimento” econômico. Investe-se no “pacote tecnológico” e se espacializa e territorializa a modernização da agricultura, implicando na expropriação, pois o campesinato usa a terra e a floresta para a execução do trabalho familiar.

² Essa cidade durante muito tempo viveu do extrativismo e da agricultura de subsistência. Em 1661 era considerada como a Aldeia do Tapajós, pois seu sistema econômico era baseado na caça, pesca e coleta. Entretanto, o perfil econômico tende a ser modificado no momento em que é introduzido a economia agroexportadora (agronegócio sojeiro) que visa atender o mercado global.

Nesse sentido, a relação realçada nesse processo de despojo é entre *capital-campesinato*. A ascensão de um modo de produção equivale à negação e a ameaça de outros modos de vida, o agronegócio sojeiro se apropria, domina o território, impõe a sua lógica intimidadora e a classe social camponesa sofre coerção territorial, uma vez que seus direitos do uso da terra/floresta/território são desconsiderados em sua totalidade.

1.2 A EXPANSÃO DA SOJA NA AMAZÔNIA

Na Amazônia, a geografia da soja representa uma *novidade embrionária* nas áreas de florestas. Ao mesmo tempo em que corresponde um fenômeno novo, a chegada do “estranho” gerou a apropriação indevida dos recursos naturais disponíveis e implementou transformações geográficas nos territórios das populações amazônicas e nos seus respectivos modos de vida, sobretudo, a partir da década de 1990, momento em que o avanço das relações capitalistas de produção do agronegócio adentrou o núcleo das florestas, que até então se encontravam conservadas/preservadas ou sob o uso do campesinato.

Para os sujeitos que habitavam o espaço amazônico, a terra e a natureza se manifestam como condição substancial para sua produção e reprodução familiar, confirmando a proposição de Martins ([1981]1990), em que a função concedida ao solo promissor de manutenção das famílias camponesas na Amazônia é de *terra de trabalho* e não como *terra de negócio*.

A definição de terra de trabalho é qualificada nas unidades organizativas da subsistência familiar camponesa, cujo meio de produção é determinante para permitir a estabilidade das condições de vida que não obedecem à lógica do modo de produção capitalista. Porém, na acepção terra de negócio, esta se comporta como a materialização e a dinamização de um espaço da flexibilidade movido pela produção mercantil altamente lucrativa que explora e subordina a terra e a força de trabalho ao capital, transformando-os em mercadorias. Paralelamente a essa conjuntura econômica, o cenário da região, torna-se uma *fronteira agrícola do capital global* em dilatação, aberta aos mercados globalizados em que se territorializam e se apropriam dos recursos naturais, ditando suas regras, normas e impondo decisões sobre seus concernentes usos.

O que se constata, analisando os diversos surtos de avanço da fronteira, é uma oposição persistente no que se concerne ao uso da terra. Estabelecia-se entre a *terra de trabalho*, defendida por trabalhadores sob diversas formas de organizações e movimentos, entidades de defesa dos direitos humanos, e a *terra de negócios*, objeto de lucro ou de especulação, reserva de valor, exploração de recursos, fonte de

captação de financiamentos, motivo de grilagem, mas também de resistência, conflito e morte (LOUREIRO, 2009, p. 71).

Tem-se uma contradição dilacerada na fronteira que se expande na Amazônia, em que os usos da terra/floresta são consolidados distintamente pelas classes sociais. São duas lógicas díspares, determinantes para o acontecimento dos conflitos entre os agentes sociais envolvidos no processo em disputa. O projeto almejado pelos camponeses é de que a terra se mostra como uma forma digna para a consumação do trabalho e a valorização da vida, local onde se constroem “uma história do lugar e uma história familiar” (LOUREIRO, 2009, p. 68). Por outro lado, o horizonte cogitado pelo capital coloca em xeque a terra, qualificando-a como alvo de especulação e mercantilização, seja ela financiada com dinheiro público, através da concessão de políticas governamentais de alcance nacional, ou que esta ação é reflexo da iniciativa privada que está sob a tutela de grupos empresariais bem articulados e organizados politicamente.

De tal modo, as fronteiras na Amazônia não estão totalmente estruturadas, porque os planos, projetos e programas, legitimados pelo aparelho do Estado e geridos pelas “empresas de negócios” para o ordenamento do território, apontam uma frente expansiva de atividades agrícolas que dinamizam e pressupõe novas realidades. Becker (2007a) denomina esse processo da fronteira como uma *virtualidade histórica*, pois no espaço onde as ações acontecem, está ainda por ser estruturado em sua totalidade, sob as influências de variáveis exógenas e diversas ações, ou seja, os “projetos de futuro” ou de “desenvolvimento” da Amazônia estão se espacializando gradativamente, sendo esta uma região que representa um patrimônio natural, de cunho estratégico altamente valorizado por ambientalistas e grupos hegemônicos.

A configuração territorial se modifica, na medida em que as escalas tem o poder de abranger uma dimensão planetária, no qual não mais podem ser explicadas exclusivamente pelo local/regional, mas por uma ordem de caráter nacional/global. Entretanto, para compreender a geografia que se manifesta em determinado lugar, deve-se levar em consideração a dimensão espacial e os variados coeficientes que possibilitem as análises do fenômeno estudado. Assim, que “se pode estudar um mesmo fenômeno em escalas diferentes, é preciso estar consciente que são fenômenos diferentes porque eles são apreendidos em diferentes níveis de análise espacial” (LACOSTE, 1993, p.38). O problema da escala é fundamental para a compreensão da racionalidade geográfica porque depende das funcionalidades, dos tamanhos dos espaços, das variáveis e dos critérios que se deseja serem apreendidos em sua totalidade.

As escalas de análises na geografia possui uma dimensão espacial como fator preponderante para a compreensão da realidade. São recortes espaciais que reportam diferentes níveis e estão assim listadas: *escala local*: restringe a uma dimensão local, bem como as cidades e os municípios, e expressam ainda, uma vivência pessoal e/ou proximal, resultando na formação de identidades socioespaciais; *escala regional*: possui a categoria região como algo determinante para a classificação de suas funcionalidades particulares utilitárias e os espaços de vivências que delimitam os lugares através de características comuns; *escala nacional*: refere ao nível escalar do país que tem o Estado como agente que comanda o território nacional; *escala global*: abrange uma ordem econômica planetária a partir da expansão das relações capitalistas, identificados por meio da globalização da economia e da globalização financeira, predicados emergentes na complexidade do mundo atual.

É diante dessa ação incisiva do capital e de uma concepção espaço-escalar que o espaço geográfico é pensado, a partir de seu caráter geopolítico, sendo que o uso da terra, da floresta e do território usufruído pelas populações camponesas sofre a transição do *valor uso* para um *valor de troca* (MARX, [1867]2014), a partir do processo de mercantilização da terra e da natureza assumida pelo capital. O valor de uso entendido aqui, pelo campesinato, é determinante para a morada, para o trabalho familiar e para o desenvolvimento de suas práticas socioculturais (uso simbólico), que garante a subsistência, a renda familiar e permite a valorização da vida. Por outro lado, o valor de troca no modo de produção capitalista concebe os espaços (terra/floresta/território) como um produto da especulação e da mercantilização, cujo escopo é gerar mais mercadorias e dinheiro por meio da produção de mais-valia ou a extração do trabalho excedente.

Para o campesinato, a terra de trabalho é o meio de produção para atender as necessidades da família e um artigo simbólico de reafirmação da vida, do contrário do capital, que vê a terra como um produto de ação mercantil e de especulação, agregando-lhe valor às coisas e investindo no desenvolvimento das forças produtivas para atender a uma escala global. Para Marx, a terra é um meio de produção que estão concentradas nas mãos dos produtores de mercadorias. O movimento histórico indica que a acumulação primitiva do capital pressupõe a presença de mais-valia e está sendo a fonte de capital ([1872]1974), representa o trabalho acumulado a partir da longa jornada de trabalho que gera o lucro para a burguesia exploradora da força de trabalho de outrem. No campo, sem dúvida, a terra é o principal instrumento de produção, seja ela camponesa ou capitalista, mas o que define a

identificação dessa análise espacial de separação entre as classes é o *processo*, a *lógica* e a *escala* para a qual se destina.

O sentido social, político, econômico e cultural da terra/floresta/território são diferentes entre as classes sociais, pois as lógicas não dialogam entre si e atendem à escalas diferenciadas. Na Amazônia, o uso e o sentido da terra/floresta (espaço de produção/extração e de subsistência) e do território (espaço relacional do poder, seja ele político ou simbólico³), concebido pelo campesinato veem o fator terra e os recursos naturais como produto e a instrumentalização de suas territorialidades, no qual essa classe se reproduz socialmente e culturalmente sem estar vinculada a um modelo capitalista exógeno.

As terras/florestas, na lógica do agronegócio, torna-se *locus* de produção de mercadorias, fenômeno especulativo e acumulativo. É uma atividade de negócio rentável aos moldes dos mercados globais que apresentam tamanha complexidade, porém, causadora de incongruências generalizadas entre as classes sociais envolvidas. Na Amazônia, a terra passa de uma mera reserva de valor para o uso produtivo da terra e do território (BECKER, 2004), no qual, ao ser englobado ao processo produtivo e posto em circulação, transforma-se em produto do capital para atender a economia global.

Analiticamente, a promulgação da Lei de Terras em 1850, como uma garantia legal e judicial, permitiu que a terra fosse comprada, momento ápice em que contribuiu expressivamente para a regularização do latifúndio, no qual excluiu o campesinato do direito de adquirir uma propriedade de terra para trabalhar, haja vista que esta classe não tinha recurso financeiro e as dificuldades impostas pelos fazendeiros e comerciantes permitiam que os trabalhadores ficassem presos a eles, sujeitando-os à exploração da força de trabalho, tornando-os “cativos da terra”, “mesmo que o cativo entrasse em colapso” (MARTINS, [1979]2013, p. 50). A presença do latifúndio representava apenas uma reserva de valor e estava concentrada nas mãos de uma elite agrária, sendo que o campesinato era desprovido do acesso a terra.

Contemporaneamente, a terra/floresta destinada à produção de *commodities* exclui o campesinato pela produção de larga escala, que mesmo a terra estando concentrada, encontra-se em seu estágio produtivo, pois ela está incorporada no processo de produção de mercadorias. Essa proposição confirma a tese de que: “enquanto o agronegócio geraria a “exclusão” pela produção, o latifúndio geraria pela não produção” (FABRINI; ROOS, 2014, p.133). No agronegócio, as práticas monocultoras necessitam de áreas maiores para expandir-

³ Ver Rogério Haesbaert: Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade (2004).

se, não simplesmente manter a terra concentrada e improdutiva, mas transformá-la em um espaço da produção e da ação do capital.

Pensando acerca da produção de soja na Amazônia, os trabalhos de Costa (2012a; 2012b; 2015; 2016) desenvolvidos em Santarém e Belterra (oeste paraense) sobre a sojicultura e o mercado de terras, confirma que a terra se encontra em estágio produtivo e que há a expansão da lavoura de soja, em que o mercado determina o preço para três tipos de mercadorias: “Terra com Mata”, “Terras de Pastagens” e “Terras de Lavoura”. No início, na mesorregião do Baixo Amazonas, os preços das terras para o cultivo agrícola eram baixos, porque predominavam muitas glebas de terras com florestas. Após a abertura das matas e o quantitativo de áreas de pastagens, sofreram uma elevação nos preços, pois essas áreas foram metamorfoseadas em terras para plantar soja (terras de lavoura).

Todavia, esse processo é contraditório, porque se instaura uma coerção territorial e o campesinato é excluído do processo em vigência para dar lugar aos campos sojeiros, resultando em sua desterritorialização. Na Amazônia, essa realidade se torna efervescente, pois as mudanças introduziram alterações de ordem técnico-científica e promoveram o surgimento de novos centros de poder para o controle e o (re)ordenamento do território. Essa aceleração do tempo e a dinamização do espaço é fruto de um processo histórico que exprime a globalização da Amazônia, no qual a soja surge como um evento que introduz transformações estruturais e faz surgir uma nova geografia, seja no rural ou no urbano.

Os estudos de Trindade (2015) no Oeste do Pará, a partir da leitura de Milton Santos para o entendimento do *Circuito Superior* (empresas, novos produtores e novas demandas de grãos e de capital) e *Circuito Inferior* (representado pela Associação dos Produtores Rurais de Santarém – APRUSAN), demonstrou as transformações e os impactos implementados no espaço urbano da cidade de Santarém, pois a partir de 1996, com os experimentos de soja no planalto santareno, sob o incentivo dos governos federal, estadual e municipal e, em 1997, com o início do cultivo dos grãos na floresta, a chegada dos sojicultores e incorporação de novos sistemas de objetos, a produção e a circulação de grãos na cidade de Santarém se tornou difusa, permitindo entender as intrínsecas relações entre rural-urbano como complementares e um espaço socialmente produzido pelas diferentes classes sociais que não estão para atender as demandas endógenas, mas atendem aos mercados globais.

Os trabalhos de Costa (2012a; 2012b; 2015; 2016) acrescentam ainda que o avanço dos plantios de soja na Amazônia é fruto de uma ação planejada e estratégica, resultante dos seguintes processos: mercados de terras, migração especializada, infraestrutura, logística de transporte para escoar a produção e a influência do fator ambiental para a organização da

atividade produtiva. A junção e a interrelação entre fatores significam a expansão da fronteira agrícola sobre as áreas de florestas e de domínio do campesinato, no qual Paixão Jr. (2012) e Nahum e Paixão Jr. (2014) direcionaram as suas pesquisas sobre a reprodução camponesa, cujas realidades tomadas como centralidades dos estudos foram as comunidades de Tracua, no município de Santarém e Genipapo, no município de Belterra, indicando que houve fragilidade do Estado para com os modos de vida antes e depois da territorialização do agronegócio, fato este que veio se agravar com o cultivo da soja, pois houve o adensamento e a espacialização dos conflitos agrários e das tensões, resultando na expropriação do campesinato e no desaparecimento das comunidades rurais camponesas.

A presumida filosofia dialética e a racionalidade da totalização do fenômeno, que está incorporado ao processo histórico, indicam que o avanço da fronteira agrícola na Amazônia é reflexo da ação do capital hegemônico e de uma modernização conservadora⁴ que vem modificando os lugares e as regiões por meio da eficácia e das complexas efetivações das macropolíticas, bem como os programas, Planos Nacionais de Desenvolvimento (PND) e o “Zoneamento Ecológico Econômico” (ZEE), instrumentos técnicos e políticos do planejamento regional que são formulados a partir de objetivos e estratégias de caráter nacional. Essas políticas públicas territoriais consistem nos fluxos de investimentos nacionais e internacionais que permitem o ordenamento do território. Portanto, entende-se que:

O ordenamento territorial é uma forma singular de uso do território que apresenta um arranjo de objetos sociais, naturais e culturais historicamente estabelecido. Mas esse ordenamento não é apenas condição social de reprodução da ordem capitalista. É também reflexo de sua significação funcional e simbólica na totalidade social capitalista. O ordenamento territorial resulta do avanço do processo de homogeneização (globalização) extensiva do capitalismo e da fragmentação (diferenciação) de parcelas do espaço geográfico em arranjos de objetos e ações articulados em rede. No entanto, o ordenamento é mais do que uma organização espacial, uma “forma”, mas um sistema dinâmico formado por objetos e ações que articulam lugares contíguos ou não em rede. Assim, o ordenamento territorial em rede é uma trama de relações conflitantes e complementares que integra o lugar, a formação socioespacial e o mundo [...] (SILVA, 2007, p. 297-298).

As escalas de atuação dos agentes hegemônicos ultrapassam fronteiras, causam fragmentações no território, aceleram a especialização produtiva e possibilitam novas relações e a incorporação de sistemas de objetos novos que lhe são estranhos nos lugares. Esse

⁴ A modernização conservadora é referente ao desenvolvimento do capitalismo no campo e no aprimoramento da base tecno-produtiva (sementes geneticamente modificadas, maquinários e equipamentos tecnológicos, adubos, insumos e defensivos agrícolas) nas atividades agrícolas (agribusiness). A aliança política entre Estado e burguesia agrária legitimou a concentração e a manutenção da estrutura fundiária nas mãos dos grandes proprietários de terra, negando o acesso a terra e as resoluções das questões sociais, culturais, políticas e econômicas em que se encontram o campesinato brasileiro. A tese defendida sobre o novo mundo rural brasileiro de José Graziano da Silva (1997; 2001) aborda sobre o “aprimoramento” do setor produtivo na agricultura.

fenômeno de “ordenar o território” assumido pelos agentes hegemônicos é fruto da ação de uma natureza estratégica que é criada por meio das políticas territoriais. A ação do capital se torna mais incisiva, os fluxos se intensificam e a produção de *commodities* tende a se tornar uma mercadoria global, porque a produção é local, mas sua comercialização e consumo são globais.

Na Amazônia, as múltiplas escalas geográficas que se encontram o agronegócio se difundem sobre as profundezas da floresta. O cultivo de grãos (soja, milho e arroz) se espalha sobre a cobertura vegetal e contribui para a elevação dos desflorestamentos, das queimadas e no pressionamento sob os territórios dos camponeses, alterando a relação simbólica desses sujeitos com seus lugares. Esse evento é evidenciado ao longo do eixo da Cuiabá-Santarém (BR-163), corredor rodoviário que interliga Santarém (PA) e o limite do estado de Mato Grosso, despontando-se como áreas da expansão de grãos e uma região de intensos conflitos, onde se encontram o “Arco do Fogo” ou “Arco do Desmatamento”. Os estudos agrários e regionais sobre a BR-163 e os processos decorrentes da expansão da soja são evidenciados nos trabalhos de Carneiro Filho (2005); Oliveira (2005); Torres (2005); Schlesinger & Noronha, (2006); Margarit, (2013). Esses trabalhos pensam a Cuiabá-Santarém como uma rodovia de interesse estratégico e do avanço do capital, dilacerando sobre o seu eixo, os conflitos agrários e ambientais.

A distribuição espacial do “Arco do Desmatamento”, os limites da Amazônia Legal Brasileira foram impulsionados a partir da década de 1970. Abrange a área do Sul do Amazonas, Sudeste do Acre, Rondônia, Norte do Mato Grosso, Leste do Pará, Sudeste do Maranhão ao Norte de Tocantins, período em que houve a construção de estradas, visando promover a ocupação da região. Outrora, muitas estradas foram construídas ilegalmente, formando uma espinha dorsal no âmago da floresta, de ações corrosivas, degradantes e de banimento da fauna e da flora. Acrescenta ainda, as mudanças estruturais implementadas no panorama regional, cujas alterações surtiram efeitos nas bacias hidrográficas de grande e médio porte e nos ambientes ecossistêmicos (CARNEIRO FILHO, 2005).

As dinâmicas territoriais se tornaram efervescentes, tanto no campo como nas cidades, com o surgimento de diversas atividades econômicas e novas construções no espaço geográfico, articulando o significado geopolítico predominante na Amazônia com o mundo. Cidades surgiram e cresceram exponencialmente, denominadas por Becker (2004) de “floresta urbanizada”. Essa nomenclatura é resultado da consolidação de um povoamento oriundo do avanço econômico em que promoveram mudanças estruturais de ordem técnico-científica, em

virtude das elevadas taxas de migração, em que consistiu na formação de cidades ao longo das rodovias. Diante desse enunciado é que:

As redes e cidades permitem a expansão dessa área econômica avançada que é chamada de “arco de fogo”, ou do desmatamento ou “de terras degradadas”, porque foi onde se expandiu a fronteira e o desmatamento. Mas está na hora de mudar essa denominação, tendo em vista que se trata da maior área produtora mundial de soja (BECKER, 2004, p. 81).

A tecnificação do território, por meio da materialidade e da sociabilidade das redes, contribuiu significativamente com o surgimento de várias cidades ao longo das rodovias, no qual estas assumem uma centralidade nas relações com os mercados exógenos, impondo uma nova dinâmica socioespacial. O avanço das múltiplas atividades econômicas provocou a deterioração da natureza e o aparecimento de cidades que se englobaram em um sistema reticular para a realização dos fluxos da produção destinados aos mercados externos e para introduzir o (re)ordenamento do território, mediante um circuito espacial “solidário” e complexo.

Além do desenvolvimento da pecuária e ações de madeiras terem se tornado atividades preponderantes nesse cenário de conflitos elásticos, a agricultura mecanizada (especialmente a produção de soja e do algodão) avançou substantivamente e reduziu as atividades primárias desenvolvidas por pequenos produtores (camponeses). O agronegócio ganha força para expandir suas fronteiras agrícolas, pois a soja avançou em Rondônia, Oeste do Pará, em áreas do cerrado de Roraima e Mato Grosso, estado de maior produção de grãos de soja em nível de Brasil; e com o emprego de sistemas mecanizados e modernos nas lavouras.

Os avanços das *commodities* articularam a economia entre regiões produtoras, ora pelas rodovias ora pelas hidrovias. Portanto, redes de infraestruturas são construídas e incorporadas ao panorama paisagístico amazônico, a fim de promover a integração regional. Esses sistemas de engenharia (SANTOS, 1988:2014) são complexos e evidenciam o emprego de um conjunto de técnicas e a intervenção do ser humano no ambiente. Essa obra não deve ser compreendida somente pela trafegabilidade de veículos e pessoas que ligam um lugar a outro e que está para atender aos clamores e expectativas das populações locais (discurso do Estado e do capital), mas transformar em um corredor promissor de desenvolvimento e de caráter estratégico (CARNEIRO FILHO, 2005). É isso que os corredores exportadores de grãos têm como centralidade em seus projetos e discursos, ao se pensar em engenharias de médio/grande porte de tamanha dimensão geográfica.

A produção de soja não teve êxito apenas nos estados do Acre e do Amazonas e em algumas porções do estado do Amapá, porque são regiões em que apresentam grandes áreas em estado de preservação, devido à criação de Reservas Extrativistas (RESEX) e outras Unidades de Conservação (UCs). Mesmo assim, há intensas pressões de atividades agropecuárias e ações de madeireiros que desejam adentrar a floresta, se apoderar e fazer o usufruto da massa florestal reservada.

Diversos são os conflitos diagnosticados entre fazendeiros, seringueiros e com povos indígenas. Como esse território estadual se restringe a essas peculiaridades e as condições dos terrenos não se apresentam favoráveis à formação de um celeiro agrícola, o cultivo dessa leguminosa não obteve tanto sucesso nesses estados, mas, ainda é um caso a se pensar como projeções de um futuro não muito distante.

A elaboração de ações governamentais articuladas com interesses privados contribui com a expansão das *commodities* e a mercantilização dos recursos naturais. Por isso, as políticas elaboradas para manutenção da floresta em pé são contraditórias e duvidosas, na medida em que deixa entreaberto o uso intensivo dos recursos naturais em prol de políticas de crescimento econômico “sustentável”.

Esse “protecionismo da natureza” é resultado de uma ação estratégica de perspectiva futura, que permite promover a reorganização de espaços e territórios. Almeida (2012, p. 64) garante que essa medida assumida de “proteger a natureza” está atrelada necessariamente para: “a identificação dos recursos naturais estratégicos e subordiná-los à implantação de grandes obras de infraestrutura e à expansão dos produtos para o mercado de *commodities*, consideradas essenciais ao desenvolvimento sustentável”.

Com o agronegócio avançando sobre novos territórios, aumenta a necessidade de mais terras para o cultivo agrícola, instaurando a concentração fundiária, a valorização e o condicionamento do espaço agrário. Esse processo converte os espaços de florestas protegidas e de uso do campesinato em espaços da produção de grãos para atender o mercado globalizado. A soja, como uma “mercadoria do momento”, é um produto que desabrochou como símbolo da “modernização” no espaço agrário amazônico e suscitou o uso corporativo do território (SANTOS & SILVEIRA, 2001:2006; SILVA, 2015). Mas, esse evento geográfico se torna contraditório a partir do instante em que a implementação da modernização da agricultura e o desenvolvimento de uma nova cultura agrícola pela classe do agronegócio nega o modo de vida camponês e admite a destruição da natureza, a subjugação da força de trabalho ao capital e a expropriação do campesinato do seu território.

A iniciativa do governo federal em criar programas de desenvolvimento regional e promover a exploração econômica da região sempre objetivou promover a integração da região Norte do país e ampliar o crescimento econômico. O órgão responsável pela gerência de tal planejamento foi a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM). Assim, os estímulos concedidos aos empreendimentos privados na região vêm desde os governos dos militares em 1970 (BECKER, 2001, 2005; KOHLHEPP, 2002), com a criação do Programa de Integração Nacional (PIN), onde se criou um planejamento de eixos de desenvolvimento e introduziu no espaço geográfico amazônico redes de infraestruturas. Houve o surgimento de canais rodoviários de longos perímetros, a exemplo da Transamazônica, Cuiabá-Santarém e Cuiabá-Porto Velho-Manaus (KOHLHEPP, 2002).

As décadas de 1970, 1980 e 1990 foram alvo de dezenas de programas estratégicos de caráter desenvolvimentista, cuja finalidade era promover a integração nacional por meio da construção de redes de infraestruturas. Contudo, na primeira década de 1990, o Programa Piloto Internacional para a Conservação das Florestas Tropicais Brasileiras (PPG-7) surge como iniciativa de desenvolvimento regional “sustentável”, cuja centralidade do projeto é fazer uso dos recursos naturais de maneira “sustentável” e frear as taxas de desmatamentos que comprometem o bioma e o futuro da Amazônia.

Ininterruptamente, o surgimento do megaprograma *Brasil em Ação* (PPA 1996-1999) e *Avança Brasil* (PPA 2000-2003) implementados durante o primeiro e segundo mandato do governo de Fernando Henrique Cardoso (THÉRY, 2005) mostra que os incentivos fiscais e creditícios fornecidos ao “agronegócio” foram latentes e que o modelo de planejamento territorial pensado e implantado foi resultado de um caráter puramente estratégico. Os investimentos em pesquisas científicas e o incentivo de políticas econômicas são decorrentes de um novo modelo de desenvolvimento econômico que possibilita a abertura da fronteira agrícola e a territorialização do agronegócio.

O Programa Brasil em Ação representava uma política desenvolvimentista, baseado em um modelo exógeno iniciado em 1996. Através do Ministério do Planejamento e do Orçamento, a Amazônia foi alvo de mudanças econômicas e territoriais, na medida em que se instituíram corredores de desenvolvimento para acelerar a fluidez no território (BECKER, 2007a, 2007b; KOHLHEPP, 2002). Estas medidas tomadas pelo governo federal provocaram mudanças estruturais, ocasionando a tecnificação do território e a mobilização entre as partes interessadas, por meio da apropriação de recursos naturais e dos negócios (projetos) a serem territorializados e executados.

Becker (2007a) complementa ainda que a efetivação de tal projeto ocorreu com o Programa Avança Brasil, sob a gestão integrada do Plano Plurianual de investimentos (PPA 4 anos) e dos Orçamentos, correspondente a um plano estratégico do governo, que, posteriormente, houve maior participação da iniciativa privada no reordenamento do território, por meio de “megas” investimentos nos setores de transportes, energia e comunicação, visando, sobretudo, acelerar a circulação de mercadorias e estabelecer relações com os mercados globais. Conforme a autora Becker (2007a, 2007b), a criação dos Eixos Nacionais de Integração e desenvolvimento (ENID) constituem em objetivos logísticos nacionais, formando grandes corredores multimodais de exportação, como os Eixos do Norte e Amazônia Ocidental, com a construção de terminais fluviais em Porto Velho, Manaus e Santarém e a pavimentação de algumas rodovias federais.

O Eixo Oeste compõe uma área de desenvolvimento de atividades agropecuárias e de fronteira agrícola, formando corredores multimodais para aumentar a velocidade de circulação de mercadorias, constituindo-se em artérias (rodovias) no meio da floresta, a exemplo da rodovia BR-364 que conecta tais atividades agrícolas com o restante do país. O Noroeste, Amazônia Ocidental, a BR-174 representa ainda um canal de circulação promissor. Os fluxos ampliaram com a construção de outras rodovias, as quais assumem, até os dias atuais, um formidável papel de circulação: Porto Velho-Manaus, Cuiabá-Santarém e Macapá-Oiapoque (BECKER, 2007a).

Em virtude da elaboração de políticas voltadas para as redes de infraestruturas, a intenção é formar corredores multimodais que possam realizar o transporte da produção agrícola, por meio da facilitação dos seus custos/benefícios e alcançar a reprodução ampliada do capital. O cinturão da soja surge em lugares longínquos e vem ganhando credibilidade, magnetismo e se irradiando em diversas partes das regiões da Amazônia.

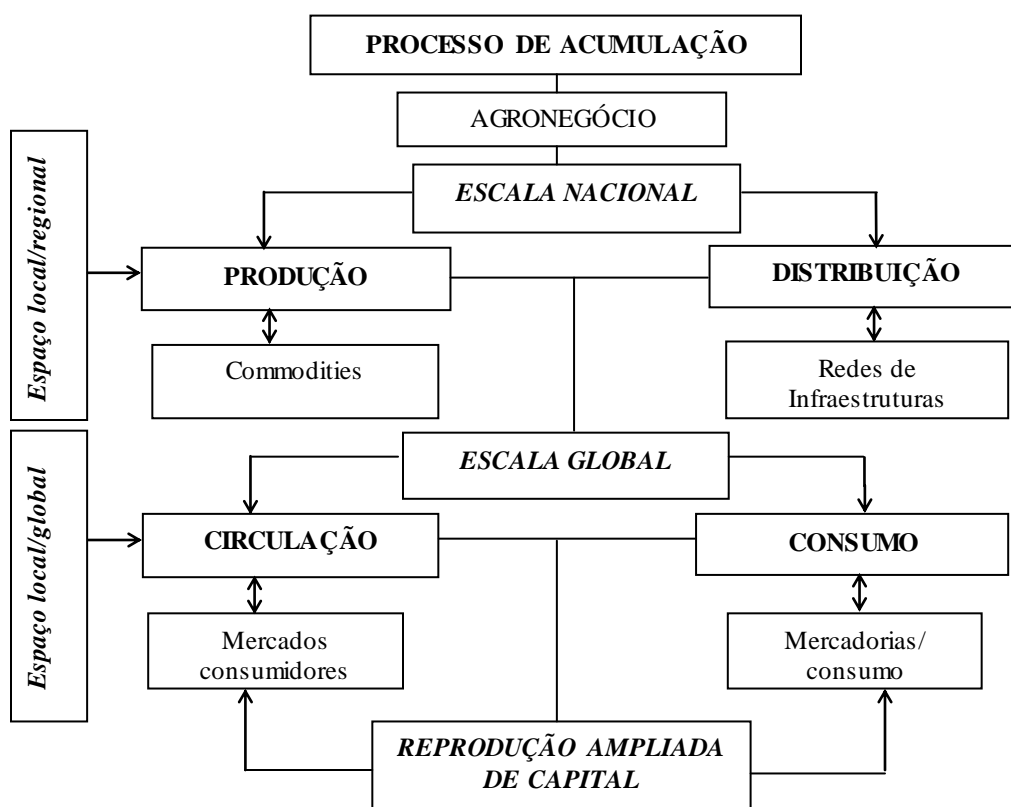
Esse grão “valioso” torna a nova tendência do século XXI, emblema da modernização no espaço agrário. Mas para quem se destina essa modernização? Restringe-se aos empresários de negócios (sojicultores) que estão associadas com as grandes corporações globais (Cargill, Amaggi, Bunge, ADM), através da venda de grãos, em que a ação do capital hegemônico é resultante da expropriação e/ou pressionamento do campesinato, além de ser execravelmente nocivo ao extermínio da natureza.

Segundo Kohlhepp (2002) países europeus, em conjunto com o Japão, estimularam direta ou indiretamente a produção de soja na frente pioneira do Brasil Central. Queriam estreitar suas relações comerciais com o Brasil, tornando a Amazônia em um circuito agrícola em erupção. Isso mostra que a soja passou a ser cultivada não apenas em áreas de cerrado,

mas em áreas de florestas tropicais, como no estado do Pará, com destaque para Paragominas, Santarém e, mais recentemente, nos municípios de Mojuí dos Campos, Belterra e Novo Progresso, cidades que se encontram sob a influência da BR-163 e de grandes produções do agronegócio sojeiro.

Destarte, o agronegócio ganhou espaço a partir da década de 1990, aqui compreendido como atividade econômica voltada para os setores industriais, comerciais, financeiros e tecnológicos (CARVALHO & COSTA, 2012; FERNANDES, 2015). Esse modelo agroexportador introduz a modernização na sociedade e no território e exige maiores investimentos nos setores agrícolas ou agropecuários. Formam-se cadeias produtivas de grãos (Figura 6), articulando-se com os mercados globalizados para execução da comercialização de mercadorias. Esses circuitos produtivos se instalam e dinamizam o território, intensificando as demandas de fixos e fluxos que modificam os lugares.

Figura 6 – Organograma do funcionamento da cadeia de produção de grãos



Fonte: Trabalho de gabinete, 2015

Elaboração: CONCEIÇÃO, Francilene Sales da.

A reprodução ampliada do capital avança sobre as áreas de vegetação e sobre os territórios da classe social camponesa, assumindo uma grandeza multiescalar. As bordas

florestais que Santos e Silveira ([2001]2006) cognominaram de meio natural ou pré-técnico⁵ vão sendo substituídas por uma paisagem técnica e com a aplicabilidade de altos investimentos em pesquisas científicas e aplicação de um aparato tecnológico para correção e cultivo do solo. Estudos realizados pela Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuária (EMBRAPA) apontam que alguns tipos de solos da Amazônia são aptos para o desenvolvimento de atividades monocultoras, o que tem contribuído significativamente com o estabelecimento da cultura agrícola da soja em áreas antes de vegetação e solos intactos ou em áreas utilizadas para a agricultura camponesa.

Foi o que ocorreu no oeste paraense, quando as primeiras experiências no planalto santareno, em 1996, foram preponderantes para a expansão do plantio de soja em uma área de mais de 50 hectares cedida pelo Grupo Quincó e que foi estudada pelo Grupo Agrária Engenharia e Consultoria S/A para constatar a viabilidade da produção de grãos (PAIXÃO JR., 2012; COSTA, 2012a, 2016). A partir dos experimentos realizados pela empresa contratada, sob orientação dos grupos empresariais, em parceria com o governo do Pará, constataram que essa região tinha um grande potencial agrícola para o cultivo dessa leguminosa, o que estimulou a migração de produtores sojeiros para a região, juntamente com a grilagem e a compra de terras dos camponeses por preços insignificantes, instaurando-se um novo sistema produtivo: a *mecanização do espaço agrário e florestal*, a *tecnificação no território* e a *cientificização da paisagem*.

Se antes o campo era considerado um espaço de “atraso” e de “impedimento” para o “desenvolvimento econômico” para alguns teóricos, atualmente, percebe-se um meio agrário mecanizado e avançado cientificamente que exclui e interfere na reprodução social camponesa nos seus referentes territórios. Mas, ainda que essa modernização conservadora venha se difundindo rapidamente, o campesinato não deixou de existir, pois o que dá sentido e fundamento para a sua existência é a *resistência em permanecer na terra/floresta* e o *trabalho familiar*.

Essas características são fundamentais para a compreensão do campesinato no contexto do capitalismo, pois “o camponês não é um sujeito social de fora do capitalismo, mas um sujeito social de dentro dele” (OLIVEIRA, 2001, p.185). O campesinato se recria e

⁵ Essa nomenclatura é ser encontrada no livro de Milton Santos “O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI”. A partir do momento em que o ser humano exerce sua ação sobre a natureza, transforma-a, elabora seus instrumentos de trabalho, está fazendo uso de sua própria técnica, ainda que simples. Pois, a presença do homem na natureza já atribui, de certa forma, valor às coisas. Outrora, desde que o homem era um ser primitivo, isto é, um caçador e coletor ele já fazia uso de uma técnica apropriada para seu modo de vida e adequada para aquele determinado período histórico. A própria natureza se encarregada de comandar as ações humanas, devendo o ser humano se adaptar às normas e regras impostas por ela, caso contrário, não teria conseguido domesticar as plantas e os animais e construído seu meio geográfico.

cria sua estratégia de reprodução social, para que assim, continue existindo e resistindo contra essa lógica carregada de paradoxos voltados para os mercados exógenos e que visa à acumulação rápida de capital.

Figura 7 – Populações ribeirinhas que estabelecem relação com o rio e a floresta no rio Amazonas em Santarém/PA



Fonte: Trabalho de campo, 2016.

Foto: CONCEIÇÃO, Francilene Sales da.

Cada região brasileira possui uma especificidade de campesinato, na Amazônia, essa particularidade se torna evidente na medida em que estes vivem o tempo da floresta, dos rios, do ecossistema, isto é, o tempo da natureza (Figura 7). A natureza impõe sua própria dinâmica e os grupos dependem dela para sobreviver. Existe certa relação de dependência das populações amazônicas para com a natureza, no qual a destruição desta pressupõe o extermínio de modos de vidas e a negação de suas historicidades e espacialidades.

Quadro 1 – Demonstrativo com as tipologias de campesinato da Amazônia

TIPOLOGIAS	CARACTERÍSTICAS	TRABALHOS
Camponeses-posseiros	É uma parcela de campesinato sem terra que vem lutando historicamente contra a expropriação e são símbolos da resistência. Na agricultura, realizam uma produção de alimentos diversificada de cunho familiar.	Ariovaldo Umbelino de Oliveira e José de Souza Martins
Camponeses-sem terras	São aqueles que lutam para entrar na terra e ter acesso a ela. Por isso, fazem ocupações de terras como garantia de sua territorialização camponesa. São nas contradições que surgem os movimentos sociais de luta pela terra, onde se tem a necessidade da realização da reforma agrária.	Ariovaldo Umbelino de Oliveira e José de Souza Martins
Camponeses-caboclos	É o campesinato tradicional amazônico originado da miscigenação de populações indígenas da várzea com os colonizadores europeus e também, mesmo que em número reduzido, com os escravos africanos, durante os séculos XVIII e XIX.	Jonismar Alves Barbosa ⁶
Camponeses-ribeirinhos	É aquele que suas territorialidades estão pautadas no uso da água (<i>territorialidade aquática</i>), da terra (<i>territorialidade agropastoris</i>) e da floresta (<i>territorialidade florestais</i>) e continuam exercendo a prática da caça, pesca, extrativismo, agricultura e pequenas criações, configurando-se em uma produção diversificada.	Manuel de Jesus Masulo da Cruz ⁷
Camponeses-florestais	É um tipo de campesinato-amazônico-acreano (o seringueiro), que se formou ao longo do século XIX e XX. Sua identidade é construída com base na floresta. O termo <i>camponeses da floresta</i> é usado para se referir aos seringueiros, que devido a crise da produção da borracha e a redução dos mercados consumidores do produto extraído da seringueira, esses sujeitos sociais procuraram outras alternativas de sobrevivência na floresta por meio do cultivo da agricultura de subsistência (roçados), da criação de animais e da plantação de novas espécies frutíferas. Assim, esse <i>camponeses-florestais</i> passaram por novas adaptações e usaram seu conhecimento para a construção de novas técnicas.	Silvio Simione da Silva, Maria Aldecy Rodrigues de Lima

Fonte: Trabalho de gabinete, 2015

Elaboração: CONCEIÇÃO, Francilene Sales da.

Essas tipologias de campesinatos que se encontram na Amazônia, constituem suas territorialidades na terra, na floresta, nos rios, ou seja, na natureza. É essa geografia da auto sustentação familiar vivida/vivenciada/experimentada e do espaço relacional/morada do campesinato amazônico, que a lógica do capital global hegemônico derrama sua negação, pois visualiza a terra como uma reserva de valor (especulação fundiária), bem como um espaço

⁶ O artigo de Jonismar Alves Barbosa (2014) intitulado “*A soja e a violação do direito fundamental de acesso à propriedade dos povos tradicionais em Santarém Pará, Brasil*” trata da dinâmica criada pela cadeia produtiva da soja em Santarém/PA e os reflexos no modo de vida dos povos tradicionais amazônicos. Por isso, nesse trabalho coloca em debate o conceito de povos tradicionais da Amazônia, a geopolítica da soja e o processo de ocupação de terras que alteram o modo de *criar, fazer e viver* dos povos tradicionais da Amazônia brasileira. O campesinato tradicional nesse presente estudo é também denominado de caboclo, pois seus meios de vida se fundamenta no uso comum da terra e dos recursos naturais (sistemas agroflorestais).

⁷ A tese de doutorado intitulada “Territorialização camponesa na várzea da Amazônia” de Manuel de Jesus Masulo da Cruz (2007) analisa as transformações territoriais na produção camponesa na área de várzea, cuja pesquisa foi desenvolvida no Baixo Rio Solimões, município Manacapuru, estado do Amazonas, sendo selecionadas três comunidades: Costa do Pesqueiro, Costa do Arapapá e Lago São Lourenço.

para a produção/circulação de mercadorias que se encontram interconexo em um circuito espacial produtivo. É diante dessa sistematização socioespacial/sociocultural que se extrai o campesinato evidenciado neste trabalho, *campesinato-agroextrativista*, porque se entende que uso da terra/floresta/território e suas práticas agrícolas e agroflorestais comprovam suas territorialidades e espacialidades que se materializam nas cartografias simbólicas.

As relações antagônicas (contradições e conflitos) entre campesinato e agronegócio têm despertado o sentido de classe e promovido a segmentação social que acontece internamente no modo de produção capitalista. Analiticamente, o conceito de classe social nos diz: “daí, a possibilidade de apreensão desta heterogeneidade que se manifesta numa *classe em si*, mas que apresenta também na luta quando aflora a condição da *classe para si*” (SIMIONE DA SILVA, 2011, p. 97). Assim, a *classe para si* possui sua função existencial no momento em que a luta se espacializa e territorializa, pois o campesinato não somente luta para entrar ou ter o acesso a terra, mas para ter o direito e a condição de viver na/da terra, na/da floresta e no/do território.

Portanto, a convivência entre *campesinato-agroextrativista* com o agronegócio sojeiro na realidade amazônica não apenas tem causado a desterritorialização dos sujeitos sociais, mas tem provocado discórdias, materialização e concretização da luta, despertando uma consciência de classe marcada pelo processo histórico. “A dialética materialista demonstra como o sujeito concretamente histórico cria, a partir do próprio fundamento materialmente econômico, ideias correspondentes e todo um conjunto de formas de consciência” (KOSIK, 1976, p. 124), acordando para a condição do ser social ativo em um processo contraditório, aonde a realidade é compreendida na totalidade concreta e no desenvolvimento da história e da práxis que dá objetividade ao ser humano.

É isso que o avanço da produção de *commodities* na Amazônia vem ocasionando nas últimas décadas, pois quanto mais o território do agronegócio se expande, o território do campesinato diminui, cristalizando-se nesse processo histórico-dialético, uma luta de classes que se materializa nos conflitos. Entretanto, a recriação do campesinato no capitalismo se faz necessária, porque o avanço do capital significa a sobreposição de territórios, ocasionando rupturas nas relações dos sujeitos com os seus lugares, resultando em uma multiplicidade de conflitualidades de classes. Nesse sentido, é que as disputas paradigmáticas são percebidas, a partir de duas lógicas distintas: *agronegócio sojeiro* e *campesinato-agroextrativista*.

1.3 A “MODERNIZAÇÃO DO TERRITÓRIO”, AGRONEGÓCIO E CAMPESINATO

Esse “novo mundo”, “símbolo da modernidade”, manifesta-se por meio de discursos hegemônicos, difusores de ideologias, na medida em que, em todo o signo ideológico se confronta em índices de valores contraditórios, tornando-se a arena onde se desenvolve a luta de classes (BAKTIN, [1929-1930]1999). Igualmente, conceber a palavra como um produto de mudanças sociais significa conceber os sistemas ideológicos como uma forma de exercício do poder. Consequentemente, as classes sociais envolvidas no interior do capitalismo, ao fazer o uso da comunicação, irão defender suas ideias e concepções de mundo de acordo com seus próprios interesses.

Por isso, o avanço das relações capitalistas e a revolução no conhecimento técnico e científico no espaço agrário da Amazônia são alvo de contradições, elucidando outro momento na história. A agricultura vem passando por metamorfoses de ordem científico-tecnológica, na medida em que novos sistemas de objetos surgem e dão um significado original em suas múltiplas dimensões e escalas geográficas. Os lugares se globalizam por meio da conexão do mundo em redes (comunicação, infraestruturas, transportes, energia, etc.), intensificando sucessivamente os fluxos materiais e imateriais.

A abertura para novos projetos de mercados se territorializarem, o espaço sendo um produto da ação do capital para a produção de mercadorias e o aprimoramento dos sistemas técnicos (construção de objetos fixos e rapidez nos fluxos), indicam que os lugares não se explicam mais por si mesmo em virtude da instauração de uma nova lógica global de mercado que sintetiza a submissão da Amazônia das terras, das florestas e das águas (rios) ao modelo agroexportador da monocultura sojeira, derivando na seguinte configuração espacial e territorial: *agro-flora-hidro-negócio*. A atuação de variáveis exógenas se apropriando de novos territórios com fins acumulativos, no qual transformam os lugares em áreas especializadas e produtores de mercadorias tornam-se mais dinâmicas e complexas.

Portanto, o território se tecnifica e se globaliza, na medida em que a presença do capital hegemônico induz uma ampla movimentação das zonas de influências. Neste sentido, a modernização da agricultura no espaço agrário brasileiro instaura uma nova geografia, sobretudo, a partir do final do século XX, momento em que ocorreram transformações significativas no espaço, no qual contribuiu para o surgimento de um novo conceito em debate: *Globalização* (SANTOS, 2000, [1996]2012, SANTOS & SILVEIRA, [1994]1996, [2001]2006; HARVEY, 2004, 2005; SILVA, 2005).

O conceito designado por Santos ([1996]2012) como *Espaços da Globalização* é resultado de um processo ideológico que tenta difundir um processo de homogeneização e padronização das questões culturais, sociais e econômicas em uma dimensão planetária. Esses discursos são disseminados, fundamentalmente, pelos agentes hegemônicos, que estão representados pelos meios midiáticos, sistemas financeiros, grandes corporações internacionais e demais organizações ligadas aos mercados globalizados, objetivando a expansão dos fluxos, para que assim, possam alcançar a reprodução ampliada do capital.

A globalização é, de certa forma, o ápice do processo de internacionalização do mundo capitalista. Para entendê-la, como resto, a qualquer fase da história, há dois elementos fundamentais a levar em conta: o estado das técnicas e o estado da política (SANTOS, 2000, p.12).

A globalização se configura em um processo que permite a homogeneização da produção de mercadorias em larga escala e aguça a aceleração dos processos técnicos e informacionais, causando o encurtamento das distâncias no tempo e no espaço. Contudo, ela não possui coexistência sem a formulação de um projeto político específico que permite “uma profunda reorganização geográfica do capitalismo” (HARVEY, 2004, p. 84). O capitalismo surge como uma condição de acelerar e efetivar o tempo do capital e produz um espaço em trânsito que facilitam as trocas, a distribuição e o consumo das mercadorias.

Cada tempo histórico exprime uma condição técnica que indica o funcionamento das sociedades, na medida em que o avanço da cientifização e tecnificação se torna condição preponderante para indicar um processo de modernização do território. Esse evento da unicidade da técnica indica a passagem de *tempo lento* para um *tempo rápido* (SANTOS, [1996]2012), agora, comandado pelas grandes empresas transnacionais com o expresso apoio do Estado.

Vive-se o tempo da velocidade e das inovações tecnológicas, ou seja, o tempo do capital. Os progressos técnicos criados pelo capitalismo tentam romper com o cotidiano vivido pelas pessoas e prima por estabelecer novas relações socioespaciais. O processo capitalista é expansível, dinâmico e dita suas leis, regras e normas. Esse modelo constrói suas contradições internas e é movido por períodos de acumulação e períodos de crises. É no cerne das crises que o capitalismo se supera e volta a acumular novamente, formando um sistema ideológico organizado. Por isso:

O capitalismo tem recorrido a repetidas vezes à reorganização geográfica como solução parcial para suas crises e seus impasses. Assim, ele constrói e reconstrói uma geografia à sua própria imagem e semelhança. Constrói uma paisagem geográfica distintiva, um espaço produzido de transporte e comunicações, de infraestruturas e de organizações territoriais que facilita a acumulação do capital

numa dada fase de sua história, apenas para ter de ser desconstruído e reconfigurado a fim de abrir caminho para uma maior acumulação num estágio ulterior. (HARVEY, 2004, p.80-81).

Os efeitos do capital na produção do espaço são apontados por meio de sua materialidade e as ações nele imbricados. Constrói-se uma paisagem tecnificada e difunde uma nova temporalidade: o tempo da rapidez. O modo de produção capitalista estimula a *priori* a competição entre os mercados, exprime um caráter individual e procura reformular o mundo a fim de realizar a reorganização de territórios novos.

Ao mesmo tempo em que se produz um espaço para a obtenção do acúmulo de capital, a própria lógica faz emergir um cenário de lutas de classes entre *capital* e *trabalho* (HARVEY, 2004; 2005), pois, o capitalismo não é pacífico e homogêneo, ele produz um espaço desigual e contraditório e o processo da globalização tende a acirrar ainda mais essas disparidades entre os lugares e as classes que neles habitam.

Diante desse emblemático processo marcado por tamanhas contradições oriundo dos avanços das técnicas é que se procura analisar as mudanças pelas quais passou a agricultura nos últimos anos. Para isso, é necessário compreender o significado do processo da modernização da agricultura e os efeitos de transformação que essa “modernização” conservadora ocasionou no modo de vida da classe social camponesa.

Alentejano (2012) aborda que a modernização da agricultura surge nos anos de 1950 e 1960 como forma de negação à reforma agrária, que estabelece a aliança entre o grande capital industrial com a grande propriedade fundiária. Embora o emprego de técnicas modernas na agricultura seja um elemento evidenciado durante esse período, é somente após o Golpe Militar de 1964 que se pode confirmar o efeito da nova era moderna no espaço agrário brasileiro.

A partir desse momento, tem-se uma agricultura científica sendo instaurada devido à aliança estreitada entre Estado e capital (mercado), pois o primeiro possibilita a abertura do terreno para a territorialização dos programas e projetos, apresentando-se como agente planejador da ocupação, produção e organização do espaço e o segundo impõe um modelo de modernização econômica, resultando na modificação da composição técnica do território (SILVA, 2015), a fim de obter a acumulação de capital. Assim, a partir do fortalecimento dos atores hegemônicos (Estado e mercado), têm-se um campo mecanizado. Neste processo, cresce linearmente o número de máquinas e insumos nas atividades agrícolas e o investimento em pesquisas científicas, como no caso da Embrapa, que se configura como prestadora de

assistência técnica e extensão rural, além de ser difusora de um novo padrão produtivo (ALENTEJANO, 2012).

A atuação dessa empresa visa contribuir com o aumento da produtividade, adaptar variedades de sementes às condições pedológicas e climáticas, corrigir as áreas degradadas e converter em novas áreas produtoras agrícolas, como no caso da soja, em que se cristalizou em algumas regiões da Amazônia brasileira, sendo esse o grão indutor de muitos conflitos e conflitualidades existentes entre sojicultores e camponeses e a junção do Estado/corporações contra camponeses, quilombolas, indígenas e extrativistas.

A Embrapa está mais a serviço do capital do que para atender às necessidades dos pequenos produtores, na medida em que se investe em pesquisas voltadas para as monoculturas, a fim de elevar a produtividade e atender uma demanda global, enquanto a prestação de assistência técnica aos camponeses torna-se cada vez mais reduzida e/ou inexistente. Por isso, o agronegócio, antes nomeado de *agribusiness*⁸, por volta de 1950, corresponde recentemente “ao desempenho econômico e à simbologia política, e cada vez menos às relações sociais” (LEITE; MEDEIROS, 2012, p. 83). Esse processo somente tomou grande repercussão no final dos anos 1980 e continua perpetuando intensamente até os dias atuais, alterando as relações de trabalho, da/na terra e do/no território, além de acarretar intervenções na natureza.

O resultado disso é a globalização da economia atuando nos lugares, em virtude de o avanço das formas capitalistas no espaço agrário optar pela apropriação dos diversos recursos naturais disponíveis à conversão da terra em mercadoria, além de promover a subjugação da força de trabalho dos camponeses para o capital, transformando-a também como uma mercadoria (MARTINS, [1979]2013, [1996]2014; OLIVEIRA, 1991, 1999, 2001, 2007; PAULINO, 2006, 2007). A territorialização do “estranho” (agente econômico) no território do campesinato, tenta romper com as cosmogonias, historiografias e geografias construídas ao longo de suas trajetórias de vida. Mas, o camponês cria e se recria enquanto classe social dentro dessa lógica desigual e contraditória.

As técnicas utilizadas na terra de trabalho/habitação pelo camponês que reside no espaço amazônico, não dispõem de um aparato tecnológico sofisticado, como no caso do agronegócio, o qual possui grandes propriedades monocultoras e faz uso de maquinários modernos e de defensivos agrícolas nas lavouras. Por outro lado, nas unidades familiares

⁸ Está relacionado ao complexo agroindustrial e a agroindústria. Para saber mais a respeito dos conceitos, consultar o Dicionário da Educação do campo (2012).

camponesas, a forma de produzir é autônoma e diversificada, direcionada para um mercado local/regional.

Contudo, com a entrada do agronegócio no território vivenciado pelo campesinato mudam-se as práticas cotidianas, os saberes, as relações de trabalho, os cultivos oriundos das diversificações dos produtos e a forma de solidariedade comunitária predominante no modo de vida da classe social camponesa. O capital tenta quebrar os valores culturais e os laços simbólicos construídos ao longo de sua trajetória histórica, resultando na expropriação e na proletarianização dos camponeses.

Essa nova temporalidade e espacialidade (modernização da agricultura) em evidência na Amazônia provocaram mudanças na escala espaço-temporal. Sob a égide da globalização, há um meio *técnico científico informacional*⁹ se aperfeiçoando no espaço agrário Amazônico (SILVA, 2005, 2013; 2014b, 2015; TRINDADE, 2015), mas esse progresso técnico empregado na agricultura é fruto do avanço das formas capitalistas de produção, que vem acompanhado de desigualdades e desacordos entre classes.

A presença de silos, galpões, armazéns “enfeitam a paisagem”, a construção de rodovias cortam o “coração da floresta” e a implementação de hidrovias, formam “ruas¹⁰ imaginárias” que interligam os lugares. É fazendo uso dessa linguagem metafórica que a “rua” utilizada pelo ribeirinho e populações amazônicas (Figura 8) é um recurso da manutenção da vida. Para o capital, essa mesma rua é fruto da privatização, tornando-se um canal de escoamento de grãos para geração de lucros nos mercados internacionais, os quais excluem os modos de vida das populações em suas localidades.

⁹ Esse conceito foi desenvolvido por Milton Santos (1996) para se referir aos objetos técnicos e informacionais. Esse processo significa a junção entre a ciência, técnica e a informação em tempos de globalização, momento ápice em que modificou os conteúdos dos territórios para atender às demandas do mercado global. Esse progresso representa um novo momento na história, tanto nas cidades como no campo, na medida em que se avançam na cientificização e na tecnicização da paisagem geográfica.

¹⁰ Na ótica das populações amazônicas, o rio se mostra como a principal rua a ser transitada, principalmente: por pescadores em suas *rabetas* (pequena embarcação que possui um motor de popa na parte externa barcação) ou *bajaras* (pequena embarcação que possui seu motor na parte interna e fixa e é aquilo que não está visível na embarcação). Essas pequenas embarcações, bem como outros barqueiros, se deslocam de um lugar para outro e transportam cargas (mercadorias) e pessoas “embalando” em suas redes cotidianamente. A “rua”, para a qual demos o sinônimo de rio, está no imaginário das pessoas, pois muitas cidades da Amazônia possui uma forte relação com o rio e tem ele como saudoso e sagrado, fazendo parte de um modo de vida peculiar. Mas esse mesmo rio assume outra função para outros atores, sendo trafegado por navios, aonde turistas apreciam a paisagem exuberante e as dinâmicas da região; e, por navios ou balsas enormes que transportam soja e outros grãos para o exterior. Nesse sentido, o rio está para o lazer ou para atender uma demanda dos mercados globalizados.

Figura 8 – Ribeirinho pescador no rio Tapajós em Belterra/PA



Fonte: Trabalho de campo, 2016.

Elaboração: CONCEIÇÃO, Francilene Sales da.

São dois horizontes completamente diferentes convivendo distintamente. Na atualidade, as *manchas* formadas em decorrência de novos arranjos espaciais se conformam em pontos contínuos e descontínuos que se enquadram em uma relação local/global. Portanto, duas categorias de análise são importantes para a compreensão das compartimentações manifestadas no espaço: *horizontalidades* e as *verticalidades* (SANTOS, [1996]2012).

Esses dois recortes do espaço surgem como categorias analíticas para compreender o processo global da economia e da sociedade.

Extensões formadas de pontos que se agregam sem descontinuidade, como na definição tradicional de região. São as *horizontalidades*. De outro lado, há pontos no espaço que, separados uns dos outros, asseguram o funcionamento global da sociedade e da economia. São as *verticalidades*” (SANTOS, [1996]2012, p. 284).

As *horizontalidades* correspondem às solidariedades orgânicas¹¹ formadas por pontos sucessivos, dilacerando-se nos lugares para a produção e reprodução das populações nos seus atinentes territórios. Nesse processo, os sujeitos possuem relações de proximidade, reciprocidade e relações de cooperações, ou seja, espaço contínuo em que o capital hegemônico não conseguiu ainda romper totalmente com as interações de vizinhança e

¹¹ Esse foi um conceito desenvolvido por Émile Durkheim para enfatizar as relações de direito da cooperação estabelecida entre os indivíduos no contexto de sua natureza social. Essa solidariedade é derivada da divisão do trabalho social que tende a desenvolver um processo de individualização na sociedade de cunho solidário, ocorrendo uma interdependência e uma interação entre um e todos os membros que compõe a unidade de uma sociedade diferenciada. Isso mostra a existência de uma sociedade organizada socialmente e politicamente, que estabelece relações comuns e demonstram afinidades em determinadas atividades e situações.

parentesco estabelecidas entre os indivíduos, objetivando introduzir ações individuais e competitivas que não fazem parte de suas lógicas e, muito menos, de suas atividades rotineiras. Essa tipologia categórica aqui evidenciada faz alusão à solidariedade de base comunitária, podendo ser perceptível nas diversidades de campesinatos existentes na Amazônia brasileira.

Por outro lado, as *verticalidades* se referem à solidariedade organizacional, baseadas em um sistema de circulação complexo que vão definir, posteriormente, a distribuição e o consumo final da mercadoria posta no circuito produtivo. Os mercados globalizados têm o poder de promover a sua regulação, verticalizando a produção e concebendo-a em larga escala. Santos ([1996]2012) formulou esse processo de *solidariedade organizacional*, momento em que é o capital hegemônico, representado pelas grandes corporações, estabelecem acordos comerciais em nível global, baseando-se em uma dimensão multidimensional e multiescalar do espaço.

Para reforçar, materializar como essa proposição se aplica na Amazônia, o estudo feito por Trindade (2015) discutiu o processo de globalização e de fragmentação do espaço, no qual estão submetidas às cidades amazônicas. A análise partiu de que o processo de urbanização e a produção do espaço urbano da cidade de Santarém, a partir dos agentes ligados ao agronegócio da soja, desde a instalação da Cargill no município de Santarém/PA, possuem relações com os meios informacionais e novas tecnologias. Os trabalhos ainda de Silva (2005, 2013, 2014b) também enfatizam a discussão das categorias horizontalidades e verticalidades geográficas como forma de pensar o avanço dos espaços da globalização na agricultura, em virtude da regionalização do agronegócio da soja.

Essa ação externa modifica as dinâmicas dos lugares em decorrência da incorporação de novos componentes técnicos e científicos na paisagem. A variável soja, como uma *commodity* de interesse do capital global, tem uma produção verticalizada com diversos países, mas que dialeticamente introduzem no território efeitos desiguais e contraditórios. As terras do campesinato e a natureza são o principal alvo dessas contradições, pois são transformadas em um celeiro agrícola, com o cultivo de um só produto que não atende a necessidade local, mas a uma demanda externa.

As grandes corporações do agronegócio atuando no território camponês consistem na expansão progressiva da sociabilidade do capital, exercendo sua forte influência, controle e dominação sobre as terras que possuem uma dinâmica comunitária. Essa modernização denominada por José Graziano da Silva (1997) de “Novo Mundo Rural” surge diante de um cenário de conflitos. É vista como excludente e conservadora, na medida em que há a

subalternização do campesinato ao capital, o esvaziamento do campo, constantes ameaças e pressionamento de camponeses para sair da terra, violação dos direitos desses camponeses e a luta do campesinato para entrar e permanecer na terra, na floresta e no território.

Por isso, até que ponto esse momento “novo” na história das técnicas e da ciência é benéfico para sociedade se não está preocupado em atender as expectativas e as necessidades locais? No contexto do agronegócio, a agricultura moderna é determinante para promover as disputas por territórios, originando conflitualidades de diversas ordens entre sojicultores e camponeses.

O agronegócio sojeiro mercantilizou a terra, a natureza e causou efeitos contraditórios no território do campesinato. A partir do momento em que o capital se aloja na agricultura, através da compra ou do arrendamento da terra e estimula a migração dos sujeitos do campo para as cidades ou os transforma em trabalhadores assalariados, esse processo é denominado por Oliveira (1999) e Paulino (2007) de territorialização do capital. Na agricultura capitalista, a terra, a floresta e a força de trabalho dos camponeses se tornam mercadorias, enquanto, para a classe social camponesa, a terra representa o principal mecanismo de (re)produção da vida e a força de trabalho como garantia de renda da terra e subsistência da família.

Nesta perspectiva, os monopólios (as corporações do agronegócio) estabelecem relações com os mercados exógenos e têm como intuito promover a sua hegemonia mundial. De forma direta ou indireta, essas transnacionais causam efeitos no território camponês porque são esses que compram as mercadorias (*commodities*) dos sojicultores, agentes que estão operando conflituosamente com a classe camponesa. Estas empresas representam monopólios mundiais e nacionais do agronegócio em que exercem o controle do território e aceleram o processo da circulação de mercadorias. Esse processo Oliveira (2012) denominou de monopolização do território pelo capital.

Conceitualmente, esse sendo um dos processos que comandam a produção agrícola mundial indicam que:

A monopolização do território é desenvolvido pelas empresas de comercialização e/ou processamento industrial da produção agropecuária, que sem produzir no campo, controlam através de mecanismos de subordinação, camponeses e capitalistas produtores do campo (OLIVEIRA, 2012, p.10).

A presença desses monopólios está acertada no setor de grãos e sementes, em que empresas mundiais controlam os mercados e a produção de mercadorias, por meio dos estabelecimentos de alianças entre Estado, burguesia nacional e as corporações mundiais.

No Brasil, com a monopolização do território, os agentes econômicos exercem forte influência no setor de grãos, como por exemplo, a Cargill, Bunge e a ADM em escala internacional e as empresas Amaggi e a Caramuru exercendo seu poder em escala nacional. Essas empresas promovem a privatização do território e representam grandes *trades* exportadores de grãos que monopolizam o território pelo viés dos fluxos produtivos organizados em cadeias. O controle do território ocorre também no setor de sementes, onde as empresas Monsanto e Syngenta se destacam como monopólios controladores da agricultura mundializada.

Na Amazônia, a presença de monopólios controlando e verticalizando a produção de grãos vem se elevando nos últimos anos, principalmente, no norte do Mato Grosso, no sul de Rondônia e no oeste do estado do Pará. Contata-se uma especialização agrícola, na aceleração da produção e no aumento da competitividade dos mercados, provocando na divisão internacional do trabalho. “É o caso da agricultura de exportação, que atualmente tem contribuído para conectar Santarém a mercados globais” (TRINDADE, 2015, p.58).

Neste contexto, com o desenvolvimento do capitalismo no campo, constatou-se uma rápida modernização do território para a prática da agricultura, em que os discursos ideológicos hegemônicos carregados de um teor de convencimento e persuasão, cujo *slogan* remete a ideia de “progresso e desenvolvimento”, tornaram-se preponderantes para a territorialização do agronegócio, com a introdução de novos objetos geográficos, a fim de ultrapassar o que era considerado como “atrasado” ou “velho” para um tempo “moderno” “acelerado” que propicia o “novo”.

A globalização da economia e da sociedade se mundializa e universaliza as relações produtivas no espaço geográfico (SANTOS, [1996]2012), na medida em que as forças produtivas são controladas por grandes corporações, ampliando as relações e implanta uma organização regional que acaba por engendrar no território novas formas e novas funções. Assim, o fenômeno da globalização contribui com tais mudanças, pois se constata o uso corporativo do território pelo capital mundial e uma especialização produtiva, sendo que a forte presença de empresas estrangeiras revela uma estratégia de operações concomitantes no cenário mundial, que através do processo de globalização, tende-se a fragmentar, homogeneizar e a padronizar os usos e valores com a expansão de tecnologias no campo.

Com a globalização, a especialização agrícola baseada na ciência e na técnica inclui o campo modernizado em uma lógica competitiva que acelera a entrada da racionalidade em todos os aspectos da atividade produtiva, desde a reorganização do território aos modelos de intercâmbio e invade até mesmo as relações interpessoais. A participação no mundo da competitividade leva ao aprofundamento das novas

relações técnicas e das novas relações capitalistas. Estas são a base da ampliação do modelo de cooperação e, portanto, da divisão social e territorial do trabalho, e este alargamento do contexto conduz a um novo aprofundamento do contexto, levando, também, as áreas correspondentes a um processo de racionalização cada vez mais intenso e com tendência a se instalar em todos os aspectos da vida (SANTOS, [1996]2012, p.304).

O agronegócio representou para a Amazônia um processo de modernização do espaço agrário/florestal e introduziu a espacialização da produção de *commodities*. Por outro lado, esse setor agrícola gera processos excludentes e contraditórios, ocasionando transformações no modo de vida do campesinato. O avanço da unicidade técnica e a substituição do trabalho manual pelo trabalho mecanizado significa a perda da população camponesa para as cidades ou para outras localidades mais distantes no próprio campo e a incorporação destes sujeitos à lógica do capital, por meio de sua proletarianização.

A geografia do agronegócio se territorializa e espacializa em diferentes áreas e introduz uma nova dinâmica nos territórios habitados pelo campesinato. Esse fenômeno geográfico se caracteriza por expor uma sistematização empírica, aonde o lugar se encontra mais aberto à lógica de um capital globalizado, criando “solidariedades organizacionais”, na qual são refletidas nos locais onde ocorre o cultivo. Esse conjunto de atividades produtivas está atrelado ao incremento técnico-científico na agricultura, no qual incorpora o espaço habitado pelo campesinato.

Partindo de uma concepção que exprime a tecnificação e cientificação do espaço agrário/florestal, cuja técnica está atribuída a sua realidade histórica que permite à condição para a existência da vida, o espaço surge como resultado de uma construção social e, ao mesmo tempo, o *locus* da produção através do emprego do trabalho humano que realiza uma atividade social, devendo ser compreendido como:

Um conjunto indissociável, solidário e também contraditório de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá. No começo era a natureza selvagem, formada por objetos naturais, que ao longo da sua história vão sendo substituídos por objetos fabricados, objetos técnicos, mecanizados e, depois, cibernéticos, fazendo com que a natureza artificial tenda a funcionar como uma máquina. Através da presença desses objetos técnicos: hidroelétricas, fábricas, fazendas modernas, portos, estradas de rodagem, estradas de ferro, cidades, o espaço é marcado por esses acréscimos, que lhe dão um conteúdo extremamente técnico (SANTOS, 1996:2012, p.63)

O espaço natural vai cedendo lugar a um espaço técnico, pois os objetos e as ações não podem ser abordados separadamente, ao mesmo tempo em que são pares dialéticos são complementares. As ações são evidenciadas por meio dos planos, programas e projetos que são formulados e impostos pelo Estado e executado pelos grupos econômicos, em que juntos esquematizam um mundo artificial, dinâmico e complexo, devendo o espaço está sob a

intervenção do capital e passível de mudanças de ordem técnica. E os objetos resultantes das ações desses agentes representam a materialidade e a concretização de projetos hegemônicos em operação.

No território do agronegócio, o conjunto de objetos e ações se tornam cada vez mais evidentes, fundamentalmente com o fortalecimento das políticas de incentivos para o cultivo de *commodities*. Redes de infraestruturas (estradas) são implantadas, a construção de portos, grandes armazéns e silos, máquinas agrícolas equipadas com tecnologia (como colheitadeiras, plantadeiras, de arado e de borrifar veneno) são incorporadas nas paisagens. Têm-se uma agricultura científica e globalizada (ELIAS, 2006) que sofreu a especialização agrícola, conectada aos mercados mundiais em que modificou o conteúdo e introduziu objetos adventícios nos lugares.

No espaço agrário da Amazônia, as terras cultivadas antes pelo viés da agricultura camponesa estão sendo convertidas em espaços da monocultura de caráter global. Nesse processo, o campesinato é coagido, pressionado e negado o direito de fazer uso da terra/floresta/rio/território e de consolidar suas territorialidades, haja vista que o objetivo do campesinato não é acumular capital, mas produzir aquilo que é necessário para a subsistência da família. Por isso, diante de um panorama paradoxal recheado de conflitualidades, manifestam-se dois territórios com lógicas e escalas completamente diferentes: de um lado o *campesinato-agroextrativista* e do outro o *agronegócio sojeiro*.

1.4 TERRITÓRIO DO AGRONEGÓCIO E TERRITÓRIO DO CAMPESINATO

Os diferentes usos, controle, domínio e apropriação da terra no espaço agrário/florestal amazônico estão incorporados em disputas territoriais, caracterizando um sistema dinâmico de tamanha complexidade, no qual é compreendido por meio de antagonismos entre as classes sociais envolvidas. As relações preexistentes entre dois modelos econômicos, campesinato (*território de recurso – subsistência familiar – necessidades e mercados endógenos*) e agronegócio (*território de recurso – mercadoria global – mercados exógenos*), é carregado de um olhar paradigmático e de múltiplas conflitualidades territoriais.

Bakhtin ([1929-1930]1999) mostra que ao se fazer a análise do discurso de uma classe, levando em consideração os aspectos linguísticos (fonéticos, sintáticos e morfológicos), contata-se indissolivelmente o carregamento de ideologias, pois a palavra na sua essência possui natureza social e é envolvida pelo dilaceramento de contradições, podendo ter um conteúdo diacrônico e sincrônico, além de ter o poder persuasão e de

convencimento para com o outro, sem se desvincular de um contexto social. A ideologia, neste contexto, demonstra implícito o exercício do poder sobre outra classe, no qual as formas de apropriação e dominação não ocorrem somente no campo prático, mas no campo teórico ou mundo das ideias.

Nessa perspectiva, concebem-se duas lógicas díspares: uma está para atender aos anseios do capital hegemônico, no sentido de unir verticalmente os vetores (produção) indutores da modernização do território e a outra está visando a junção por meio de suas contiguidades e solidariamente as relações disseminadas no cotidiano das pessoas com os lugares. Como a lógica das classes direciona para caminhos distintos, um acaba se tornando o enclave para o desenvolvimento econômico do outro, um obstáculo causador de conflitos sociais de pensamentos.

A categoria território vem ganhando destaque nos últimos tempos, possuindo diferentes abordagens e concepções teórico-metodológicas por diferentes áreas do conhecimento: sociologia, economia, antropologia, bem como, na própria geografia. Aqui, esta categoria se torna central para o entendimento da relação travada entre campesinato e agronegócio, entendendo que apesar desta relação apresentar-se como conflituosa, o exercício do poder é a centralidade verídica para o entendimento das relações que se manifestam no espaço agrário da Amazônia. Para Oliveira (2005, p.73), “o território capitalista na Amazônia foi estabelecido sob a lógica dos monopólios, produzindo frações territoriais, regiões distintas na Amazônia brasileira”.

Recorre-se ao território para a compreensão das relações paradoxais manifestados no espaço amazônico socialmente produzido, haja vista que o espaço não é inerte, ele é dinâmico, constituído de uma materialidade que dar sentido e confirma a existência humana. Por isso, esse conceito requer “um aprofundamento das noções de produção, de produto, de suas relações” (LEFÈBVRE, [2000]2006, p.7). Essa *tríade* que corresponde a dinâmica espacial representa o *boom* na materialização dos territórios, resultado de um espaço produzido contraditoriamente, no qual o emprego do trabalho e do capital acende transformações socioespaciais.

Não há como discutir o conceito de território sem entender o conceito de espaço, pois a noção acerca do espaço é bem anterior à concepção manifestada acerca do território. A leitura espacial e territorial deve ser compreendida como totalidade (FERNANDES, 2013), na medida em que em são composta de relações preenchidas de conflitualidades, sendo necessária, a utilização de mecanismos que ajudam cartografar a realidade social vivenciada pelos os atores que ocupam o campo em disputa. Assim, a formulação da teoria de território

no âmbito da geografia é a melhor empregada para entender as dinâmicas territoriais despontadas no espaço agrário/florestal brasileiro.

Fundamentando-se na importante obra de Claude Raffestin (1993), “Por uma Geografia do Poder”, percebe-se que a noção de território deve ter como ponto de partida o conceito de espaço. Mesmo a definição dessas duas categorias apresentarem algo em comum, não tem sua existência conceitual e significados equivalentes para ambas. Por isso, a informação acerca do território nos mostra que:

O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator "territorializa" o espaço. [...]. O território, nessa perspectiva, é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. [...]. Evidentemente, o território se apóia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção, a partir do espaço. Ora, a produção, por causa de todas as relações que envolve, se inscreve num campo de poder. (RAFFESTIN, 1993, p. 143-144).

O território é assim, um local relacional onde os atores territorializam uma porção do espaço e cogita e executa um trabalho, demonstrando o domínio e o controle sobre ele. Um espaço apropriado indica uma ação de um agente exercendo seu poder sobre um determinado ponto do espaço, no qual este é socialmente produzido e incorpora na paisagem uma materialidade de esfera técnica. Essa configuração marcada por movimentos contraditórios que transforma espaço em território indica que o território e a territorialidade possui uma “processualidade histórica e relacional” (SAQUET, 2009, p.85).

Assim, a penetração de um ator no território de outro, promulga a representação de um conflito. Os territórios são demarcados (possui seus limites) e apresenta instrumentos normativos que qualificam o poder exercido, sancionando uma abordagem multidimensional e uma espacialidade do poder bem expressiva. Os projetos apenas se territorializam nos lugares e concretizam suas ações, quando o local possui elementos (recursos abundantes, por exemplo) que sejam do interesse do capital se apropriar e realizar suas atividades produtivas.

Nas analogias do cotidiano, presencia-se um território sendo socialmente produzido e organizado, tomando como centralidade as transformações geográficas e as relações preexistentes entre o tempo e espaço, a fim de compreender os arranjos territoriais que dinamizam objetivamente e subjetivamente o escopo do poder. Igualmente, no interior da unidade territorial onde acontecem as relações não se pode ocultar as diferenças econômicas, políticas e culturais entre os atores que convivem em um sistema relacional instável.

É diante das heterogeneidades de abordagens e concepções conceituais que permeiam o território, marcado por relações antagônicas que causam efeitos no processo histórico e nas

territorialidades do cotidiano, Saquet (2009) também apresenta seu aporte teórico acerca do território e da territorialidade no âmbito da ciência geográfica. Por isso, define que essas categorias:

São territórios concomitantes e sobrepostos que se caracterizam pelo controle e pelo domínio, pela apropriação e pela referência, pela circulação e pela comunicação, ou seja, por estratégias sociais que envolvem as relações de poder, materiais e imateriais, historicamente construídas. Os homens têm centralidade na formação de cada território: cristalizando relações de influência, afetivas, simbólicas, conflitos e identidades etc. Tanto os processos identitários como os conflituosos e transformativos são históricos e relacionais e, ao mesmo tempo, materiais e imateriais. A própria identidade é substantivada por relações desiguais e por diferenças o que, contraditoriamente, torna mais complexas e dificulta nossas atividades de pesquisa e leitura dos fenômenos e processos territoriais (SAQUET, 2009, p.85).

Estudar o território sem recorrer às relações de poder se torna imprescindível, pois as relações difundidas em um sistema territorial complexo se espacializam gradualmente em uma esfera que possui múltiplas dimensões, cristalizando-se em vários estágios onde se encontra o poder. Os projetos que se territorializam geram a aceleração do tempo e do espaço, os fluxos de mercadorias, de comunicação, de informação, de infraestruturas e sistemas de transportes se tornam mais intensos e a incorporação de uma nova materialidade técnica estimulam rupturas nas relações simbólicas e identitárias dos grupos sociais.

Tais processos são cercados de conflituosidades, na medida em que um fenômeno “novo” e “moderno” entra em outra unidade territorial e dissolvem outras relações materiais e imateriais, tornando-as como intrigantes. As ações de caráter estratégico representam o controle e o domínio sobre os territórios, em que o Estado tem um papel preponderante em conjunto com os atores hegemônicos. Sendo assim, Haesbaert (2004) trabalha o conceito nessa proposição, afirmando que:

[...] o território, relacionalmente falando, ou seja, enquanto mediação espacial do poder resulta da interação diferenciada entre as múltiplas dimensões desse poder, desde sua natureza mais estritamente política até seu caráter mais propriamente simbólico, passando pelas relações dentro do chamado poder econômico, indissociáveis da esfera jurídico-política (HAESBAERT, 2004, p. 93).

O conceito aplicado ao território permite-nos fazer uma leitura espacial totalizante. Essas noções realçadas acerca do território não devem levar em discussão apenas seu caráter eminentemente político, mas sua dimensão simbólica, porque se deve entender as manifestações e estratégias territoriais dos grupos, como forma de manter fortalecidas as identidades culturais e as relações despontadas nos territórios.

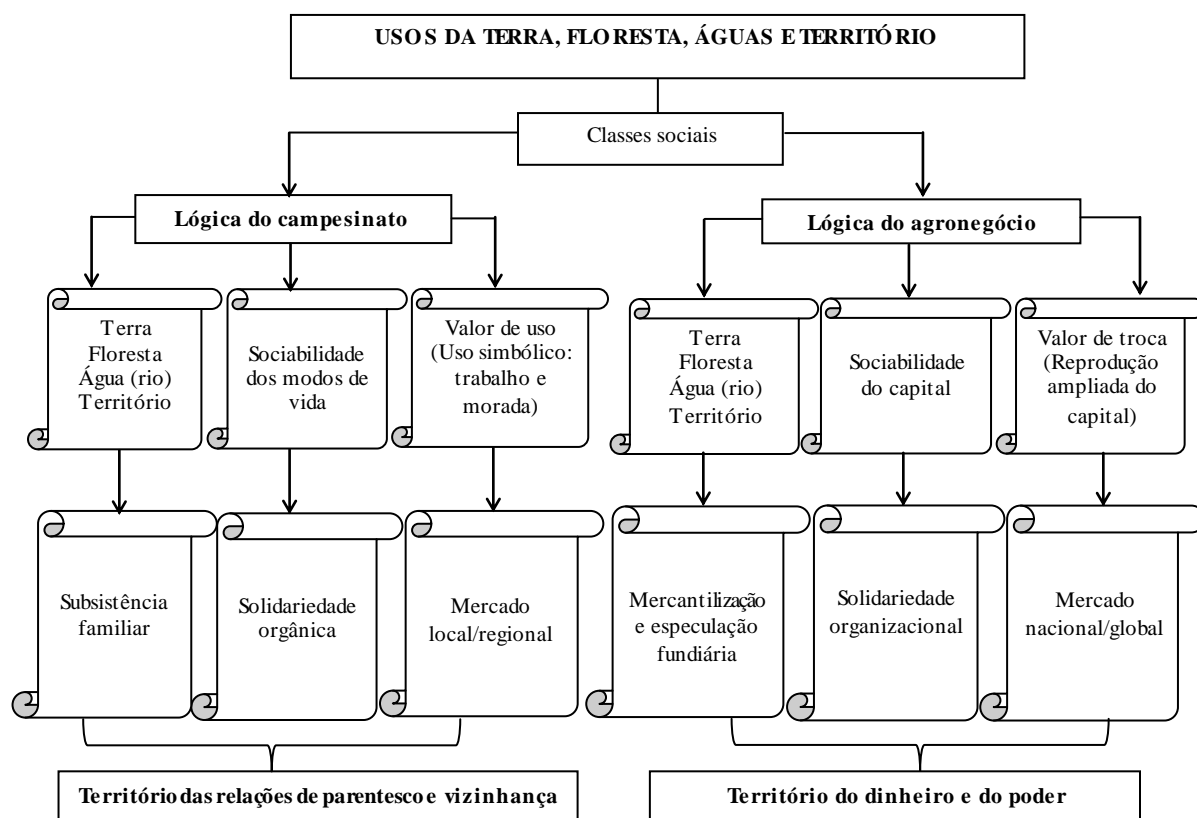
O território incorpora várias esferas, fundamentalmente em tempos da economia globalizada, em que o Estado elabora e executa a formulação de projetos estratégicos e as empresas multinacionais exercem influência sobre o controle dos territórios por meio da expansão de seus mercados, no qual enfraquece as fronteiras políticas e modificam o conteúdo do interesse nacional, historicamente construídos e carregados de um condicionamento geopolítico e geoeconômico (BECKER, 2007a), fruto de políticas públicas conflitivas que almejam um desenvolvimento econômico eficaz. As políticas elaboradas pelos governos estão para atender os mercados mundiais, objetivando um progresso econômico rápido que despreza um desenvolvimento com equidade e justo que possam atender as necessidades reais das populações.

De acordo com os apontamentos e discussões acerca do território, entende-se que o território representa uma espacialidade do poder multidimensional. Significa afirmar que uma dada porção do espaço, possui diferentes formas de usos pelos agentes interessados, no qual mantêm seu poder por meio da apropriação, domínio e controle sobre os recursos disponíveis. Com isso, temos um espaço produzido, em transformação e um território em disputa, no qual introduz mudanças estruturais e novos objetos de ordem técnica, produto da ação do capital e do trabalho.

Com isso, o território ganha cada vez mais magnitude nos debates geográficos, pois se apresenta como uma categoria indispensável para entender as relações de poder que são marcadas por contradições. Na Amazônia, o avanço das relações capitalistas de produção, oriundo do elevado cultivo de grãos, expande-se sobre a natureza e em territórios do campesinato, significa uma ação coercitiva, persuasiva e/ou de pressão, resultando na manifestação empírica de um conflito e no exercício do poder bem articulado, no qual contribui substantivamente na segregação de territórios.

No agronegócio como o poderio econômico se torna o elemento central desse evento, as disputas territoriais as relações antagônicas se tornam efervescentes. A lógica do capital hegemônico (agronegócio) não é a mesma lógica apresentada pelo campesinato. São dois horizontes completamente diferentes, tanto na forma de uso, quanto na forma de se relacionar com a natureza, a terra e o território (Figura 9). O primeiro vê os recursos como fins especulativos e mercadológicos e o segundo vê os recursos como reprodução de sua estrutura social e a manutenção da vida.

Figura 9 – Organograma comparativo entre as formas de usos entre campesinato e agronegócio



Fonte: Trabalho de gabinete, 2015.

Elaboração: CONCEIÇÃO, Francilene Sales da.

Esse processo cujo episódio se dar por meio dos diferentes usos do território, consiste na relação contrária existente entre capital e campesinato. O surgimento desses dois territórios atribui novas dinâmicas geográficas e instaura uma nova geografia social e territorial, inerente às formas de apropriação, dominação e produção do espaço, pois a manifestação desse fenômeno permite a resignificação da natureza como mercadoria inerente à acumulação do capital (SILVA, 2014a). Assim sendo, a elevada plantação de grãos solidifica a existência do capital no espaço agrário, em que introduz mudanças de ordem técnica na paisagem geográfica, derivada da prática do agronegócio.

Essa transformação na natureza da mercadoria, que assume o estatuto de *commodity*, é de fundamental importância geográfica, pois fez surgir uma espacialidade, baseada na monocultura, modificando sobremaneira a paisagem rural, agora acrescida de elementos técnicos e científicos, ou seja, a monocultura vai produzir uma tecnificação e uma cientificação da paisagem [...] (SILVA, 2014b, p. 304).

A entrada da soja em vários lugares da Amazônia e a grande visibilidade dessa *commodity* no mercado internacional contribuiu na elevação dos desflorestamentos e introduziram mudanças bruscas na paisagem. No agronegócio a paisagem é homogênea, acelerada e multiescalar e a paisagem do campesinato é heterogênea, acompanha o ritmo da

natureza e apresenta certa autonomia no cultivo de seus produtos, como uma garantia da soberania alimentar. A territorialização e a espacialização da soja constitui a conversão da natureza em mercadoria, determinando como um projeto de negócio lucrativo que altera a geografia/local aberta aos mercados externos. Quando a terra se transforma em mercadoria o campesinato é forçado coercitivamente a vender, arrendar ou ser expropriado de suas propriedades.

Nesse sentido, o alargamento das relações capitalistas e a apropriação concentrada da terra promovem a exclusão e a expulsão de milhares de trabalhadores rurais da terra, fazendo com que a massa de expropriados e excluídos do processo do capital se deslocam, principalmente para as cidades (FABRINI & ROOS, 2014), ou quando não saem dos seus respectivos territórios são transformados em trabalhadores assalariados, pois vendem a sua força de trabalho para as fazendas do agronegócio, que não empregam uma quantidade significativa de trabalhadores nas lavouras, porque é necessária somente uma pessoa para operar e manusear uma máquina. Por outro lado, (FABRINI & ROOS, 2014; ALMEIDA, 2008; FERNANDES, 2013, 2014, 2015; OLIVEIRA, 2001, 2007; PAULINO, 2006, 2007) afirma ainda, quando não ocorre expropriação, os camponeses se recusam a se inserir no projeto do agronegócio e estabelecem diferentes formas de resistências, o que permite a existência e a recriação da classe social do campesinato no território.

Na Amazônia, como se vive a temporalidade e a espacialidade da natureza, as lutas e resistências são bem evidentes. Para Hébbete (2004a, 2004b) o campesinato como uma classe, está no interior de uma sociedade globalmente subordinada ao capital, mas mesmo assim, o camponês/camponesa resiste e luta contra a expropriação e a descamponesização. O exemplo desse processo ressalta as realidades nos estudos levantados por Schlesinger e Noronha, 2006; Pereira (2012); Paixão Jr. (2012); Nahum & Paixão Jr. (2014) sobre o avanço do agronegócio sojeiro no oeste paraense. Estes trabalhos abordam que essa lógica excludente e contraditória suscitou muitos conflitos agrários e que o uso do território pelo campesinato é uma territorialização precária e marginal, em que as comunidades camponesas estão caminhando para o desaparecimento, apesar da reprodução social do campesinato no território se manifestar avivada.

Portanto, no espaço amazônico vive uma geografia dialética. A expansão do agronegócio, mais especificamente, o cultivo da leguminosa da soja se fortalece em decorrência dos incentivos fiscais e creditícios governamentais se voltarem precisamente para o projeto do agronegócio sojeiro, transformando as grandes áreas antes destinadas às atividades camponesas em fronteiras agrícola da soja. Entretanto, essa linha de crédito

oferecido pelo Estado é contraditória porque não tem disponibilizado créditos para o atendimento das necessidades produtivas dos pequenos produtores.

Isso provoca de um lado, o alargamento da concentração fundiária pelos sojicultores e, do outro, promove a expropriação fundiária de camponeses em função de transformar a região amazônica em uma fronteira de expansão (SCHLESINGER E NORONHA, 2006), ou seja, uma fronteira de expansão do capital hegemônico. O domínio exercido pelo agronegócio reestrutura o sistema agrícola do campesinato, alterando as dinâmicas tradicionais de cultivo da terra e impõe perdas na diversidade produtiva, coexistindo relações antagônicas e com visões distintas de cultivar e produzir na terra.

Portanto, de acordo com Silva (2013), no espaço agrário quando há a transformação da produção agrícola em *commodity* se cristaliza uma geografia do agronegócio da soja, instaurando processos de reestruturação territorial que modificam as coerências internas do espaço regional. É possível inferir que o processo difundido pelo agronegócio ressalta um projeto de “desenvolvimento” para a região amazônica, mas que, por outro lado, esse mesmo desenvolvimento só atende aos interesses econômicos dos atores hegemônicos, enquanto as populações locais se tornam reféns de um progresso discriminatório e subalterno. Todavia, esta atividade do modo de produção capitalista reestrutura os arranjos do trabalho camponês e atribui uma nova configuração espacial, pois as relações de trabalho empregadas no agronegócio como um negócio rentável contrastam com as técnicas utilizadas no ambiente de trabalho dos camponeses, destinado para o uso produtivo da terra.

Esta diferença no processo de domínio e apropriação das técnicas de cultivo tem contribuído para o “aquecimento do mercado de terras” e a concentração fundiária na região amazônica (SCHLESINGER E NORONHA, 2006). Também tem provocado resistências dos camponeses em não vender suas propriedades e continuar trabalhando na terra reinventando-se enquanto camponês mesmo com a força expropriadora do capital dos imigrantes sulistas sojicultores se tonarem “carro-chefe” para o dilaceramento de tamanha contradição. A resistência permite a existência do campesinato no interior do modo de produção capitalista, e é no contexto do agronegócio latifundiário que as resistências camponesas se fazem presentes, pois têm territórios distintos com modelos e lógicas completamente diferentes sobre as formas de usos da terra, da floresta e do território.

As disputas territoriais antagônicas que se sucedem são entre *capital* e *campesinato*. Estes modelos econômicos e políticos idealizam um desenvolvimento voltado para o atendimento de seus próprios interesses, além de que os objetivos de ambos reivindicam ações estratégicas que lhe sejam convenientes. Por isso, as estratégias territoriais, os planejamentos

e o nível de organização entre as duas classes se encaixam em uma contenda paradigmática, aonde a ascensão de uma significa a incumbência para a permanência do outro na terra e ter o direito ao território. Contudo, a grande questão aqui imbricada é que os maiores favorecidos são os detentores do poder hegemônico, enquanto a classe social camponesa é subjugada a segundo plano, que só consegue alcançar seus ideais e aquilo que é de direito por meio de suas lutas travadas contra o capital e o Estado.

1.5 DESAFIOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AGRONEGÓCIO E CAMPESINATO

A discussão acerca das políticas públicas sob a ótica epistemológica da ciência geográfica permite levar em consideração os programas, projetos, planos, ações que são elaboradas pelos governos, visando, sobretudo, promover o desenvolvimento das organizações da sociedade civil que transformam espaços e seus territórios. Independente de como será a elaboração das políticas públicas, de baixo para cima ou de cima para baixo (FERNANDES, 2015), disputas entre as classes sociais serão sucedidas no território, pois a formulação das políticas públicas é contraditória, haja vista que estão mais para atender uma determinada classe.

As políticas de desenvolvimento da agricultura capitalista sempre estiveram voltadas para os interesses das grandes corporações, a fim de exercer a sua hegemonia mundial. Inicialmente, ainda no período do Brasil Império (1860), foi criado o Ministério da Agricultura, cuja iniciativa estava para atender os interesses e manutenção dos latifúndios e as demandas das grandes corporações (FERNANDES, 2015).

Essas organizações permaneceram, durante muito tempo, exercendo seu poder por meio da concentração fundiária e no estabelecimento de relações com os mercados externos. Entretanto, as políticas formuladas para o atendimento do agronegócio na atualidade são a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e a Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG). As ações executadas pelo agronegócio significa a expansão produção de mercadorias que estão para atender os mercados globalizados, com a criação de monopólios e a manutenção da terra concentrada.

Somente por volta do final do século XX e início do século XXI, que os movimentos camponeses, através da iniciativa da Via Campesina, conquistaram algumas políticas públicas para a agricultura camponesa, dentre eles se destacam: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Movimento das Mulheres Camponesas (MMC), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Comissão Pastoral da

Terra (CPT); Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (FETRAF) e a Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) (FERNANDES, 2015).

A organização do campesinato em movimentos sociais, reivindicando seus direitos foi preponderante para a conquista de políticas públicas voltadas para agricultura camponesa. Estas políticas emancipatórias, tem como escopo principal, respeitar/valorizar os territórios e as relações sociais do campesinato nos seus respectivos espaços de vida. Essa classe recebe apoio do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), criado no ano de 1996, como uma política contrária àquelas manifestadas pelos ministérios do agronegócio. A conquista dessa política direcionada para a agricultura camponesa foram motivos de muitas lutas e visavam atender as expectativas dessa classe. Historicamente, isso significa afirmar que as políticas direcionadas para o campo, nesse país, sempre estiveram à mercê de um determinado grupo econômico e que os camponeses só obtiveram algumas conquistas em virtude de diversas lutas.

Quadro 2 – Comparativo entre a lógica do campesinato e a lógica do agronegócio

CAMPESINATO	AGRONEGÓCIO
Críticas ao capitalismo	Sem críticas ao capitalismo
Lutas de classes	Não há lutas de classes
Subsistência familiar e mercados local/regional	Mercado global
Agricultura com o uso de suas próprias técnicas	Agricultura mecanizada e moderna
Policultura	Monocultura
Contradições e conflitualidades	Ausência das contradições e conflitualidades

Fonte: Trabalho de gabinete, 2015.

Elaboração: CONCEIÇÃO, Francilene Sales da.

Nesse sentido, temos em jogo, territórios materiais e imateriais¹² em disputas, sucedendo em um campo de poder. As formas de apropriação, uso, controle e dominação, ocorrem em um campo contraditório. As políticas públicas destinadas ao agronegócio produzem efeitos análogos sobre os territórios do campesinato (Quadro 2), porque as políticas

¹² O território imaterial está presente em todas as ordens de territórios. O território imaterial está relacionado com o controle, o domínio sobre o processo de construção do conhecimento e suas interpretações. Portanto, inclui teoria, conceito, método, metodologia, ideologia etc. O processo de construção do conhecimento é, também, uma disputa territorial que acontece no desenvolvimento dos paradigmas ou correntes teóricas. Determinar uma interpretação ou outra, ou várias, convencer, persuadir, induzir, dirigir faz parte da intencionalidade na elaboração conceitual. Estou me referindo ao mundo das ideias em que forma, limite, referência, convencimento, conteúdo, área, domínio, extensão, dimensão entre outras diversas são noções necessárias para pensar que o pensamento também é produtor de relações de poder. A produção material não se realiza por si, mas na relação direta com a produção imaterial. Igualmente, a produção imaterial só tem sentido na realização e compreensão da produção imaterial. Essas produções são construídas nas formações socioespaciais e socioterritoriais. Os territórios materiais são produzidos por territórios imateriais (FERNANDES, 2015, 182-183).

governamentais estão para atender o capital e negam uma realidade da classe camponesa para com seus territórios. Portanto, têm-se duas lógicas em evidência, uma que está em prol do agronegócio outra que está para atender a agricultura camponesa.

As instituições privadas e outras organizações sustentadas pelos sistemas hegemônicos a serviço das corporações são as principais beneficiadas por políticas governamentais, sendo que a formulação de tais políticas é quase sempre destinada para atender aos interesses do capital que é carregado de discursos ideológicos, difusor do “desenvolvimento” e de promover a “modernização” no espaço agrário. As projeções realizadas pelo Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA) no Brasil, baseado nos anos de 2005/06 a 2014/15 (Tabela 1) e 2014/15 a 2024/25 (Tabela 2), tem como objetivo fornecer informações precisas para a elaboração de políticas destinadas ao agronegócio e que o país possa ter elevação em seus produtos agrícolas nos mercados mundiais.

Tabela 1 – Brasil área plantada com 5 principais grãos (mil hectares) 2005-2015

Produto	2005/06	2006/07	2007/08	2008/09	2009/10	2010/11	2011/12	2012/13	2013/14	2014/15
Arroz	3.018	2.967	2.875	2.909	2.765	2.820	2426,7	2.400	2.373	2.344
Feijão	4.224	4.088	3.993	4.148	3.609	3.990	3262,1	3.075	3.366	3.174
Milho	12.964	14.055	14.766	14.172	12.994	13.806	15178,1	15.829	15.829	15.166
Soja	22.749	20.687	21.313	21.743	23.468	24.181	25042,2	27.736	30.173	31.504
Trigo	2.362	1.758	1.852	2.396	2.428	2.150	2166,2	1.895	2.210	2.758
Total	45.317	43.554	44.799	45.368	45.263	46.947	48.075	50.936	53.951	54.946

Fonte: AGE/Mapa e SGE/Embrapa, 2015.

Adaptação: CONCEIÇÃO, Francilene Sales da., 2016.

Tabela 2 – Brasil área plantada com 5 principais grãos (mil hectares) 2015-2025

Produto	2015/16	2016/17	2017/18	2018/19	2019/20	2020/21	2021/22	2022/23	2023/24	2024/25
Arroz	2.247	2.149	2.052	1.954	1.857	1.759	1661,667	1.564	1.467	1.369
Feijão	3.089	2.960	2.849	2.730	2.615	2.498	2381,977	2.266	2.149	2.033
Milho	15.210	15.254	15.299	15.343	15.387	15.431	15475,4	15.520	15.564	15.608
Soja	32.533	33.550	34.515	35.479	36.433	37.388	38340,61	39.293	40.246	41.198
Trigo	2.612	2.665	2.718	2.771	2.824	2.877	2930	2.983	3.036	3.089
Total	55.691	56.579	57.432	58.277	59.116	59.953	60.790	61.626	62.462	63.298

Fonte: AGE/Mapa e SGE/Embrapa, 2015.

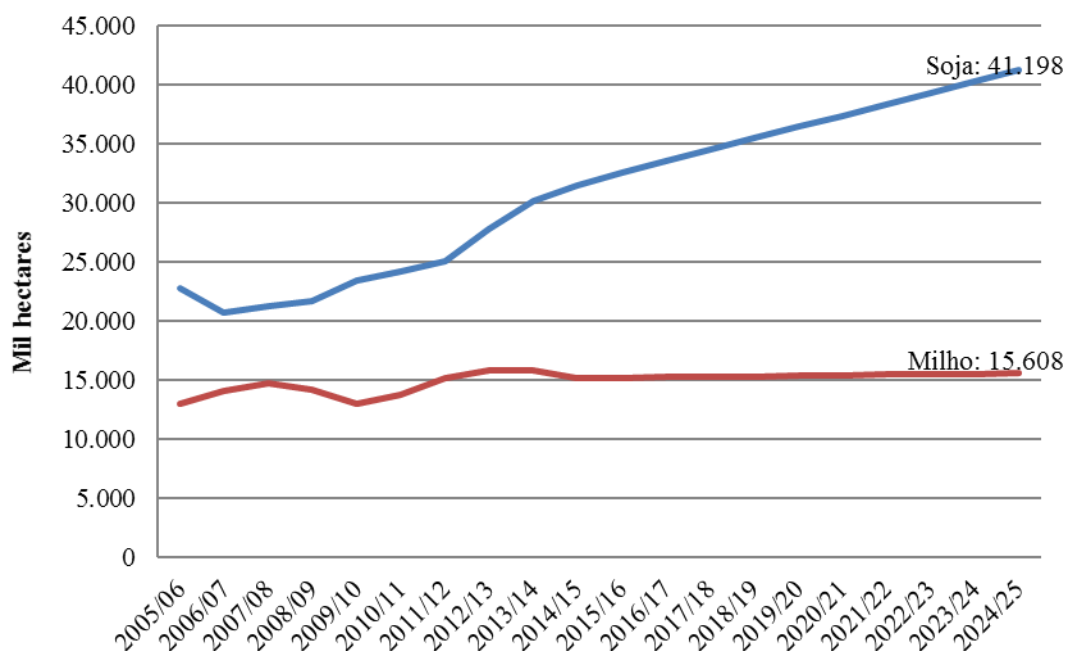
Adaptação: CONCEIÇÃO Francilene Sales da., 2016.

As projeções realizadas pelo MAPA em 2015 traçam o futuro do agronegócio para os próximos 10 anos. Isso demonstra um interesse estratégico por parte das grandes corporações que possui alianças com os Estados, em ampliar e demarcar seus territórios. Por isso, a concessão de políticas públicas e os investimentos no agronegócio são extremamente eficientes para dar impulso a esse setor de produção de grãos.

Das cinco principais variáveis em que foram realizados o levantamento e as previsões estatísticas para os próximos anos, mostra que o grão de soja é o que mais vem crescendo significativamente no Brasil (Gráfico 1) e passará por uma elevação em média de 2,526.5754 de área (ha) plantada para 3,867.1245 de área (ha) plantada até 2025. É esperado pelo MAPA

(2015), quem realizou as projeções do agronegócio para 2024/25, aproximadamente 259,7 milhões toneladas, correspondendo um acréscimo de 29,4% sobre a safra atual que está estimada em torno de 200,7 milhões de toneladas, com um acréscimo de 2,6% da taxa anual.

Gráfico 1 – Área plantada de soja e milho no Brasil (2005/06-2024/25)



Fonte: AGE/Mapa e SGE/Embrapa, 2015.

Elaboração: CONCEIÇÃO, Francilene Sales da, 2016.

Enquanto a área plantada de milho mantém-se basicamente equilibrada, sofrendo poucas oscilações em seu crescimento, a tendência da soja é crescer no sentido exponencial, mostrando que essa variável soja é um dos grãos que mais vai crescer nos próximos 10 anos, que “aliada às necessidades de equilíbrio macroeconômico do Brasil no mercado mundial, a soja deslumbra como a principal *commodity* agrícola de exportação” (SILVA, 2005, p.71).

A expansão das áreas para o cultivo de *commodities* significa a necessidade por busca de novas áreas, no qual contribuem com o aumento dos desmatamentos, conversão de áreas degradadas e a redução de territórios do campesinato. E a Amazônia brasileira representa hoje uma fronteira agrícola do capital global, pois vem crescendo o cultivo de grãos, principalmente, a soja (COSTA, 2012a, 2012b, 2015, 2016; SCHLESINGER E NORONHA, 2006; BARBOSA, 2014; MARGARIT, 2013; SILVA, 2005, 2010; 2014b, 2015). A grande disponibilidade de terras e a formulação de políticas públicas para atender as demandas do capital, não é um fato novo na região amazônica, é fruto de uma realidade histórica em que se permitiu a territorialização de projetos promissores de desenvolvimento.

Os anos de 1950 e 1960 com a construção da rodovia federal Belém-Brasília, houve a migração de muitos sulistas especuladores, que vieram para a região com o intuito de comercializar terras na Amazônia, especialmente, no estado do Pará, objetivando adquirir terras gratuitas e revendê-la por um preço muito elevado. Na Amazônia não era de costume promover a comercialização de terras; o chão não tinha preço, a terra não era mercadoria, era um sinal de poder, por meio do controle político. Segundo Hébette (2004a) grandes partes das terras adquiridas na Amazônia pelos empresários eram fraudulentas, obtidas de maneira ilícitas. Houve muitas falsificações de títulos de terras, com o registro de datas alteradas e amarelavam os documentos para dizer que as terras tinham sido adquiridas legalmente, mas esse processo não passava de um processo de grilagem de terras.

Nesse cenário de conflitos e iniciativas ilícitas, a abertura da Amazônia para a entrada do capital global consolidou novas frentes de produção agrícola, variadas explorações de matérias-primas e introduziu novas dinâmicas territoriais, pois inúmeros são os processos de apropriação privada, de concentração fundiária e de monopolização, sobretudo, na década de 1970 (HÉBETTE, 2004a). Essas são medidas assumidas pelo governo federal, visando promover a “ocupação” da região e a privatização de terras devolutas, ações que contribuíram ainda mais com o agravamento da questão fundiária, silenciando realidades vivenciadas pelas populações amazônicas e que causam fragmentação nas territorialidades por eles construídas.

Diante da implantação de projetos contraditórios, “os processos de consolidação das territorialidades específicas estão sendo afetados de maneira profunda, sobretudo, no que se refere às delimitações das terras tradicionalmente ocupadas” (ALMEIDA, 2012, p.69). Essas mudanças nos modos de vidas são decorrentes da territorialização de projetos hegemônicos, no qual estão se reestruturando, apropriando-se de novas áreas, expandindo seus mercados de terras e ampliando o controle e a apropriação de novos territórios. Os efeitos do capital sobre os territórios dessas populações enfraquecem as identidades coletivas e causam rupturas nas geografias e suas específicas histórias de vidas.

Segundo Hébette (2004a), foi exatamente o que aconteceu com o surgimento dos grandes projetos federais de colonização agrícola, privada ou oficial na primeira metade da década de 1970, bem como parte complementar desse processo, destaca-se o Plano de Integração da Amazônia (PIN), o Programa de Redistribuição de Terras e Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste (PROTERRA), o Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLAMAZÔNIA), o projeto Radar da Amazônia (RADAM) (HÉBETTE, 2004a).

Esse período representa o marco de intervenção do governo federal nas terras da Amazônia, assumindo medidas de apropriação privada da terra, além de promover estímulos ao processo de ocupação da região. Com a abundância de terras no estado Pará, a projeção para a instalação do eminentemente crescimento econômico avançou sobre novos territórios e fez eclodir diversos conflitos entre a figura dos posseiros (aqui denominados de camponeses) e os latifundiários.

A presença do capital avançando sobre as florestas representa a capacidade e o domínio do homem de transformar a natureza, além significar contraditoriamente a expansão de um sistema espoliador e de mercantilização da terra e da natureza. Amaral (2004) em Rondônia afirma que a mata só é virgem quando está ausente de especulação fundiária e quando as relações de mercado ainda não se desenvolveram totalmente, predominando, portanto, um tempo em que a mata virgem não foi substituída pelas relações capitalistas de produção.

Não há dúvida, de que o próprio governo federal estimulou o latifúndio, concedendo incentivos fiscais para a SUDAM e outros programas e projetos cogitados para a Amazônia. Em 1970 o governo retoma os planos de colonização, com a criação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) em que resultou em combater a apropriação privada, monopolização do território e a concentração de terra. Mesmo esse órgão atuando na questão agrária, os conflitos agrários não diminuiu, além de que houve o agravamento das questões fundiárias, com a presença de pistoleiros, gatos, grileiros, jagunços e outros sujeitos que ameaçaram e exterminaram muitos camponeses.

Os cruzamentos das zonas resultaram em muitos conflitos agrários, inclusive com muitas mortes no campo em virtude de disputas por terras. A abertura de estradas e o aumento dos fluxos migratórios modificaram violentamente o panorama do espaço amazônico, sendo que as classes dominantes brasileiras estavam pouco preocupadas com a sobrevivência das famílias camponesas, mas sim com o capital internacional (multinacionais). Há cada vez mais o incentivo à iniciativa privada, o controle e dominação do território, a subalternização do pequeno produtor de subsistência (camponês) à lógica do capital, o aumento de expropriação e tensões que causam impactos diretamente no ambiente. Essa produção e reprodução ampliada do capital ocorrem de forma contraditória e excludente.

Todos esses acontecimentos movidos de conflitos e disputas por questões fundiárias e território que envolve os grupos tradicionais amazônicos (ribeirinhos, camponeses, quilombolas, indígenas, extrativistas, caboclos e etc.) são de enfrentamentos com os grupos hegemônicos (madeireiras, hidrelétricas, mineração, agropecuária) que visam, sobretudo, a

exploração do subsolo amazônico com a retirada de matérias-primas; a exploração das matas na extração de recursos naturais; exploração dos rios com a apropriação dos recursos hídricos para a geração de energia; exploração da terra, por meio do cultivo da agricultura e a realização da pecuária, que além de gerar impactos sociais entre os grupos envolvidos, causam tantos desmatamentos e agravamentos no solo, acelerando os processos erosivos, alterando o ecossistema amazônico. O uso do território ocorre de forma diferenciada para os diferentes atores. É nesse sentido que:

A persistência do campesinato no interior de uma sociedade globalmente subordinada ao capital e numa área de influência progressivamente penetrada por relações tipicamente capitalistas de produção apoia-se no intercâmbio espontâneo entre unidades camponesas e em relações mercantis com o comércio local. Parece depender de uma certa vida de vizinhança que sustenta essas trocas (HÉBETTE, 2004b, p.151).

A relação e a percepção do campesinato com a terra estão para atender as necessidades da unidade familiar e não para atender as demandas do mercado tipicamente capitalista e globalizado como a lógica pensada pelas grandes corporações, uma vez que o campesinato necessita realizar o trabalho na terra para viver e sobreviver. Ele ainda estabelece relações de vizinhança, parentesco e formas de associação que facilitam e fortalecem o seu modo de vida. Porém, esses laços de solidariedade orgânica vêm diminuindo devido as relações capitalistas no campo terem avançado rapidamente e implementado rupturas no território do campesinato. As pressões do capital e a abertura da Amazônia para o mundo tende a fragmentar cada vez o território e a acirrar os conflitos agrários e tensionamentos no ambiente.

Portanto, é nesse contexto que a participação dos movimentos sociais e dos sindicatos como o apoio e forte influência da igreja católica, da CPT, das Comunidades Eclesiais de Base (CEB) e dos pequenos grupos militantes de esquerda, ajudam a fortalecer essa luta e as resistências dos povos do campo em continuarem na terra/floresta vivendo e produzindo. As lideranças religiosas e políticas, embora com referenciais ideológicos divergentes enfatizam os princípios: igualdade, comunidade, coletivismo, necessidades de organização, lutas/resistências pela terra e estratégias sindicais (HÉBETTE, 2004b), pois o foco almejado por essas populações é um modo de vida ancorado na liberdade e autonomia.

“Se a terra é, para o camponês, como foi conceituado, “terra de trabalho”, e se o trabalho autônomo, em oposição ao cativo, é, para o camponês, a sua própria forma de viver, a segurança econômica da terra é indissociável da posse da terra” (HÉBETTE, 2004b, p. 210). A terra para o camponês é condição substancial para a sua produção e reprodução enquanto classe social. A luta pelo uso e acesso à terra é um processo constante e fruto de um

processo histórico excludente, conflituoso e contraditório. Se hoje predomina um modelo de desenvolvimento ilógico é por que:

Não se pode negar que as políticas governamentais agrícolas são sempre destinadas a beneficiar os grandes e médios empresários, tanto em consequência do poder de pressão e da convivência dos técnicos e administradores que legitimam essa atitude com um discurso que a mistifica, como em virtude da defesa da economia de escala e da melhor qualificação tecnológica da grande lavoura (ANDRADE, 2004, p.75).

A mecanização da agricultura e o investimento de tecnologias no setor agrícola exige a criação de políticas públicas que lhe sejam favoráveis aos empresários de negócios qualificando-a em relações contraditórias. O discurso hegemônico afirma ser este o modelo que contribui positivamente com o Produto Interno Bruto (PIB) do país e esta é alternativa necessária para promover o desenvolvimento do país. Logo:

A via de fortalecimento da produção de *commodities* agrícola dá-se pela valorização do preço no mercado mundial, e na região amazônica, um dos fatores é a oferta de terras, o desenvolvimento de tecnologias apropriadas, as condições edafo-climáticas e as infraestruturas em redes, como as estradas, portos e hidrovias (SILVA, 2005, p.70).

As políticas públicas são uma estratégia do Governo Federal em que possibilitam a efetivação de políticas territoriais, cujo resultado desse processo contraditório é a abertura para o capital entrar na Amazônia, permitindo o fortalecimento de relações exógenas. A partir da década de 1990, a construção de vários empreendimentos, formando corredores de desenvolvimento, como o Programa Brasil em ação, significou a modernização econômica, estratégia esta em que requer mais territórios para aumentar a produção de *commodities* e exige sistemas de engenharias eficazes para dar subsídios para as corporações do agronegócio territorializadas. São políticas que apresenta um modelo paradigmático e conflitante e a soja surge como um reduto dessa política, modificando a paisagem e implementando uma nova cultura produtiva.

A modernização do espaço agrário é um sistema espoliador que estimula a migração de pessoas para as cidades, portanto, este é um processo de constantes lutas e resistências manifestadas na terra e nos territórios do campesinato. Oliveira (2001) afirma que os camponeses lutam não somente para entrar na terra, mas agora para permanecer na terra como produtores de alimentos. Se os governos não criarem iniciativas para a elaboração de políticas públicas destinadas à agricultura camponesa as conflitualidades agrárias oriundas do capitalismo agrário tendem a aumentar. A ascensão do capital sobre o território do campesinato indica que as perspectivas pensadas para o camponês é um processo de empobrecimento, expropriação, desruralização e de desaculturação (HÉBETTE, 2004b). Esse

processo poderia ser modificado com a eficácia da elaboração de uma política agrária inclusiva.

As políticas públicas devem ser elaboradas de acordo com as necessidades e demandas sociais. De um lado, o território do agronegócio tenta disseminar o trabalho assalariado através do cultivo de grãos em larga escala para a exportação a nível mundial, simbolizando a “modernização”. De outro lado, o território do campesinato prima por desenvolver o trabalho familiar, cooperativo ou associativo para o atendimento do mercado local e regional. Assim, as políticas camponesas não podem ser elaboradas a partir da lógica do agronegócio e com uma visão somente exógena, elas devem contemplar as particularidades da classe social camponesa que precisam da terra e da natureza para viver, produzir e se reproduzir.

CAPÍTULO II: O AVANÇO DO AGRONEGÓCIO SOJEIRO NO OESTE DO PARÁ E AS IMPLICAÇÕES NA AGRICULTURA CAMPONESA

Figura 10 – Plantação de soja em Belterra/PA



Fonte: Trabalho de campo, 2016.

Foto: CONCEIÇÃO, Francilene Sales da.

REIS DO AGRONEGÓCIO

*Ó donos do agrobiz, ó reis do agronegócio
Ó produtores de alimento com veneno
Vocês que aumentam todo ano sua posse
E que poluem cada palmo de terreno
E que possuem cada qual um latifúndio
E que destratam e destroem o ambiente
De cada mente de vocês olhei no fundo
E vi o quanto cada um, no fundo, mente*

*Vocês desterram povaréus ao léu que erram
E não empregam tanta gente como pregam
Vocês não matam nem a fome que há na terra
Nem alimentam tanto a gente como alegam
É o pequeno produtor que nos provê e os
Seus deputados não protegem, como dizem
Outra mentira de vocês, pinóquios véios
Vocês já viram como tá o seu nariz, hem?*

*Vocês me dizem que o brasil não desenvolve
Sem o agrebiz, feroz, desenvolvimentista*

*Mas até hoje na verdade nunca houve
Um desenvolvimento tão destrutivista
É o que diz aquele que vocês não ouvem
O cientista, essa voz, a da ciência
Tampouco a voz da consciência os comove
Vocês só ouvem algo por conveniência*

*Para vocês, que emitem montes de dióxido
Para vocês, que têm um gênio neurastênico
Pobre tem mais é que comer com agrotóxico
Povo tem mais é que comer se tem transgênico
É o que acha, é o que disse um certo dia
Miss motosserrainha do desmatamento
Já o que acho é que vocês é que deviam
Diariamente só comer seu "alimento"*

*Vocês se elegem e legislam, feito cínicos
Em causa própria ou de empresa coligada
O frigo, a múlti de transgene e agentes químicos
Que bancam cada deputado da bancada
Té comunista cai no lobby antiecológico*

*Do ruralista cujo clã é um grande clube
Inclui até quem é racista e homofóbico
Vocês abafam, mas tá tudo no youtube*

*Vocês que enxotam o que luta por justiça
Vocês que oprimem quem produz e que preserva
Vocês que pilham, assediam e cobiçam
A terra indígena, o quilombo e a reserva
Vocês que podam e que fodem e que ferram
Quem represente pela frente uma barreira
Seja o posseiro, o seringueiro ou o sem-terra
O extrativista, o ambientalista ou a freira*

*Vocês que criam, matam cruelmente bois
Cujas carcaças formam um enorme lixo
Vocês que exterminam peixes, caracóis
Sapos e pássaros e abelhas do seu nicho
E que rebaixam planta, bicho e outros entes
E acham pobre, preto e índio "tudo" chucro
Por que dispensam tal desprezo a um vivente?
Por que só prezam e só pensam no seu lucro?*

*Eu vejo a liberdade dada aos que se põem
Além da lei, na lista do trabalho escravo
E a anistia concedida aos que destroem
O verde, a vida, sem morrer com um centavo
Com dor eu vejo cenas de horror tão fortes
Tal como eu vejo com amor a fonte linda
E além do monte o pôr-do-sol porque por sorte
Vocês não destruíram o horizonte... Ainda*

*Seu avião derrama a chuva de veneno
Na plantação e causa a náusea violenta
E a intoxicação "né" adultos e pequenos
Na mãe que contamina o filho que amamenta
Provoca aborto e suicídio o inseticida
Mas na mansão o fato não sensibiliza
Vocês já não tão nem aí co'aquelas vidas
Vejam como é que o agrobiz desumaniza*

Desmata minas, a Amazônia, Mato Grosso

*Infecta solo, rio, ar, lençol freático
Consome, mais do que qualquer outro negócio
Um quatrilhão de litros d'água, o que é dramático
Por tanto mal, do qual vocês não se redimem
Por tal excesso que só leva à escassez
Por essa seca, essa crise, esse crime
Não há maiores responsáveis que vocês*

*Eu vejo o campo de vocês ficar infértil
Num tempo um tanto longe ainda, mas não muito
E eu vejo a terra de vocês restar estéril
Num tempo cada vez mais perto, e lhes pergunto
O que será que os seus filhos acharão de
Vocês diante de um legado tão nefasto
Vocês que fazem das fazendas hoje um grande
Deserto verde só de soja, cana ou pasto?*

*Pelos milhares que ontem foram e amanhã serão
Mortos pelo grão-negócio de vocês
Pelos milhares dessas vítimas de câncer
De fome e sede, e fogo e bala, e de avcs
Saibam vocês, que ganham "cum" negócio desse
Muitos milhões, enquanto perdem sua alma
Que a mim não faria falta se vocês morressem
Saibam que não me causaria nenhum trauma*

*Que a mim não faria falta se vocês morressem
Talvez enfim a terra assim encontrasse calma*

*Que a mim não faria falta se vocês morressem
Saibam vocês que não me causaria nenhum
trauma*

*Que a mim não faria falta se vocês morressem
Talvez assim a terra enfim encontrasse calma*

*Ó donos do agrobiz, ó reis do agronegócio
Ó produtores de alimento com veneno
(Chico César)*

2.1 POLÍTICAS TERRITORIAIS E O AVANÇO DA SOJA

A elaboração e a construção de um projeto de médio ou de grande porte produzem efeitos em múltiplas dimensões e escalas espaciais. Esse processo geográfico se comporta como a modernização do território, demonstrando a força que o capital tem para transformar modos de vida em atividades que vão atender uma demanda externa. Esta ação se encontra carregada de um discurso ideológico e por seus antagonismos, o “progresso” é a válvula de escape promissor de tal “desenvolvimento” que pregam os atores hegemônicos para a territorialização de suas ações geoestratégicas.

Por traz de toda essa discussão, não há como não colocar como centralidade do debate e não tomar como ponto de partida a importância das políticas territoriais destinadas aos projetos hegemônicos e por que e para quem elas são elaboradas. As políticas públicas são resultado de iniciativas governamentais, em que a gestão e o planejamento correspondem a um projeto estratégico, no qual seus instrumentos permite o ordenamento territorial. Elas estão divididas em três campos:

Políticas Sociais, correspondendo às ações em educação, saúde, previdência, por exemplo; *Políticas Econômicas*, as quais tratam da estabilidade fiscal e financeira, cambial e tributária... e as *Políticas Territoriais*, que abordam as atividades correspondentes à urbanização, regionalização, transportes, ambientais, colonização, entre outras (SILVA, 2005, p.57).

Na Amazônia, entende-se que as políticas territoriais são preponderantes para a territorialização do capital, ocasionando transformações sociais e ambientais na região. A determinação dessa ação institucionaliza mecanismos infraestruturais necessárias à circulação e a integração nacional, pois, corresponde uma nova funcionalidade para o desdobramento dos fluxos, formando corredores multimodais que admite uma logística e o amparo aos setores ligados aos transportes, urbanísticos, industriais e demais ramos empresariais viabilizados por essa política de cunho estatal.

Para Mello (2006), as políticas territoriais favoreceram não somente a expansão de empresas, mas contribuiu com o estabelecimento de grandes propriedades agropecuárias, no qual se investiu em redes físicas (viária, energética e de comunicação) adicionadas com os incentivos fiscais e econômicos. São estratégias políticas pensadas para que grupos empresariais se instalem na região e crie um sistema de integrar a região cientificamente e tecnologicamente em nível nacional e estabeleça relações comerciais com os mercados globalizados, cuja finalidade é de manter um regime de acumulação de capital consolidado.

Dentre esses fatores, cuja prospecção representa um modelo de desenvolvimento regional, destacamos os créditos e incentivos formulados por meio de políticas agrícolas para o agronegócio latifundiário. Essa atividade vem avançando significativamente sobre as bordas da floresta amazônica, convertendo a mata virgem e a terra em estágio primário em uma mercadoria de atendimento ao mercado agroexportador. As políticas destinadas à produção de *commodities* é um processo desigual e contraditório, porque além de interferir no ambiente, os efeitos negativos sobre o modo de vida do campesinato assinalam a sua desintegração.

A expansão soja no oeste paraense, bem como a realidade de outros lugares do Brasil, é resultado de políticas contraditórias, com a implantação e o melhoramento de redes de infraestruturas, como o caso da BR-163, uma rodovia facilitadora que escoar a produção graneleira proveniente de vários municípios do norte do estado do Mato Grosso que chega até o porto de Santarém, no estado do Pará, na desembocadura do rio Tapajós, comandada pela Cargill. A presença dessa multinacional significou a monopolização do território pelo capital globalizado, em que se apropriou do recurso hídrico abundante (rio) e do território destinado para outros fins que não eram mercantis. Essa rota do escoamento dos grãos que se encontra em operação pelo modal rodoviário forma o *Complexo da Soja*.

Em suma, no terreno onde atualmente se encontra essa empresa multinacional era um sítio arqueológico e um espaço de uso comum, portanto, não poderia ser instalado um projeto dessa dimensão porque não obedecia aos critérios estabelecidos pelos instrumentos normativos em que regem as leis de proteção ao patrimônio arqueológico e ambiental. Segundo o que é preestabelecido pelo Art. 1º Decreto-Lei nº. 25, de 30/11/1937, estes bens móveis e imóveis precisa ser preservado, não devendo ser destruído, porque possui um valor simbólico e afetivo para uma coletividade é que o confirma a seguinte proposição:

Art. 1º Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.

§ 1º Os bens a que se refere o presente artigo só serão considerados parte integrante do patrimônio histórico o artístico nacional, depois de inscritos separada ou agrupadamente num dos quatro Livros do Tombo, de que trata o art. 4º desta lei.

§ 2º Equiparam-se aos bens a que se refere o presente artigo e são também sujeitos a tombamento os monumentos naturais, bem como os sítios e paisagens que importe conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou agenciados pela indústria humana.

Um sítio arqueológico significa um patrimônio histórico, oficial, de comoção nacional, pertencente a uma instância pública. Portanto, possui uma função social, uma representação simbólica e um valor artístico, histórico e cultural para uma comunidade específica. De acordo com a legislação vigente, deve-se manter conservado e protegido de

possíveis ações que estejam comprometendo a sua existência. O tombamento deve permitir a preservação ambiental/cultural, mas como nesse país as políticas são quase/sempre destinadas para atender as necessidades do capital, ou seja, para atender uma demanda do mercado, houve certa fragilidade dos órgãos competentes e da gestão municipal de Santarém na época, por permitir a construção e oferecer subsídios para um projeto um tanto complexo e intrigante se territorializar e promover novos arranjos que levaria a destruição e a descaracterização de um patrimônio que realça uma parte da biografia santarena.

A partir desse momento, constata-se o uso corporativo do território, onde a presença de empresas nacional e multinacional metamorfoseia o território e impõe uma sociabilidade do capital notória, promovendo múltiplos acordos, segregando o espaço regional, que agora está em articulação com o mundo. Diante desse emblemático diagrama geográfico que introduz outra espacialidade e temporalidade, realça a modernização do território, a apropriação do território pelo capital (Figura 11), no qual converte a terra e seus recursos em produtos mercadológicos, reflexo da unívoca propriedade privada.

Figura 11 – Terminal fluvial da empresa Cargill agrícola S/A em Santarém/PA



Fonte: Trabalho de campo, 2016.

Foto: CONCEIÇÃO, Francilene Sales da.

Esses sistemas de objetos empregados na paisagem, às margens do rio Tapajós, substituem formas velhas por formas novas e sua aceitação ou rejeição desse arranjo espacial depende da organização ardilosa pensada existencialmente nesse lugar (SANTOS, [1988]2014). A técnica exprime a história do momento e a universalização dos objetos que se

encontram em operação causam estranhamentos em decorrência das transformações propiciarem a tecnificação do território.

Esse fato é evidenciado nos declives do Tapajós, onde o rio por possuir uma grande extensão de massa de água é o principal curso d'água que corta a porção central da região, de sul para norte, numa extensão de 132 km, até desaguar no Amazonas, em frente à cidade de Santarém (PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM, 1997). É de acordo com as características dessa extensão da ordem da bacia do Tapajós (segunda em extensão territorial) é que esta área se mostra como um local propício para o capital agir e ampliar sua área de influência. Por isso, que a multinacional se instalou em um lugar estratégico, com o intuito de facilitar os fluxos de mercadorias com o comércio exterior.

Entretanto, a edificação e a espacialização do empreendimento da Cargill na atualidade corroboram na tecnificação do território, que comparado com uma realidade de um determinado momento histórico, o que existia era um balneário denominado *Praia de Vera Paz*. Esta localidade representava um espaço público destinado ao lazer, no qual era frequentada por muitos visitantes, ora do município de Santarém, ora das cidades circunvizinhas.

Portanto, o solo e a água não tinha dono, não tinha preço e era um bem de uso comum. Isso porque a Amazônia percebida como uma fronteira de recursos e um território de expansão do capital desperta interesses diversos por partes dos agentes hegemônicos, exprimindo o processo de “mercantilização da natureza e de apropriação do poder de decisão dos Estados sobre o uso do território” (BECKER, 2007a, p. 21).

Com a entrada da empresa nesse circuito espacial produtivo começam a surgir processos contraditórios, pois esse espaço de uso comum passa automaticamente para o viés da propriedade privada. A presença de grandes armazéns e silos começam a surgir, pontes longas similar à de um parque de diversões (correia transportadora), deslumbram o paisagismo da frente da cidade de Santarém (Figura 12 e Figura 13), impedindo que as pequenas embarcações trafeguem por esse espaço natural, que com a ação de uma empresa multinacional, encontra-se monopolizado pelo capital global. É bem nítida a disparidade difundida pela ação de uma corporação do agronegócio e de como nesse país algumas leis são deficitárias e estão à mercê de uma determinada classe.

Figura 12 – Vista da empresa Cargill às margens do rio Tapajós em Santarém/PA



Fonte: Tralho de campo, 2016.

Foto: CONCEIÇÃO, Francilene Sales da.

Figura 13 – Correia Transportadora da Cargill sobre o rio Tapajós em Santarém/PA



Fonte: Trabalho de campo, 2016.

Foto: CONCEIÇÃO, Francilene da.

A empresa se territorializa em pontos estratégicos, de fácil acesso para os sistemas de transportes, a circulação e a distribuição do produto para os mercados consumidores no exterior, bem como uma alternativa de redução de seus custos e aumento de seus lucros. Paradoxalmente, áreas que juridicamente não poderiam ser apropriadas porque é uma área de

preservação do patrimônio histórico e ambiental é permitido o licenciamento para a instalação e a construção do empreendimento.

Sendo assim, esse terminal foi construído no núcleo da ilegalidade porque os instrumentos utilizados pelo órgão ambiental competente não foram eficazes, devendo ter sido realizado uma avaliação rigorosa dos estudos de impactos ocasionados por esse empreendimento. Pois, de acordo com que o rege a Resolução do CONAMA N° 001, de 23 de janeiro de 1986, devem ser estabelecidos os critérios básicos e as diretrizes obrigatórias na avaliação dos impactos ambientais, conforme está prescrito na Lei de Política Nacional de Meio Ambiente.

A Resolução do CONAMA N° 237, DE 19 de dezembro de 1997, demanda ainda que o licenciamento ambiental através do procedimento administrativo permitido pelo órgão competente devem seguir rigorosamente as medidas de controle ambiental e avaliar as atividades que possam causar a degradação na área onde está localizado e vai ser instalado o empreendimento.

Portanto, essas resoluções estabelecem os casos onde podem ser aplicado os Estudos de Impacto Ambiental (EIA) e o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) e de como os procedimentos tomados devem obedecer aos instrumentos de gestão ambiental dos órgãos a nível federal, estadual e municipal. Todavia, o projeto apresentado pela Cargill demonstrou certa fragilidade nos procedimentos administrativos e normativos, porque primeiro se instalou o empreendimento depois que foram realizados os EIA/RIMA, e ainda sob as pressões dos movimentos sociais e demais instituições envolvidas. Esse evento acaba evidenciando que quem tem maior poder de influência sobre o território é o capital, descartando a possibilidade de consulta pública que pudesse avaliar os benefícios e os malefícios desse projeto hegemônico conservador sobre a população e o ambiente propriamente dito.

Entretanto, houve resistências por parte dos movimentos sociais, não devendo ser desconsiderado a participação ativa da população e de grupos organizados na reprovação de um projeto que não visava atender as necessidades e demandas sociais urbanas locais, conforme pregavam em seus *slogans* e discursos divulgados pelo próprio *marketing* da empresa.

O projeto objetivado pela Cargill para o agronegócio ressalta um “desenvolvimento sustentável” para o município de Santarém, porque segundo esse seguimento vai haver a geração de emprego e renda e, com isso, proporcionará benefícios qualitativos e quantitativos na região, no qual transformará como uma das principais rotas de distribuição de grãos. Por isso, no auge das discussões processuais, os movimentos sociais e os grupos ambientalistas se

manifestaram contrários a esse episódio marcante na história de Santarém, que mesmo com reivindicações, clamores e resistências, a consolidação desse porto de grãos já era prevista, devido a aliança estreitada entre o governo municipal e a empresa norte-americana Cargill Agrícola.

Esse porto foi pensado na década de 1990, sendo instalado sem possuir um EIA/RIMA que deliberasse os riscos e os reais impactos social e ambiental que poderiam ser ocasionados diante de um projeto monstruoso e com a aplicabilidade de um sistema de engenharia gigantesco. Além do mais, não houve uma consulta prévia se haveria aceitação ou reprovação do projeto pela população santarena da anuência desse empreendimento na região. Esse fato confirma a proposição que a gestão, o planejamento e o maquiavélico projeto político são resultados de políticas de subordinação, em que são elaboradas por representantes ou ideólogos de uma classe para a outra classe (FERNANDES, 2015).

O licenciamento da Cargill foi permitido no ano de 1999, alvo de muitos questionamentos, pois este se configura como plano de ação um tanto ambíguo e complexo. A construção do porto foi impulsionada a partir dos anos 2000. Mas esse terminal fluvial somente começou a funcionar no ano de 2003. Hoje, este terminal está passando por um processo de ampliação, possuindo uma capacidade de armazenagem de 114.000 toneladas. Foram construídos de 3 (três) novos silos de 18.000 toneladas cada um e um armazém de 60.000 toneladas (Figura 14). Esse foi um investimento de capital de aproximadamente 240 milhões de reais, visando facilitar o embarque de grãos nas barcas e para que o seu crescimento anual da capacidade de embarque possa atingir a cota de 5.000.000 de toneladas (CARGILL, 2014).

Figura 14 – Três silos do terminal graneleiro da Cargill em Santarém/PA



Fonte: Trabalho de campo, 2016.

Foto: CONCEIÇÃO, Francilene Sales da.

Esse projeto contraditório destinado ao agronegócio, no qual exige elevadas aplicações de capital, envolve grupos hegemônicos e políticos influentes na Amazônia. O município de Santarém nos últimos anos sofreu um inchaço nos fluxos de transportes, devido ao aumento da quantidade de carretas sobrecarregadas de grãos que trafegam na cidade, inviabilizando o tráfego na BR-163 e se alocando em áreas indevidas, principalmente, nos acostamentos da estrada, impedindo a visibilidade de outros veículos transitarem e interferindo até mesmo no deslocamento dos moradores que residem nas proximidades da área do planalto.

A Cargill expandiu seu território, mas não se preocupou com a construção de estacionamentos (sistema de logística) para atender e possibilitar uma estrutura para as suas carretas transportadoras de grãos. Isso ocasionou um problema conjuntural, as carretas ficam estacionadas em comunidades rurais, a exemplo de Mato Grosso cereais e alimentos, que se encontra à margem da BR-163.

As comunidades de Cipoal, São José, Tabocal e também no bairro da Matinha (município de Santarém) viram um estacionamento para carretas carregadas de soja (Figura 15). A cidade por não possuir uma logística adequada para abrigar esse complexo portuário, como pátios para carretas, dificulta a circulação e induz o congestionamento e o atraso no trânsito local. Por isso, os transportes carregados de grãos estacionados próximo ao 8º Batalhão de Engenharia e Construção (BEC), na comunidade de Cipoal I, KM 14, situada na região do planalto, vão descendo a Serra do Piquiatuba em pequena quantidade até o seu desembarque no porto graneleiro em Santarém.

Figura 15 – Carretas estacionadas à margem BR-163, em frente à empresa Mato Grosso



Fonte: Trabalho de campo, 2016.
Foto: CONCEIÇÃO, Francilene Sales da.

O projeto pensado para a rodovia Cuiabá-Santarém é a sua duplicação, tendo uma pista exclusivamente para carretas. Como os representantes políticos de Mato Grosso são bem organizados e articulados politicamente, portanto, vinculados ao setor do agronegócio, sua principal pauta de reivindicação é a rápida conclusão da pavimentação da rodovia. Para (OLIVEIRA, 2005, p.165) “a pavimentação da BR-163 pode funcionar como um elemento novo na redução dos custos de transportes e no ganho de competitividade da produção de grãos do Brasil face ao mercado mundial”.

Nesse terminal transitam soja e milho, parte da produção, segundo os dados disponibilizados pela Cargill (2014), em torno de 80% é proveniente do Mato Grosso que chegam até Porto Velho (RO) ou Miritituba (PA) através de caminhões e, que por sua vez, são transbordados por embarcações (balsas) até Santarém. A produção de Porto Velho é escoada pela Hidrovia do Madeira, que chega até o porto da Hermosa Navegação da Amazônia S/A Itacoatiara, no Amazonas, e, que posteriormente, acabam chegando até a cidade Santarém (PA).

A outra parte, um percentual de 20% da distribuição de grãos vem do Mato Grosso pela BR-163 e da produção local (CARGILL, 2014) por meio de caminhões e carretas. Apesar das péssimas condições da estrada em alguns trechos, o tráfego de *commodities* é um caso frequente. Miritituba (PA) é um distrito do município paraense de Itaituba, localizado na margem direita do rio Tapajós, e que vem recebendo grandes investimentos para a construção de terminais portuários e outras obras que estejam ligadas ao transporte de grãos. Por sua localização está próximo das BR-230 e da BR-163, o principal corredor da soja, e por sua produção ser distribuída por meio de barcaças, os recursos privados aumentaram.

A princípio, essa rota é a mais viável para os empresários da soja diminuírem suas despesas, expandir seus mercados e aumentarem seus lucros. Ainda que esse corredor se destaque por trazer o progresso, este se torna o *locus* da reprodução dos conflitos agrários. Santarém e Belterra se destacaram como os municípios do oeste do Pará que o cultivo agrícola mais cresceu nos últimos anos, elevando o preço do hectare de terra, pois a migração de sulistas para a região e a instalação do porto graneleiro foi determinante para a territorialização do capital e a modernização do território.

2.2 BR-163: COMPLEXO SOJEIRO E TERRITÓRIOS DOS CONFLITOS

A princípio, a Amazônia estava configurada a partir de dois padrões de organização do espaço: o primeiro estava voltado para *rio, várzea, floresta*. E o segundo estava voltado para *estrada, terra-firme e subsolo* (GONÇALVES, [2001]2015). A partir 1960, com o

predomínio de um novo padrão eclodiram muitos conflitos e a vida das populações não mais esteve organizada em torno dos rios, mas o novo arranjo espacial esteve organizado a partir do surgimento de estradas, rasgando a floresta para exploração do subsolo.

É o aparecimento de uma nova geopolítica no espaço amazônico, cuja essência é promover a integração da região ao restante do país. Essa nova gênese sociogeográfica vislumbra uma geografia dos conflitos, permeada pela exclusão e contradição. As riquezas minerais e os fluxos de matérias e energia, ou seja, recursos a serem apropriados, estavam sob a ótica do grande capital nacional (com centralidade no centro-sul do país) e internacional. O Estado era o principal agente que promovia a articulação política e econômica, permitindo a instalação das empresas na região.

Desde a implantação das políticas territoriais do PIN, nos governos militares, durante a década de 1970 (OLIVEIRA, 2005; CARNEIRO FILHO, 2015), surgiram as rodovias Transamazônica e a Cuiabá-Santarém e tantos outros projetos que se destacaram como o Proterra (1970), Polamazônia (1974-1980), Polonoroeste (1980) Planafloro (1970-1980), que alteraram o panorama socioespacial da Amazônia, pois havia uma enorme necessidade “ocupar os espaços vazios e homogêneos” da região.

Paralelas a essas rodovias, outras estradas surgiram, em decorrência das atividades ligadas à extração madeireira, à mineração e à agropecuária ter ganhado impulso nesse período, como exemplo da BR-364 (MT-RO). A partir daí os desmatamentos só cresceram e a abertura de estradas registrou cortes profundos sobre as florestas, instalando-se o conflito. A chegada do estranho e as condições em que se encontravam as rodovias com a sua abertura, não eram das melhores, como até hoje se podem observar a situação crítica de alguns trechos. A entrevista realizada com seu Júlio César, um camponês que reside atualmente com sua família às margens da BR-163 e que trabalhou no “pico”¹³ da estrada durante a década de 1970, relata a situação vivenciada:

As condição da estrada aí era você, entrava na estrada trabalhando, roçando, e passou o cabra tirando o pico e você ia abrindo né, aí você abria e passou outro trabalho atrás que você ia cortando a raiz, pau, aqueles pauzão grosso em cima da casa né, a gente cortava as raiz, aí vem o menino com o D-4 aí, na frente, arrancando aqueles pau, roçando né, e ficando aqueles pauzão que a gente não tinha força de arrancar, o D-8zão metia a porrada pra cima arrancava, jogava lá fora. E as outras máquina vinha ajeitando atrás né. E isso aí custou muito, passou a primeira limpeza, que foi o pico, passou a outra limpeza atrás, que foi o tratozinho desmatando pro grande vim atrás arrastando aí, aí ia ficando já no jeito né, atrás veio os outros trator, que já vinha rapando aquele, aqueles mato, cortando aquelas ladeira, aterrando mato, inclusive tinha uma laderona bem aí, e pra ver, o que que máquina faz né, acertou isso aí que ficou no nível né, alí pelo seu Abílio, mais ou menos. Ali era um

¹³ Termo usado para se referir à abertura de estradas em meio à floresta, fazendo uso de técnicas manuais e trabalho braçal.

bachãozão medonho aí já tava, já tava, tava muito longe. Eu tirando madeira, eu tirando peça de pau lavrado de machado pra botar naqueles garapé, tirando aquelas tora de pau, nós empurrando pras máquina passar pra atravessar. Foi um trabalho medonho isso aí. Isso foi um trabalhão, um trabalhão como diz os outros, que só pra quem tinha coragem de fazer isso né. É, tem muitos trator velho jogado pelas essas beiradas daí pra cima aí, jogado aí. Aí, depois que passa aquele trabalho a gente vem analisando que o homem faz muita coisa que não deve fazer né, é o homem trabalha demais (Júlio César, 2016).

O trabalho era demorado e exaustivo, exigia dos trabalhadores muita força física e muito cuidado no enfrentamento da floresta nativa. As condições do terreno não eram totalmente planas, apresentavam algumas áreas montanhosas que precisavam ser niveladas com o uso do trator. Alguns Igarapés que se encontravam por onde a estrada estava sendo cortada e aplainada, foram soterrados, resultando a mudança de seu curso e no desaparecimento ou morte de alguns corpos d'água. Nesse momento, prevalecia uma baixa densidade demográfica, mas os atores sociais que habitavam nesses espaços viviam outra temporalidade que não era do capital.

Muitos trabalhadores que foram contratados pela empresa responsável na época para abertura da estrada estavam munidos de suas ferramentas de trabalho e executavam trabalho braçal, estando estes sujeitos vulneráveis a doenças e a acidentes decorrentes dessa atividade. Posteriormente, o uso de máquinas (tratores) abria caminho, convertendo a paisagem natural em uma paisagem técnica. É o que confirma ainda na proposição a seguir do entrevistado:

É uma dificuldade muito grande, a gente fazer, ia tirar vara no mato, pra fazer aquelas, aqueles lameiro grande, que a máquina, carro não passava que se enterrava né, a gente tirava pau carregava e botava na beira e fazendo aquele assoalho jogando terra em cima. Você já pensou uma coisa dessa né? Pra poder fazer aquele aterro, pra máquina passar, assim mesmo ainda afundava, ainda era maior problema. Os outros vinha puxava era hahahaha ... era um sacrifício de vida que tu nem pensa aí. Aqui não, porque aqui nos garapé a gente fazia arroteio, tirava uns pau grosso né, aí botava, botava umas peça de pau por cima, aí o trator passava, mas da onde, onde era daqui na estrada ou mais longe o sacrifício de vida aí você cavando aquele barro pra ir carregando, pra ir jogando e botando em cima daqueles pau, fazendo, tirando aquelas peça, botando em cima daquilo por cima, e assim mesmo, trator era bicho pesado, ia passando por cima, se enterrando e se atolava, com pessoa a cavalo, um jirico atrás, puxava pra trás pra poder aterrar aquilo né, derrubando pau de machado, que nessa época não trabalhava com motosserra era no machadão né, é motosserra apareceu agora esses tempo, tá com dez a doze anos que apareceu motosserra, acho que é mais mesmo era no machadão aí nesse tempo trabalhando né, cortando pau naquela garapeção, que ali o trator empurrava e jogava dentro, era obrigado você cair dentro numa água por aqui muitas vez cortando aqueles pau aí chegavam depois iam chegar com as máquina, cavavam um buraco pra mudar o garapé, metiam o cavado, cada um cavando a muque cavando pra poder mudar um garapé passar aqui e pra poder ficar seco aí pra poder continuar o selviço. Pra quando eles passavam pra frente, o trabalho aí eles mudavam desse garapé deixavam no leito aonde era. O negócio era muito bem caprichado, era muito bem trabalhoso né (Júlio César, 2016).

As necessidades dos trabalhadores (maioria camponeses-agroextrativistas) eram tamanhas que se sujeitavam a prestar esse tipo de serviço, mesmo sabendo dos reais riscos

enfrentados. A abertura da rodovia não significou a solução dos problemas das populações que viviam sob a lógica da floresta, o contrário, agravou-se, porque permitiu que o capital entrasse e se apropriasse coercitivamente do espaço habitado pelo campesinato. A justificativa e os *clichês* discursados pelo Estado eram de que as populações amazônicas viviam “isoladas”, portanto, precisavam pensar em uma rede de infraestrutura e de transporte que permitisse a conexões dos lugares ao restante do país.

O contrário do que pregam esses agentes, esse planejamento estratégico e esse modelo de gestão do projeto da BR-163, alterou modos de vidas e implantou desacordos acerca do uso do território, pois as populações que viviam sob a lógica da floresta e/ou em função dos rios, com a implantação de projetos agropecuários, começaram a serem desterritorializadas, e as que resistiram, foram vítimas de coerções e violências.

No período “chuvoso” (inverno amazônico), a lama era um obstáculo para os meios de transportes e as pessoas se locomoverem de um lugar a outro. Entretanto, no período “menos” chuvoso (verão amazônico), os problemas não deixavam de existir, pois a poeira representava um grande empecilho, dificultando também a circulação no espaço geográfico. A partir daí, as ações conjuntas desses agentes modificaram violentamente a paisagem amazônica e possibilitou a instalação do capital em terras públicas que estavam sob a responsabilidade do INCRA, do IBAMA e da FUNAI, onde viviam o campesinato e povos indígenas. Nesse sentido, as relações de poder vão sendo implantadas no território e com elas vem o assombroso desmatamento, modelando não somente a natureza, mas transformando vidas.

Assim, os modos de vida das populações são modificados porque surge uma nova realidade material (objetos) e imaterial (ideias, pensamentos e ideologias) a partir da década de 1990, composta por linhas de infraestrutura que estimula o transporte de mercadorias, energia e informação (SANTOS, [1996]2012). Diante de um movimento dotado de significado e de tamanha expressividade, evidencia a formação de vários *pontos* (nós) e *linhas* (fluxos) que interligam um lugar a outro. Esse sistema em operação marcado pelo exercício do poder que estão conectados de forma reticular, expandindo no tempo e no espaço é denominado de *redes*.

Logo, a rede se configura como o território do movimento porque estabelecem conexões com diversos pontos e linhas, objetivando a expansão dos fluxos materiais e imateriais que causam fragmentações no território, principalmente, em tempos de globalização. Portanto, o conceito de rede não pode estar dissociado do conceito de território, porque Haesbaert (2004, p. 282) entende que “os territórios são compostos por unidades

espaciais como áreas ou zonas, pontos e linhas ou numa leitura não euclidiana, nós e redes”. Essas redes são construídas para acelerar os fluxos de mercadorias, interligando os lugares que não mais se explicam em si mesmo e o território passa a ser alvo da apropriação e controle dos agentes hegemônicos.

Assim, o asfaltamento da rodovia Cuiabá-Santarém foi concebido como uma rede territorial, fruto do processo de modernização, cujos interesses eram a circulação e a distribuição de produtos agrícolas. Com as políticas públicas destinadas para o melhoramento das redes de infraestrutura ocorrido em 1997, no trecho que compreende Santarém, Belterra e Rurópolis, cuja empreiteira responsável era o 8º BEC, têm-se um espaço técnico-científico.

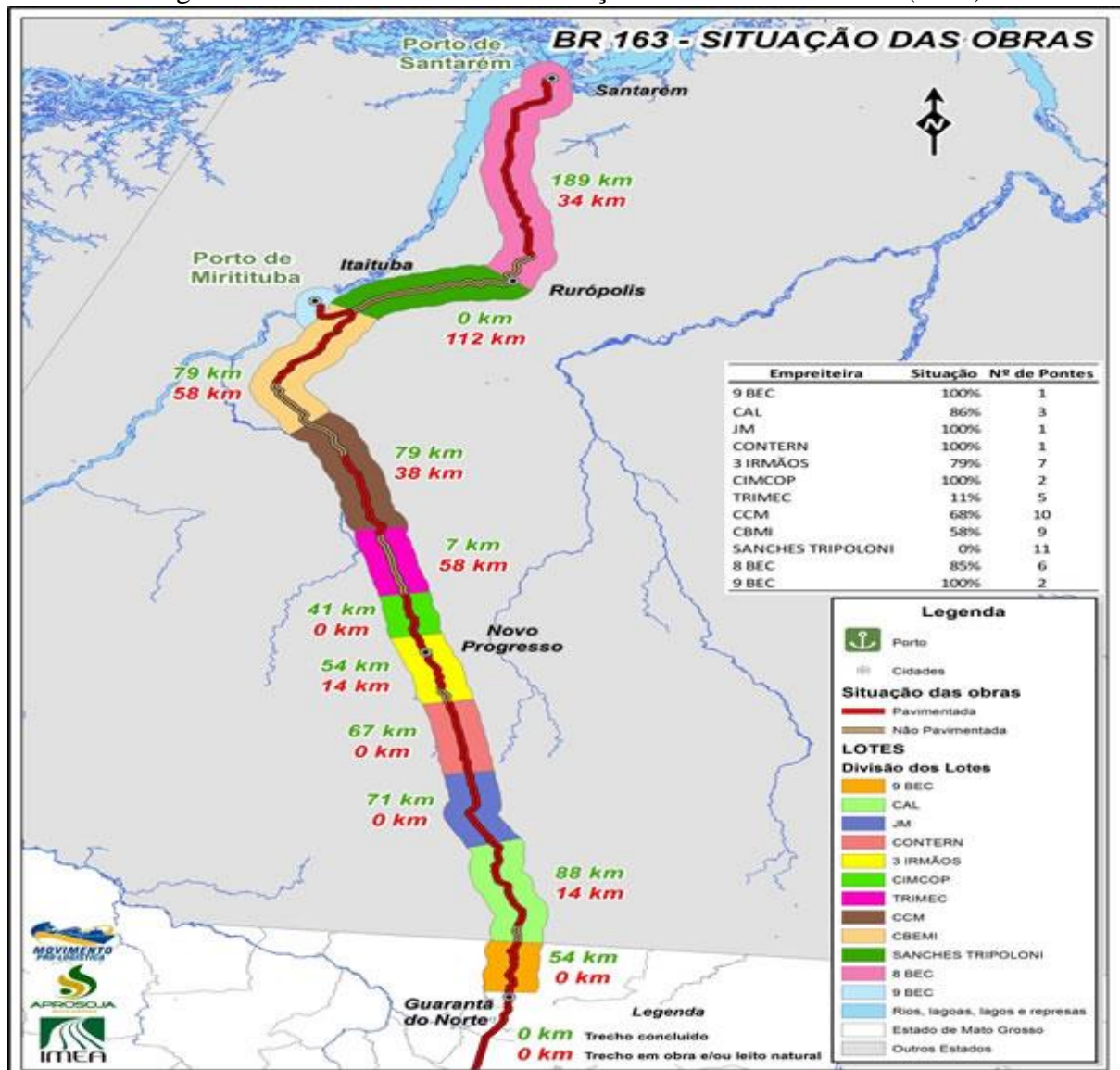
Os fluxos de veículos carregados de mercadorias aumentaram nesse perímetro, bem como essas cidades tiveram as suas geografias locais modificadas devido à territorialização de um novo complexo sojeiro no espaço habitado pelo campesinato-ribeirinhos-quilombolas-extrativistas. Essas populações amazônicas consideram os componentes presentes na natureza um produto da representação simbólica, um subsídio que mantém a sustentação coletiva fortificada e um instrumento das (re)existências no tempo-espaço.

Abre-se a fronteira para o capital global, o grão do cerrado mato-grossense se desloca para ser cultivado na floresta amazônica, adaptando-se às condições geomorfológicas edafoclimáticas do espaço regional. O cultivo da leguminosa soja representa o “*ouro precioso*” e a nova mercadoria agrícola do momento que desenvolve em meio a uma “*floresta exuberante*”, que se auto retroalimenta através do processo de fotossíntese ocorrido diariamente, a fim da obtenção de oxigênio para manter a vida das espécies animais e vegetais e, principalmente, vidas e biografias humanas impetuosas e em movimento.

A descoberta de um novo “*Eldorado*” tem provocado metamorfoses no bioma amazônico em suas múltiplas dimensões e escalas espaciais. Os municípios sob a confluência da BR-163 sofrem constantemente com a exploração de madeira ilegal, a criação de gado e o cultivo e escoamento de soja, uma atividade que obteve grande êxito nos últimos anos, mas de um agravo social e um custo ambiental fulminante. A grande produção de grãos sólidos, principalmente, no norte do Mato Grosso é transportado por esse canal rodoviário, portanto, requer uma logística que corrobora com a expansão da produção atual e futura.

Por isso, a leitura espacial de Haesbaert (2004) é território-rede. Este autor pensa a rede não somente como uma forma (abstrata) de compreender os espaços, baseadas somente em um conjunto de pontos e linhas, caracterizando uma perspectiva euclidiana (espaço contínuo), mas leva em consideração a dimensão temporal, do movimento e da dinamicidade

Figura 17 – Área de influência e situação das obras na BR-163 (2013)



Fonte: FAMATO, Núcleo Técnico e Sindical. Disponível em: <http://sistemafamato.org.br>. Acesso em: 26 de março, 2016.

A figura mostra alguns trechos da rodovia que não estavam pavimentados, principalmente o trecho que compreende entre os municípios de Rurópolis e Itaituba, um intervalo de grande precariedade para o deslocamento dos transportes carregados de soja e milho oriundos do Mato Grosso. As empreiteiras contratadas estão sob a chefia do Estado prestando serviços de construção de pontes, pavimentação, recapeamento e recuperação de trechos intrafegáveis.

A atuação dessas construtoras nessas áreas ainda inconclusas está sob pressão de grupos hegemônicos articulados, cujo interesse principal é elevar os lucros, reduzir os gastos e encurtar as distâncias no transbordo de produtos agrícolas. E essas ações são refletidas no espaço do campesinato, porque como a geografia do agronegócio avança sobre seus territórios

e necessita de áreas cada vez maiores para realizar a produção agrícola, essa classe social passa a ser coagida e subjugada pelo capital.

Essa ação política implementada no território mostra uma aliança estreitada entre Estado e capital, em que seus principais beneficiários são membros que compõe uma única classe. O “progresso” se aproxima, moderniza o território e introduz um conteúdo novo no espaço porque o agronegócio necessita de uma logística para a sua efetivação e a rodovia é uma ótima alternativa para a ocorrência de sua reprodução. Recentemente, alguns trechos da BR-163 passaram por um processo de recapeamento e, hoje se encontra em fase de recuperação, pois surgem muitos canais (buracos) profundos no asfalto, perfurando o concreto, devido ao aumento no volume de carretas de soja e milho que trafegam pela estrada até o desembarque no porto de Santarém.

O asfaltamento de um dos principais corredores de granéis sólidos do país consiste no estabelecimento de uma geopolítica de integração nacional, no qual introduz obras de infraestruturas e possibilita uma logística de aperfeiçoamento para expansão da economia agrícola. Todavia, as propagandas governamentais que pregam o “progresso econômico” e que, portanto, está associado a um “desenvolvimento necessário” para a região amazônica, como se notou, não é um fato recente.

Os investimentos e as obras aplicadas por meio de um sistema de engenharia estão e sempre tiveram destinados aos setores empresariais, no qual as populações são excluídas de tais projetos. A construção de uma estrada ou de uma rodovia está associada imediatamente à aceleração dos fluxos materiais e a reprodução ampliada do capital e não simplesmente promover um desenvolvimento endógeno que atenda as expectativas das populações amazônicas.

Por isso, no momento atual, o asfaltamento da Cuiabá-Santarém teve grande visibilidade e interesses múltiplos dos agentes envolvidos. A construção de novos terminais portuários sendo esquematizados para Santarém estimulou um estudo realizado em 2015 pelo Projeto Caminho da Safra na rodovia Cuiabá-Santarém, no qual realizaram um levantamento dos trechos que precisam ser pavimentados, duplicados e as datas previstas para as empreiteiras entregarem as obras (Figura 18), a fim de expandir os fluxos de *commodities* por um dos principais corredores rodoviários da Amazônia, haja vista que as expectativas dos produtores para o ano de 2016 possa ser superior à safra de 2015.

Figura 18 – Segunda etapa das obras projeto Caminhos da Safra em 2015



Fonte: Elaborado por Raphael Salomão/Arte: Filipe Borin

Disponível em: <http://revistagloborural.globo.com> Acesso em: 26 de março, 2016.

Esses investimentos destinados às obras da BR-163 se sucederam em virtude do cultivo da monocultura ter avançado no norte do Mato Grosso e no oeste do Pará. Esse projeto planejado pelo agronegócio exige a empregabilidade de muito capital na pavimentação e na duplicação da rodovia. O trecho que demanda maiores investimentos logísticos, devendo ser entregue até 2017, é o que interliga Rurópolis a Itaituba, pois faltam pavimentar em torno de 99 km. Outro perímetro que apresenta a sua previsão de entrega para o ano de 2017 é o trecho compreendido entre Moraes de Almeida à Novo Progresso, restando asfaltar aproximadamente 58 km de extensão. Os perímetros territoriais mais críticos da Cuiabá-Santarém se encontram no estado do Pará, como nos municípios de Novo Progresso e Moraes de Almeida e as vilas de Caracol e Divinópolis.

O processo de infraestrutura se encontra mais ágil no Mato Grosso em virtude deste estado possuir um grupo político bem organizado, pois as atividades econômicas giram em torno da cadeia produtiva de grãos em conexão com os mercados globalizados. Esses agentes (burguesia do agronegócio mato-grossense) são os principais interessados porque maior parte

da soja que chega a Santarém é oriunda do norte do Mato Grosso. Assim, o asfaltamento da BR-163 corresponde a reprodução ampliada do capital, um indicativo do aumento das exportações da produção graneleira sobre o eixo da rodovia.

Esse plano destinado à produção agrícola tem priorizado a privatização da BR-163. O governo federal em diálogos com o empresariado de Mato Grosso tem compactuado diretamente com a concretização de um sistema de redes um tanto complexo, admitindo transferência para a iniciativa privada. Os acordos realizados entre o governo e os empresários do agronegócio solidificam o controle do território pelo capital, no qual a sociedade civil e os grupos sociais afetados não são consultados acerca do projeto que vem sendo implementado, significando a ausência das responsabilidades governamentais. O asfaltamento que compreende até Miritituba está previsto a cobrança de pedágios, pois o que está previsto é o aumento dos fluxos da produção graneleira nesse eixo, dificultando a dinâmica territorial preexistente.

A soja vem se dilatando em muitas localidades que estão sob a influência da BR-163. Entre os anos 2015 para o início de 2016, áreas de vegetação e de pastagens são convertidas em espaço de *commodities* como vem acontecendo presentemente no município de Novo Progresso e nos distritos do município de Altamira: Castelos de Sonhos e Cachoeira da Serra, espaços onde houve um acréscimo nas taxas de desflorestamentos e na proliferação de muitas queimadas.

Em trabalho de campo em 2015 e 2016, fazendo levantamento de informações acerca do avanço do agronegócio na rota da Cuiabá-Santarém, constatou-se através de diálogos informais realizada com 2 (dois) trabalhadores assalariados em fazendas do agronegócio, um de Belterra (PA) e outro de Ipiranga do Norte (MT), em torno de 120 km de Sorriso, ressaltaram que o terreno vinha sendo preparado para a plantação de grãos leguminosos e que a rodovia estava tomada por grandes conglomerados de fumaça, em que se condensavam nas nuvens e no espaço, tornando o ar rarefeito e uma intensa irritação nos olhos. Além de problemas respiratórios, o alastramento de fumaças e o fogo causaram prejuízos ambientais irreversíveis e geraram alguns transtornos para as pessoas que trafegavam e habitavam nessas proximidades.

Esse processo demonstra a ação contundente do capital, em que admite a concessão de “florestas em chamas” para dar lugar às construções de armazéns e um celeiro agrícola especializado, concretizando o meio técnico-científico-informacional. O entrevistado relatou ainda que os seus conhecidos estavam na intenção de migrar para esses municípios em busca

de melhores condições de vida, pois estavam surgindo algumas oportunidades de trabalhos nas lavouras.

Na agricultura mecanizada, os principais grãos do agronegócio compõe a tríade do circuito espacial: *arroz-milho-soja* (A-M-S), realçando uma *geografia/territorial/local/global* (G-T-L-G) carregada de conflitualidades e antagonismos, cujos mercados têm uma produção verticalizada. Primeiro vem o arroz para “amansar” a terra, sendo cultivado no máximo quatro anos, em segundo e terceiro plano é incorporado à cadeia de grãos, o milho e a soja, no qual a terra não possui mais a função de ser domesticada, mas assume agora seu posto permanente, pois “a soja exige maior nivelamento do terreno” (OLIVEIRA, SANTANA & HOMMA, 2013, p. 28) do que a produção de arroz, podendo ser solucionado o enfraquecimento dos solos com o uso de corretivos agrícolas.

A cultura do agronegócio sojeiro é um processo recente e implantou na Amazônia uma nova cultura: a sulista. Mesmo essa novidade ter inserido a lógica do capital que modificaram subalternamente a estrutura social e os respectivos modos de vidas, a lógica vivenciada e experienciada cotidianamente pelas populações amazônicas não conseguiram ser silenciadas e rompidas integralmente, porque as lutas e as resistências continuam vivas, mesmo com as práticas de violência, intimidações e pressionamentos que sofrem constantemente.

O Trabalho desenvolvido pelos Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Santarém (STTRS) e pelo Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Belterra (STTRB) tem apresentado efeitos positivos. Essas instituições são atuantes em diversos projetos, objetivando contribuir e valorizar os direitos conquistados pelos trabalhadores e trabalhadoras rurais. Muitas bandeiras de lutas na região no âmbito da questão agrária vêm sendo levantadas, em virtude da implantação de inúmeros empreendimentos privados e ações estratégicas do capital. Sendo assim, essas instituições tenta mobilizar os camponeses para participar das audiências públicas na defesa de seus territórios em conjunto com a população da região.

“Eu sempre digo não foi fácil pra nós conseguir esses direito que nós temos né? Ai eu sei que muitos companheiros nossos que nós conhecia até derramarem seus sangue né? Morreram, foram morto, é..., perderam a vida não, porque a vida, o sangue é uma luta que dá é força pra luta né, continuar. Mas eu sei que não foi fácil e a gente continua essa luta” (Entrevista 1 STTRB, 2016).

Atualmente, a principal luta que vem sendo travada nas comunidades rurais é contra o agronegócio, pois esse é um modelo que vem ganhando dimensão em Santarém e Belterra, estimulando o êxodo rural da classe social camponesa. As disputas e os desentendimentos

pela terra geram alguns conflitos com mortes ou ameaças de mortes. Mesmo assim, a resistência camponesa em prosseguir na terra vivendo, relacionando-se, produzindo e reproduzindo é um dos instrumentos dessa luta, pois, como apontou o STTRB, a vida torna-se fortalecida a partir no momento em que o grupo se torna mais unido em prol de uma única causa da luta.

Um dos principais motivos que obriga o campesinato a vender suas propriedades é a ausência de políticas públicas, a pressão dos sojicultores e a grilagem de terras. As famílias camponesas que habitavam na margem da BR-163 ou em estradas perpendiculares à rodovia (denominada popularmente de ramais), sem as condições mínimas de infraestruturas, enfrentavam tamanhas dificuldades em seus deslocamentos, tanto no trânsito de pessoas, como no escoamento de seus produtos agrícolas a serem transportados até os mercados na cidade de Santarém.

Como na Amazônia temos somente duas estações do ano, durante o “inverno” amazônico o maior enfrentamento era a lama de coloração laranja e um material de tamanha consistência e elasticidade. No “verão” amazônico era poeira que cobriam as casas dos moradores, maioria construída com materiais proveniente da natureza: palhas, madeiras e barro com cipós. Algumas possuíam vários cômodos, outras só tinham apenas uma única divisão, no qual dependia do tamanho da família. Era um modo de vida regado por uma solidariedade orgânica, onde sua principal renda era proveniente da agricultura. Pouco se deslocavam à cidade porque a terra ofereciam quase tudo que necessitavam, exceto os gêneros alimentícios que precisavam ser adquiridos nos supermercados.

Inúmeros eram os motivos de alguns camponeses terem negociado as suas pequenas propriedades por valores bem a baixo do que equivale atualmente. Contudo, os que permaneceram na terra foram para os enfrentamentos contra os agentes estranhos controladores do território. A classe social camponesa se posicionava contrária à cultura sulista hegemônica, que nada tinha a ver com uma produção independente, familiar e saudável.

De acordo com a análise do relatório da CPT da Diocese de Santarém publicado em 2008, no qual vem desenvolvendo um trabalho importantíssimo no que diz respeito ao mapeamento de conflitos agrários e seus impactos sociais causados pelo avanço da soja no estado do Pará, mostra que nos polos de Paragominas e Redenção, o sul do estado e, mais precisamente, no polo Santarém, situado na porção oeste do Pará, representam municípios que sofreram uma elevação na produção de grãos sólidos e uma redução significativa de sua população camponesa.

Os baixos preços das terras na região fizeram com que uma leva de migrantes oriundos do sul do Brasil (principalmente do estado do Paraná) e com passagem pela a região centro- oeste do país, onde situa o estado do Mato grosso, se deslocassem para uma região com uma abundância de recursos e a uma ampla disponibilidade de terras que poderiam adquirir a preços baixos e muitas das vezes por meio da ilegalidade. A partir desse momento, houve um aquecimento no mercado de terras (SCHLESINGER E NORONHA, 2006) e eclodiu uma concentração fundiária expressiva, no qual as ações territoriais determinadas pelo capital estavam sob o controle do monopólio dos sojicultores, parceiros das corporações do agronegócio.

A valorização do preço da terra no Brasil para o setor agrícola atingiu sua maior alta nos anos 2013 e 2014, alcançando uma taxa média de 16%. O estado da região norte que maior se sobressaiu na pesquisa realizada pela Informa Economics FNP (2015) foi o Pará, alcançando a casa dos 100% em algumas localidades. Esses dados confirmam a tese de que vem ocorrendo a expansão da fronteira agrícola na Amazônia e, conseqüentemente o avanço das formas capitalistas de produção que estimulam a valorização e um mercado de terras arrefecido no espaço agrário, pois a terra passa a ser um espaço da acumulação de capital.

A concentração fundiária torna-se arrefecida na medida em que a terra é um condicionante para a manutenção da propriedade privada. Os investimentos destinados às obras de infraestruturas no Arco Norte deram uma guinada nos preços dos hectares de terra na região em virtude de pequenas propriedades se tornarem áreas propícia para o cultivo de grãos (Tabela 3), significando o pressão/expropriação/migração da população camponesa para as cidades.

Tabela 3 – Amazônia: elevação do preço hectare de terra destinado à agricultura

Estados	Anos	Preço (ha%)
Amazonas	2010/2014	228%
Mato Grosso	2010/2014	136,7
Pará	2010/2014	148
Rondônia	2010/2014	108
Roraima	2010/2014	96
TOTAL	2010/2014	488,7

Fonte: Informa Economics FNP, 2015.

Organização: CONCEIÇÃO, Francilene Sales da.

Observa-se que em quatro anos, o hectare de terra destinado à agricultura aumentou expressivamente na região amazônica, correspondendo um valor elevado em torno de 100,9 %, de acordo com os dados apresentados pela consultoria e informações do agronegócio

publicado no ano de 2015. O estado do Amazonas, mesmo possuindo a maior área de preservação florestal do país, não está isenta da elevação do preço do hectare. Em 2010, o valor era R\$ 286,00 e em 2014 subiu para R\$ 938,00, pois é um estado que vem sofrendo com as pressões agrícolas sobre as florestas constantemente.

As terras no estado do Pará supervalorizaram nos últimos anos. Em 2010 a hectare custava R\$ 2.635,00, e em 2014 passou para 6.236,00, sendo perceptível o aumento dos desflorestamentos que dão lugar aos campos de soja e o aumento de conflitos agrários, bem como ocorre em Rondônia, em que no ano de 2010 o preço à vista era R\$ 2.733,00 e passou para R\$ 5.677,00 em 2014. Também como incide em Roraima, que apesar de apresentar os valores inferiores comparados aos estados anteriores, vem se destacando na média geral dos estados produtores do norte, em 2010 era R\$ 744,00 e em 2014 alcançou R\$ 1.458,00.

O estado de Mato Grosso, apesar de apresentar os mesmos valores referentes ao preço à vista do hectare de terra como do estado de Roraima, equivalente aos anos que compreende 2010 e 2014, mostra que o preço de um hectare nesse estado é superior aos demais estados do Arco Norte, apesar das variações percentuais em outros estados serem maiores (FNP, 2015).

O preço do hectare de terra tende a serem maiores porque as áreas no Mato Grosso se encontram em estágio de produção agrícola, o contrário, por exemplo, dos municípios de Santarém e Belterra no Pará, pois os anúncios de infraestruturas e a disponibilidade de terras (áreas de florestas e pastagens) disponíveis potencializam e incentivam o plantio de grãos, no qual atinge conflituosamente o campesinato que precisa da terra para se reproduzir. O estado do Mato Grosso se destaca como o maior exportador nacional de grãos e possui uma dinâmica territorial baseada em incrementos tecnológicos e científicos que originam fragmentações no espaço agrícola, como no caso de Sorriso, um município ao norte do estado que se destaca como a “capital nacional do agronegócio” e é o que Elias (2006) denomina, conceitualmente, de cidade do agronegócio¹⁴.

O agronegócio se expande em diversos lugares da Amazônia. Santarém foi o município que teve uma alta na produção dessa leguminosa nos últimos anos (Gráfico 2), em virtude da construção estratégica do porto graneleiro da Cargill está situado nas margens do Tapajós, um município em que possui uma dinâmica territorial peculiar e tem uma função

¹⁴ Esse é um conceito desenvolvido por Denise Elias para se referir a uma cidade, cuja dinâmica territorial é influenciada pelas atividades agrícolas de produção do agronegócio. Forma-se uma classe média do agronegócio que habita a cidade, mas que sua localização não está muito distante do espaço de produção agrícola.

atrelada ao rio, sendo denominado (Figura 19) por alguns autores de “cidade ribeirinha” (TRINDADE JR., ROSÁRIO, COSTA & LIMA, 2011)¹⁵.

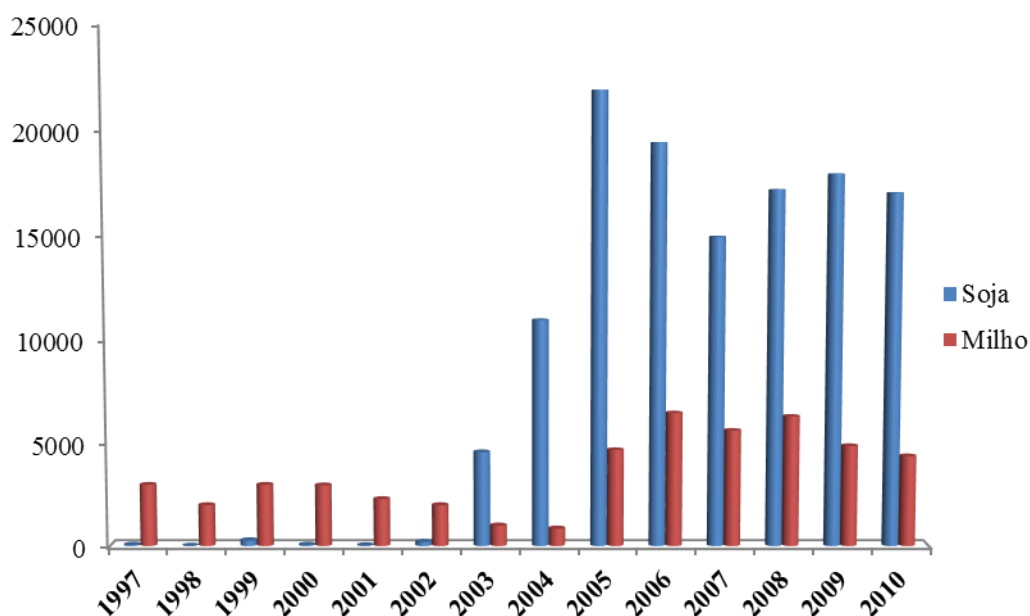
Figura 19 – Vista da frente à cidade de Santarém/PA



Fonte: Trabalho de campo, 2016.

Foto: CONCEIÇÃO, Francilene Sales da.

Gráfico 2 – Área plantada (hectares) de soja e milho em Santarém (1997-2010)



Fonte: IBGE, 2015. Banco de dados Agregados Sidra. Produção agrícola municipal.

Organização: CONCEIÇÃO, Francilene Sales da, 2016.

¹⁵ Entender conceitualmente uma cidade ribeirinha somente por está localizada às margens do rio é um primeiro fator, mas não o único, pois existem outros elementos que propiciam a compreensão desse conceito, devendo ser levado em consideração. Para além da localização, as relações que se estabelecem com o rio e a importância desse rio para os modos de vidas dessas cidades se configuram como um espaço dinâmico, no qual revelam solidariedades mais orgânicas.

Diante dessa perspectiva de progresso que modela o espaço agrário/florestal e regional, o aumento do cultivo da soja denotou a desterritorialização de comunidades rurais no planalto santareno, na expropriação e/ou pressionamento de famílias camponesas, ameaças de mortes e grilagem de terras. A elevação quantitativa de hectares destinada ao cultivo de grãos significa na redução de propriedades camponesas e, conseqüentemente, reflete na diminuição do abastecimento de produtos agrícolas do mercado local e regional, uma realidade corriqueira presente no oeste do Pará.

De acordo com os dados disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), foram selecionados duas variáveis de grãos sólidos para avaliar o crescimento da área plantada, haja vista que esses dois grãos se destacam como os principais produtos movimentados no terminal seja pelo meio modal rodoviário ou hidroviário.

As informações mostram que o complexo da soja teve sua maior área plantada no ano de 2005, apresentando um valor estimado de 22.000 hectares. Entre os anos de 2006 a 2010, apesar de algumas oscilações, como mostra no Gráfico 2 o número de hectares plantada de soja se manteve elevada, que comparada com a de milho, apesar de ser um grão de grande destaque nas monoculturas, tem sua produção recuada, não ultrapassando 7.000 hectares de área plantada nesse período, no qual compreende 2005 a 2010, em relação a leguminosa da soja, grão este que vem crescendo assustadoramente nos últimos anos e de grande destaque na economia do país.

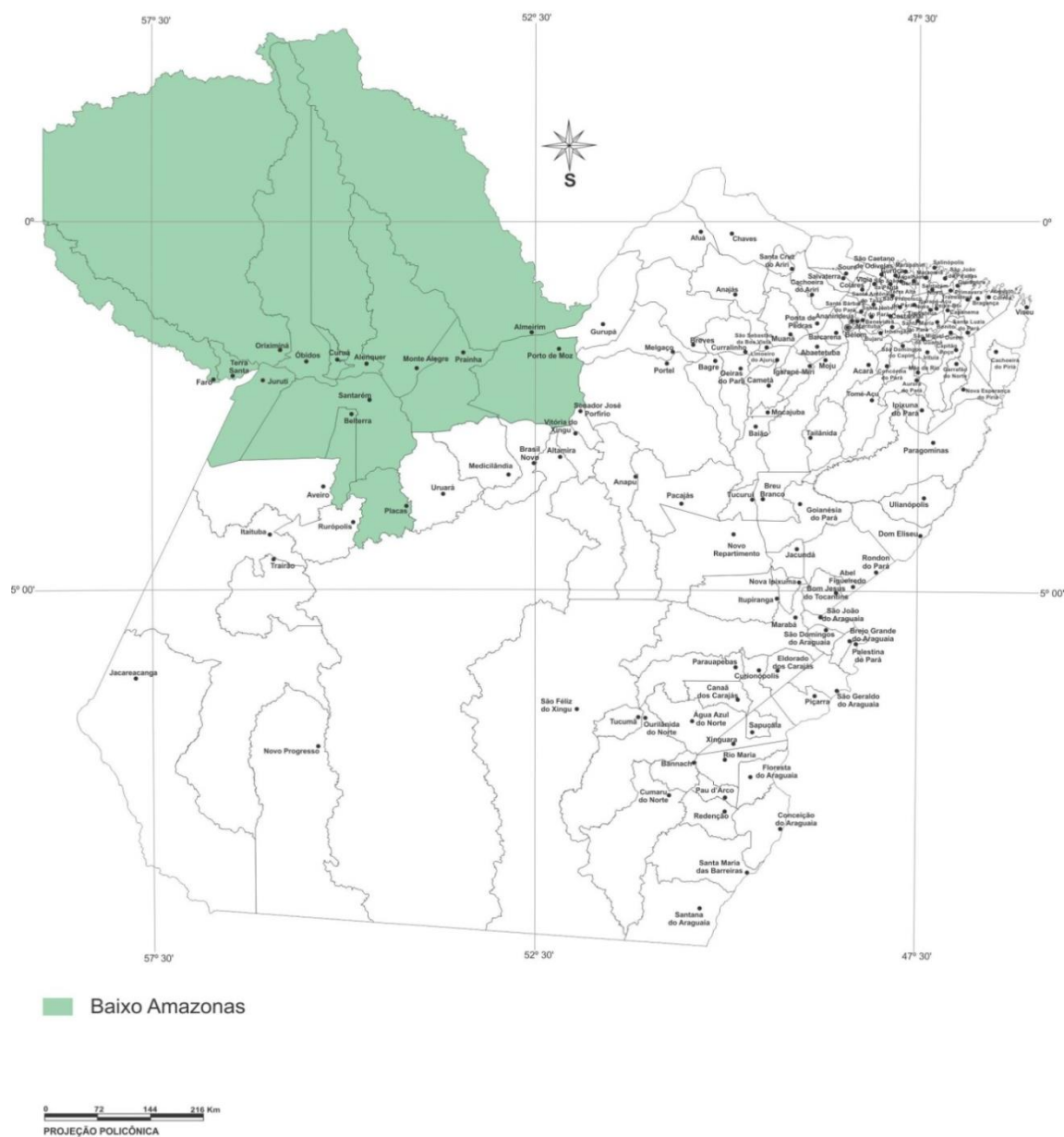
Isso significa que aumentou o número de terras concentradas na região do planalto santareno e excluem as famílias camponesas de seus territórios, não somente pela improdutividade da terra, mas a partir do processo produtivo de *commodities* em larga escala. As terras do campesinato são compradas por sojicultores, sendo convertida em um espaço de produção agrícola.

Nesse período, muitos investimentos destinados para o agronegócio modernizaram o território e instigaram a reprodução ampliada do capital. Sistemas de créditos fornecidos pelas agências financeiras voltadas para o agronegócio se tornaram preponderantes, em virtude do aprimoramento de uma política agrícola destinada para esse setor; pesquisas científicas para aumentar a produtividade, a utilização de agrotóxicos nas plantações e a utilização de maquinários sofisticados na agricultura são subsídios encontrados em um cenário em transformação.

2.3 SANTARÉM E BELTERRA: CIDADES METAMORFOSEADAS PELA GEOGRAFIA DA SOJA

Os municípios Santarém e Belterra, antes da década de 1990, tinham muitas áreas de vegetação, qualificando-o como uma paisagem natural e um modo de vida amazônico que estava sob a lógica da natureza e não do capital globalizado. O tempo-espaço vivenciado pelas populações amazônicas dessas duas cidades se ancoravam no tripé *rio-terra-floresta (R-T-F)*, singularizando e particularizando um modo de vida que dependia exclusivamente do sistema dinâmico da natureza para a manutenção de vidas.

Figura 20 – Mapa de localização da região do Baixo Amazonas (2016)



Fonte: Atlas escolar, IBGE, 2000
Organização: Alisson Fernandes.

A região do Baixo Amazonas (Figura 20), no qual se destacam dois municípios do oeste paraense, que serão aqui evidenciados, Santarém e Belterra, são influenciados significativamente através dos sistemas de transportes rodoviário e hidroviário. Especialmente a cidade de Santarém, que possui centralidade no contexto regional, forma suas *hinterlândias*¹⁶ com outras cidades menores dessa mesorregião (Belterra, Mojuí dos Campos, Placas, Oriximiná, Óbidos, Almeirim, Alenquer, Curuá, Monte Alegre, Juruti, Prainha, Porto de Moz, Terra Santa e Faro).

Há um trânsito constante de “idas e vindas”, de “embarques e desembarques”, de “subidas e descidas” de embarcações de pequeno, médio e de grande porte carregada de cargas e passageiros (Figura 21), percorrendo os rios que banham o oeste paraense: Tapajós, Amazonas, Arapiuns e o Trombetas. Esse manancial de água doce caracteriza o modo de vida ribeirinho, no qual a localização e a orientação geográfica que dá acesso às comunidades e as cidades ribeirinhas é identificadas não somente por pontos cardeais, colaterais e subcolaterais, mas pelas coordenadas formuladas através dos saberes populares: “margem direita e margem esquerda” em relação ao rio.

Figura 21 – Perímetro de embarque e desembarque na orla de Santarém



Fonte: Trabalho de campo, 2016.

Foto: CONCEIÇÃO, Francilene Sales da.

¹⁶ Corresponde uma área geográfica definida por um município ou um conjunto de municípios interconexos, configurando-se como uma rede integrada de transportes que envia mercadorias e pessoas de terminal portuário a outro.

Santarém que possui sua formação territorial fruto de um processo da colonização portuguesa (PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM, 2016; IBGE, 2016)¹⁷ é considerada atualmente como a *Pérola do Tapajós*, à frente da cidade é composta por uma de suas mais belas paisagens, o *Encontro das Águas* entre Tapajós e Amazonas que não se misturam (Figura 22); o primeiro com águas azuis e cristalinas e o segundo com águas turvas e barrentas, consistindo em um material rico em sedimentos e nutrientes.

Por isso, recebeu o merecimento em 2014, pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), de se tornar o patrimônio cultural imaterial, publicado pelo Diário Oficial do Estado do Pará, Lei 8.062, 30 de setembro de 2014. O censo demográfico realizado pelo IBGE em 2010 aponta que o município possui 294.580 habitantes, cuja área da unidade territorial compreende o equivalente a 17.898,388 km² e com uma densidade demográfica de 12,87 hab/km².

Figura 22 – Encontro das águas entre Tapajós e Amazonas em frente à cidade de Santarém/PA



Fonte: Trabalho de campo, 2016.

Foto: CONCEIÇÃO, Francilene Sales da.

Por outro lado, Belterra, uma cidade construída aos moldes norte-americano durante o período da extração do látex (IBGE, 2016; PEREIRA, 2012), o “ouro branco” que “sangrava” da árvore *hévea brasiliensis* – a seringueira (1930-1994/1946-1994), é tida como o

¹⁷ Santarém foi o nome dado pelos portugueses a uma vila, que posteriormente, passou para a condição de cidade lusitana, onde até hoje predomina esse nome. Após a expulsão dos jesuítas, o governo da Província do Grão-Pará, Francisco Xavier de Mendonça Furtado tirou esse nome para dá à cidade de Santarém, que era denominado de Aldeia do Tapajós, depois elevada à categoria de vila em 14 de março de 1758. Somente em 1848 que a Vila Santarém transformou-se em cidade.

“brasão” (representação simbólica) da história municipal belterrense (Figura 23), uma sucessão econômica, que durante muito tempo teve a sua importância na geografia local.

Figura 23 – Centro de Memória de Belterra em meio ao bosque de seringueiras



Fonte: Trabalho de campo, 2016.

Foto: CONCEIÇÃO, Francilene Sales da.

É conhecida e apreciada por suas belas praias na região do Tapajós, por suas áreas de grande dimensão geográfica e de preservação ambiental, como a Área de Proteção Ambiental (APA) Aramanaí e a Floresta Nacional (FLONA) do Tapajós que se encontram no eixo da rodovia Cuiabá-Santarém. O número da sua população do município é aproximadamente 16.318 habitantes, possui a área de unidade territorial o equivalente a 4.398,419 km² e uma densidade demográfica de 3,71 hab/km² (IBGE, 2010).

Toda essa bagagem identitária amazônica se encontra fortalecida simbolicamente. Porquanto, a formação da população da mesorregião do Baixo Amazonas possui um caráter múltiplo, porque é constituída de camponeses, indígenas, quilombolas, ribeirinhos, extrativistas e caboclos. E são esses grupos sociais que organizam o espaço amazônico e (re)produzem modos de vidas peculiares, paradigma este que o capital tentar “quebrar” e são esses os principais grupos alvo de embates contra o capital.

O *campesinato-agroextrativista* por ser a categoria adotada nesse trabalho, ao mesmo tempo em que se manifesta como o símbolo da resistência, vem sofrendo a síndrome da expropriação e a subalternização pela ação do capital. Outrora, as territorialidades construídas pelo campesinato nas comunidades tinham um perfil agroextrativista, pois mantinha uma

relação não somente com a terra, mas com a floresta. As principais atividades desenvolvidas por essas famílias eram a agricultura, a caça e a coleta de produtos *in natura*. Vivia-se um meio natural, um campesinato que vivia sob as condições da natureza, apesar dos desmatamentos realizados para fazer os roçados, obedecendo a um sistema de rotação de culturas, era predominante um ambiente ecologicamente equilibrado.

A estrada era pouco transitada, sua função estava atrelada para o uso comunitário. Com a inserção de uma nova variável, a tecnificação do território, deflagra-se um canal multimodal de conteúdo geográfico bem expressivo no espaço regional. A BR-163 modelava as relações sociais, culturais, políticas e econômicas e instaura no território uma geografia dos conflitos e das conflituosidades. Esse fenômeno é evidenciado no agronegócio sojeiro. Com a chegada de imigrantes sulistas, conhecidos como “gaúchos do agronegócio” e a territorialização das “fazendas de soja”, os cultivos de grãos na floresta se tornaram preponderantes. Foi a partir daí que os conflitos e as tensões começaram a surgir, pois o agronegócio além de desmatar ele mata, intimida, pressiona e viola os direitos do campesinato. É o que aponta o levantamento junto ao Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Belterra, realçando o conflito agrário entre famílias camponesas e sojicultores em uma comunidade da região do planalto:

Olha eles assim, numa conversa que nós tivemos lá com eles, eles diz que eles são prati... eles tão sendo quase ameaçados de morte, porque como a gente diz, té aonde eles se divertiam, o sojeiro já entrou que foi no campo de futebol que ele já até mandou aradar ali né? e por causa dessa, dessa, desse campo de futebol tava maior confusão pra lá, com eles, porque como eles não pediram, entram sem permissão deles, sem dizer que pudi..., sem dizer que podia aradar ou não podia, foi aonde eles não pediram licença né? Então eles entraram, sem..., aí como eles diz até o microssistema de água deles paro, porque secou o poço e aí..., é o carro pipa que deixa já água pra eles, que eles tinham microssistema de água lá (Entrevista 2 STTRB, 2016).

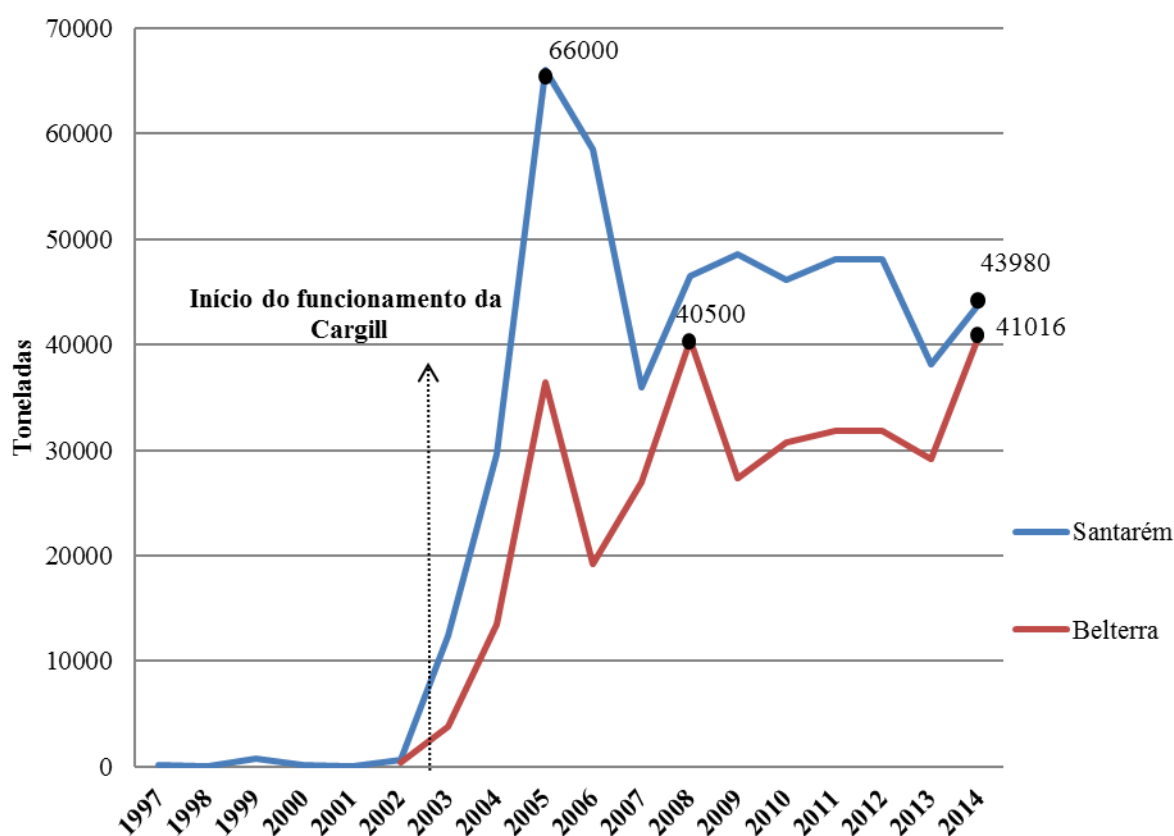
A inserção da soja modificou as relações culturais das populações camponesas estabelecidas nos territórios. As comunidades rurais do planalto santareno e belterrense desenvolvem ações coletivas no qual seus símbolos comunitários (igreja, campo de futebol, barracão comunitário, escola, o cemitério) realça um significado afetivo e simbólico, aonde os trabalhos desenvolvidos coletivamente evidencia uma *solidariedade comunitária* (CARVALHO & COSTA, 2012), práticas estas que são fundamentadas em valores e nas crenças.

Esse choque entre culturas geram estranhamentos e (des)encontros (conflitos), pressionando coercitivamente o campesinato a sair da terra. O dano e a racionalidade difundida pelo agronegócio atingem diretamente essa classe social e expurga uma lógica baseada com ameaças e violências. Têm-se visíveis, nessa circunstância, dois processos

distintos: de um lado há a territorialização do campesinato, tentando manter um modo de vida autônomo e de relações comunitárias; de outro ocorre a territorialização do agronegócio, tentando impor e garantir a sua racionalidade capitalista.

Atualmente quem percorre a rodovia federal, sentido Mato Grosso, percebe várias estradas que cortam perpendicularmente a BR-163, só se vislumbra campos de plantações de soja e milho, homogeneizando a paisagem. A vegetação que realçava um meio natural prontamente inalterado vem se tornando um espaço das *commodities*. Os elementos que compunham o modo de vida das comunidades camponesas, como a “igrejinha”, a “escolinha”, o “campo de futebol” e um “salão de festa” estão se tornando cada dia mais raro, diante do avanço do “progresso” e da implementação de uma “modernização” conservadora promovido pelo agronegócio sojeiro.

Gráfico 3 – Quantidade produzida de soja no município de Santarém e Belterra (1997-2014)



Fonte: IBGE, 2015. Banco de Dados Agregados Sidra. Produção agrícola municipal.
Elaboração: CONCEIÇÃO, Francilene Sales da, 2016.

O agronegócio não só modifica o aspecto natural das coisas, mas altera as relações sociais, culturais e políticas no interior de uma comunidade e impõe uma nova lógica, que não

mais obedecem a uma relação coletiva e de proximidade. Portanto, a luta travada diariamente entre sojicultores e comunidades rurais camponesas se centraliza nas diferentes formas de uso da terra, da floresta e do território, em que a classe social camponesa luta cotidianamente para ter o direito de viver e de produzir na terra e fazer uso legítimo do território. Assim, no planalto, os municípios Santarém e Belterra como estão situados e sob a influência do eixo da BR-163 e a PA-370 (Santarém-Curuá-Una), a produção da soja (Gráfico 3) teve um salto expressivo nos últimos anos.

A soja surgiu no contexto de Santarém a partir do ano de 1997 e atingiu sua maior produção no ano de 2005, com uma quantidade considerável de 66.000 toneladas. Após esse período teve uma queda, entre os anos 2006 e 2007, e depois volta a crescer novamente, atingindo a casa dos 43.980 toneladas no ano 2014. Entretanto, o cultivo da leguminosa da soja somente se concretiza em Belterra, a partir do ano de 2002. Nesse momento, o cultivo agrícola só vem aumentando nos últimos anos, sendo que no ano de 2008 atingiu a produção de 40.500 toneladas, e 2014 compreende a estimativa de 41.016 toneladas anual.

Tabela 4 – Percentual da área plantada de Santarém

ANO	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
arroz	21,83	15,43	22,29	24,44	31,83	45,6	78,19	72,1	51,01	38,85	37,34	33,6	28,38	19,63	6,48	6,05	3,46	3,54
milho	21,83	19,29	22,29	20,37	12,1	7,65	1,3	1,04	5,33	9,37	9,53	9,67	7,94	8,07	14,82	9,28	24,43	24,54
soja	0,36	-	4,61	0,29	0,13	0,76	5,99	13,44	24,94	28,11	25,3	26,35	29,16	31,38	32,98	32,38	26,46	28,05

Fonte: IBGE, 2015. Banco de dados Agregados Sidra. Produção agrícola municipal.
Organização: CONCEIÇÃO, Francilene Sales da, 2016.

Tabela 5 – Percentual da área plantada em Belterra (1997-2014)

ANO	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
arroz	19,88	15,49	21,35	34,89	54,4	53,93	56,05	56,67	40,65	46,34	36,4	14,15	13,97	19,35	14,94	13,96	14,43	6,59
milho	39,76	30,98	31,19	27,7	20,4	19,41	12,3	7,67	11,21	15,45	14,07	21,88	32,25	11,78	13,03	18,67	19,29	18,93
soja	-	-	-	-	-	1,62	9,57	21,3	37,85	26,86	35	48,25	35,82	42,76	41	38,31	36,26	45,02

Fonte: IBGE, 2015. Banco de dados Agregados Sidra. Produção agrícola municipal.
Organização: CONCEIÇÃO, Francilene Sales da, 2016.

O avanço da soja no planalto santarenos e belterrense (Tabela 4 e Tabela 5) significou a perda da população do campo para a cidade e o desaparecimento de algumas comunidades, cujas atividades eram o extrativismo e a agricultura. Todavia, Belterra apresenta uma particularidade, hoje quem percorre a cidade encontra várias plantações de soja não apenas no meio rural, mas em áreas que compreende o perímetro urbano. As informações levantadas junto ao STTRB apontam que o agronegócio vem se expandindo consideravelmente dentro do município e com isso houve a redução da agricultura camponesa: *“Mas é essa a minha visão que a gente viu o avanço do agronegócio dentro do município de Belterra, você vê que poucas pessoa trabalha na agricultura familiar”* (Entrevista 1 STTRB, 2016).

Essa categoria de “agricultor familiar” aqui ressaltada por essa instituição se entende que ela está voltada, essencialmente, para que o agricultor tenha acesso às políticas públicas, enquanto o campesinato, que é classe social no qual assume um conteúdo central nesse trabalho e tem seu modo de vida fundamentado no trabalho familiar e autônomo, não necessariamente está ligado ao mercado capitalista exportador, pois todo camponês é um agricultor familiar, mas nem todo agricultor familiar pode ser camponês (FERNANDES, 2003). Porque o campesinato, não necessariamente, precisa estar ligado ao mercado, mas a terra é uma condição basilar para que estes sujeitos possam produzir seus alimentos sadios e garantir a renda familiar e a soberania alimentar, portanto, a escala de abrangência da agricultura camponesa é mais local e regional, enquanto para o agronegócio, a escala é mais nacional e global e tem vínculos diretos com o mercado externos.

O ano de 2015, devido à estiagem (ausência de chuvas), os índices de pluviosidade se tornaram rarefeitos em toda a região, tanto os camponeses e os produtores de soja foram atingidos devido à ocorrência de um fenômeno natural, ocasionando perdas na produtividade agrícola. Mas os maiores prejudicados foram os camponeses e as camponesas porque grande parte das comunidades do planalto enfrenta o problema da escassez de água potável, sendo este um dos impedimentos para manter um cultivo agrícola eficaz, pois eles dependem dos regimes pluviométricos para produzir. Assim, com essa grave seca na região, muitas de suas plantações morreram, tornando um prejuízo elevado, principalmente no que corresponde a renda familiar.

O contrário do agronegócio, o campesinato não dispõe de água suficiente para usar na agricultura, um indicativo de que as políticas públicas para o atendimento das demandas sociais e agrárias para essa classe são deficientes, enquanto para o agronegócio as ações

políticas são eficazes. Por isso, a expectativa dos produtores para o ano 2016 é alcançar maior produção que o ano anterior. Não foi proposital que o MAPA destinou investimentos para o setor agrícola para os anos de 2015/2016 devendo atingir aproximadamente o volume total de 187,7 bilhões, um aumento de 20% dos recursos em relação à safra dos anos anteriores (MAPA, 2016). A tendência do agronegócio é ampliar a produção. Portanto, se o agronegócio se espacializa e territorializa no modo de vida do campesinato, a tendência é a diminuição de uma agricultura camponesa e sujeição do camponês à proletarização.

Em 2015, nos municípios de Belterra e Santarém, áreas novas vem aparecendo significativamente e os números de arrendamentos de terras obtiveram um salto considerável. As observações, os registros catalogados, as informações levantadas por meio de conversas informais junto aos camponeses, lideranças e membros de movimento sociais e instituições, mostraram que onde a soja entrou, transformaram propriedades camponesas em espaços de produção de *commodities* e instituiu uma especialização produtiva. Assim, ocorreu a transição de uma agricultura autônoma, como garantia da soberania alimentar, de subsistência, praticada pelo trabalho familiar baseada na policultura para uma agricultura empresarial, que defende o investimento na garantia da segurança alimentar, baseada em atividades monoculturas que atende a lógica do mercado externo.

2.4 EMBRAPAS: AVANÇO DO “PROGRESSO” E MODOS DE VIDA AMEAÇADOS

Não foi suficiente permitir a instalação da multinacional Cargill Agrícola S/A em um espaço estratégico, limites com a Companhia de Docas do Pará (CDP), na cidade de Santarém, que ocasionou tantas metamorfoses no lugar onde se territorializou a multinacional; no modo de vida das comunidades camponesas e outros grupos tradicionais amazônicos que viviam a temporalidade e a espacialidade da natureza.

Recentemente, outro projeto hegemônico, que no discurso do capital, representa um processo de “modernização do território” e promoverá o “desenvolvimento local e regional”, causará conflitos sociais e agrários de grande magnitude, pois a complexidade do projeto é gigantesco, produzindo territórios excludentes e contraditórios. Prontamente, a construção de um novo terminal graneleiro, agora abrangendo uma proporção geográfica bem maior, haja vista que os investimentos para o modal rodoviário da Cuiabá-Santarém, são suficientes para aumentar os fluxos de grãos sobre o seu eixo até serem desembarcados nos novos portos previstos para o município.

A construção dos portos de grãos sólidos (soja e milho) no Lago do Maicá, bem como a discussão da hidrelétrica de São Luiz do Tapajós, maior complexo de projeto pensado para a toda a região e que vai gerar impactos de grande amplitude no ambiente e na vida social das populações amazônicas, vem se destacando e sendo centro de intensos debates, inquietações e mobilizações, principalmente nos anos 2015 e 2016. Esse evento que vem ocorrendo no espaço santareno mobilizou as populações dos municípios de Santarém, Belterra, Mojuí dos campos e região de modo geral, representantes do setor jurídico, diversas entidades civis e sindicatos, no qual participaram ativamente de uma audiência pública em 29 de janeiro de 2016, a fim de discutir acerca da construção da usina hidrelétrica e a implantação de outro terminal de uso privado e os reflexos que essa modalidade portuária pode vir a ocasionar no espaço geográfico e no modo de vida das comunidades tradicionais amazônicas. Esse enunciado está conforme a prescrição a seguir:

Então o trabalho do Sindicato é esse né? a gente na medida do possível nas discussões desses grandes empreendimentos que vem agora que nem essa... Esta ação, esta questão das usinas de energia que tem que ser implantada que vem do São Luís, Santarém pegar aqui o nosso rio Tapajós, aí o Sindicato nós, eu não deixo passar nenhuma audiência pública a gente tá lá e no momento que a gente tá lá a gente tá defendendo né, o trabalhador rural, às vezes eu tenho certeza que se nós tivesse condição o sindicato, nós fazíamos um trabalho maior (...) (Entrevista 1 STTRB, 2016).

As discussões sobre os novos terminais estão efervescentes, na medida em que a união entre as forças políticas entre os estados e a adesão do ramo empresarial do agronegócio sojeiro se curvam perante um sistema econômico global, sendo cristalizado no espaço e que acabam por modificar as suas formas-conteúdos (SANTOS, [1996]2012). Contrário a esse processo, os sindicatos se unem para se fortalecerem, estabelecendo diálogos entre ambos e demais instituições que estão à frente da defesa dos direitos humanos e em prol da luta pela terra, pela floresta e pelo território. A questão agrária não pode ser uma luta silenciada e invisível diante do globo ocular da sociedade, ela tem que ser uma luta coletiva, solidária e fraterna, resultado de um trabalho eficaz, que defende os direitos dos trabalhadores rurais e demais grupos afetados pelo capital nefário.

As evidências e as informações obtidas em campo possibilitou fazer um diagnóstico da participação das lideranças sindicais frente aos projetos de avanço para escoar grãos pelo Arco Norte. No decorrer da entrevista com uma representante do STTRB, se aproxima o secretário de um dos departamentos da Prefeitura Municipal de Belterra com um convite, cuja finalidade era que o sindicato encaminhasse um representante para participar da audiência pública sobre a construção dos novos terminais graneleiros no município de Santarém é o que

aponta a entrevistada: *“Tá essa discussão que a gente vem fazendo a questão do terminal né? Isso é muito bom essas audiência pública...”* (Entrevista 1, STTRB, 2016).

As audiências públicas acerca da construção desses terminais graneleiros visa promover um debate vigoroso, refletindo e discutindo sobre os impactos ambientais e sociais que esses projetos vão trazer para a região caso se instale. Os grupos sociais a serem atingidos diretamente com a implantação desses empreendimentos hegemônicos são os ribeirinhos (ora vivem da pesca ora da agricultura), os quilombolas e os indígenas que vivem o tempo da natureza, conhecem a geografia local e construíram suas histórias de vidas fundamentadas em relações solidariamente coletivas, relações estas em que permitem a produção e a reprodução dos grupos nos respectivos territórios.

Contudo, a ação territorial e a produção do espaço capitalista efetivada pela Empresa Brasileira de Portos de Santarém Ltda (EMBRAPS), indica que a população de Santarém e região indiretamente também serão atingidas, porque o pescado tonar-se-á mais escasso, haja vista que muitos pescadores serão remanejados desses espaços e reterritorializados em outras áreas. As famílias que residem na zona urbana, nas proximidades do Lago do Maicá, também possuem uma relação direta com o rio, vão pescar justamente como a garantia da alimentação domiciliar. Serão inúmeros os conflitos e as tensões ocorridas no território quando houver a construção dos portos, o rio que era fonte de vida e a subsistência das famílias amazônicas, transfere-se para a condição de uma mercadoria a ser apropriado pelo capital globalizado.

A empresa responsável pela instalação e a exploração desse complexo portuário de caráter privado é a EMBRAPPS. O perfil dessa movimentação é para o transporte de cargas de grãos sólidos (soja e milho). A empresa que concedeu a autorização para a construção do porto foi a Agência Nacional de Transporte Aquaviário (ANTAQ), protocolado em 24 de abril de 2014, encontrando-se documentado para “conhecimento” da população.

Esse processo de expansão das redes de infraestruturas tem a finalidade de promover a integração entre os modais presentes na região norte, através da inserção de projetos logísticos que possam subsidiar as empresas que vem se territorializando no Arco Norte, passando a comandar a economia que possui uma relação verticalizada. O encurtamento das distâncias, a redução dos custos da produção graneleira e a acumulação de capital para os produtores e as grandes corporações, tende a tornar o território monopolizado pelo capital.

A formação desses conglomerados monopolistas impõe o controle sobre as sementes e os insumos, determinando os preços sobre os produtos agrícolas. Por isso, “a monopolização do território é desenvolvido pelas empresas de comercialização e/ou processamento industrial

da produção agropecuária, que sem produzir no campo, controlam através de mecanismos de subordinação, camponeses e capitalistas produtores do campo” (OLIVEIRA, 2012, p.10). Por isso, a construção de novos portos graneleiros exige um sistema rodoviário com redes de infraestrutura eficazes, pois deseja promover a redução do valor do frete e estimular a competitividade entre os fornecedores nos mercados internacionais.

A microrregião de Santarém, por ser o principal centro urbano, comercial, financeiro, administrativo e cultural do oeste paraense, vem sendo alvo de ações por empresas privadas, sobretudo, porque está sob a influência da rodovia Cuiabá-Santarém, um dos principais circuitos de escoamento de grãos. Este projeto vem recebendo grandes investimentos de capitais, pois a elaboração de políticas territoriais está para atender as demandas das grandes corporações e demais grupos empresariais no geral, uma parceria acertada entre a instituição pública e a iniciativa privada. Esse projeto ocorrerá em duas fases (Quadro 3) e permite implementar uma eficiente movimentação de cargas e um sistema de armazenamento que possui uma grande capacidade estática de sementes sólidas de origem vegetal.

Quadro 3 – Análise da capacidade de movimentação

PIER DE NAVIOS	PRIMEIRA FASE	SEGUNDA FASE
Capacidade Estática Armazém	110.000	110.000
Número de Armazéns	2	4
Capacidade Estática do Terminal	220.000	440.000
Tempo de Armazenagem (dias)	15	15
Número de Giros	2,00	2,00
Período de Safra (meses)	9	9
Capacidade Efetiva Anual	3.960.000	7.920.000
Capacidade Efetiva Anual (t/ano)	3.960.000	7.920.000
Número de Berços (un)	1	1
Movimentação Anual por Berço (t/ano)	3.960.000	7.920.000
Produtividade Nominal (t/h)	3.000	3.000
Eficiência de operação (%)	0,75	0,75
Consignação (t/navio)	60.000	60.000
Tempo de Atracação (h)	5	5
Nº dias operação por ano (ano)	300	300
Nº horas operação por dia (h)	24	24
Produtividade Efetiva (t/h)	2.250	2.250
Nº Navios por ano (navios/ano)	66	132
Tempo de Ocupação (h/dia)	32	32
Taxa de Ocupação (%)	30	59

Fonte: SEMA/PA, 2014. Disponível <http://www.sema.pa.gov.br>. Acesso em: 03 de fevereiro de 2016.
Adaptação: CONCEIÇÃO, Francilene Sales da, 2016.

A princípio serão construídos dois armazéns 110.000 t cada um, posteriormente, serão construídos mais dois, totalizando quatro armazéns de 440.000 t. Anualmente, poderá atingir a faixa de 7.920.000 t de soja nesse terminal, tendo a movimentação de cargas

duplicada e o aumento da produtividade. A planta do projeto (Figura 24) demonstra que haverá uma apropriação de uma grande área territorial compostos de um sistema de objetos estranhos, no qual possuem tombadores de carretas, pátios reguladores de caminhões, controle na entrada e na saída das balanças de pesagem da produção, esteiras para descarregamentos, guaritas, escritórios e outros sistemas de objetos que completa suficientemente o terminal graneleiro e o terminal fluvial.

Figura 24 – Planta do projeto do terminal portuário da EMBRAPIS em Santarém/PA



Fonte: SEMA/PA, Disponível <http://www.sema.pa.gov.br>. Acesso em: 03 de fevereiro de 2016
Adaptação: CONCEIÇÃO, Francilene Sales da, 2016.

Por isso, os diversos setores, rodoviário, hidroviário, ferroviário e portuário, recebem grandes investimentos, possibilitando a abertura do norte e a facilitação de toda mercadoria oriunda do centro-oeste (em específico norte do Mato Grosso), que vem pela BR-163 chegue até os portos graneleiros para serem exportados para os Estados Unidos e os continentes da Europa e da Ásia. A concretização e materialização de mais um projeto do agronegócio fortifica a ideia de complexo da soja no oeste paraense, pois aumentará os fluxos de circulação, utilizando-se o meio rodoviário e hidroviário e abrirá a comercialização de *commodities* para os mercados globalizados, subjugando as populações amazônicas.

O espaço destinado para a construção do porto se localiza na cidade de Santarém-Pará, bairro da Área Verde, cuja área total equivale a 151.640 m², na margem direita do rio Amazonas, com proximidade ao rio Tapajós. As famílias que residem à margem do Lago do Maicá, tem o pescado como a sua principal fonte de renda e subsistência, bem como as

atividades atreladas à agricultura. Em torno de 30% do pescado extraído desse lago (TERRA DE DIREITOS, 2015) abastece o município e movimenta o mercado do peixe no contexto local e regional. A desterritorialização dos pescadores artesanais corresponde uma redução da produção pesqueira e em detrimento da inserção de novos sistemas de objetos, no qual afetará a geografia econômica e de consumo local do oeste paraense.

Os dados levantados e disponibilizados pela Terra de Direitos¹⁸ mostram que a aprovação do projeto e a liberação da área de preservação ambiental para a construção do complexo portuário significa que serão atingidos 487 pescadores da região. Contemporaneamente, está planejado para ser construído 3 (três) grandes portos de grãos e uma linha ferroviária, significando uma afronta aos direitos humanos e uma desvalorização da relação simbólica das famílias que residem às margens dos rios.

Essas populações construíram uma história singular de viver e de se relacionar com o ambiente, fazem uso daquilo que a natureza tem disponibilizado ao grupo. Contudo, a lógica do capital tenta romper com o modo de vida das famílias do Lago do Maicá, pois estas famílias obedecem ao tempo da natureza e não da correria e da aceleração promovida pelo capital. Nessa concepção dialética, falam-se de sonhos interrompidos e de um imenso desrespeito as vidas humanas, desconsiderando-as de ter o direito a posse e ao uso do território.

Figura 25 – Placa da empresa EMBRAPAS no bairro Área Verde em Santarém/PA



Fonte: Trabalho de campo, 2016.

Foto: CONCEIÇÃO, Francilene Sales da.

¹⁸ Mais informações consultar o documentário “Portos em Santarém, vítimas do progresso” disponível em <http://terradedireitos.org.br> publicado pela Organização não governamental (ONG) Terra de Direitos (Organização de Direitos Humanos) em 11/09/2015.

As visitas *in loco*, mostra que o empreendimento mesmo em fase do processo de aprovação do licenciamento do seu terminal portuário, já possui seu território demarcado e seus limites territoriais bem definidos. A empresa se encarregou de distribuir placas em vários perímetros do terreno e nas áreas de várzeas de uma grande biodiversidade, indicando a presença da propriedade privada (Figura 25). A terra e água se tornam concentrada, para posteriormente, transformar-se em mercadoria e as famílias são tendenciadas a serem desterritorializadas das localidades onde habitam, no qual já receberam aviso prévio de seu remanejamento.

A priori, a representação da cerca e a mensagem imperativa em placas distribuídas às proximidades do Lago do Maicá intimidam as pessoas para a não ocupação da área, pois a Embraps se encarregou de delimitar seu território e exercer o domínio sobre ele. Esse processo é reflexo da concentração/especulação fundiária, da unívoca propriedade privada e da reprodução ampliada do capital, demonstrando a marca do poder do capital sobre novos territórios. O uso do território para as comunidades amazônicas não é pautada em uma perspectiva privada da terra, mas é resultado do uso coletivo e de um bem comum.

Algumas pessoas temem e se sentem com receio em falar da territorialização de empreendimento privado de grande porte que ocasionará um impacto de grande dimensão espacial para a comunidade de modo geral. Mesmo diante de um cenário de incertezas, estranhamentos e amedrontamentos, as resistências de famílias ribeirinhas, quilombolas e indígenas se fazem presentes na medida em que a luta pelo direito em permanecer na terra e no território sobrepõe aos interesses da classe hegemônica que tentam a todo o momento subalternizar esses grupos à lógica do capital.

Por isso, o Ministério Público Federal (MPF) pediu para suspender o licenciamento porque não houve consulta prévia e que fosse aberta e livre à população, antes mesmo de qualquer intervenção empresarial ou governamental. O projeto desconsidera a existência de comunidades tradicionais no local. O capital vem se apropriando de novos territórios, mesmo assim, aquelas famílias que insistem em resistir, pois receberam ordem de despejo, vão sendo pressionadas a se retirar do local em que vivem. Assim, essa iniciativa privada vai ocasionar prejuízos e danos irreversíveis.

A territorialização da Cargill, por se encontrar em um local estratégico, despertou o interesse dos agentes do agronegócio. Por estar às proximidades da empresa, as terras dos camponeses eram adquiridas por um preço baixo, reduzindo o custo do valor do frete (bem inferior do que da produção oriunda de Mato Grosso) para os produtores, até o seu

desembarque no porto graneleiro. Sendo assim, há uma expansão da fronteira agrícola sobre Santarém e Belterra e essa mesma fronteira tende a avançar com os novos projetos arquitetados para a região, tudo em nome do “progresso”.

Diante do mosaico da soja que avança sobre as bordas florestais e sobre o espaço vivenciado pelo campesinato, o processo de espacialização de *commodities* se torna nítido e o território cada vez mais monopolizado pelo capital, transformando os espaços do campesinato em espaços produtores de grãos que atende uma demanda transescalar. A instalação de novos terminais graneleiros nas margens do rio Amazonas afetará não só as comunidades que se encontram nas suas proximidades onde o empreendimento vai ser implantado, mas colaborará na procura por novas áreas na região e no pressionamento do *campesinato-agroextrativista* a migrar do campo/cidade ou campo/campo.

CAPÍTULO III: O AVANÇO DA SOJA EM BELTERRA: A GEOGRAFIA DAS COMUNIDADES NOVA ESPERANÇA E NOVA ALIANÇA

Figura 26 – Camponês no roçado de mandioca



Fonte: Trabalho de campo, 2016.

Foto: CONCEIÇÃO, Francilene Sales da.

CAMPESINO

*10 de julho de 2009
Por Júnior Longo**

*Ter as mãos calejadas
do cabo das ferramentas,
Sentir o sol escaldante
e o aço das tormentas,*

*Regar com meu próprio
sangue
a saúde das lavouras,
garantir com meu suor,
grandes safras duradouras,*

*Obter da terra virgem
total fertilidade,
meu calor, minha coragem,
tragando a tempestade,*

*assim é que me coloco,
sou poeta, sou posseiro,
neste mundo desafeto,
deste solo brasileiro.*

*Guerreando o granizo
e o fogo das sanções,
enfrento na minha enxada
a ganância dos patrões.*

*Ergo alto minha viola,
a trombeta da vitória,
executo minha toada,
construindo nossa história.*

*E se preciso for,
empenho meu coração,
como quem faz amor,
enfrento a exploração.*

*Sou triste, mas tenho fé,
sou louco, mas muito forte,
temente da natureza,
mas cúmplice até da morte.*

*Em busca da nossa terra,
nos solos do meu País,
a minha viola berra,
vitória sobre os fuzis.*

*Meu pé descalço chuta
outros pés imperiais,*

*nos hinos da nossa luta,
habitam versos fatais,*

*E quem duvidar se atreva,
que entre nesta batalha,
Conosco a natureza,
e terra para quem nela
trabalha.*

*Assim é que me atiro,
neste mundo conturbado,
Sou pobre, porém posseiro,
homem determinado.*

*disposto, pela justiça,
a morrer pelo cerrado,
pedaço do meu Araguaia,
não mais deixo ser grilado.*

*A terra só se contenta
em braços que dão amor,
aonde ela se integra
às metas do Criador.*

**Poeta do Movimento dos
Trabalhadores Rurais Sem
Terra – 1982.**

3.1 BELTERRA: TRANSITORIEDADE DA GEOGRAFIA DA BORRACHA À GEOGRAFIA DA SOJA

“Puxirum da Bela Terra”
(Prefeitura Municipal de Belterra)

As famosas “especiarias” ou “drogas do sertão” foram alvo de muita cobiça para os europeus, originando a formação de vilas e povoados, no qual essas localidades tinham suas relações comerciais em função dos rios. Só mais tarde que vieram a se tornar cidades, como ocorreu em Santarém no Vale do Tapajós; Óbidos, na foz do Trombetas; Manaus, foz do rio Negro; Tefé, na foz do Japurá; e Belém, na foz de toda a Bacia (GONÇALVES, [2001]2015). Nesse contexto, o povoado de Belterra, um distrito de Santarém, tinha a organização do trabalho voltado para a vida extrativa e ribeirinha. Os povos que habitavam as confluências dos rios eram indígenas e caboclos¹⁹ que faziam uso do rio, da terra e da floresta, práticas estas que é parte de um modo de vida amazônico particular e singular.

A ideia de Henri Ford era promover a industrialização no interior da “selva”, pois o discurso difundido por ele era de que o Brasil não se desenvolveria por conta da ineficácia dos sistemas de transportes, apesar da exuberância e a diversidade de riquezas naturais no território brasileiro. Em especial na Amazônia brasileira, o desbravamento dessa terra considerada “inóspita” consistia na possibilidade do homem branco promover a “civilização” do mundo selvagem (PEREIRA, 2012). Esse mundo imaginário carregado de (pré)conceitos e de mitos, conforme aborda a literatura geográfica da Amazônia, *terra sem homens para homens sem-terra, eldorado, homogeneidade, vazio demográfico* (AMARAL, 2004; GONÇALVES, [2001]2015), entre tantos outros, significou a entrada e a influência do capital norte-americano às margens da região do Tapajós. A partir desse momento histórico/geográfico, Belterra viveu o apogeu da borracha, sendo, a princípio, denominada por Ford de Bela Terra.

A experiência que a cidade de Belterra teve com o *plantation* da seringa, configurou-se no que Pereira (2012) designou de *cidade-empresa* que se formava na região do Tapajós. Essa terminologia se refere a um espaço construído aos moldes norte-americano regido pela Companhia Ford Industrial do Brasil (CFIB), por volta de 1928, para construção de uma cidade em meio à floresta amazônica. Alcançou seu ápice entre os períodos que compreende 1930-1945.

¹⁹ Nessa época, as famílias que habitavam a margem do Tapajós eram pobres, viviam em choupanas de palha. Miscigenados entre portugueses, indígenas e negros; as territorialidades dessas comunidades se baseavam na caça, pesca e coleta de frutos na floresta.

Figura 27 – Extração do látex em uma seringueira na cidade de Belterra/PA



Fonte: Acervo Fotográfico do IBGE, 1966. Disponível em: <http://cod.ibge.gov.br> Acesso em: 01 de julho de 2016.

O projeto implantado em Fordlândia e Belterra tinha como objetivo transformar a Amazônia em uma região de maior produção de borracha do mundo. Esse tipo de atividade gerava lucro e estava aberta ao mercado internacional, pois a formação de monopólios no comércio da borracha era de domínio de empresas financeiras e exportadoras estrangeiras. Os planos de Ford para a Amazônia era transformar em uma cidade modelo e moderna com escolas, cinemas, hospitais, campos de golfe, parques de diversão, lojas, espaços esportivos, portos, estradas e estações equipadas para que pudessem “atender” os trabalhadores dos seringais porque acreditava que a haveria “uma chance de unir não apenas fábrica e campo, mas também a indústria e comunidade” (GRANDIN, 2010, p.92).

É óbvio que Ford ao ter se instalado primeiramente na Vila de Fordlândia, deveu-se às questões econômicas, mas o fato de pôr em prática seu devaneio americano, de construir um espaço em meio à floresta amazônica e as proximidades das margens do Tapajós e produzir um “mundo novo” e um “mundo moderno” era uma das outras proposições do projeto de Henry Ford. As ações desenvolvidas pela *Company* de Ford erigiu um novo espaço que exalava a “prosperidade” e a “liberdade” da região norte do Brasil.

Como em 1925 o governo do Pará sob a chefia de Dionysio Bentes estava fornecendo concessões de terras gratuitamente na floresta para o cultivo de seringueiras era a oportunidade de Ford “industrializar a floresta amazônica e ocupar a região do Tapajós” e

extrair altos lucros de um projeto ambicioso. Em 1926 foi concedido 10 milhões de hectares no Baixo vale do Tapajós a Jorge Dumont Villares, Willian Schurz e Maurice Greite para a produção em larga escala, devendo estes tornar a terra produtiva, caso contrário, seria devolvido para o Estado. Então, Villares em contato com Ford disse que queria entregar as terras aos norte-americanos, no qual poderiam construir hidroelétricas, estradas e fazer exportações e importações sem a cobrança de tributos e outras taxações de impostos.

O então industrial Ford, ao pensar na proposta que teve de Villares, fez com ele enviasse ao Brasil Carl D. LaRue, um botânico da Universidade de Michigan para que identificasse boas áreas para a plantação de seringueiras. Chegando seu emissário ao Tapajós, encontrou muitas seringueiras nativas em terras públicas que poderiam ser concedidas diretamente ao governo com nenhum ou baixo custo, mas Ford comprou terras que provavelmente poderia ter conseguido de forma gratuita.

Em junho de 1927 Henry Ford enviou dois de seus funcionários ao Brasil, O. Z. Ide e W.L. Reeves Blakeley, para negociar a concessão de terras na floresta com o governador no Pará, adquirindo o valor estimado superior a um milhão de hectares para o plantio de seringueiras (GRANDIN, 2010). A partir desse momento, surgia a Fordlândia e a ascensão de uma cidade em meio à floresta amazônica, pois a presença da CFIB consistiu no cultivo de seringueiras nas margens direita do Tapajós.

A aquisição de terras, a contratação de trabalhadores e a plantação de seringueiras, que levavam de quatro a cinco anos para que estivesse pronta à prática extrativa, se tornou constantes no vale do Tapajós. Enquanto as plantações desenvolviam até o estágio final da extração do látex, as árvores silvestres produziam uma grande tonelada de látex, no qual os agentes de Ford compravam a produção dos seringueiros que habitavam os rios, alvejando a exportação do “ouro branco” da Amazônia.

O espaço geográfico de Fordlândia é modificado, porque os desflorestamentos provocados pelos tratores para a construção de uma cidade movida pelo capital, técnica industrial, pela força motriz da eletricidade e pelas máquinas, torna-se um organismo vivo. Essa região que vivia o tempo brando da natureza e não espaço de negócio exportador é permeabilizada pela “industrialização da selva”, transformando em um negócio rentável: o mercado da borracha. Os migrantes que sonhavam com suas condições de vidas melhoradas, se deslocavam em busca de trabalho na terra prometida da Amazônia: “*a caminho da Ford*”

ou “*eu vou para pra For*²⁰” (GRANDIN, 2010, p.129). Essa imagem de que Ford tiraria a “Amazônia Selvagem” do atraso social, cultural e econômico e a colocaria no *ranking* das exportações comerciais de borracha para o exterior arrancou admiração e apoio de grupos políticos do Brasil que supervalorizavam a modernização e a indústria americana. Por isso, muitos aguardavam pela visita de Ford na Amazônia, no qual isso não aconteceu. Os jornais de Santarém e Belém anunciavam e propagandeavam sobre esse projeto econômico que investiam milhões de dólares no cultivo de seringueiras.

O projeto iniciou em Fordlândia por volta de 1927, geograficamente está localizada entre os municípios de Itaituba e Aveiro. A chegada dos dois navios, Lake Ormoc e Lake Farge, começaram a trazer os equipamentos e os maquinários para explorar a extração do látex. Seus porões estavam cheios de maquinários e outros materiais que seriam utilizados na plantação e necessários para a construção da cidade-empresa, no qual modificou a lógica do lugar, essencialmente, os respectivos modos de vidas presentes na região do Tapajós. Esses navios passaram por um processo de modernização e estavam assim convertidos:

O *Lake Ormoc* recebeu um novo motor a diesel, uma casa das máquinas e uma usina de destilação de máquinas, para beber e para a caldeira. A mecânica do navio foi modernizada, reduzindo de 24 para 6 o número de homens necessários para operá-lo. A mesa do capitão e sua mesa do jantar, seu banheiro e as molas para os colchões da tripulação foram feitos com material reciclado de outros navios. Como “navio base” proposto até que a Fordlândia estivesse operando, o *Ormoc* estava equipado com um hospital e uma sala de cirurgia, laboratório químico, refrigeradores, lavanderia, uma “biblioteca bem abastecida”, sala de estar e cabines relativamente espaçosas. O *Lake Farge* foi convertido em barcaça rebocada, para ser usada no transporte da maior parte dos componentes da Fordlândia até o Tapajós (GRANDIN, 2010, p.134).

Todas as cargas que os navios transportavam eram para construir uma cidade industrial que até então vivia uma temporalidade vagarosa na Amazônia. Os navios partiram em direção à Aldeia Boa Vista (um novo assentamento selecionado por Blakeley e Villares que estava à 1000 km de Belém e 160 km de Santarém), cujo escopo era ocupar e erguer uma estrutura americana moderna na floresta tropical que pudessem “atender” os costumes e os valores das populações locais. Todavia, nem todas as necessidades foram acatadas, gerando revoltas dos trabalhadores no refeitório, fato este conhecido de “Quebra-Paneles” em 1930, que quase levou o fim da Fordlândia. Todas essas arruaças e resistências que os trabalhadores criaram no interior do seringal eram porque os norte-americanos estavam servindo comidas estragadas. Portanto, os revoltados se armaram com faca, facões e machados e foram para a

²⁰ No livro Fordlândia de Greg Grandin, mostra que “o For” no sentido masculino da palavra se restringia ao homem, identificada na presença ilustre do magnata industrial Ford. Enquanto “a For” no feminino se referia a empresa ou a plantação de seringueiras no Baixo Amazonas.

luta, reivindicando comidas adequadas para sua alimentação e liberdade para os gastos dos seus salários. Eles prontamente enfrentavam as condições enigmáticas da floresta (sol e chuva), estando sujeitos à picada de insetos e outros animais peçonhentos que ocasionavam doenças, diagnosticadas por meio de febres, infecção e diarreias que poderiam levar a morte.

O número de extratores do látex na Fordlândia aumentava consecutivamente. O estabelecimento para contratação da força de trabalho nos seringais era notória, haja vista que a oferta de salário sugerida por Ford era de 25% a 30% do que o salário local pagava (GRANDIN, 2010), uma estratégia utilizada por ele para atrair mão-de-obra. Segundo ainda esse autor, os navios traziam constantemente pessoas para trabalhar na extração do leite da seringa, sendo que os solteiros se aglomeravam em barracões mal iluminado e pouco arejado e os casados eram lhes disponibilizados casas de tábuas descartadas e na cobertura usavam palhas das folhas de palmeiras ou lonas para abrigar as famílias.

Os trabalhadores melhores remunerados, a exemplo dos professores, escritores, bibliotecários, enfermeiros, cozinheiros, bombeiros, zeladores, pilotos de barcos e tantos outros profissionais, moravam em casas de madeiras melhores. Havia uma estratificação social para a organização social e do trabalho. Os trabalhadores americanos, europeus e brasileiros ocupavam outro patamar da pirâmide social, pois possuíam trabalho qualificado na CFIB. Essa *company town*²¹ possuía uma infraestrutura com uma arquitetura americana e oferecia muitos serviços sociais e de qualidade aos trabalhadores da Companhia Ford no interior do seringal. Alguns trabalhadores possuíam ainda uma mão de obra especializada, no qual também recebeu um contingente migratório de diversas partes do mundo (italianos, holandeses, portugueses, japoneses, alemães, chineses, chilenos, peruanos, etc.), além de ter recebido migrantes de várias regiões do Brasil, fundamentalmente, do nordeste brasileiro.

Diante de todo esse cenário de conflitos em que viveu o apogeu da borracha na Fordlândia permeada pelo “conforto” e pela “modernidade”, mas para um determinado seguimento social, enquanto as famílias de seringueiros mostraram o outro lado da história dialética, uma vez que estavam vulneráveis as mazelas sociais. Nesse contexto, esse império industrial no âmago da floresta do Tapajós entra em declínio e é transferido para outra região do Tapajós, fazendo emergir outra cidade americana em ascensão: Belterra.

Os altos investimentos de milhões de dólares destinados às plantações de seringueiras em Fordlândia não estavam dando o retorno econômico imediato para a Companhia Americana. As pragas nas folhas das árvores das seringueiras causavam o seu

²¹ Localidade, vila/povoado, cidade operária ou cidade corporativa que é de propriedade de uma empresa totalmente ou parcialmente e se encontram distantes dos centros urbanos.

amadurecimento devido a ação dos fungos e a cidade começou a entrar em ruínas e se transformar em uma “cidade fantasma”. Foi por esses motivos, que essa atividade entrou em decadência em 1934, e os investimentos para a plantação de seringueiras tenha se deslocado para uma nova cidade do Pará, Belterra. As novas espécies de seringueira que foram plantadas eram mais resistentes às pragas, cuja finalidade era superar o declínio da produção gomífera de Fordlândia.

A cidade-empresa de Fordlândia se tornou apenas um laboratório de pesquisas para o provimento de enxertos e novas descobertas genéticas de espécies híbridas que pudessem ser resistentes e pudessem ser cultivadas em outros ambientes. As instruções de Ford para construção da cidade de Belterra cristalizou na edificação de praça, igrejas, residências com jardins, salão de recreação, cinema ao ar livre, campo de golfe, piscina, caixa d’água e geradores eólicos de eletricidade (GRANDIN, 2010). Era o advento de uma nova cidade industrial em meio à floresta amazônica no vale do Tapajós, por sua topografia se apresentar planas e simétricas foi viável para o estabelecimento do padrão americanizado. A entrevista com um funcionário público do Centro de Memória de Belterra relatou que essa nova cidade foi construída também sob o estilo arquitetônico americano no qual as ruas eram divididas de acordo com os cargos e as funções dos empregados (Figura 28 e Figura 29) contratados pela Companhia.

Figura 28 – Escritórios e moradias em Belterra/PA



Fonte: Acervo Fotográfico do IBGE, 1950. Disponível: <http://cod.ibge.gov.br>. Acesso em: 01 de julho de 2016.

Figura 29 – Casa do seringueiro em Belterra/PA



Fonte: Acervo Fotográfico do IBGE, 1953. Disponível: <http://cod.ibge.gov.br/>. Acesso em: 01 de julho de 2016.

A cidade era dividida de acordo com a estratificação social, que consistiam desde cargos mais elevados até cargos que exigiam menos qualificação e faziam o uso do trabalho braçal. As casas de madeira de cor branca, acompanhado das portas e janelas com tons de verde, formavam as vilas de Belterra: Americana, Operária, Mensalista, 129, Pequiá, Timbó, Viveiros I e II. Os que ocupavam, por exemplo, as vilas Mensalista, Pequiá e Operária eram os trabalhadores especializados (PEREIRA, 2012); para aqueles não especializados, eram disponibilizados barracão para os homens solteiros.

Figura 30 – Trapiche Porto Novo em Belterra/PA



Fonte: Acervo Fotográfico do IBGE, 1953. Disponível em: <http://cod.ibge.gov.br/>. Acesso em: 01 de julho de 2016.

Foi construído um porto de embarque e desembarque para que os navios carregados de mercadorias atracassem e enviassem as matérias primas exploradas em Belterra para o exterior, bem como, este também era o ponto do recrutamento de mão de obra das pessoas que vinham para trabalhar para a companhia. Esse acampamento provisório era chamado de Porto Novo (Figura 30); que está a 12 km de onde se localiza a sede da cidade, uma localidade onde hoje possui uma das mais belas praias às margens do rio Tapajós e uma população que vive de atividades de base ribeirinha e extrativista.

Após a 2ª Guerra Mundial, a manifestação de doenças nos seringais e a produção de borracha sintética na região da Malásia e Indonésia contribuíram substantivamente com o declínio do projeto de Belterra implantado pelo líder automobilista dos Estados Unidos Henri Ford. As pragas nas folhagens da *hévea brasiliensis* começaram a se manifestar, o aparecimento dos insetos ameaçou a plantação de seringueiras em Belterra, principalmente os percevejos e lagartas.

Logo, o principal motivo que levou a estagnação da produção de borracha na Amazônia foi a perda de competitividade nos mercados consumidores. Porque na Amazônia a produção era de base extrativista, enquanto que em outras regiões do sudeste asiático se descobriu a borracha sintética. Com o aumento da produtividade e as melhores ofertas nos preços dos produtos determinados pelas colônias inglesas, a extração do látex na Amazônia entrou em decadência e a principal mercadoria de exportação da região sofreu queda nos preços dos produtos nos mercados internacionais.

Conforme Grandin (2010) a população belterrense foi mobilizada para combater a epidemia dos insetos, mas a produção extrativista do látex não estava fornecendo mais os rendimentos lucrativos que a *company towns* de Ford almejava. Além do mais, as leis trabalhistas aprovadas por Getúlio Vargas garantiu os direitos dos trabalhadores, no qual estes puderam formar e a organizar sindicatos, obrigando as empresas a se comprometer com as seguintes regalias: pagamentos de férias e indenizações, caso o trabalhador fosse demitido ou o pagamento de pensões. Foi a partir daí que em 1937, Belterra e Fordlândia formou um sindicato para exigir condições melhores de trabalho da empresa do látex.

Com isso, toda a aurora da goma elástica que Ford construiu na Amazônia foi amortecida. A matéria-prima extraída no Tapajós, cujo escopo era exportação para os mercados mundiais foi cessada, pois houve a retirada das operações da CFIB em 1945. Assim, por volta 1946-1994, ocorreu um sistema de transição no circuito de produção gomífera da borracha, pois a CFIB se retirou de Belterra e todas as redes de infraestrutura construída pelos

norte-americanos foram repassadas para o governo federal brasileiro (PEREIRA, 2012). Nesse momento, o Ministério da Agricultura assumiu a responsabilidade de desenvolver as atividades ligadas à extração do látex, que se perpetuou ainda por muito tempo. Durante todo período áureo da exploração da seringa, Belterra ganhou uma infraestrutura moderna parecida com a que se tinha nos Estados Unidos.

Vivenciou-se um estágio de ascensão econômica e de planejamento urbano de tamanha complexidade, rico em detalhes arquitetônicos, podendo ser recentemente encontrado nos registros e Centro Memorial de Belterra. Essa *company town* teve uma estrutura nunca antes observada em outros lugares da Amazônia, tornando uma cidade modelo. As casas, os hospitais, as escolas, as mercearias, as igrejas no estilo americano estão presentes até os dias atuais na cidade, mas elas vêm desaparecendo aos poucos, dando lugar a outras construções e modelos de residências. É a marca da história de um passado incorporado no presente que reforçam a geografia e a história do/no lugar, propagado por meio das suas rugosidades²², espaço como acúmulo desigual do tempo.

Figura 31 – Prefeitura Municipal de Belterra/PA



Fonte: Trabalho de campo, 2016.

Foto: CONCEIÇÃO, Francilene Sales da.

²² As rugosidades são o espaço construído, o tempo histórico que se transformou em paisagem, incorporado ao espaço. As rugosidades nos oferecem, mesmo sem tradução imediata, restos de uma divisão de trabalho internacional, manifestada localmente por combinações particulares do capital, das técnicas e do trabalho utilizados (SANTOS, 1988:2014, p.173).

Figura 32 – Secretaria municipal de Educação de Belterra/PA



Fonte: Trabalho de campo, 2016.

Foto: CONCEIÇÃO, Francilene Sales da.

Figura 33 – Câmara Municipal de Belterra/PA



Fonte: Trabalho de campo, 2016.

Foto: CONCEIÇÃO, Francilene Sales da.

Figura 34 – Primeira Igreja Batista de Belterra/PA



Fonte: Trabalho de campo, 2016.

Foto: CONCEIÇÃO, Francilene Sales da.

Figura 35 – Casa na Estrada 1 na arquitetura americana em Belterra/PA



Fonte: Trabalho de campo, 2016.

Foto: CONCEIÇÃO, Francilene Sales da.

Essas imagens refletem uma temporalidade histórica e um modelo organizacional do espaço de grande relevância para a cidade de Belterra, no qual as variáveis presentes contidas nas paisagens são definidas a partir de variáveis antigas. É o encontro entre momentos distintos (o novo e o velho), que são complementares e indissociáveis. A

exploração da seringa no espaço belterrense, mesmo tendo ocorrido em outra temporalidade, a história e as ações geográficas estão contidas nas estruturas dos monumentos no lugar.

Figura 36 – Mapa de localização do município de Belterra na região do Baixo Amazonas (2016)



0 36 72 108 Km
PROJEÇÃO POLICÔNICA

Fonte: Atlas escolar, IBGE, 2000
Organização: Alisson Fernandes.

É nesse contexto da borracha que aparece o *campesinato-agroextrativista* no município de Belterra. O declínio dessa atividade extrativa forçou alguns dos seringueiros e outros migrantes de comunidades rurais do Baixo Tapajós a procurarem terras em outros lugares, transformando-se em camponeses. A procura e a ocupação de terras na década de 1960 se tornaram constantes, porque essa classe social precisava de um espaço para trabalhar e viver com as suas respectivas famílias.

Muitos *camponeses-agroextrativistas* além de outra atividade em vista, a agricultura, as práticas extrativas ligadas ao corte da seringa não deixaram de existir, perpetuando durante muito tempo em várias comunidades rurais de Belterra. Essa “*Cidade Americana*” não estava sob a responsabilidade da Companhia Ford, mas sob a jurisdição do Ministério da Agricultura. A emancipação do município de Belterra (Figura 36) somente veio acontecer em 1997, quando houve o desmembramento do município de Santarém.

Atualmente, a década de 1990, outra cultura se demonstra forte em Belterra: a cultura da soja. Entretanto, a dedicação do estudioso Greeg Grandin à história da borracha inicialmente em Fordlândia e, posteriormente em Belterra afirmou que Henry Ford naquela época possuía planos também com o uso da soja, pois ele acreditava que a agricultura e a indústria se complementavam. Pensou até em criar “carros processados de soja”, mas preferiu apostar no projeto da extração do látex para produção de borracha oriundas da Amazônia.

Em verdade, a fronteira da soja além de significar a expansão do capital na Amazônia brasileira que nega as territorialidades das classes sociais é um processo recente. Esse circuito das *commodities* somente se materializa dialeticamente e espacializa sua ação hegemônica sobre as florestas e as comunidades rurais amazônicas, a partir da década de 1990, quando a cobiça de migrantes sulistas e mato-grossenses se voltam para a região do Baixo Amazonas e que se agrava ainda mais com a territorialização de monopólios, como a instalação a partir dos anos 2000 da Cargill agrícola no município de Santarém, no estado do Pará.

Essa monocultura atende também um mercado exógeno, no qual vem se expandindo interiormente na área urbana do município, modificando a geografia do lugar e o modo de vida no lugar, principalmente, da classe social camponesa que vivem sob o tempo da natureza e precisam do território florestal e da terra para sobreviver. A ação violenta do capital do agronegócio cristaliza um mercado de terras aquecido e realça diversos conflitos e conflitualidades, resultando em disputas e novas dinâmicas territoriais. Essa transição da

geografia da borracha para a geografia da soja significou a metamorfose no modo de vida do campesinato no que tange as formas de usos da terra, da floresta e do território.

A escala geográfica alcançada pelo agronegócio é diferente da impetrada pelo *campesinato-agroextrativista*. O município de Belterra possui atualmente de um modelo econômico e uma “proposta de desenvolvimento” que coloca em risco a destruição da Floresta Nacional do Tapajós, a Área de Preservação Ambiental (APA Aramanaí) e outras áreas de vegetação em estado de conservação, bem como as comunidades rurais camponesas que dependem desses espaços para sobreviver. São duas formas de usos que vem sendo instaurado no território belterrense com o cultivo de granéis sólidos: um é terra de trabalho e de morada, espaço da reprodução da vida social; o outro é terra de negócio, espaço da produção de mercadorias e da reprodução do capital.

3.2 USO DA TERRA, DA FLORESTA E DO TERRITÓRIO PELO CAMPESINATO-AGROEXTRATIVISTA

*“Sobre essa dificuldade de comprar as coisas pra sua
alimentação ninguém não tinha, usava não pra negócio, apenas para
consumir e a gente trabalhava”
(João Miranda)*

No âmbito da ciência geográfica, bem como nas diferentes áreas do conhecimento, existem diversas conceituações e abordagens epistemológicas acerca do conceito de campesinato que nos ajudam a pensar a realidade das comunidades Nova Esperança (NE) e Nova Aliança (NA) no município de Belterra. Essas comunidades são importantes para serem estudadas, do ponto de vista geográfico, porque são evidenciados dois territórios distintos confrontando entre si que indicam o avanço do capitalismo sobre relações típicas neocapitalistas de produção.

As atividades desenvolvidas nessas comunidades camponesas estão vinculadas à agricultura e ao extrativismo, o que permite chamar a categoria adotada para esse trabalho como *campesinato-agroextrativista*, por entender que na essência do seu modo de vida, têm-se uma produção agroextrativista familiar fomentadora da subsistência e da geração de renda para as famílias camponesas.

De um lado, tem-se a territorialização do campesinato, que tem a terra e a floresta como produto da reprodução social, em que esta classe tenta permanecer nela produzindo a partir do trabalho familiar e como garantia do consumo e da subsistência da família. Do outro,

destaca-se o agronegócio sojeiro, representado nas “fazendas de soja”, qualificando na homogeneização da paisagem, na concentração fundiária, no êxodo rural, na especialização produtiva, na “modernização” conservadora do território (utilização de insumos e maquinários mais sofisticados na produção agrícola), no qual as mercadorias produzidas (*commodities*) estão vinculadas aos mercados-mundo. São dois territórios antagônicos, em uma geografia dialética no tempo e no espaço, onde a forma de uso da natureza pela classe do agronegócio não possui um significado simbólico, mas se torna *locus* da produção e da reprodução ampliada do capital, visando, sobretudo, o lucro excessivo.

De acordo com a diversidade de arcabouços teórico-conceituais acerca da categoria camponato, a realidade para o entendimento do *camponato-agroextrativista* de Nova Esperança e Nova Aliança, é ao mesmo tempo, uma classe social e um modo de vida (SHANIN, 2005, 2008; MARQUES, 2008). Essa conceituação da dualidade do entendimento do camponato como classe social e como modo de vida é trabalhado também por Marques (2008) em um de seus trabalhos, por entender o camponato e a questão agrária a partir dos pressupostos de Teodor Shanin.

A lógica do modo de produção capitalista ao colocar em movimento as forças produtivas, ao explorar e alienar o trabalho camponês, ao dá legitimidade à propriedade privada, reafirma a sua gênese acumulativa de capital e dissemina a negação da temporalidade e da espacialidade vivenciada pela outra classe que obedece à lógica da terra/floresta e desenvolve suas práticas agroextrativas específicas no lugar.

O camponato ao se mostrar uma classe que luta e resiste contra as pressões e expropriação da terra, da floresta e do território, tem-se um modo de vida baseado em relações coletivas e familiares, que não visam à acumulação ou somente o lucro e não estão enquadrados em circuito de exportação globalizado. Para Shanin (2005) a economia dos camponeses é identificada por meio das formas extensivas de ocupação autônoma (trabalho familiar), controle dos próprios meios de produção, economia de subsistência e qualificação ocupacional multidimensional.

O camponato tem a liberdade de escolher o que produzir na terra e tem a capacidade de criar suas próprias estratégias de sobrevivência. Portanto, “uma das características principais do camponato é o fato de que ele corresponde a um modo de vida, a uma combinação de vários elementos” (SHANIN, 2008, p. 34). Esses elementos compõem a maneira organizacional de vida do camponato, no qual não deve ser entendida como uma realidade absoluta, mas a partir de uma concepção ampla da realidade, devendo ser levado em

consideração as práticas e as relações manifestadas nas unidades familiares camponesas. A relação entre modo de vida e classe social é aqui concebida como complementares e não como pares dialéticos e como ideias vagas e incompletas. O que melhor define essas duas conceituações são as condições históricas e a realidade material que está sendo posta, uma vez que ajuda a compreender a essência dessa natureza na sua concretude.

Daí, o quanto este “modo de vida” pode dar origem a uma classe, é uma questão que depende das condições históricas. Podemos definir isso ao analisarmos as circunstâncias e verificarmos se eles lutam ou não lutam por seus interesses, então, saberemos se é uma classe ou não. Mas, em todas as condições, quando luta ou não luta, o campesinato é um modo de vida, e isso é essencial para compreendermos a sua natureza. Acredito que esse aspecto é mais central que qualquer outra coisa em sua definição (SHANIN, 2008, p.36).

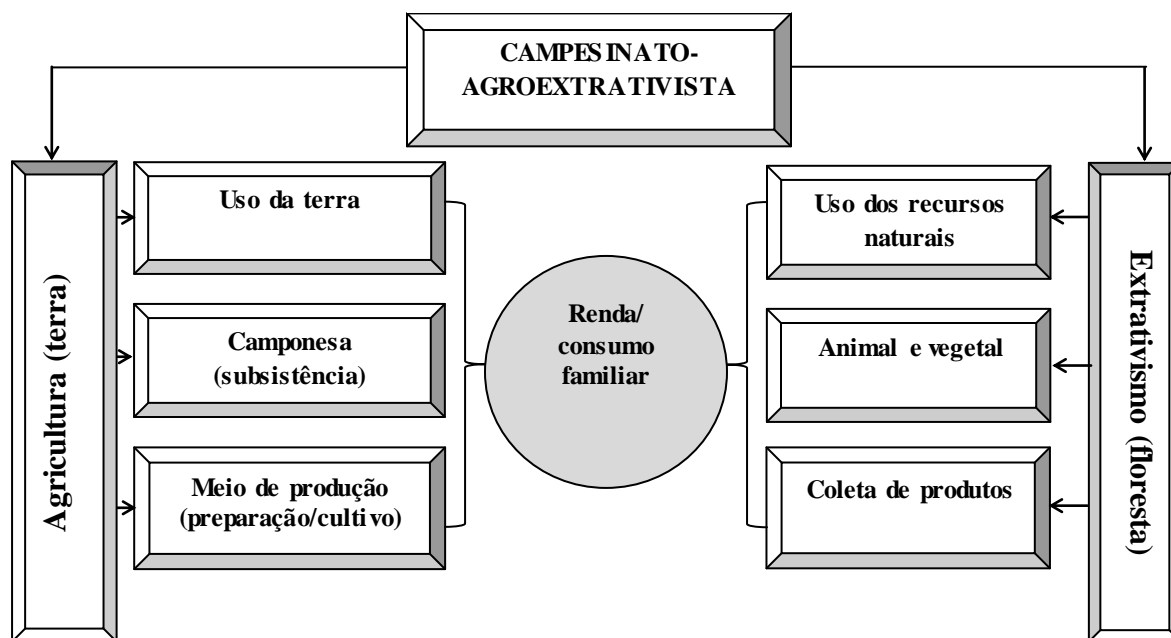
O campesinato é concebido como uma classe a partir do momento que o desenvolvimento das relações capitalistas de produção, baseada na propriedade privada, na exploração da força de trabalho e na acumulação de capital são materializadas, alterando a maneira de viver das unidades familiares camponesas. Nesse processo, dissipam-se relações contraditórias e o capital acabam por se engendrar e se (re)produzir no espaço, alterando a natureza das coisas. Assim, o campesinato se torna uma classe no instante em que luta para ter o direito ao uso da terra/território e de sua autonomia familiar e produtiva, isto é, a maneira de se reafirmar enquanto classe social.

De imediato, o campesinato é “em si mesmo” um modo de vida, carregado por heterogeneidades social, cultural, econômica e produtiva e é na essência do trabalho familiar é que se assegura sua base econômica interna e garante a subsistência da família, porque “a economia familiar é um elemento mais significativo para compreendermos quem o camponês é do que um modelo geral de campesinidade” (SHANIN, 2008, p.34). Sendo assim, é a partir desses postulados e de um amplo arcabouço sociogeográfico é que se procurou fundamentar o *campesinato-agroextrativista* de Nova Esperança e Nova Aliança no município de Belterra.

O *campesinato-agroextrativista* é aquele que faz uso da terra de forma consciente, desenvolve o trabalho por meio da policultura, utilizando-se de técnicas tradicionais e faz uso do território como recurso (floresta) como forma de garantir a subsistência das unidades familiares camponesas, cuja balança de equilíbrio da economia familiar se configura na seguinte relação: *Terra-Floresta-Família-Trabalho* (T-F-F-T). Essa tipologia de campesinato (Figura 37) tem a terra como meio de produção e onde se pratica a agricultura camponesa. E tem a floresta como potencial econômico para extrair os recursos provenientes da natureza

(extrativismo animal e vegetal) disponíveis, cuja execução do trabalho ocorre de maneira não qualificada, objetivando atender o consumo familiar e uma escala local e regional.

Figura 37 – Organograma do
Campesinato Agroextrativista



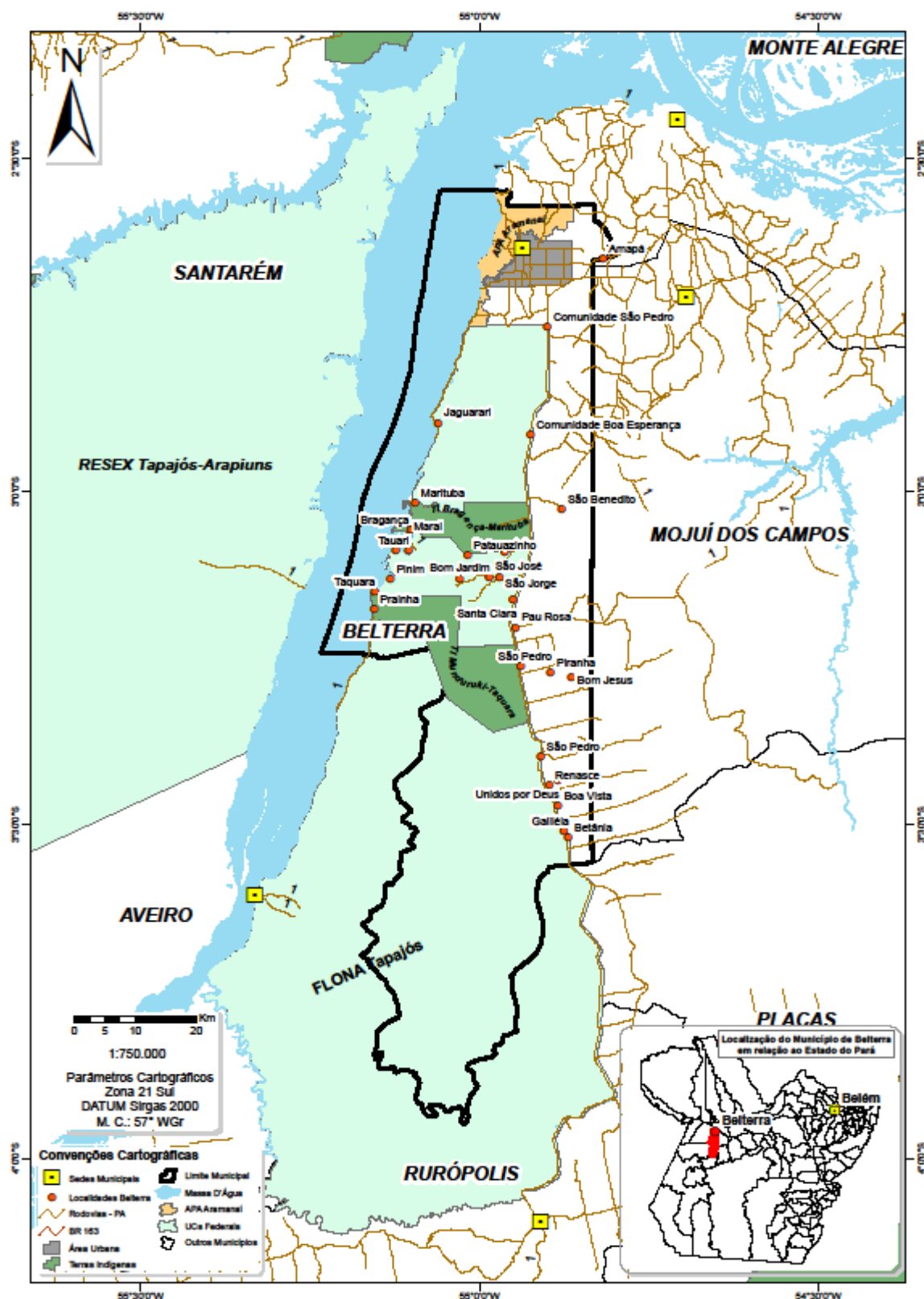
Fonte: Trabalho de campo, 2016.

Elaboração: CONCEIÇÃO, Francilene Sales da.

A funcionalidade e o processo econômico do *campesinato-agroextrativista* se restringem a uma escala mais local e regional. Os principais elementos que qualificam e subsidiam essas unidades organizativas familiares camponesas é a terra e floresta, determinantes para a geograficidade e historicidade das comunidades rurais camponesas aqui estudadas. Todavia, estas vêm se tornando alvo da apropriação do capital e tem ameaçado o modo de vida e suas territorialidades. O cultivo da *commodity* soja agrega valor ao produto para a geração de mais-valia, um condicionante que subjuga o espaço produtivo e a força de trabalho familiar ao capital global.

A afirmação do agronegócio em Belterra tem gerado não somente a negação das territorialidades da classe social camponesa, mas de outras populações que habitam as comunidades amazônicas que vivem a lógica da terra, da floresta e do rio. Em síntese, a cultura sojeira que se faz presente entre a geografia da estrada (BR-163) e a geografia do rio (Tapajós), pressupõe a pressão e a destruição de modos de vidas, sobretudo, aquelas comunidades tradicionais que habitam a região do Tapajós (Figura 38), conforme está cartografado no mapa a seguir:

Figura 38 – Mapa de Belterra evidenciando a região do Tapajós e a Rodovia Federal BR-163



Elaboração: GOLOBOVANTE, Rainer F. S., 2016. Bases cartográficas: Limites, sedes municipais e comunidades (IBGE); Massa d'água e vias de acesso (IMAZON); Área urbana de Belterra (SEMAT Belterra); Unidades de Conservação (ICMBio) e Terras indígenas (FUNAI).

Esse processo evidencia a negação da negação, nas quais muitas comunidades amazônicas vêm enfrentando nos últimos anos, pois se abre a “porteira agrícola” para a expansão e a reprodução ampliada do capital e legitima a espoliação e a violação dos direitos dos sujeitos que vivem do/no campo. A realidade enfrentada por essas comunidades camponesas, ainda é uma realidade similar de outras regiões do estado do Pará que vem sofrendo transformações espaciais, sociais e culturais, em virtude de o agronegócio ter avançado significativamente. Mas ainda que a transcendência dos fenômenos ocorrentes nas regiões tenha algo em comum, cada lugar tem uma particularidade socioespacial porque é onde estão construídas as geografias e as histórias de vidas das populações.

O processo de territorialização do capital do agronegócio sojeiro refletiu substantivamente na forma de produzir e viver das famílias camponesas, que buscam novos mecanismos para continuar sua permanência na terra e no território florestal. As práticas, as relações sociais e culturais características do campesinato foram empiricamente constatadas em trabalho de campo, permitindo pensar a geografia local a partir de processos contraditórios.

Nova Esperança surge no contexto do ano de 1960, era a única comunidade que existia nessa região de Belterra onde atualmente é cortada pela BR-163. Possuíam somente 5 (cinco) famílias de camponeses, cujos seus fundadores eram: Chico Doutor, Achico, Abílio, Adélio e Francisco. Somente depois chegou Rocha e a filha dele com seu cônjuge. Esses camponeses constituíram família no local e outros já chegaram casados, trazendo as esposas, os filhos e outros parentes. Da naturalidade desses camponeses, eram paraenses, oriundos de comunidades ribeirinhas ou de outras localidades do planalto da região do Baixo Amazonas. Idealizava na terra a possibilidade de melhorar sua condição social e garantir equilibrado, no interior de seu modo de vida, a relação entre o trabalho familiar e o consumo.

Contudo, nesse período ela ainda não era denominada de comunidade, somente veio receber essa designação a partir de 1965, quando os próprios comunitários se reuniram e decidiram de maneira consensual e em conjunto no barracão sede da comunidade, por eleger o nome de Nova Esperança, cuja padroeira é Nossa Senhora do Perpétuo Socorro. Sobre o porquê do nome, está assim pautado: *“Sabe que a gente tem uma esperança, é como se diz, a esperança de pobre nunca se acaba”* (João Miranda, 2016). Como era uma novidade que irradiava a concretização de manter o enraizamento e os laços proximais fortalecidos entre os comunitários, a escolha de tal nome estava associada às perspectivas futuras dos sujeitos para

com o ambiente, cujo objetivo era alcançar dias melhores, que pudesse reparar a vida social e coletiva de habitação do grupo.

Foi a partir dessa iniciativa que a ideia de se reunir e eleger um nome e o padroeiro da Nova Esperança se expressou como uma pretensão de aperfeiçoamento das condições sociais em comunidade, pois a “esperança” nunca pode deixar de existir em uma comunidade rural camponesa. A necessidade e a importância de se criar uma comunidade foi necessária porque as relações de parentescos e de vizinhança estavam se organizando socialmente e culturalmente e, delimitavam ainda em termos territoriais, a população de uma dada localidade (CHRISTILLINO, 2005).

A primeira família a chegar na localidade foi a de seu João Miranda, um camponês de 73 anos de idade, que casou-se com a senhora Leidiane Drosdroski também camponesa, tiveram 10 (dez) filhos e adotaram mais 3 (três). Ao relatar sua trajetória de vida, disse que veio ainda pequeno na companhia dos pais para morar primeiramente na Vila 129, conhecida como Vila Bode em Belterra. Nascido em Alter do Chão, o pai desse camponês chegou na década de 1940 em Belterra para trabalhar na Companhia Americana Henri Ford na extração do látex e garantir o sustento da família. Durante um tempo, seu patriarca foi seringueiro, tinha uma jornada de trabalho exaustiva (10 horas), enfrentava as dificuldades enigmáticas da floresta para extrair o látex (Figura 39), no qual se sujeitavam a essa forma de trabalho porque era de onde provinha a principal renda que mantinha as necessidades da família.

Figura 39 – Seringueiro cortando seringueiras novas em Belterra/PA



Fonte: Acervo Fotográfico do IBGE, 1953. Disponível: <http://cod.ibge.gov.br> Acesso em: 01 de julho de 2016.

Contudo, presenciou a *Belle Époque*²³ que se manifestava no espaço geográfico no período áureo da borracha, pois tinha uma cidade totalmente equipada e planejada aos moldes norte-americanos, representado até hoje nas pinturas em verde e branco (Figura 40 e Figura 41), encontradas nas casas, escolas, hospital e outras estruturas e monumentos, significando outra temporalidade e espacialidade na Amazônia.

Figura 40 – Casa abandonada na Estrada 1 em Belterra/PA



Fonte: Trabalho de campo, 2016.

Foto: CONCEIÇÃO, Francilene Sales da.

Figura 41 – Escola municipal na Vila 129 (Bode) em Belterra/PA



Fonte: Trabalho de campo, 2016.

Foto: CONCEIÇÃO, Francilene Sales da.

²³ Expressão Francesa, cujo significado é correspondente uma bela época. No Brasil essa expressão se destaca mais precisamente pelo ciclo da borracha que se desenvolveu nos estados do Pará, Acre, Amazonas e Rondônia e que no auge da sua ascensão econômica e social implementou transformações socioespaciais significativas no território.

Existia ainda, uma segregação entre os diferentes seguimentos, sendo que essa divisão estava de acordo com a função e a hierarquia desempenhada no seringal. As ruas e as localidades eram divididas de acordo com o nível e a condição econômica-social dos profissionais que trabalharam durante a Companhia Ford. *“Belterra nessa época era bonito minha filha, era limpa que você espiava, os terrenos das casa era que nem aqui oh, aí emendava essa casa com aquela dali e era bonito até dez hora da noite era muito bonito quando eu cheguei aqui, quase do tempo ainda do Ford né”* (Júlio César, 2016).

Após a queda da produção gomífera em Belterra e a escassez de empregos na região estimularam os remanescentes dos seringais a se deslocarem para áreas onde obtivessem terras para trabalhar e viver. A família do Sr. João Miranda sofreu com esse processo, pois como o pai saiu do emprego de “cortador de seringa”, e como gostavam de trabalhar com a agricultura, cultivando várias culturas agrícolas e com as práticas extrativas na floresta, a migração para outras regiões em meio a uma mata fechada e não habitada pelo ser humano naquele instante foi a alternativa que os sujeitos encontraram para continuar mantendo a sobrevivência de suas famílias e solidificar as territorialidades.

Igualmente, foram se deslocando para as áreas de uma densa massa florestal latifoliada para desenvolver agricultura e as atividades extrativas. Assim que saiu do emprego foi para onde hoje se localiza Nova Esperança, trabalhar com o cultivo de várias culturas: arroz, feijão, milho, mandioca, macaxeira, batata doce, inhame, jerimum ou abóbora, cará, banana, cupuaçu, laranja, tangerina, limão, urucum, café, pimenta-do-reino, coco, abacate, entre outros agricultivares. A partir daí foram aperfeiçoando os pequenos minifúndios com a prática da policultura²⁴, através do uso de técnicas artesanais.

Essa passagem da condição de seringueiro à *campesinato-agroextrativista* também foi um fato vivenciado por outras famílias camponesas, conforme relataram outros entrevistados (as) da comunidade Nova Aliança: Cláudio Bezerra, Júlio César, Maria Paciência e Samylla Letícia (ex-seringueiros e esposas de ex-seringueiros). Nessa mesma localidade, havia algumas áreas de plantações de seringa, por isso, a produção da borracha permaneceu sendo explorada até o final da década de 1980 nas propriedades individuais familiares e não mais estando atrelada à Companhia Ford e outros “Barões da Borracha”, cuja relação era entre seringueiro e seringalista. A dinâmica altera nesse processo, pois a produção era mais autônoma e a relação aqui manifestada é entre *camponês-agroextrativista* e os comércios locais e regionais. A extração do látex é uma prática de extrativismo que é

²⁴ Cultivo de vários produtos agrícolas na mesma área do terreno onde se realiza a agricultura.

desenvolvida até os dias atuais por algumas famílias das comunidades do Tapajós, que apesar de se expor insignificamente em termos econômicos comparados as culturas temporárias que atingem o equivalente a 83,2%, o extrativismo representa 0,4% para o município de Belterra (PREFEITURA MUNICIPAL DE BELTERRA, 2010).

É nessa transição da condição de seringueiro para camponês, que origina o conceito de *campesinato-agroextrativista* adotado para este trabalho. O extrativismo e a agricultura camponesa são atividades paralelas e simétricas que as famílias de Nova Esperança realizavam para manter o balanço entre renda e o consumo equilibrados. Quando não estavam trabalhando na extração do látex estavam praticando a agricultura e/ou extrativismo de outros produtos da floresta, a exemplo da castanha-do-pará, cumaru e a andiroba. A entrevistada a seguir faz o seguinte apontamento: “o meu marido cortava seringa e trabalhava no roçado, botava dez, quinze, oito tarefa de arroz, aí coitado trabalhava até onze hora, de onze hora até quatro hora da tarde no roçado” (Samylla Leticia, 2016).

Figura 42 – Mulheres que ajudavam os maridos na extração da seringa e na agricultura



Fonte: Trabalho de campo, 2016.

Foto: CONCEIÇÃO, Francilene Sales da.

As mulheres (Figura 42) sempre tiveram uma grande participação no trabalho (extrativismo animal, extrativismo vegetal e na agricultura) e na renda familiar do *campesinato-agroextrativista*, fundamentalmente, quando os maridos cortavam uma grande quantidade de seringa. Ajudavam seus esposos a colher a seringa e a realizar os procedimentos necessários antes de sua comercialização. Como o produto não poderia chegar

atrasado e o horário na estação de entrega estava agendado, elas contribuíam com os esposos na agilização dos trabalhos.

Meu marido trabalhava na seringa, só que eu nunca fui com ele né, mas eu mexia do mesmo jeito com a seringa que ele cortava, porque ele cortava e ia vender no sindicato de Santarém pra gente comprar o rancho da casa né, ele fazia, ele cortava, colhia, ensacava tudinho, eu ajudava ele e levava pro sindicato pra vender aquela borracha e de lá que a gente trazia o dinheiro pra comprar o rancho. Vendia no sindicato, ainda hoje eu tenho notinha dele tudo guardado, do sindicato. Comprava o rancho, trazia, mas o ramo era esse todo tempo. Ia para a seringa e chegava 11 hora coitado, trabalhava que só um bicho e aí ia cortar aqui pro pai dele até de tardezinha, cortava lá no ministério e cortava a seringa do pai dele, ele e os outros irmão (Samylla Letícia, 2016).

Apesar dos homens serem representados como “chefes” de famílias, o trabalho das mulheres camponesas era indispensável na renda familiar. Teve uma época que em uma comercialização da seringa extraída de suas propriedades chegaram a apurar o valor estimado de Cr\$ 300,00 (trezentos cruzeiros). A participação dos pais, filhos e esposas (Figura 43) nas áreas de plantações de seringueiras eram preponderantes, reforçando um modo de vida baseado no trabalho manual que atendia ao consumo das unidades familiares camponesas. Mas a extração do látex não era realizada por todas as famílias, a maioria se dedicava às práticas agroextrativas. Com essa atividade entrando em declínio nessa localidade, deixou-se de comercializar borracha.

Figura 43 – Mulher camponesa e esposa de ex-seringueiro



Fonte: Trabalho de campo, 2016.

Foto: CONCEIÇÃO, Francilene Sales da.

Outrora, o que predominava era um meio natural ou pré-técnico, ainda não explorado pelo ser humano na sua plenitude, um tempo em que os recursos naturais ainda não tinham sido totalmente exauridos, as cotações de preços dos produtos agrícolas não eram determinados e negociados pelos mercados globais (grandes corporações). A baixa densidade demográfica existente vivia sobre a dinâmica da floresta, aonde o extrativismo, a caça, a criação de animais e a agricultura eram atividades que mais sobressaíam na sobrevivência da unidade familiar camponesa. Essa classe social se adaptava às condições da floresta e vivia afastada de um modo de vida agitado. Nesse sentido, as famílias viviam um “meio natural”:

Mas era tudo nativo, quando eu cheguei, nós chegamo pra cá, não tinha, a gente não via assim, era só cada família era dentro de um 500m de distância da outra, a gente não tinha tanta..., não tinha devastação, a gente não tinha, não tinha exploração de matas nativas, a gente trabalhava no..., fazia um roçado né, esse pequeno roçado que a gente fazia, a gente plantava a gente colhia, plantava aqui na lavoura da gente, a gente plantava a gente colhia, tinha, mas não explorando, não explorado a natureza, era, fazia pouca terra e a gente cuidava e não era explorado e dali a gente fazia o nosso jeito de vida, do jeito que dava a gente ia se alimentando, ia caçando e cada vez plantando (João Miranda, 2016).

A paisagem da comunidade Nova Esperança não tinha sofrido tantas interferências humanas. Presenciava-se um tempo lento e cauteloso, pois o desmatamento de larga escala ainda não era um agravante que indicava a destruição instantânea da natureza, transformando-a em um negócio rentável, totalmente voltada aos mercados exógenos. As unidades familiares camponesas, por meio da realização da agricultura (plantação e colheita), apresentavam um sistema autossuficiente que atendia as necessidades endógenas da localidade.

As casas eram muito distantes uma das outras, em torno de uns 500 m, as habitações eram construídas, especialmente, de palhas, cipós e madeiras que eram extraídas da natureza em seu estágio “bruto²⁵”, no qual eram lapidadas por meio da utilização de ferramentas e o emprego do trabalho manual. Quando as estruturas das casas não eram totalmente construídas de palhas, utilizavam o barro como material de construção para levantar as paredes e na cobertura usavam palhas (retiradas da palmeira de babaçu). Esse procedimento adotado pelo *campesinato-agroextrativista* consistia no deslocamento dos membros das famílias até a floresta para retirar a palha nativa e, posterior a esse processo, colocava para secar alguns dias, para que assim, as palhas pudessem ser abertas e penduradas em um local para a realização da cobertura das habitações.

²⁵ Eram extraídas diretamente da natureza com o uso de ferramentas manuais, sem passar por um processo de armazenamento, tratamento, beneficiamento/modelagem e ou processamento técnico como fazem o ramo das indústrias madeireiras.

Eram comuns os domicílios possuírem poucos cômodos, o piso era de chão batido, as residências ou as “casinhas” como eram denominadas pelos moradores, ficavam em volta a uma unidade florestal rica em biodiversidade (espécies animais e vegetais). Assim, “quando tudo era natural, o homem escolhia da natureza aquelas suas partes ou aspectos considerados fundamentais ao exercício da vida, valorizando, diferentemente, segundo os lugares e as culturas” (SANTOS, [1996]2012, p.235). Portanto, não havia tantas transformações sobre o ambiente e as condições possibilitadas pela natureza assegurava a existência das famílias camponesas na localidade.

Os *camponeses-agroextrativistas* tinham o conhecimento da massa florestal e de sua área geográfica. Mantinham relações e acordos solidariamente coletivos com os vizinhos. Sabiam cartografado mentalmente o limite territorial de cada propriedade, ainda que o uso para a prática da caça e da coleta de produtos vegetais fosse algo comum ao grupo na mata nativa. Entretanto, as atividades extrativas não se limitavam apenas onde se encontravam os lotes individuais, elas possuíam uma dimensão coletiva da exploração da área, onde continham os recursos naturais disponíveis na floresta, ultrapassando as relações individualistas e reacionárias do sistema capitalista de produção.

Figura 44 – Cofa feito de palha da palmeira de babaçu extraído da floresta



Fonte: Trabalho de campo, 2016.

Foto: CONCEIÇÃO Francilene Sales da.

Era um *campesinato-agroextrativista*, porque além de possuir estreita relação e viver a floresta veementemente, realizavam uma agricultura de subsistência e faziam uso de ferramentas tradicionais²⁶: machado, foice, facão, enxada, orfange, pá, enxadeco ou picareta, máquina de plantar grãos (madeira ou ferro), carrinho de mão (madeira ou ferro). Havia ainda no cumprimento da agricultura camponesa outros utensílios que fabricavam de produtos retirados da floresta ou o que tinha disponível, a exemplo da (o): palito de descascar o milho, uma faca de lata (cortador de arroz), Cofó ou paneiro²⁷ (Figura 44) e o uso de uma cabaça²⁸. Era um modo de vida voltado exclusivamente aos moldes da natureza, reverenciavam e exaltavam a “*Mãe Natureza*” como um sinal de respeito, pois é dela de onde retiram seu principal alimento para manter a subsistência familiar. De tal modo, a representação que a terra possui na vida social do *campesinato-agroextrativista* é assim reforçada:

A terra pra mim ela representa uma mãe (risos), é um patrimônio meu né, porque é dela que sai toda a nossa alimentação, nossa (...). O que a gente pretende fazer, então ela dá tudo, tudo que quer se planta e se planeja, planta e tem o sucesso. Então a terra é como se fosse uma mãe, porque a terra produz tudo né, é um patrimônio não só meu como dos meus filhos também (João Miranda, 2016).

A terra para o *campesinato-agroextrativista* é uma fonte de sobrevivência, sinônimo da condição e manutenção existencial da vida e a garantia da soberania alimentar. Essa abrangência de significados só reforça a ideia da tríade que caracteriza essa classe social: *terra-família-trabalho* definida por Moura (1988b). Entretanto, as particularidades e as singularidades dos sujeitos de Nova Esperança, evidenciam uma nova relação com quatro categoriais para serem compreendidas: *terra-floresta-família-trabalho*.

A pequena propriedade do *campesinato-agroextrativista* não é concebida apenas como um bem material, a aceção da terra para essa classe ultrapassa esses horizontes, ela é mais do que nunca uma herança e aquilo de mais valioso que os pais podem deixar para seus filhos, perpassando de geração a geração, para continuarem na terra produzindo e se reproduzindo no território e desenvolvendo a agricultura camponesa. Igualmente a esse processo social, Moura (1988b) enfatiza que a definição de herança da terra para o

²⁶ A denominação de ferramentas tradicionais é correspondente aos utensílios de trabalho empregado na agricultura pelos camponeses e camponesas, no qual essas ferramentas manuais precisavam da força humana para funcionar.

²⁷ Recipiente feito da palha extraída da palmeira de babaçu era usada na cintura do camponês ou da camponesa para colocar o arroz, milho ou outro alimento.

²⁸ Esse era um recipiente que as famílias camponesas levavam com água para o roçado durante o trabalho na agricultura, cujo formato era meio arredondado e fazia um furo no orifício e tampava com um pedaço de sabugo de milho ou outra rosca de madeira.

campesinato é resistência à expropriação, uma estratégia da reprodução física e social no território.

As relações no interior das comunidades camponesas possuem características comuns, evidenciando práticas de associativismo e de cooperativismo. São essas práticas de coletividade, de proximidade, de reciprocidade, da solidariedade comunitária que dá a sustentação para a existência do campesinato no interior do modo de produção capitalista, definindo como é o viver e o convívio estabelecido em comunidade. Para tanto, como é no espaço onde as coisas acontecem, as famílias camponesas desenvolvem a contiguidade de suas ações mutuamente, cujos atos e atitudes dos sujeitos na comunidade rural, estão assim descritos conceitualmente:

Em geral, quando se fala em “comunidade rural”, trata-se de indicar um grupo concreto delimitado em termos territoriais (a população de uma localidade, distrito, município) e em termos de sua atividade (pessoas que se ocupam de atividades “rurais”, ligadas a agricultura e à pecuária), mas, ao mesmo tempo, a expressão sugere que esse grupo se organiza a partir de relações de proximidade e solidariedade, em que sobressaem a importância do parentesco, vizinhança, cooperação no trabalho, co-participação nas atividades lúdico-religiosas, apontando para valores de harmonia e consenso (CHRISTILLINO, 2005, p.112).

Para que uma comunidade rural continue existindo é preciso manter fortalecidas os princípios regulamentadores do campesinato: *familiaridade, proximidade, solidariedade, harmonia, diálogo consensual, participação, organização, cooperativismo* e a *aliança comunitária*. A apreensão holística desses elementos significa melhor entender as dinâmicas socioespaciais e socioterritoriais preexistentes na localidade de Nova Esperança e, a *posteriori*, na comunidade Nova Aliança em Belterra-Pará.

A compreensão do espaço como um todo e não apenas das suas partes, demonstram que a classe social do *campesinato-agroextrativista* dedicaram maior parte da sua vida ao extrativismo animal, vegetal e a agricultura camponesa. Com a disponibilidade de terras na localidade, antes da abertura da BR-163, vieram tirar um lote (terreno e/ou pequena propriedade) como uma garantia de se manter na terra. As relações de trabalho desenvolvida nas propriedades dos *camponeses/camponesas-agroextrativistas* ou em prol da própria comunidade possui uma centralidade coletiva, semelhantes ao *puxirum*²⁹ praticado nas diversas comunidades da Amazônia brasileira. As trocas de dias de serviços pelas famílias existentes em Nova Esperança se enquadravam em sistema de trabalho comunal³⁰, haja vista

²⁹ É um mutirão que reúne as pessoas de uma comunidade a desenvolverem um trabalho coletivamente.

³⁰ A maneira como uma comunidade está organizada e produz ou extrai aquilo que é necessário a sua sobrevivência (agricultura, caça e coleta).

que a forma de produção desenvolvida pelo *campesinato-agroextrativista* consistia em uma dimensão enraizada na coletividade.

O tempo de vida e de trabalho vivenciado pelo *camponês-agroextrativista* e pela *camponesa-agroextrativista* obedecia à lógica da natureza e não do capital. Por isso, são taxados muitas vezes, pejorativamente, como “preguiçosos”, “acomodados” e “sem força de vontade de trabalhar”, porque eles faziam o seu próprio horário de trabalho. Enquanto no capitalismo a relação é entre *capital-trabalho*, no qual o primeiro explora a força de trabalho da pessoa assalariada para a extração de mais-valia³¹, no campesinato a relação que ocorre é entre *pai-mãe-filhos*, que segundo (CHAYANOV, 1974) a única exploração da força de trabalho que existe é da família.

Esses sujeitos sociais construíam suas geografias e suas histórias de vidas em volta a um meio natural (*caça-coleta-agricultura*). Suas atividades não estavam em função da cronologia do relógio, do tempo abstrato, um indicador de um sistema mecanicista que permite manter a “(des)ordem”, fundamentalmente nas cidades. A temporalidade evidenciada pelos *camponeses-agroextrativistas* e *camponesas-agroextrativistas* em Nova Esperança se restringia a um regime lento, tranquilo, autônomo e coletivo. Suas práticas dependiam de alguns indicadores para realizarem as orientações geográficas (o sol, a chuva e as diferentes fases da lua). É a partir desses elementos que identificavam os horários do dia e da noite e as estações do ano predominante na Amazônia, para que assim, pudessem realizar a agricultura e o extrativismo. Esses sujeitos sabiam o tempo de plantar e o tempo de colher. A natureza que determinava se a colheita seria boa ou ruim, caracterizando-as como práticas tradicionais camponesas.

As relações mantidas em comunidade possuíam um caráter coletivo. O compartilhamento de alimentos eram algo muito comum entre as famílias camponesas na localidade de Nova Esperança. Quando uma família produzia alimentos (sementes, frutas, legumes, verduras) na propriedade repartia com os vizinhos. Existia ajuda mútua e de partilha entre os comunitários e não uma relação individualizada e egocêntrica, atributo de uma relação baseada na sobreposição de interesses individuais sobre os coletivos.

O cultivo e o uso de remédios medicinais *in natura* para a cura e tratamento de doenças era algo muito comum entre as populações camponesas que viviam a floresta. O conhecimento tradicional era algo muito preciso para o *camponês/camponesa agroextrativista* adentrar a mata aborígene, colher os frutos, recolher as sementes e as ervas e não se perder em

³¹ Apropriação excedente do valor do trabalho para a geração do lucro.

meio a um ambiente com uma densidade arbórea intensiva. Essas práticas eram realizadas entre os vizinhos e os parentes, que partilhavam de plantas medicinais quando tinha alguém doente na comunidade. Os chás, os banhos e a utilização de ervas para cuidar de bebês recém-nascidos, resguardo de mulheres, tratar ferimentos e dores (musculares, intestinais, abdominais, cólicas, rins, de cabeça, mal estar e tantas outras), destacavam-se como procedimentos emergenciais em momentos críticos quando se agravava o quadro de saúde dos *camponeses-agroextrativistas* e das *camponesas-agroextrativistas*.

Os principais produtos para o consumo que mais os *camponeses/camponesas agroextrativistas* coletavam na floresta eram a castanha-do-pará, macaúba ou muçajá, pequiá, pajurá, jenipapo, oxí, maracujá do mato, canapum, cumaru, cacau, abacaba, melão são caetano, etc. A extração do óleo da copaíba, óleo da andiroba, leite da sucuba, leite de jenipapo eram alvitre também retirado da floresta. Além do extrativismo, a plantação de remédios medicinais nos quintas de suas casas fazia parte de uma rotina que promovia a solidariedade comunitária e propagava um sentimento de saber se habituar em comunidade.

A caça também era uma atividade que fornecia o alimento do *campesinato-agroextrativista*. Durante o dia, principalmente os homens (mas não significa que as mulheres também não caçavam), acompanhados de cachorros, deslocavam-se para a floresta fazer as varridas³². No período da noite os caçadores se deslocavam para a floresta e esperava o animal aparecer para matar e garantir o alimento do dia seguinte. Além desse procedimento adotado, o uso da arapuca³³ para pegar pássaros era corriqueiro e que se faz presente até o momento atual (Figura 45 e Figura 46).

Figura 45 – Arapuca desarmada com pássaros para o consumo camponês



Figura 46 – Arapuca armada para pegar pássaros para consumo camponês



Fonte: Trabalho de campo, 2016.

Foto: CONCEIÇÃO, Francilene Sales da.

³² Limpeza da área no meio da floresta onde o caçador fica aguardando a caça aparecer com uma espingarda ou outra arma (a exemplo do facão) para matá-la, a ser consumida pelas unidades familiares camponesas.

³³ Armadilha feita de fragmentos de madeira e cipós para pegar pássaros para o consumo.

As principais caças listadas pelos camponeses para o consumo eram: veado (mateiro), tatu, paca, cutia, porco do mato, jabuti, jacu, nambu, juruti, rolinha, galinha d'água, anum, etc. O ato de compartilhar comida, também era um fator preponderante nessa relação. Comumente, o *camponês-agroextrativista* e a *camponesa-agroextrativista* ao matar uma caça e dividir com o vizinho se comporta como uma relação típica não capitalista de produção.

O objetivo do *campesinato-agroextrativista* não é acumular e produzir excedentes de alimentos, mas extrair da terra/floresta o que é necessário para subsistência da família. Como ainda nessa época não tinha energia elétrica, as carnes ou peixes (adquiridos fora da comunidade) passavam por um processo de salgamento e secagem no sol ou acima do fogão a lenha, para que esses alimentos mantivessem conservados, não estragassem e pudessem ser consumido dentro do prazo máximo de 2 (duas) a 3 (três) semanas. Essa técnica de salinização e de secar o alimento utilizando a luz solar, significava manter um armazenamento mais prolongado dos alimentos que estavam sujeitos a entrarem em estágio de putrefação. Para cozinhar os alimentos essas famílias utilizavam o fogão a lenha e o fogão de barro (podendo ser a lenha ou a carvão), sendo produzidos por eles com técnicas manuais e com os recursos acessíveis na natureza.

A ausência de eletricidade exigia do *campesinato-agroextrativista* a formulação de outros mecanismos para guardar a comida e manter o alimento em bom estado para ser consumido *a posteriori*. A água ingerida pelas famílias era do pote ou do filtro em seu estado natural. As famílias residentes das comunidades Nova Esperança sempre tiveram problemas com a questão d'água, por ser uma comunidade que se localiza em uma região do planalto e que está um pouco distante do rio Tapajós ela enfrentava sérios problemas, no qual se perpetuam até os dias atuais.

Para a realização das atividades domésticas eles utilizavam água da enxorrada³⁴ ou da água de poço que se situava no km 45, com uma profundidade de aproximadamente 65 m, era denominado de poço amazônico, pago pelo governo do estado. Os *camponeses-agroextrativistas* e as *camponesas-agroextrativistas* se deslocavam de suas residências, em média de 2 km ou 3 km, dependendo da distância da localização da propriedade, estava para mais ou para menos. O trajeto feito por eles eram a pé ou a cavalo (quem possuía) por um ramal ou picada, denominado de Ramal do Veado. Esse ramal dava acesso até o único poço

³⁴ Água acumulada da chuva em fendas (buracos), resultado do processo de erosão e que acabavam contribuindo com a formação de pequenos reservatórios.

artesiano existente na localidade, no qual as pessoas andavam vários quilômetros com latas d'água ou um carote³⁵ na cabeça ou no ombro para atender as necessidades domésticas.

Quando ocorria o processo de precipitação, formavam grandes canais no solo (valas ou buracos), acumulando águas das chuvas, daí as famílias apanhavam aquela água acumulada para ingerir, cozinhar, lavar roupas, lavar louças e todas as atividades domiciliares que careciam desse líquido. As falas dos entrevistados apontaram ainda que aquela água oriunda dos índices de pluviosidade acumulada em pequenas fissuras em formação, os cavalos passavam por dentro e tomavam banho, mesmo assim, como não tinham outra alternativa e mesmo ciente que a água não era totalmente limpa, consideravam-na própria para ser consumida.

Chegou uma época que a questão da água se tornou tão crítica que o pai de Sr. João Miranda o ensinou a retirar água de cipó de ambé na floresta. Tinham árvores de grande porte, rodeada de cipós de ambé, que com o auxílio de um facão cortava uns 2m de cipós da raiz, daí fechava, dobrava, amarrava um pano no centro da lata e prendia a lata (recipiente) junto à árvore e o líquido pingava, sendo depositado dentro da vasilha. Quando era no outro dia, os *camponeses-agroextrativistas* ou *camponesas-agroextrativistas* buscavam o recipiente com água limpa e boa para o uso.

Além dessa, outra forma de aquisição do recurso hídrico era extraído das árvores como as samaumeiras e as embaubeiras. Cortavam um pedaço das raízes em torno de 1,5 m e virava para retirar a água concentrada e armazenada. Esse procedimento técnico e natural era realizado também com o uso de raízes espinhosas, que por jorrar um líquido de uma extrema pureza e permitidas para consumo, alguns sujeitos usavam nos domicílios. Essa era uma estratégia utilizadas pelas as famílias camponesas para suprir a carência do recurso hídrico na localidade.

Por conseguinte, o *campesinato-agroextrativista* de Nova Esperança utilizam a rotação de culturas. Permaneciam em um mesmo roçado no máximo 4 (quatro) anos plantando alguns determinados tipos produtos. Depois disso, a terra usada deveria permanecer em descanso, com a formação de capoeiras³⁶ para se recompor novamente. Enquanto isso, os *camponeses-agroextrativistas* e as *camponesas-agroextrativistas* se deslocavam para outra área na mesma propriedade e preparava a terra para plantar outros produtos agrícolas, cuja

³⁵ Recipiente para depositar água ou outro material que esteja em estado líquido.

³⁶ Nesse processo a mata não é mais virgem, forma-se uma vegetação secundária, consistindo em árvores mais finas (segunda natureza).

unidade de medida da quantidade de terra de trabalho destinada à agricultura camponesa era a *tarefa* ou *alqueires*.

O arroz, assim como a farinha, eram os alimentos mais importantes das famílias camponesas, que mantinha a alimentação anualmente até chegar à próxima safra. Entretanto, a cultura do arroz era plantada em áreas novas, para que assim, extraísse uma boa colheita. Para esse grão ser consumido, as famílias pisavam (moer ou socar) o arroz no pilão³⁷ (Figura 47), utilizando-se de um porrete³⁸ comprido e redondo de madeira para triturar o alimento, cognominado de *mão-de-pilão*.

Figura 47 – Pilão utilizado pelo campesinato-agroextrativista para triturar os alimentos



Fonte: Trabalho de campo, 2016.

Foto: CONCEIÇÃO, Francilene Sales da.

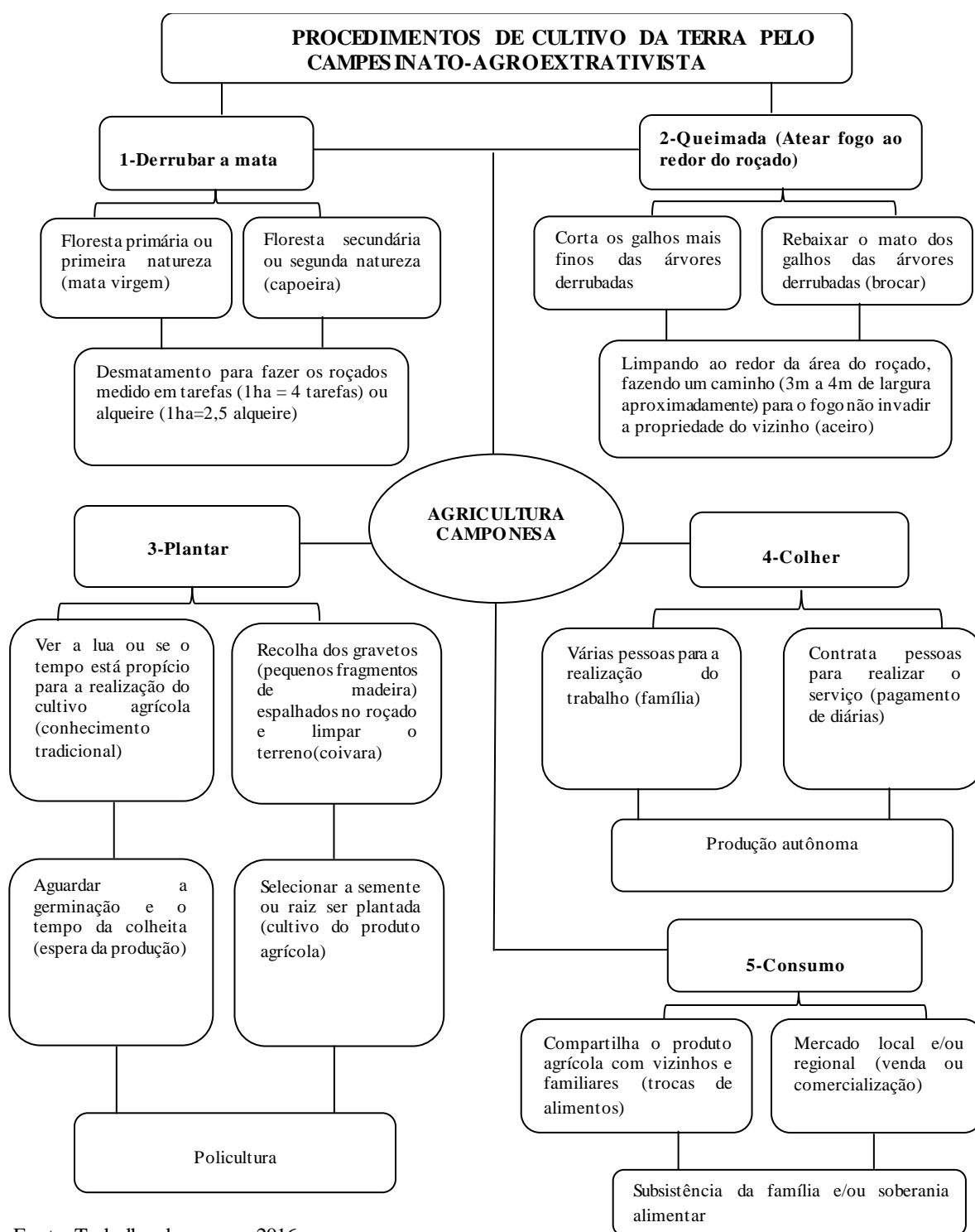
Destarte, o sistema empregado na agricultura camponesa era o corte-queima. Esse procedimento tradicional utiliza de técnicas simples e cultiva vários produtos agrícolas. Comparado a outras formas de agricultura, essa atividade exige um número significativo de pessoas para trabalhar no roçado e leva mais tempo para a consumação do trabalho

³⁷ Instrumento feito de madeira pelo camponês para pisar grãos ou sementes. A estrutura é comportada com um furo na parte central do tronco de madeira, formando uma cavidade arredondada, cuja forma geométrica é correspondente a uma esfera ou a um cilindro.

³⁸ Peça de madeira polido em formato cilíndrico e resistente que possui as pontas arredondadas, muito utilizado pelas famílias camponesas no ato de pisar o grão ou a semente até o alimento ficar integralmente triturado.

camponês/camponesa-agroextrativista. A rotina desempenhada pelo *campesinato-agroextrativista* consistia no ato de derrubar, queimar, plantar, colher e consumir, conforme está arranjado na Figura 48 do organograma a seguir:

Figura 48 – Organograma da agricultura camponesa da comunidade Nova Esperança



Fonte: Trabalho de campo, 2016.
Organização: CONCEIÇÃO, Francilene Sales da.

A prática da agricultura utilizada pela classe do *campesinato-agroextrativista*, apesar de promover o desmatamento para cultivar a terra, “o camponês é o trabalhador que se envolve mais diretamente com os segredos da natureza” (MOURA, 1988b, p.9). Esse agricultor é regido sob as normas da natureza e desenvolve um conhecimento de acordo com o tempo e o espaço socialmente e culturalmente produzido por essa classe. O *campesinato-agroextrativista* produz seu alimento e se utiliza da força de trabalho dos membros da família para trabalhar a terra e extrair da floresta como a maneira de assegurar o seu próprio sustento. A escala geográfica alcançada possui uma dimensão local, onde a terra se comporta como o relevo existencial da vida.

Além da agricultura camponesa se sobressair como a principal atividade exercitada na localidade e proporcionar o alimento do *campesinato-agroextrativista*, essa cadeia de subsistência era preenchida ainda com a criação de animais, algo evidente no interior da comunidade Nova Esperança. As principais criações das propriedades camponesas eram: galinha caipira, pato, o marreco, o ganso, porco e o gado. Esses animais faziam parte do hábito alimentar do *campesinato-agroextrativista*.

O processo de cientificização e tecnificação da natureza não tinha adentrado as bordas da floresta e alterado as dinâmicas socioespaciais dos sujeitos. Não significa que as técnicas não estavam presentes nesse período, mas elas se encontravam timidamente e de acordo com a necessidade dos sujeitos da comunidade rural, no qual necessitava da força motriz humana para sua efetivação. A inexistência da luz proveniente da rede elétrica indicava um tempo em que o conhecimento técnico-científico não tinha sido consolidado e as relações sociais e culturais não tinham sido completamente modificadas. Os *camponeses-agroextrativistas* e *camponesas-agroextrativistas* possuíam apenas uma “radinho” a pilha para se informar das notícias que estava ocorrendo no país e no mundo.

Faziam uso da lamparina, da vela e da lanterna para clarear suas residências e facilitar a locomoção na área. O uso do lampião³⁹ somente veio por volta da década de 1970, foi quando alguns compraram o equipamento em conjunto com uma botija de gás de 2 kg ou 5 kg. Geralmente nesse período as famílias se recolhiam mais cedo aos seus aposentos, exceto quando um vizinho fazia uma visita na casa do outro para conversar a respeito do trabalho, da convivência em comunidade, de contar histórias sobre os mitos e as lendas existentes no local,

³⁹ É um objeto que permite iluminação, sua armação é feita de metal e seu anteparo é de vidro como uma forma de proteger a luz que irradia internamente. É um equipamento que pode ser deslocado de um lado para outro e seu combustível de abastecimento para a propagação da chama e, consequentemente da luz, é o gás.

a exemplo do “Lobisomem”. Prevalecia uma relação de circunvizinhança entre as famílias que permaneciam sob a ótica e as dinâmicas da natureza.

A partir da década de 1970, a comunidade Nova Esperança vive outro período geográfico, o meio técnico. Porém, não significa que o extrativismo, a agricultura camponesa e as relações solidariamente comunitárias deixaram de existir. O contrário, elas se fortaleceram porque havia mais *camponeses/camponesas-agroextrativistas* se territorializando sobre o eixo da BR-163 ou transversalmente à rodovia. Os que habitavam o local somente passaram por um processo de recriação, mas seu modo de vida continuou inalterado, ainda que a entrada de uma nova variável tenha facilitado os fluxos de pessoas, transportes e mercadorias.

Um novo sistema de objetos é incorporado à paisagem, pois, eclodiu uma geografia das estradas. O uso de sistemas técnicos promoveu a socialização da natureza, desafiando as lógicas naturais e implementou estranhamentos nos nexos locais (SANTOS, [1996]2012). Consequentemente, a instalação de políticas públicas durante o período militar possuía um caráter puramente estratégico, cujo escopo principal dessa espacialização, era que o capital pudesse adentrar a Amazônia e promover a exploração da terra, do subsolo, da floresta e da água.

O acesso à Nova Esperança, anteriormente à abertura da estrada, dava-se somente através dos ramais⁴⁰, que se encontram no meio da mata nativa. Em 1970 passou o pico da estrada. Em 1971 passou o desmatamento, no mesmo ano em que foi fundada a escola e construída a igreja da Nova Esperança. Nessa época, a operação da Superintendência de Campanhas de Saúde Pública (SUCAM⁴¹) por estar fazendo um trabalho de combate às endemias em espaços longínquas da comunidade, denominou-a de Colônia Veado, pois a abundância de caça (veado) nas redondezas, fez com que Nova Esperança ficasse conhecida durante um bom tempo por esse nome. Até os tempos atuais, a denominação de colônia é utilizada e de conhecimento do *campesinato-agroextrativista* para se referir as áreas que se localizam na zona rural no município de Belterra.

Mas abertura da rodovia federal pelos militares proporcionou um cenário do aprimoramento das técnicas, promovendo transformações ríspidas na localidade, no qual facilitou a circulação e a trafegabilidade do *campesinato-agroextrativista* e dos produtos por eles produzidos, a ser escoado e negociado nos estabelecimentos comerciais da cidade de

⁴⁰ Pequenas trilhas ou estradas estreitas que as pessoas utilizam para se deslocarem de um lugar a outro.

⁴¹ Órgão que surgiu da fusão do Departamento Nacional de Endemias Rurais (DENERu), da Campanha de Erradicação da Malária (CEM) e da Campanha de Erradicação da Varíola (CEV). Desenvolveu um trabalho em todos os estados do Brasil de combate as endemias e a transmissão de vetores que pudessem comprometer a saúde humana no meio rural.

Santarém. O uso do transporte de *pau-de-arara*⁴² surge nesse contexto. Colocaram na linha dois carros para transportar as pessoas até a cidade, onde as pessoas tinham que embarcar umas 2h (duas horas) ou 3h (três horas) da manhã para ir para Santarém, enfrentando o frio da madrugada, pois as temperaturas eram baixas em virtude das muitas áreas de florestas.

Enfrentavam grandes dificuldades, principalmente, para aquelas famílias que moravam uns 3 km, 4 km e 5 km da margem da rodovia Cuiabá-Santarém. No “verão amazônico” tinham problema com a poeira, mas no “inverno amazônico” essa situação se agravava ainda mais, porque a lama e o barro dificultavam os *camponeses-agroextrativistas* e as *camponesas-agroextrativistas* de trazerem os produtos agrícolas das suas colônias para pegar o pau-de-arara que passava na madrugada as margens da Cuiabá-Santarém. A possibilidade de o *campesinato-agroextrativistas* comercializar seu produto na cidade contribuiu com uma renda extra, pois o *campesinato-agroextrativistas* não tem salário, mas uma renda que assegura a sobrevivência da família, haja vista que “é impossível separar a prática econômica da familiar” (MOURA, 1988b, p.25) porque essas ações são inconcebíveis em uma unidade organizativa familiar camponesa.

Os obstáculos encarados pelo *campesinato-agroextrativista* no deslocamento da comunidade até a cidade eram extremamente precários porque não possuía uma rede de infraestrutura consolidada. O terreno da rodovia apresentava alguns acidentes topográficos, pois como havia muitas serras altamente perigosas, dificultava a eficácia do transporte em alguns trechos. As entrevistas dos moradores apontaram que quando o pau-de-arara passava pelas serras, principalmente, na serra do Piquiatuba, onde os carros faziam várias voltas, formando uma espiral, os motoristas dos transportes acompanhado dos seus estivadores⁴³ calçavam com um pedaço de madeira os pneus dos veículos para não correr o risco de derrapar e cair no abismo e ceifar a vida dos *camponeses/camponesas-agroextrativistas*.

Apesar de todas as dificuldades enfrentadas, da vida em comunidade e das práticas camponesas empregadas na terra, tinha um *campesinato-agroextrativista* que não estava subjugado à lógica capitalista. Por volta da década 1970 até o final dos anos de 1990, havia mais participação dos comunitários nas festividades da comunidade de Nova Esperança e o grupo se mostrava mais unido. Na Amazônia é comum prestigiar a organização e concretização de festividades comunidades rurais camponesas (Figura 49 e Figura 50). A

⁴² Carro de médio porte que possuía uma carroceria cercada de madeira e coberto de lona que transportavam as pessoas e produtos agrícolas para a cidade.

⁴³ Trabalhadores encarregados de controlar o embarque e o desembarque de cargas (produtos agrícolas) e pessoas, além de ser responsável pela averiguação das condições dos veículos em caso de atoleiro ou do veículo quebrar na estrada.

localidade Nova Esperança se enquadrava nesse processo, porque era constituída da parte religiosa, cuja padroeira era a Nossa Senhora do Perpétuo Socorro e a parte mais social era precedido por torneios de futebol, das festas dançantes com as músicas regionais e da época e das comidas típicas.

Figura 49 – Padroeira Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, comunidade Nova Esperança



Figura 50 – Padroeira Nossa Senhora de Fátima, comunidade Nova Aliança



Fonte: Trabalho de campo, 2016.

Foto: CONCEIÇÃO Francilene Sales da.

É o momento que envolve todos os membros da comunidade, o presidente, os secretários e os tesoureiros em parceria com a comunidade se reuniam, estruturava o roteiro e dividia as tarefas a serem executadas nos dias selecionados para ocorrer os festejos do santo. “Se o peso específico da religião é maior na cultura simbólica camponesa, é porque fornece uma explicação cheia de sentidos e sinais para quem observa diariamente o mistério da terra, da água e do ar” (MOURA, 1988b, p.22). O *campesinato-agroextrativista* vive conectado com a natureza, seu modo de vida depende da terra e da floresta para manter a sobrevivência das famílias camponesas e essa valorização simbólica e cultural da religiosidade é parte desse circuito de práticas que caracteriza a vida em comunidade.

O desenvolvimento dessas práticas festivas era a maneira de implementar benefícios na própria comunidade, por isso, seus ideais, a esperança e aliança de melhorar a condição social, mantinham-se fortes. A igreja, o campo de futebol, escola e o salão de festa (barracão

comunitário) não podem estar omisso quando se trata de uma comunidade rural camponesa, especialmente, na região amazônica, onde as práticas são inerentes ao seu modo de vida. A área onde se situa a sede da comunidade foi doada e os bens conquistados foram construídos coletivamente. As atitudes dos sujeitos para com a localidade eram voluntárias, cada um se encarregava de doar alguma coisa para as festividades, fundamentalmente, a doação de alimentos.

Quando uma comunidade realiza a festa do (a) padroeiro (a), outra comunidade vem ajudar, participando nos trabalhos da igreja, nas atividades esportivas e no consumo das iguarias e bebidas. Contudo, quando essa mesma ação ocorre em outro local, a comunidade antes prestigiada se responsabiliza em dá o retorno por meio da participação, é o que se chama de “pagamento de visita”⁴⁴. Existe uma relação solidária, no qual uma comunidade ajuda a outra, um dia em que a festa promovida pelo campesinato é o suficiente para gerar a parada nos trabalhos realizados na agricultura (MOURA, 1988b). Nesse dia as atividades são suspensas para que se dediquem à participarem de um momento sagrado e divertido com os vizinhos e os parentes.

Antes de 1990, as relações econômicas, sociais, culturais e políticas do *campesinato-agroextrativista* de Nova Esperança tinham suas coexistências ancoradas, sobretudo, na natureza. A unicidade técnica não tinha causado tantas transformações no espaço de trabalho e de morada do *campesinato-agroextrativista*. Todavia, em 1997, o asfaltamento da Cuiabá-Santarém sob a responsabilidade do 8ª BEC, passa pela comunidade Nova Esperança, no qual o transporte pau-de-arara foi substituído pelo ônibus, que, segundo os apontamentos dos entrevistados, melhorou e muito a vida do *campesinato-agroextrativista*, porque a partir desse momento facilitaria o escoamento da produção agrícola. O advento de um novo sistema de transportes correspondeu na aceleração dos fluxos de veículos e facilitou a trafegabilidade das pessoas.

Essa “nova era” é permeada por uma densidade técnica, pois, a inserção de uma rede de infraestrutura é resultante de políticas territoriais de caráter estratégico. Entretanto, esses novos sistemas de objetos incorporado na paisagem rural das comunidades situadas ao longo do eixo da BR-163, tinha um projeto de futuro articulado aos mercados globalizados, possibilitando a abertura para a territorialização do capital nos espaços habitado pela classe social do *campesinato-agroextrativista*.

⁴⁴ Esse “pagamento de visita” ocorrido entre as comunidades rurais camponesas, não é pago com a quantia em dinheiro, mas através da participação nas atividades programadas pela comunidade que está promovendo o evento. É uma ação solidária de cunho participativo, em que uma comunidade ajuda a outra.

Essa forma do *campesinato-agroextrativista* viver intensivamente a natureza perdurou até o final da década de 1990. Mas mesmo com a introdução de uma nova variável em que verticalizou a produção, formando grandes áreas de monoculturas, a agricultura camponesa não deixou de existir porque as resistências se fazem presentes, haja vista que “a região apresenta um grau de organização e resistência de seus trabalhadores rurais raramente alcançado em qualquer outra região do Brasil” (SCHLESINGER E NORONHA, 2006, p. 73). Essa resistência representa o sentido da territorialidade e das práticas sociais, culturais e políticas que o *campesinato-agroextrativista* tem com o seu espaço de vida.

Os anos 2000, a comunidade Nova Esperança vivencia outra temporalidade, onde a terra passa simplesmente de um valor de uso simbólico, terra para o trabalho e para a habitação do *campesinato-agroextrativista* para um valor de troca, um espaço da produção de mercadorias e da concentração e especulação fundiária. O encontro dos sojicultores com os *camponeses-agroextrativistas* que viviam sob a lógica da floresta e da agricultura acabou gerando alguns desencontros (MARTINS, [1996]2014). Esses conflitos sociais em que afetam o território florestal e a terra do *campesinato-agroextrativista* resultam no que Moura (1988a) defende de uma apropriação/expropriação do trabalho e da terra, no qual permeiam o campo jurídico-político. A relação camponesa com a terra, a floresta e o trabalho se encontram contraditoriamente com as fazendas do agronegócio sojeiro e expressam os conflitos pelos distintos usos do território, seja ele material ou imaterial.

A partir daí a chegada da cultura do estranho originária do centro-sul do Brasil, no contexto dessas comunidades amazônicas, metamorfoseou o modo de vida do *campesinato-agroextrativista*, por meio da compra de terras, na conversão das policulturas em monoculturas, na proletarianização dos *camponeses-agroextrativistas*. Há um meio técnico-científico informacional se formando, pois a agricultura passa automaticamente por um processo de modernização, pois aquela pequena agricultura com uma produção autônoma familiar passa para uma produção agrícola transescalar e globalizada.

3.3 “MODERNIZAÇÃO” DA AGRICULTURA E A ESPACIALIDADE DO PODER DO AGRONEGÓCIO

Leva os iludidos e traz os arrependidos
(José Osvaldo)

Pensar exclusivamente no processo de modernização da agricultura como um fenômeno “novo” e necessário para o desenvolvimento econômico do país, sem levar em

consideração os reflexos que o agronegócio ocasiona no modo de vida da classe social camponesa, pode-se está cometendo um erro grave ao tirar conclusões precipitadas e fazer generalizações de um sistema hegemônico conservador.

O agronegócio discursa em prol do “desenvolvimento”, propõe uma “inclusão social e cultural” e afirmar se “preocupar” com preservação e a conservação da natureza, entretanto, sua lógica e a realidade que vem se desenrolando no espaço agrário, mostra o contrário, pois há uma coerção e uma pressão sobre o território do(a) *camponês/camponesa-agroextrativista*, desarticulando modos de vidas agroextrativos. De fato, esse processo sistemático e (des)ordenado não condiz com a realidade que vem sendo apresentada nas comunidades rurais camponesas, haja vista que as conflitualidades fazem parte desse panorama territorial e suas ações não estão isentas de tornar a natureza e a terra em uma mercadoria e alvo de especulações.

Não restam dúvidas que a territorialização do agronegócio e a espacialização de *commodities* gera um confinamento e/ou desestruturação de histórias/geografias de vidas, histórias/geografias dos lugares e histórias/geografias familiares que compõem o espaço agrário da região amazônica. A introdução de novos sistemas de objetos dá um novo sentido ao lugar, pois, a paisagem original (natural) vem sendo substituída por componentes que não fazem parte da biografia e do cotidiano de uma determinada comunidade camponesa. Na lógica do capital tudo vira mercadoria, as florestas e as áreas de pastagens vão cedendo seu recinto para um campo agrícola em dilatação, consistindo na trituração da natureza, no desaparecimento de espécies animais e vegetais, sejam elas endêmicas ou raras e, também na pressão ou no despojo dos *camponeses-agroextrativistas* de suas respectivas propriedades.

O asfaltamento da BR-163 consistiu na abertura e na instalação do capital em espaços habitado pelo *campesinato-agroextrativista*, tornando esse trecho em uma zona de conflitos, pois o avanço da soja penetrou a área rural de Belterra, tornando-se reflexo da territorialização do agronegócio. A localização estratégica, a facilidade em adquirir terras “baratas” e por se encontrar nas proximidades do porto graneleiro da Cargill de Santarém diminuiria os custos do valor do frete dos transportes.

A soja começa a ser cultivada na comunidade Nova Esperança a partir dos anos 2000. As pesquisas feitas no município de Belterra, sob os estímulos do governo em vigência, foram suficientes para verificar se o grão se adaptava as condições edafoclimáticas da região. Foram realizados dias de campos para ver a eficácia da germinação do grão de soja, com a participação dos empresários de negócios, de representantes da esfera municipal, profissionais

ligadas às instituições que desenvolvem pesquisas e alguns associados ao sindicato rural de Belterra. A partir desse contexto, a soja avançou internamente no município, expandindo-se para as comunidades rurais camponesas, incluindo Nova Esperança.

Mas o que acontece é o seguinte, os governos municipais eles abriram a oportunidade pro pessoal entrar. Se eu sou, por exemplo, se eu sou um representante duma propriedade, e sou, por exemplo, um prefeito de uma cidade, aí eu determino essa área, essa área, por onde, por onde atinge, então tá sob meus cuidados, mas no próprio instante que abri o braço, pode vim, pode chegar, pode chegar, então foi o que aconteceu, aí eles chegaram, entraram e fizeram a devastação, como a gente vê que hoje a gente tá, mas os culpados disso são os próprios governos que aceitou que eles viessem pro Pará e que hoje todo mundo está sofrendo as consequências do que está (João Miranda, 2016).

Desde que a terra se mostrou propícia para o cultivo dessa leguminosa, os sojicultores dos estados, principalmente do Paraná, com passagem pelo Mato Grosso, começaram a chegar na localidade e se apropriar de novos territórios, onde a terra passa da mera condição de trabalho e de habitação para terra de negócio. Em 2002 e 2003, Nova Esperança passa por um processo de fluxo migratório das famílias, principalmente, daquelas que residiam perpendicular à rodovia. Virou um modismo na localidade a compra e venda de terras, a oferta dada pelos sojicultores era baixa, mas os *camponeses-agroextrativistas* e as *camponesas-agroextrativistas* ficaram bem entusiasmados com as propostas, porque pensavam que com o dinheiro da venda da propriedade poderiam ter suas vidas melhoradas nas cidades.

Essa localidade sempre enfrentou o problema da falta de água e das condições intratáveis das estradas paralelas a BR-163, o que dificultava o acesso à escola dos filhos dos *camponeses-agroextrativistas*, pois os filhos só poderiam estudar no sistema multiseriado (1ª a 4ª série) na comunidade; quando passavam para o ensino fundamental II e nível médio teriam que estudar ou na cidade de Belterra, no qual teriam que ir de bicicleta enfrentando os ramais de lama e a poeira ou estudar na escola São José, comunidade rural do km 19 da BR-163, pertencente ao município de Santarém, no qual os estudantes teriam que ir de madrugada no ônibus de linha (3h ou 4h da manhã) que tinha o horário marcado. Para além desses empecilhos enfrentados por esses sujeitos, o acesso às unidades básicas de saúde quando tinha alguém doente e, principalmente, o transporte dos produtos agrícolas até o eixo da Cuiabá-Santarém para comercializar na cidade eram extremamente precárias.

A ausência do Estado era nítida, impossibilitando a permanência do *campesinato-agroextrativista* nessa localidade. Entretanto, o *campesinato-agroextrativista* possuíam muitos sítios baseado na horticultura, fruticultura, cultivos de legumes e outros alimentos.

Havia uma variedade de culturas agrícolas que garantia a soberania alimentar das famílias. As casas de farinhas era uma peculiaridade dessa realidade, muito presente até os dias atuais, contudo, não era exclusividade apenas dos membros das famílias, mas era cedida aos vizinhos, ou seja, a maneira de compartilhar com a vizinhança que necessitavam fabricar o alimento, cujo uso era o consumo ou venda, um atributo que colabora com a renda da *classe social camponesa agroextrativista*.

A prática da agricultura camponesa realçava um modo de vida de caráter de subsistência. Porém, os atributos levantados acerca da problemática enfrentada por esses *camponeses-agroextrativistas* e *camponesas-agroextrativistas* nessa localidade contatou, de certa forma, que ocorreu a desterritorialização e a pressão sobre as suas terras. Os sojeiros se aproveitando dessas fragilidades começaram a adquirir terras por uma quantia em dinheiro bem reduzida, no qual promoveu o começo do aquecimento dos mercados de terras no oeste do Pará (SCHLESINGER & NORONHA 2006; COSTA, 2012, 2015;).

No início da geografia do agronegócio o preço dado a um hectare de terra não ultrapassava R\$ 200,00 ou R\$ 300,00. Houve famílias que venderam suas propriedades por R\$ 3.000,00 R\$ 4.000,000 e R\$ 5.000,000, áreas que variava de 20 ha a 50 ha, pensando que iria melhorar sua condição de vida em outro lugar. Nos anos posteriores, esses valores foram crescendo para R\$ 18.000,00, R\$ 20.000,00 R\$ 30.000,00 um terreno de 50 ha a 100 ha.

Essas famílias venderam suas propriedades por uma “mixaria”⁴⁵, acabaram com o dinheiro recebido pela venda do terreno, foram embora com suas famílias e, hoje, encontram-se arrependidos, sem possuir um “pedaço de terra” para a prática da agricultura, conforme narrou em entrevista ao STTRB, pois esse associação acompanhou esse processo do êxodo rural no município. Nas comunidades Nova Esperança e Nova Aliança constatou que 14 propriedades camponesas foram vendidas, 1 fazenda da pecuária (área de pastagem) foi arrendada para o agronegócio sojeiro e as demais áreas de florestas foram adquiridas (compradas) de outras formas.

Recentemente, Nova Esperança tem 28 famílias e Nova Aliança 71 famílias. É importante ressaltar que o número de famílias aumentou em virtude dos casamentos que acabam ocupando e construindo as residências na mesma propriedade do “Chefe de família camponesa”. Um dos exemplos claro desse processo, é de um casal de camponeses que possui 10 filhos, 6 deles moram com suas respectivas famílias na terra do patriarca. Assim, as propriedades de terras são de uso comum, sendo compartilhados com os filhos, que mesmo

⁴⁵ Comercialização de terras por um preço baixo, significando no barateamento da terra do campesinato.

estes constituindo novas famílias, a terra é cedida entre seus membros, caracterizando a recriação social e a herança nas unidades familiares.

Contemporaneamente, esse cenário se inverte. O cenário do mercado de terras e das florestas que se volta para a Amazônia e as taxações de preços para as mercadorias *Terras com Mata*, *Terras de Pastagem* e *Terras de Lavoura*⁴⁶ tem passado por modificações, especificamente na mesorregião Baixo Amazonas. A transformação de áreas de florestas originárias em “terras agrícolas ou de lavouras”, possuem preços menores comparados aos espaços abertos destinados às produções de grãos, porque a alteração de florestas em áreas de cultivo agrícola requer maior emprego de trabalho e os custos no processo de mecanização são bem maiores. A mercantilização e valorização de terras no mercado estimula a concentração fundiária e instaura a grilagem. Portanto, a comercialização se tornou frequente em Nova Esperança e Nova Aliança, os sojicultores sulistas visitavam constantemente as propriedades do *campesinato-agroextrativista* atrás de terras para comprar.

Ah, eu fui muito pressionado, eu fui muito pressionado, eu não tinha quase..., muitos dias eu não podia quase nem sair de casa, quando eu ia saindo chegava uma caminhoneta, ah eu quero falar, quero falar com você e tal, chegava, nós vinha, conversava, quero comprar a sua terra. Eu não tenho terra para vender, a minha terra, o meu lote aqui eu não tenho negócio pra ele, eu não vendo. Ah, mas porque você não quer vender?... Porque eu não quero vender, aqui esse pedaço de chão aqui eu tenho pra minha família, daqui que eu tiro sustento pra minha família e seu eu vender eu pego esse dinheiro, logo mais o dinheiro vai se acabar, aí depois eu vou voltar, do que eu vou sobreviver? Eu não sei trabalhar como hoje, se vê como hoje, as pessoas são, por exemplo, estudada, computação tem tudo isso, e facilidade tem, mas pra mim eu não tenho, aí a gente, eu não posso vender a minha terra, eles botaram um dinheiro para comprar, mas eu não quis vender (João Miranda, 2016).

O poder dos discursos dos sojicultores em tentar convencer o outro por meio de sua forma persuasiva e inibidora foi uma tática utilizada pelos agentes do agronegócio. Entretanto, as resistências camponesas se manifestaram no instante em que a vida familiar se sentiu ameaçada e esteve disposta a não negociar sua propriedade e seu território, recusando-se à sociabilidade do capital.

A terra é mais que simplesmente um espaço de produção de mercadorias, ela possui um valor simbólico, vai além da materialidade, porque as relações de parentesco, de vizinhanças e as solidariedades comunitárias estabelecidas pelo *campesinato-agroextrativista*

⁴⁶ Ver mais nos trabalhos de Solange Maria Gayoso da Costa do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido da Universidade Federal do Pará (UFPA), como na tese de doutorado defendida cujo título intitulado: Grãos na Floresta: estratégia expansionista do agronegócio na Amazônia.

é dotada de significações de cunho social-cultural-econômico-político-ideológico, portanto, possui uma dimensão material e imaterial do território.

A reflexão analítica tomada a partir da fala dos *camponeses-agroextrativistas* e *camponesas-agroextrativistas* entrevistados, é que a frente por ele encarada corresponde à luta pela permanência na terra como produtores de alimentos, sujeitos estes que são essenciais para garantir o alimento à sociedade brasileira (OLIVEIRA, 2001). Os que resistiram permanecer na terra fazendo uso, recusando as propostas da negociação dos terrenos para a burguesia do agronegócio, buscaram criar estratégias de reprodução social em ficar no seu lote produzindo e garantindo a sobrevivência da família. Há casos de moradores que optaram por vender grande parte da propriedade (a parte central e os fundos do terreno), em torno de 80%, e continuar residindo no local, somente possuindo o limite onde encontra construída a casa, sem praticar a agricultura e o extrativismo, considerado como um verdadeiro “apartamento” rural.

Anterior à década de 2000, somente existia a comunidade Nova Esperança. Mas como houve um crescimento da demanda de famílias na comunidade, houve a necessidade de se criar outra comunidade, sob a iniciativa dos próprios moradores, cujo nome é Nova Aliança, fundada no ano de 2006 e a Padroeira é Nossa Senhora de Fátima. A escolha desse nome expressava a união que estava sendo construída, no qual tonava a aliança fortalecida entre os comunitários.

Essas comunidades, do ponto de vista geográfico, são reflexos da territorialização do capital pelo agronegócio sojeiro, no qual modificaram as suas coerências endógenas. Onde a soja entrou, ocorreu a desterritorialização do *campesinato-agroextrativista*, transformando o espaço de produção local e de subsistência em um espaço da produção globalizada. A paisagem do agronegócio é homogênea, utiliza-se da mecanização e da monocultura, enquanto a paisagem do *campesinato-agroextrativista* é heterogênea, faz uso de uma agricultura tradicional, possuindo a diversidade de culturas agrícolas (policultura) desenvolvidas a partir do trabalho familiar. Nessa última, tem-se a autonomia do que se deseja produzir. Algumas famílias vivem da agricultura e do extrativismo, a outra fonte de renda é proveniente da aposentadoria, do trabalho informal ou de trabalho assalariado.

Ainda é comum em algumas famílias camponesas terem muitos filhos, evidenciando um grau de parentesco acentuado no interior das comunidades de Nova Esperança e Nova Aliança. Apesar de ter vindo, mais recentemente, outras pessoas de fora para residirem nessas comunidades, essencialmente em Nova Aliança, mostra que grande parte dos moradores são

parentes. Por isso, os casamentos que vão surgindo dos filhos de *camponeses/camponesas-agroextrativistas* acabam por resultar na constituição de novas famílias e assinalam a territorialização do *campesinato-agroextrativista* na propriedade cedida pelos pais, que é o que Moura (1988a) designa como “os herdeiros da terra”. Esse processo se conforma como a reprodução social do *campesinato-agroextrativista* na terra e no território.

A territorialização camponesa é evidenciada nessas localidades, mas a incorporação do capital global, por meio de uma “agricultura moderna” tenta romper com essas territorialidades, pois as coerções territoriais do agronegócio e o processo da expropriação vêm comprometendo a permanência dessas famílias no lugar. Essa realidade contraditória que expropria/pressiona o *campesinato-agroextrativista* constitui a passagem de “herdeiros da terra” a “deserdados da terra” (MOURA, 1988a) em virtude da lógica do agronegócio sojeiro ser implantada no território.

A partir da inserção da soja muita coisa foi modificada no que tange a produção de alguns produtos agrícolas, a exemplo da plantação arroz que deixou de ser cultivada para manter o consumo durante o ano; da caça, que antes era frequente, tornou-se mais escassa; da extração de produtos da floresta, ainda é presente, mas houve uma diminuição de tais práticas.

A forma espacial de Nova Esperança e Nova Aliança foi dinamizada, porque se antes as estruturas das casas eram de palhas ou de barro, grande parte das habitações são construídas por materiais como madeiras e alvenaria. Contudo, não significa que o uso das casas de palhas (Figura 51) deixou de existir no interior dessas comunidades.

Figura 51 – Habitações construídas de palhas da palmeira de babaçu



Fonte: Trabalho de campo, 2016.

Foto: CONCEIÇÃO, Francilene Sales da.

Os *camponeses-agroextrativistas* e *camponesas-agroextrativistas* de Nova Esperança e Nova Aliança, que vivem intensamente a dinâmica da floresta e extraem produtos necessários para a sobrevivência da unidade familiar, são desterritorializados, dando lugar para a espacialização das *commodities*, que utiliza nas grandes lavouras os insumos, os pesticidas, os fertilizantes e as sementes selecionadas, além do uso de maquinários (plantadeiras, colheitadeiras, borrifadores de veneno), criando um problema ambiental que prejudica a agricultura camponesa. Apesar de entender que nessas comunidades há uma sociabilidade do capital globalizado, Oliveira, Santana e Homma (2013) afirmam que 80% dos sistemas de produção de grãos em Santarém e Belterra fazem uso de uma tecnologia tradicional que não são sustentáveis e possui custos elevados na produção agrícola.

Entretanto, os diagnósticos mostraram que as inserções de maquinários agrícolas modernos estão ganhando visibilidade na paisagem regional. Esse fato é confirmado, a partir do momento que os trabalhadores assalariados que operam as máquinas nas fazendas sojeiras passam pela qualificação profissional para manusearem equipamentos com uma tecnologia mais avançada cientificamente, pois algumas já vêm com um sistema automático e requer uma adequação do processo produtivo.

Ainda que o emprego da tecnologia contribua com uma produtividade por hectare e uma produção anual satisfatória, elas não estão isentas de deixarem marcas nocivas no ambiente e no território do *campesinato-agroextrativista*, porque as práticas de insustentabilidades manifestadas por meio do uso de corretivos agrícolas, adubos químicos e defensivos contra pragas inviabilizam os pequenos produtores que fazem uso da terra e da floresta para manutenção de suas territorialidades camponesas e seus respectivos modos de vidas.

Além do mais, os impactos sociais decorrente dessa “modernização” conservadora também são alvo de preocupação. Ao longo do km 42 da BR-163, lado direito, sentido Cuiabá-Santarém, na comunidade Nova Aliança está previsto para a construção de um pátio para o estacionamento para 40.000 carretas de grãos. Esse projeto é da responsabilidade da empresa Cargill agrícola que comprou a área, mas que no momento se encontra embargado judicialmente. Por isso, há uma grande preocupação por parte da sociedade civil com os impactos que esse projeto pode trazer ao município de Belterra, no qual as populações escreveram uma carta de repúdio, devendo ser traduzida para o inglês, à proprietária da empresa multinacional da não aceitação desse projeto hegemônico na localidade.

Tornam-se cada vez mais comuns o surgimento das construções dos silos, dos secadores, dos armazéns em meio a floresta, provocando a tecnificação e a cientificação no território. Vislumbra uma nova cultura e uma nova paisagem no entorno das comunidades rurais camponesas, no qual substituem as policulturas por monoculturas. A floresta arbórea e os sítios frutíferos do *campesinato-agroextrativista*, regradados ainda de uma produção rica em legumes, verduras, grão/cereal (arroz e milho, arroz e amendoim), granjeiros e criação de animais bovinos, vão dando lugar a uma paisagem do agronegócio, carregada de uniformidade, em que se cultiva apenas um tipo de produto agrícola.

A monocultura inicia com o arroz, uma forma de promover a “domesticação” da terra para depois dá lugar a soja e ao milho. O agronegócio tem duas safras realizadas durante o ano, a primeira que vai de janeiro (início da plantação) ao final de abril (término da colheita) e a outra que vai de maio (início da plantação) para ser colhida no final de julho (término da colheita), isso vai depender dos índices pluviométricos, caso não se tornem rarefeitos ou ocorra com tamanha intensidade. Assim, a terra (espaço da produção de mercadorias) passa por um processo de preparação para o cultivo e colheita de grãos sólidos. Há no interior dessas comunidades uma corrida constante para plantar grãos e o surgimento de novas áreas, pois áreas de pastagens estão sendo arrendadas para o cultivo da soja.

No interior dessas comunidades, têm-se instalada 3 (três) fazendas do agronegócio, formando um círculo espiral que conectam uma fazenda a outra e as áreas de produção de grãos, no qual a cartografia espacial e temática dessas comunidades evidenciam um cenário de conflitos agrários, envolvendo dois agentes e dois territórios: *campesinato-agroextrativista* e *agronegócio sojeiro*, em que a disputa territorial manifestada é entre *capital-campesinato*.

O *campesinato-agroextrativistas* que habita, mais precisamente, às margens da BR-163 é o que mais resiste e se recria enquanto classe social sobre seu eixo, até porque os sujeitos que habitam as margens da rodovia federal têm maiores possibilidades de se deslocarem para as cidades, contrário das famílias que residiam em ramais perpendiculares ao eixo da rodovia federal, onde as dificuldades de tráfego são caóticas.

São essas ações que tentam coagir, por meio de pressões psicológicas, através de intimidações e ameaças para com as famílias que estão desenvolvendo sua agricultura nas unidades produtivas camponesas. Essa classe utiliza de estratégias que indicam a persuasão e o convencimento, forçando as famílias camponesas a comercializarem suas propriedades para os migrantes sulistas conhecidos como “gaúchos”, “polacos”, “sojeiros” e “sojicultores”, , que

vêm a terra, não como um simples local de produção de alimentos, produzindo múltiplas variedades de produtos agrícolas, para atender os mercados locais e regionais, mas um espaço de produção de mercadorias, com o uso da monocultura que favorece os mercados de escala global. São lógicas opostas, que não comungam entre si, e produzem relações e geografias contraditórias. Nesse sentido, o avanço do território do agronegócio, significa a morte e a negação do território do *campesinato-agroextrativista*.

O perfil dos migrantes oriundos, principalmente, do Paraná, com passagem pelo Mato Grosso, era tornar a natureza em mercadoria, transformando-a em terra de negócio. Ao chegar nessas localidades aqui analisadas, iniciaram o processo de compra de vários hectares terras dos pequenos produtores (*camponeses/camponesas-agroextrativistas*), ascenderam a concentração fundiária e a exploração da terra para o cultivo agrícola. A partir desse momento uma nova classe estava se formando no campo: uma “burguesia agrária” derivada do centro-sul do país.

Essa classe chegou com capital e para manter sua ação hegemônica territorializada, começou adquirir terras por valores bem acessíveis, constituindo em um sistemático mercado de terras. Contudo, como o preço da terra era baixo e as condições de alguns estabelecimentos logísticos se apresentarem favorável para o cultivo dessa leguminosa, essa nova cultura de caráter sulista foi implementada na Amazônia, em particular, nas comunidades Nova Esperança e Nova Aliança, modificando violentamente a paisagem local e o modo de vida da classe social do *campesinato-agroextrativista*.

Com isso, o território de uso exclusivo do *campesinato-agroextrativista* se abre para a dinâmica dos mercados globalizados (agronegócio), verticalizando a produção de *commodities* por meio de um circuito produtivo solidário e organizado pelos setores empresariais, no qual o lugar não possui mais autonomia própria para ser explicado por si mesmo.

Surgem novos sistemas de objetos (secadores, armazéns, pátios e galpões), as fazendas produtoras de grãos sólidos em meio a um campo agrícola e passam a exercer sua forte influência na região. É um campo marcado pelas resistências/tensões/disputas territoriais, porque a lógica difundida entre os agentes envolvidos produzem territórios contrários, cada classe criando suas estratégias de reprodução social. Assim, a soja vem se espacializando gradativamente nas comunidades Nova Esperança e Nova Aliança, impondo uma nova lógica, mas ao mesmo tempo, permitindo o revigoramento das resistências camponesas no território.

Quadro 4 – Plano de ação de seis comunidades da Floresta Nacional do Tapajós em 2015

PLANO DE AÇÃO				
Nº	Qual a dificuldade?	Quais as dificuldades?	Como fazer?	Quem fará?
1	Produção de Farinha	Controle de pragas, instruções de manejo adequado, falta de transporte, preço baixo, comercialização, falta e assistência técnica, beneficiamento e produção de mais variedades de farinha	Buscar assistência técnica	EMATER, SEBRAE, SENAR, EMBRAPA, COOMFLONA, STTR BELTERRA
2	Plantio de frutíferas (murici, açaí, coco, taperebá, maracujá, goiaba, acerola, banana, caju, laranja, cupuaçu)	Aquisição de mudas, orientação técnica (determinar espaçamento)	Buscar assistência técnica	EMATER, EMBRAPA, COOMFLONA
3	Produção de Poupas (murici, cupuaçu e açaí)	Comercialização local e armazenamento	Aquisição de equipamento	COOMFLONA (agroindústria)
4	Criação de galinha caipira	Doenças e falta de assistência técnica para criação	Buscar assistência técnica	EMATER, EMBRAPA e ADEPARÁ
5	Artesanato (paneiro, vassoura, movelaria)	Capacitação, divulgação do produto, local para comercialização	Orientação na produção, capacitação e repasse dos conhecimentos	UNB, SEBRAE, EMATER, UFOPA, INPA
6	Criação de Peixe	Licenciamento, determinação do local e qual espécie	Identificar interessados, buscar orientação e realizar a implantação de tanque rede	UFOPA, EMATER e COOMFLONA
7	Borracha	Preço baixo, falta maquinário para costurar a borracha	Obtenção de maquinário, buscar potenciais compradores	COOMFLONA, SEBRAE, FUNDO DEMA, ICMBIO, UNIVERSIDADE DO ACRE (UFAC)
8	Turismo	Falta de equipamento e capacitação	Divulgar a comunidade e realizar capacitação (curso de inglês, guia turístico, recepção de turista e primeiros socorros)	UFOPA, ICMBio, SEBRAE, COOMFLONA, SECRETARIA MUNICIPAL E TURISMO
9	Extração de óleo de andiroba	Análise do óleo, autorização para comercialização e embalagem adequada	Legalização da atividade	UFOPA e ICMBio
10	Produção de mel	Madeira para a fabricação de caixas	Buscar assistência técnica	EMBRAPA, EMATER
11	Produção de doces regionais	Local adequado	Capacitação	SEBRAE
12	Produção de Pão caseiros	Local adequado	Capacitação	SEBRAE
13	Telecentro (Pedreira)	Falta concluir a obra	Obtenção do material de construção	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE BELTERRA, COOMFLONA, PSA
14	Plantio de milho	Doenças (brocas)	Buscar assistência técnica	EMATER

Fonte: EMATER Belterra, 2016.

Organização: CONCEIÇÃO, Francilene Sales da, 2016.

As comunidades Nova Esperança e Nova Aliança foram atingidas por elevados desflorestamentos e rapidamente o território do *campesinato-agroextrativista* tiveram suas paisagens remodeladas. Os desmatamentos só não alcançaram a FLONA Tapajós porque é uma unidade de proteção ambiental e de uso sustentável que está sob a responsabilidade de posse e de domínio público. Entretanto, essa área de protecionismo do Estado vem se tornando alvo cobiçado pelos sojicultores influentes na região, querendo se apropriar desse território para transformá-lo em propriedade privada e tornar a terra cativa.

Na região de Belterra, algumas comunidades que estão localizadas dentro da FLONA Tapajós e que vivem basicamente de atividades extrativas e da produção praticada na terra, a exemplo de São Domingos, Maguari, Jamaraquá, Acaratinga, Jaguarari e Pedreira, houve acompanhamentos e prestação de assistência técnica em 2015, executadas por meio de um plano de ação para as localidades desenvolverem as atividades (conforme Quadro 4).

É a maneira encontrada das comunidades manterem as unidades florestais e seus recursos em estágio de conservação, propiciando um uso sustentável do/no ambiente. Em tese, a pressão além de ser com o território do *campesinato-agroextrativistas*, ocorre também sobre as áreas florestais protegidas. A cadeia produtiva de grãos de soja e milho que se forma em torno da FLONA Tapajós, tem provocado pressões e ameaças à manutenção da floresta em pé. Um morador de Nova Esperança afirmou em entrevista que um sojicultor proprietário de muitas terras na região, comprou a área que é restrita à proteção ambiental (FLONA Tapajós) de um ex-morador e vem tentando conseguir uma documentação junto à instância municipal, a fim de regularizar o uso da terra à produção agrícola de soja.

“Eu digo rapaz não dar que essa terra aí é da FLONA, isso aí é de Belterra e não tem prefeito nenhum que dê o documento dessa terra pro senhor. E até hoje ele não tem, tá ruim dele quebrar, ainda tem as capoeiras que ele comprou aí, essas matas aí mesmo é meio enrolado ele quebrar isso aí” (Júlio César, 2016).

Essa área da FLONA Tapajós está localizada no km 48 da rodovia Cuiabá-Santarém (Figura 52), na comunidade Nova Esperança, as suas proximidades tem dois ramais (Estrada 6 de Belterra) que dá acesso à comunidade de Jenipapo uma comunidade que está caminhando para o desaparecimento, pois a soja avançou compulsivamente, impossibilitando o *campesinato-agroextrativistas* de produzir na terra e ocasionando a migração forçada para a cidade de Santarém, Belterra e para outras localidades na região do Tapajós também situada no município de Belterra.

Nessa localidade havia 102 associados ao STTRB; hoje restam ainda, apenas três famílias morando, mas só com o local da casa, porque não conseguem mais produzir, pois o

veneno aplicado nas monoculturas é carregado pelo vento e acaba matando as plantações dos *camponeses/camponesas-agroextrativistas*. Essa realidade não é um fato isolado, ela vem acontecendo em outras porções da Amazônia brasileira, como no caso de Rondônia, conforme é evidenciado no trabalho de Ribeiro, Silva & Corrêa (2015), no qual o uso de agrotóxicos nas plantações de soja é uma agravante que atingem tanto à produção de alimentos como a saúde humana dos trabalhadores camponeses e das trabalhadoras camponesas.

O conflito é operacionalizado, na medida em que o sojeiro se apropria de novos territórios para a produção de *commodities* e inviabiliza a realização da agricultura camponesa, dado que a aplicação de agrotóxicos, além de ser um problema social, interfere diretamente no estado de saúde das famílias. Os estudos realizados em Jenipapo (NAHUM & PAIXÃO JR., 2011; PAIXÃO JR., 2012) mostraram as transformações geográficas no gênero de vida em decorrência do agronegócio sojeiro ter avançado, alternando as formas de uso do território.

Figura 52 – Área de plantação de soja km 48 nas proximidades da FLONA Tapajós



Fonte: Trabalho de campo, 2016.

Foto: CONCEIÇÃO Francilene Sales da.

A comunidade de Jenipapo vai de encontro com Nova Esperança e Nova Aliança, por isso, são apontadas como as mais atingidas pela soja. *“pra quem vai pro jenipapo passa e vê só aqueles(...) só a terra limpa mermo né? Não tem mais nem planta, nem um tipo de mato. De primeiro ainda tinha uns pés de castanheira, piquiazeiro, hoje a gente não vê mais isso né?”* (Entrevista 2 STTRB, 2016). A retirada da cobertura vegetal para dar lugar aos campos

de soja alterou as práticas dos *camponeses/camponesas-agroextrativistas*, ocasionando muitos estranhamentos, pois o modo de vida amazônico em contato direto com a cultura do centro-sul do país expôs os conflitos e as conflitualidades entre as classes em proeminência. As árvores frutíferas e as plantas nativas na floresta, que era de uso comum do *campesinato-agroextrativista*, cede lugar para um território mecanizado e espacializado pelas *commodities*, que nega a diversidade social e ambiental.

Esse é o campo agrícola “moderno” e “globalizado” que se difunde nas comunidades Nova Esperança e Nova Aliança, que metamorfoseia a geografia do lugar. Os grãos produzidos nessas comunidades em termos amazônicos são insignificantes para a escala globalizada do agronegócio, mas o impacto social e cultural originado pela territorialização do agronegócio sojeiro tem ocasionado conflitos e elucidado relações paradoxais no ambiente do *campesinato-agroextrativista*, principalmente, nas relações de trabalho, comunitárias e solidárias que compõe o mosaico das histórias de vida e familiares da classe social camponesa.

3.4 AS METAMORFOSES NAS RELAÇÕES DE TRABALHO DO CAMPESINATO-AGROEXTRATIVISTA

“A juventude se empregou e se profissionalizou”.
(João Miranda)

O agronegócio sojeiro não somente provocou transformações espaciais nas comunidades Nova Esperança e Nova Aliança, bem como interferiu nas relações de trabalho do *campesinato-agroextrativista*, resultando na transformação da força de trabalho que se materializa em mercadoria. Em Marx ([1867]2014), todo trabalho no sentido fisiológico é fruto da força humana do trabalho que cria o valor das mercadorias, e é no cerne do valor das mercadorias como uma relação social, que o trabalho humano nas comunidades camponesas agroextrativas se cristaliza como um produto de *valor de troca*. A subjugação da força de trabalho do *camponês-agroextrativista* ao capital, fundamentalmente dos mais jovens que ajudavam os pais na agricultura camponesa, consistiu na alteração do quádruplo *terra, floresta, família e trabalho* que era determinante para manter fortalecidas as existências e as coexistências da classe social camponesa no território.

A modernização do espaço agrário, com a chegada dos sojicultores, prescreveu a proletarianização do trabalhador *camponês-agroextrativista*. Antes, esses sujeitos se dedicavam excepcionalmente ao trabalho desenvolvido na terra por meio da prática da agricultura e do

extrativismo através da coleta de produtos derivados da floresta e da caça. O trabalho humano empregado nas unidades familiares camponesas possuía uma dimensão de *valor de uso*, pois é um trabalho útil, uma necessidade material que se estabelece entre homem e natureza, indispensável para a manutenção da existência humana (MARX [1867]2014). O valor de uso da *terra/floresta/território* para as comunidades *camponesas agroextrativistas* vai além da dimensão material propriamente dita, em que a capacidade de realizar o trabalho no espaço vivido e experienciado, exprimem a (re)existência da vida e concretiza a sobrevivência das unidades familiares da classe social camponesa. Portanto, a representação simbólica (imaterial) reforçam as territorialidades e constroem as múltiplas espacialidades que se configuram entre homem/natureza e sociedade/espço.

Atualmente, esse modo de vida é reconfigurado, porque nas comunidades estudadas é operacionalizado a territorialização do capital, que além desse processo se instaurar na agricultura abruptamente, transforma os *camponeses-agroextrativistas* em trabalhadores assalariados. E, esse processo materialista e dialético, tem ocasionado uma mobilização do trabalho, conforme é discutido na tese de Castro (2008), que em virtude do avanço das atividades produtivas, como a extração madeireira, a pecuária e a produção de grãos (agronegócio), houve a mobilização dos trabalhadores no oeste do estado do Pará, no município de Santarém. E essa mobilidade do trabalho tem instituído conflituosamente novas relações sociais e novas formas de produzir das populações rurais, na qual rompe com o modo de vida extrativista apresentado em outro momento da história/geografia da Amazônia.

Paradoxalmente, o agronegócio não empregou um número expressivo de pessoas nas plantações agrícolas. No início, os *camponeses-agroextrativistas* eram contratados temporariamente para executarem o trabalho “braçal” nas lavouras, bem como recolher as raízes (*catar raiz*) arrancadas pelos tratores, após o ato da mecanização da terra, e escavar os fragmentos pontiagudos de madeiras fixados no solo em diferentes tamanhos (*arrancar toco*). Essa forma de contratação se dava por meio de empreitas ou diárias.

Por outro lado, os jovens *camponeses-agroextrativistas* com escolaridade mais elevada (principalmente aqueles que possuíam o nível médio completo) foram trabalhar nas fazendas do agronegócio, no qual aprenderam a manusear tratores de pequeno, médio e grande porte. E foram esses aperfeiçoamentos de operar maquinários agrícolas cada vez mais sofisticados nas fazendas de soja que caracterizaram a sua proletarianização, onde passaram trabalhar de carteira assinada. Portanto, há uma subjugação do *campesinato-agroextrativista* ao capital, em que este vende a sua força de trabalho como uma mercadoria e não se

reconhece como um sujeito explorado pelo processo capitalista de produção, porque “a divisão social do trabalho tanto especializa seu trabalho quanto pluraliza suas necessidades” (MARX [1867]2014, p.133). Cada trabalhador se especializou em determinada função nas lavouras de grãos e se subjugou à realidade do assalariamento, que até então eram estranhas para um modo de vida que vivia sob a lógica da terra e da floresta e não da complexidade do capital.

Essa subalternização do trabalho do *camponês-agroextrativista* ao agronegócio é um dos elementos da territorialização do capital. O modo de vida do trabalhador do *campesinato-agroextrativista* na terra passa a ser comprometido, diante dessa ação antagônica de subordinação, por meio de seu assalariamento, porque agora ele se dedica maior parte do seu tempo, nas terras de negócio, e não no trabalho desenvolvido nas propriedades camponesas (terra de trabalho e de moradia), local da produção diversificada e autônoma. Surge uma nova relação entre *capital/trabalho* ou *capital/campesinato*, no qual esse modelo gera rupturas na estrutura familiar em que é baseado na relação entre pai-mãe-filhos, pois agora a exploração da força de trabalho não é mais realizada pela família, mas pela classe da burguesia agrária do agronegócio sojeiro.

Se o *camponês-agroextrativista* se rende ao capital, conseqüentemente, a agricultura camponesa sofre os efeitos dessa ação contraditória e espoliadora. A produção de alimentos nesse caso é reduzida, pois há uma inversão de valores nessa lógica que intervém diretamente no modo de vida do *campesinato-agroextrativista*. A sucessão da soja foi um processo que engranzou muitas mudanças e a categoria principal do sistema produtivo (trabalho), contribui rapidamente para a produção de mercadorias, que acabou evidenciando alguns efeitos de ordem qualitativa no território. Apesar de entender que esse fenômeno do assalariamento do *campesinato-agroextrativista* representa a sua expropriação e a sua subordinação ao capital, para um entrevistado, o agronegócio apesar de manifestar pontos negativo e reflexo dos conflitos sociais e ambientais, em relação ao trabalho, ele significou:

Olha o que mudou, foi o seguinte, pra..., mudou no início foi muito bom pra quem..., pros jovens que..., os homens que tinham, que tinham seu, por exemplo, a sua escolaridade e não tinha emprego pra ninguém, então, quando eles chegaram, eles começaram pegar, chamar as pessoas pra que se ingressasse juntamente com eles, que eles iam, é como se diz, abrir contratos de trabalho e aí eles iam dar oportunidades pras pessoas como foi. Então, melhorou muito pra juventude porque muitos se empregaram e muitos se profissionalizaram com equipamentos deles né, como os menino aqui de casa tão tudo com conhecimento, de bondade foi isso (João Miranda, 2016).

Os sojicultores, com o objetivo de conter mão de obra disponível para trabalhar nas monoculturas, começaram a fazer chamamentos de moradores das comunidades de Nova Esperança e Nova Aliança para ingressarem nas fazendas do agronegócio. Esta é uma estratégia que a burguesia agrária do agronegócio utiliza para que o capital possa se apropriar da força de trabalho do *campesinato-agroextrativista*. Todavia, na concepção de alguns dos sujeitos pesquisados, a proletarianização desses *camponeses-agroextrativistas* contribuiu com o aumento da renda familiar. Todavia, o número de empregados pelas fazendas do agronegócio é pequeno, haja vista que o trabalho é mecanizado. E, mesmo aquele trabalhador assalariado do agronegócio, nas horas vagas, continua se dedicando ao trabalho na sua propriedade camponesa.

Na concepção de alguns dos sujeitos entrevistados, essa “nova ocupação” possibilitou que o *camponês-agroextrativista* tivessem um emprego fixo e permitiu que as famílias camponesas obtivessem sua renda mensal elevada. Os filhos dos *camponeses-agroextrativistas* e *camponesas-agroextrativistas* puderam a partir de esse momento “ter um emprego” e se “profissionalizar”, mas essa sujeição ao capital alterou a forma de produzir no interior das unidades organizativas camponesas das comunidades de Nova Esperança e Nova Aliança, que não se dedicam somente a agricultura, mas fazem uso de atividades extrativas na floresta.

Figura 53 – Trabalhadores assalariados preparando a terra para plantio de soja



Fonte: Trabalho de campo, 2016.

Foto: CONCEIÇÃO, Francilene Sales da.

Essa modernização conservadora transforma o local em um mero espaço da produção de mercadorias, no qual se compra a força de trabalho e se apropria da terra e do território para atender uma demanda exógena. Sendo assim, a produção das *commodities* é local, mas o destinado dado às mercadorias é global, configurando-se um circuito espacial produtivo de tamanha complexidade. Não obstante, entende-se que a transformação do *camponês-agroextrativista* em trabalhador assalariado (Figura 53) corresponde sua expropriação, porque sua produção é reduzida, no qual não estão mais conectados e vivendo inteiramente sobre a lógica da natureza, mas se subordina à lógica do capital hegemônico, visando, sobretudo, a exploração da força de trabalho dos *camponeses-agroextrativistas* que se rendem ao capital do agronegócio sojeiro e latifundiário.

Mesmo sendo subordinado a vender sua força de trabalho para a classe social do agronegócio, o *campesinato-agroextrativista* não rompeu seus vínculos com a terra, continua habitando e produzindo nas suas propriedades, mas agora em menor intensidade, haja vista que se dedica maior parte de seu tempo ao trabalho assalariado prestado presentemente para as fazendas de negócios e de onde provém maior parte da sua renda familiar. Algumas famílias camponesas ainda se mantêm na terra produzindo e se reproduzindo enquanto classe social, porque dependem dela para viver, mas o avanço do capitalismo no campo vem pressionando o *campesinato-agroextrativista* a se integrar totalmente ao mercado, na condição de trabalhador assalariado e requerendo a desintegração imediata do modo de vida *camponês-agroextrativista*.

O sistema de trabalho assalariado que se disseminou nas comunidades de Nova Esperança e Nova Aliança não consistiu na inclusão de todos os *camponeses-agroextrativistas* nessa jornada de trabalho anunciada pelas fazendas do agronegócio, uma vez que, o agronegócio emprega poucos trabalhadores na agricultura. Os contratos de trabalho foram maiores por volta dos anos 2000, instante em que o capital estava se territorializando e as *commodities* iniciavam seu estágio de espacialização gradativamente. Assim, a geografia do *campesinato-agroextrativista* estava sofrendo as pressões e as coerções territoriais de geografia do agronegócio globalizado que se instalava e que gerou tantos estranhamentos.

Há a consolidação de dois territórios, materializando lógicas contraditórias: o *território do campesinato-agroextrativista*, que tenta permanecer cultivando a terra e explorando a natureza, cuja finalidade é manter a soberania alimentar de suas famílias; do outro, têm-se o *território do agronegócio sojeiro*, formando suas cadeias de grãos, fruto de um amplo processo de modernização e de uma especialização produtiva, no qual tende a

fornecer sua matéria-prima à empresa Cargill agrícola, que é quem determina e controla os preços, salientando a territorialização dos monopólios e a monopolização das frações do território (OLIVEIRA, 1999, 2012; PAULINO, 2007). O avanço da soja estreita a aliança entre sojicultores e a empresa Cargill e instaura uma relação conflituosa no território do *campesinato-agroextrativista*. Esses agentes hegemônicos são os principais beneficiados nesse circuito produtivo globalizado. A produção local gera lucros aos sojicultores, mas gera muito mais as grandes corporações, conforme foi extraído em trabalho de campo.

A entrevista com Matheus Sousa (2016) da comunidade Nova Esperança, um jovem trabalhador assalariado de uma das três fazendas de soja disse que o patrão sojicultor acertou com a empresa Cargill o preço de R\$ 27,00 por saca (60kg) de soja, mas como o sojeiro não quis vender imediatamente, optou por armazenar a mercadoria e aguardar os preços se elevarem ainda mais. Entretanto, outro momento quando o patrão retornou novamente a empresa multinacional, só queriam pagar R\$ 19,00 por saca de soja. Portanto, os preços ficam oscilando, para mais ou para menos e as corporações do agronegócio é quem detém o controle dos produtos agrícolas em escala nacional e global. Porém, os sojicultores latifundiários não deixam de lucrar e desenvolver suas estratégias de se manter ativo nesse circuito organizacional globalizado, porque a existência desse modelo antagônico depende da união entre o local (espaço da produção de *commodities*) e o global (mercados consumidores).

A territorialização desses projetos estratégicos contribui com a espoliação da população do campo para as cidades ou para áreas mais longínquas. É esse o cenário que se manifesta no espaço agrário das comunidades de Nova Esperança e Nova Aliança. O trabalho ofertado pelas fazendas não emprega todos, pois é necessário somente um único trabalhador para operar uma máquina. Por isso, os trabalhadores recebem qualificação para manusearem um maquinário que possui uma tecnologia mais avançada, porque o campo agrícola cada vez mais se moderniza e o mercado exige máxima qualificação profissional. Além do mais, os que trabalham com o uso de venenos nas lavouras são o que estão mais expostos a terem sérias complicações no seu quadro de saúde.

Esses trabalhadores correm sérios riscos por estar em contato direto com os produtos tóxicos fornecidos pela Monsanto. No período que passam veneno nas plantações de soja e milho estão sujeitos a serem intoxicados com produtos químicos aplicados nas lavouras. Não obstante, ainda que o agronegócio tenha avançado e alterado o modo de vida no interior das comunidades Nova Esperança e Nova Aliança, disseminando o assalariamento no interior

dessas comunidades, as resistências se fazem notória porque elas são importantes para a existência do *campesinato-agroextrativista* enquanto classe social que dinamiza o território.

3.5 PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO CAMPONESA: AS (RE) EXISTÊNCIAS

*“Eu vou vender a minha terra pra comprar uma lona,
aonde é que eu vou estender essa lona pra ficar com minha família de
baixo? Não faço isso não, aí eu estou, estou me incriminando e
incriminando toda a minha família”
(João Miranda).*

Os *camponeses-agroextrativistas* das comunidades Nova Esperança e Nova Aliança que ocupam as propriedades da margem esquerda da rodovia BR-163, quem vai da cidade de Cuiabá no estado do Mato Grosso sentido à cidade de Santarém, não detém o documento da terra, ocupam as Terras da União, por isso, são chamados de pessoas que estão ocupando a Gleba da “Bota”⁴⁷. São posseiros que vivem e fazem uso da terra há mais de 20 anos e trabalham nela para manter o sustento da família, mas ainda não conseguiram ter o direito de ter em mãos o título definitivo, que regularize sua situação e permita a outorga do *camponês-agroextrativista* de ser o proprietário legal da gleba. Esses sujeitos dispõem da terra não somente como forma de uso para o trabalho e local de habitação, mas sonham em conseguir a posse, a fim de regularizar a questão fundiária.

O acesso, as análises de alguns documentos e entrevistas com representantes de instituições públicas do município de Belterra mostraram que na área da Gleba da Bota era para ser implantado um projeto de Assentamento que pudesse contemplar o equivalente a 500 famílias. Esse projeto incluiria todas as famílias que se encontravam no interior da área da Bota. As reuniões com representantes do INCRA nas comunidades Nova Esperança e Nova Aliança tinha como finalidade apresentar a proposta da criação do Assentamento da Gleba da Bota aos comunitários e fazer o cadastramento das famílias que seriam contempladas com o projeto. Cada pessoa cadastrada iria receber na primeira parcela a quantia de R\$ 2.400,00 e na segunda parcela o equivalente a R\$ 5.000,00 para iniciar a construção das casas na área destinada para o assentamento.

⁴⁷ É denominado por esse nome porque se têm uma leve impressão de um formato de um “bico” (forma pontuda, curvada, ponta, extremidade) em relação à margem da rodovia BR-163. Tomando como ponto de referência ainda o rio, apresenta-se um formato circular, apresentando um canto bem arredondado, similar a de uma botina. Essa complementação estrutural e imaginária é resultado do encontro da geografia da estrada (rodovia Cuiabá-Santarém) com a geografia do rio (rio Tapajós). Assim, o termo “Área da Gleba da Bota” é chamado por aqueles moradores que habitam as Terras da União, nas comunidades de Nova Esperança e Nova Aliança em Belterra-Pará, quem se desloca na margem esquerda de Cuiabá-MT a Santarém-PA pela BR-163.

A situação da Gleba da Bota representa uma especificidade para Belterra, haja vista que o município se encontra em cima de um Platô. Nessa área foram criados 4 projetos de assentamentos apresentados e propostos pelo INCRA. Na área do planalto foram criados 2 projetos de assentamentos PAC Bela Terra 1 (onde estão situadas as comunidades Nova Esperança e Nova Aliança) e o PAC Bela Terra 2 que está em processo de discussão e que foi interditado judicialmente pelo Ministério Público Federal porque tem uma classe, a exemplo dos produtores de soja, que não preenchem os requisitos legais do que demanda o projeto.

O permitido é que os contemplados com esse plano possam ter até 100 hectares e que a produção seja familiar. Contudo, com as vistorias dos agentes da Lei responsáveis em diversas áreas em Belterra, constatou-se que tem sojicultores que possui acima de 10.000 hectares, não somente na área rural, mas no perímetro urbano, no qual esse processo contraditório solidifica a concentração fundiária, não se enquadrando nessa matriz categórica do planejamento do assentamento.

Os outros 2 projetos de assentamentos estão para serem implantados na margem do Tapajós. Essa modalidade se comporta também como agroextrativista, devendo ser implementado no PAE Pindobal e no PAE Aramanaí, correspondendo como Áreas de Preservação Ambiental. Entretanto, esse projeto de assentamento não foi efetivado porque nessas localidades se encontram algumas arbitrariedades, pois se tem algumas plantações de cana e áreas de pastagens, em que os adeptos da soja, caso não venha ser solucionado o problema, são os principais interessados em se apropriar futuramente dessas terras/florestas/território e permitir o avanço dos desflorestamentos em larga escala para o cultivo de monoculturas.

Utilizando-se de instrumentos legais, como o reordenamento territorial do espaço agrário/florestal belterrense “resolveria” em parte o problema agrário e promoveria a regularização fundiária. Esse caso é extremamente delicado, pois é necessário identificar as áreas de plantios de soja no perímetro rural e, principalmente no perímetro urbano, propondo uma estratégia legal para que as áreas possam ser deslocadas para outros espaços, fora do perímetro urbano e da área de expansão urbana apresentadas pelo Plano Diretor Municipal.

Sendo assim, esse projeto não foi efetivado na sua totalidade, no qual o espaço agrário/florestal foi concedido aos plantadores de grãos (“burgueses do agronegócio sojeiro”), em especial, a soja. Abriu-se a fronteira para o capital global se territorializar nas terras de trabalho e de habitação do *campesinato-agroextrativista* que ocupavam as terras da União, alterando-se a lógica e as formas de usos da terra, da floresta e do território, pois há a

expansão da “fronteira agrícola sojeira”. Portanto, a contradição é dilacerada no instante em que a terra pública cuja legitimidade é da União, torna-se propriedade privada de uma classe, descrita e caracterizada através da concentração fundiária nas mãos dos sojicultores.

Conforme consta no documento da Secretaria do Planejamento, Orçamento e Gestão, Secretaria do Patrimônio da União, no dia 23 (vinte e três) do mês de julho do ano de 2015 (dois mil e quinze) o Superintendente do Patrimônio da União no Estado do Pará, Jorge Luiz Guimarães Panzera, lavrou no livro de N° 28, da Folha N°120 o termo de incorporação ao Patrimônio da União do imóvel caracterizado como “Área remanescente da Concessão de Belterra”, no qual compreende a porção da margem direita do Rio Tapajós e da margem esquerda da Rodovia BR-163, no sentido Cuiabá-Santarém, no município de Belterra, Estado do Pará (Área da Bota).

O imóvel da Gleba da Bota no município Belterra é remanescente da porção maior de 281.500 hectares adquirido da Companhia Ford Industrial do Brasil, pela União Federal, por meio do Banco de Crédito da Borracha S.A, conforme consta nos termos do Decreto Lei nº 8.440 de 24/12/1945, registrado no Cartório do 1º Ofício da Comarca de Santarém, Estado do Pará.

É nessa ampla Área da Bota que se encontram os *camponeses/camponesas agroextrativistas* de Nova Esperança e Nova Aliança. Lutam até hoje para ter acesso a um documento jurídico, devendo ser expedido pelo INCRA e garantir a legitimidade da posse da terra. Entretanto, até o presente momento, esse órgão não tomou as medidas necessárias para a expedição dos títulos, conforme é assim inferido: “*porque lá no INCRA só é promessa, mas eles nunca fazem..., o que nós aqui já era pra ter todo mundo ter seu documento da sua terra e ninguém tem*” (José Osvaldo, 2016).

Para garantir a posse do imóvel e o domínio útil da terra, alguns desses agricultores pagam o Imposto Territorial Rural (ITR) anualmente. Idealizam, ainda, que a ação do INCRA para intervir na demarcação e titulação de terras entre em vigor o mais breve possível e permita que as organizações das unidades familiares do *campesinato-agroextrativista* continuem salvaguardando a produção da agricultura de forma dinâmica e vivifique a reprodução social camponesa no território.

Os moradores que habitam a margem direita, no sentido Cuiabá-Santarém, possuem documentação da terra. Os representantes do INCRA, no ano de 2005, estiveram presentes nas comunidades Nova Esperança e Nova Aliança, por intermédio de uma associação de pequenos produtores que existia na época. Foram fazer o cadastro das famílias que ocupavam

as Terras da União e deixaram o comunicado para os *camponeses/camponesas-agroextrativistas* de que ninguém poderia tirar os picos das propriedades por conta própria. Somente o órgão governamental poderia tomar a frente desse processo burocrático e executar os procedimentos cabíveis, delimitando a largura e o tamanho dos imóveis rurais.

Por isso, que um morador *camponês-agroextrativista* afirmou: “ninguém vende terra, vende o binifício, o que a gente fez tudo, cultivou e tudo, a gente vende aquilo ali” (José Osvaldo, 2016). Essa declaração se mostrou bem enfática. Os *camponeses-agroextrativistas* reconhecem que as terras pertencem ao Estado, pois estes não possuem a documentação que permita a posse legítima da terra e estão na condição de somente fazerem uso do território. Segundo alguns dos entrevistados, o que se comercializa não é a gleba de terra, mas as benfeitorias que foram desenvolvidas na propriedade, ou seja, estipulam um valor e pagam como se fosse uma indenização pelo tempo de trabalho e as estruturas erguidas no terreno, cujo escopo é a morada. Essa essência totalitária da questão da terra de indenização por benfeitorias é apontada na tese de Moura (1988a).

No entanto, ainda hoje essa situação não foi solucionada. Nas entrevistas, os sujeitos apontaram que no ano de 2015, por meio de uma notificação expedida pelo órgão, os *camponeses-agroextrativistas* tiveram que comparecer à Superintendência Regional do INCRA (SR030), localizada no município de Santarém, no oeste do Pará, para a realização de um novo cadastro, com o objetivo de conceber a regularização das terras nessas localidades. Mas esse não foi ainda o momento de obter o título definitivo da terra, pois o que resta para essa classe mais uma vez é esperar: “Pra nós pegar o título dessa terra é que a gente vai dormir muitos sonos pra poder chegar aí” (José Osvaldo, 2016).

Enquanto, essa situação não se resolve, o *campesinato-agroextrativista* (Figura 54) vem mantendo a terra produtiva e resistindo as coerções territoriais frente ao agronegócio. Mesmo diante desse quadro de irregularidades da questão fundiária de Nova Esperança e Nova Aliança, a prática da agricultura camponesa é preponderante, onde as resistências promulgam a territorialização camponesa e o território possui valor de uso simbólico para atender as necessidades familiares.

Nessas comunidades é cristalizada uma disputa paradigmática e de tamanha complexidade, no qual envolvem dois territórios (*campesinato-agroextrativista* & *agronegócio sojeiro*), cujas manifestações de usos do território são divergentes constatados empiricamente no espaço agrário/florestal de Nova Esperança e Nova Aliança.

Figura 54 - Trabalhador camponês-agroextrativista preparando a terra para o cultivo de feijão



Fonte: Trabalho de campo, 2016.

Foto: CONCEIÇÃO, Francilene Sales da.

A (agri)cultura das *commodities* se espalhou sobre as terras do *campesinato-agroextrativista* e modificou seu modo de vida, principalmente, nas relações de produção, trabalho e consumo, pois as terras camponesas são convertidas em terras de produção sojeira, cuja manifestação empírica é a sobreposição de territórios. Contudo, o agronegócio sojeiro apesar de ter o poder de ameaçar, modificar e pressionar as unidades familiares camponesas, não conseguiu promover o desaparecimento do *campesinato-agroextrativista*, porque a (re)criação dessa classe social são identificadas no trabalho familiar desenvolvido na agricultura camponesa, no qual estipula o caráter de subsistência, da produção autônoma que proporciona a soberania alimentar.

O *campesinato-agroextrativista* não quer somente ser um proprietário de terra, ele quer ter as condições de prosseguir agricultando nas suas respectivas propriedades e extraindo a renda oriunda da terra de cunho familiar. Destarte, as resistências camponesas se fazem presentes nas comunidades Nova Esperança e Nova Aliança porque a produção camponesa garante a subsistência das famílias e a terra possui um significado de manutenção da vida. Antes de tudo o *campesinato-agroextrativista* é uma categoria política que luta para permanecer na terra e no território, por isso, cotidianamente são pressionados e coagidos pela classe do agronegócio a se render e a serem subjugados ao capital.

Em trabalho de campo ao fazer uso da técnica da entrevista com *camponeses/camponesas-agroextrativistas* das localidades, observou-se que alguns sujeitos se sentem mais à vontade em falar sobre os enfrentamentos tidos com o avanço da soja e as transformações territoriais e geográficas imbricadas nas comunidades a partir da inserção da monocultura. Enquanto na preleção de outros, percebeu que esses agentes sociais sentem receos e amedrontados em relatar sobre esse evento, temendo possíveis represálias dessa nova burguesia agrária que agora se forma no espaço agrário de Belterra.

A sojicultura provocou uma concentração fundiária e se apropriou das terras e das florestas do *campesinato-agroextrativista* que vivem da produção obtida da própria terra. Os agricultores prejudicados por essa cultura das *commodities*, em algumas ocasiões, sentem-se “vontade” em vender sua terra de trabalho e de moradia e migrar para outras áreas, em virtude da ação coibidora do agronegócio. Igualmente, os conflitos e as conflitualidades entre *campesinato-agroextrativista* e agronegócio não se encontram ausentes, nem camuflados em Nova Esperança e Nova Aliança. Manifestam-se na medida em que a alimentação saudável, a produção autônoma e a subsistência familiar se tornam comprometido por um sistema de produção hegemônico e conservador que visa, sobretudo, a reprodução ampliada do capital. As ameaças e as intimidações oriundas do agronegócio sojeiro são constantes e as resistências e as existências é uma estratégia de reprodução social camponesa.

Um trecho da entrevista que muito chamou atenção e que atemoriza uma família camponesa é quando um trabalhador assalariado de uma fazenda se refere ao patrão sojicultor dizendo: “*Quando ele não mata, ele manda matar*” (Júlio César, 2016). Isso demonstra perspicácia de uma ação violenta que o modelo do agronegócio vem se referindo em relação ao *campesinato-agroextrativista*, tentando intimidar e expropriar essa classe a sair de seu território, locus social e cultural onde se mantêm fortalecidos seu modo de vida e as relações solidárias e comunitárias. Ainda que essas ameaças de mortes façam parte da realidade de Nova Esperança e Nova Aliança, a luta pela terra e a permanência pelo uso do território elucidam as (RE)existências, no qual o reconhecimento identitário com o espaço vivenciado são mais fortes que as ações impostas pelo mercado globalizado.

Essa é um momento singular para a história e a geografia da Amazônia, pois o *campesinato-agroextrativista* das comunidades Nova Esperança e Nova Aliança tem seu modo de vida metamorfoseado pelo capital do agronegócio sojeiro, incorporando-se o local a uma agenda global. Essa ânsia expansionista do capital é marcada por relações de poder, no qual as políticas públicas corroboram para o aguçamento das geografias dos conflitos

territoriais/agrírios. Essa política pautada na acumulação de capital são ainda ações legitimadoras, construídas historicamente e ideologicamente, por um sistema conservador que é regido pelas leis do mercado.

A consolidação dessa legitimidade mercantil é, paradoxalmente, refletida no território da classe social do *campesinato-agroextrativista*. Apropriação irregular do agronegócio sobre as terras do *campesinato-agroextrativista* foi constatada em trabalho de campo. Conforme apontou um sujeito da pesquisa, uma área que está sob a influência de uma fazenda de soja e que faz limites com o seu terreno, foi apropriado indevidamente, pois adentraram na sua propriedade em torno de uns 30 m, demonstrando um ato malicioso que exprimem controle e dominação:

Aí pros fundos aí é plantio de soja aí, aí só que os de lá vem entrando de lá pra cá devagarzinho né? Aí tem que fincar uns marcos lá que é pra poder o caba não entrar mais pra dentro, trabalhar no que é deles né? Oh, eu vou te falar uma coisa, eu trabalhei aqui, mas eu sei onde passa o pico dos terrenos aqui tudim aqui. Desse lado daqui, o homem tá entrando quase uns 10 m. Não, mais de 10 m já, passa bem aí, entrou aí, é todo cheio assim de volta oh, o caba não sabe onde é o dele, faz uma questão medonha, precisa está com a cabeça fria com esse povo (Júlio César, 2016).

Essa geopolítica revela uma fronteira econômica e expurga as divergências de projetos políticos entre as classes. O *campesinato-agroextrativista* somente quer ter o direito de cultivar livremente a agricultura e viver com a sua família sem a interferência do agronegócio. A terra é usada para habitar e para o trabalho e não um mero espaço de produção de mercadorias voltada para os mercados exógenos.

Contudo, na medida em que a territorialização do capital avança sobre o território do *campesinato-agroextrativista* forçadamente, reduzem de maneira drástica os espaços de vida construídos por meio de relações de vizinhanças e parentescos, exemplificando duas lógicas diferentes e dois modelos paradigmáticos, pois na medida em que o “agronegocinho” avança sobre as áreas de florestas de uso familiar do campesinato, reduz/elimina o território do camponês/camponesa agroextrativistas. Assim, esse processo é compreendido a partir de uma abordagem dialética, haja vista que seus antagonismos são gerados nos territórios agrícolas que envolvem as classes sociais.

Houve um caso específico, que um sojicultor entrou e mecanizou sem permissão a terra de um *camponês-agroextrativista*. Quando o pequeno produtor chegou e presenciou o ocorrido, porém não procurou tomar satisfação com o sojeiro com medo de atritos violentos. Apesar dessa situação conflituosa se aparentar no “princípio da inércia”, o conflito socioterritorial é confirmado, pois a negação do estranho (sojicultor) para com a

territorialidade do *campesinato-agroextrativista* gera alguns desencontros (conflitos e conflitualidades) sociais, culturais, políticos e econômicos.

Era de costume em outra época, os ramais serem de uso comum do *campesinato-agroextrativista*. A união e os acordos eram estabelecidos. Um morador cedeu uma parte da propriedade para se tornar passagem para 4 (quatro) famílias que não habitavam à margem da rodovia. Trataram ainda de não permitir que a entrada de madeireiros deteriorasse o caminho que servia como canal de acesso e escoamento da produção agrícola local. Mas, a venda dos lotes de terras a um sojeiro, por um momento, conformou-se em uma ação conflituosa, pois o sojicultor queria transformar a estrada que passava dentro do terreno de um morador em propriedade privada.

Foi a partir daí que outra forma de resistência frente ao agronegócio se manifestou: *não quero que façam estrada porque esse aqui eu pago imposto disso aqui tudinho, essa terra é minha, pois é, dentro do terreno, isso aí já gerou uma polêmica enorme, o homem aí querendo, querendo entrar, tomar e me trouxe um documento [...], eu não assinei e acabou-se* (João Miranda, 2016). Esses enfrentamentos entre os atores sociais é alvo de disputas geoestratégicas, no qual o *campesinato-agroextrativista* luta em prol da defesa do seu território e o agronegócio visa ampliar sua área de influência e exercer sua supremacia no espaço agrário belterrense.

A estratégia camponesa assumida por essas famílias intensificam suas identidades políticas e problematizam, simultaneamente, a geografia agrária, originando as estratégias de resistências que produzem as existências, práticas estas que foram construídas historicamente a partir de visão contrárias, reafirmando esse *campesinato-agroextrativista* enquanto classe, cuja organização da produção está atrelada a um modo de vida de peculiar amazônico.

A luta contra expropriação e descamponesização reafirma a condição do *camponês/camponesa agroextrativistas* de “ser”, existir” e “permanecer” em movimento. Suas ações não estão pautadas em uma lógica mercadológica, da acumulação, mas em uma unidade exploração familiar, cujo efeito é garantir a renda e a subsistência para a família. Em alguns casos específicos, a agricultura camponesa é afetada com o uso de venenos nas monoculturas de soja, que com a ação dos ventos, atinge as plantações das famílias camponesas que acabam perdendo parte da sua produção agrícola, a exemplo do feijão e da mandioca (Figura 55, 56, 57 e 58), que mantém o alimento e contribui com a renda familiar.

Figura 55 – Descascar da mandioca



Figura 56 – Imprensar a massa da mandioca



Figura 57 – Peneirar a massa da mandioca



Figura 58 – Torrar a farinha de mandioca



Fonte: Trabalho de campo, 2016.

Foto: CONCEIÇÃO, Francilene Sales da.

O desenvolvimento desse tipo de atividade por meio do trabalho “manual” e que não faz uso de defensivos agrícolas, contrasta com as ações manifestadas no espaço do agronegócio. A intensa quantidade de agrotóxicos aplicados nas lavouras do agronegócio causam muitos danos e prejuízos ambiental e social ao *campesinato-agroextrativista* é que revela na fala a seguir:

“A gente vê muita praga nessas plantação que nós somos agricultor rural que trabalha mermo com a força do braço né e a gente vê muita praga nas nossa plantação, a seca muito forte né. Muita doençaira nas criança quando eles começa a borrifar, trouxe um bocado de problema” (Francisca Pereira, 2016).

Os problemas relacionados à saúde se tornam evidentes, realçando ações estritamente contraditórias. Do mesmo modo, um caso diagnosticado de doença cancerígena nas comunidades estudadas se deu em decorrência do emprego de venenos nas plantações de soja, devendo a necessidade de se realizar um estudo mais aprofundado sobre essa temática.

A alimentação sadia que tem como emblema a soberania alimentar da família, não faz parte dos objetivos propostos pelo agronegócio sojeiro. O *campesinato-agroextrativista* é antes de tudo uma classe em (re)produção social que descobre mecanismos de ter um modo de

vida enraizado na relação *terra/floresta/família/trabalho*. Muitas técnicas e alguns utensílios (Figura 59) são predominantes nos dias atuais das comunidades Nova Esperança e Nova Aliança, permitindo que as territorialidades continuem fortificadas.

Figura 59 – Fogão a lenha de uso do campesinato-agroextrativista



Fonte: Trabalho de campo, 2016.

Foto: CONCEIÇÃO, Francilene Sales da.

O hábito do *campesinato-agroextrativista* de cozinhar no fogão a lenha ainda permanece na comunidade. Vive-se outra temporalidade e uma nova espacialidade, muita coisa mudou depois da territorialização do agronegócio sojeiro, novos sistemas de objetos são incorporados na paisagem e a tecnificação e cientificação agrícola homogeneiza o território, dando lugar a expansão da fronteira agrícola, mas a relação que o trabalhador *camponês-agroextrativista* e da trabalhadora *camponesa-agroextrativista* tem com a floresta e a terra, por meio da prática da agricultura, não deixou de existir, elas se recriaram.

A criação de animais (Figura 60) também é uma alternativa de sobrevivência dessa classe. Se outrora essa prática, em conjunto com o extrativismo (animal e vegetal) e a agricultura garantiu alimentação das unidades campesinas agroextrativistas, agora ela se torna sinônimo da resistência, símbolo da identidade camponesa da Amazônia.

Figura 60 – Criatório de aves



Fonte: Trabalho de campo, 2016.

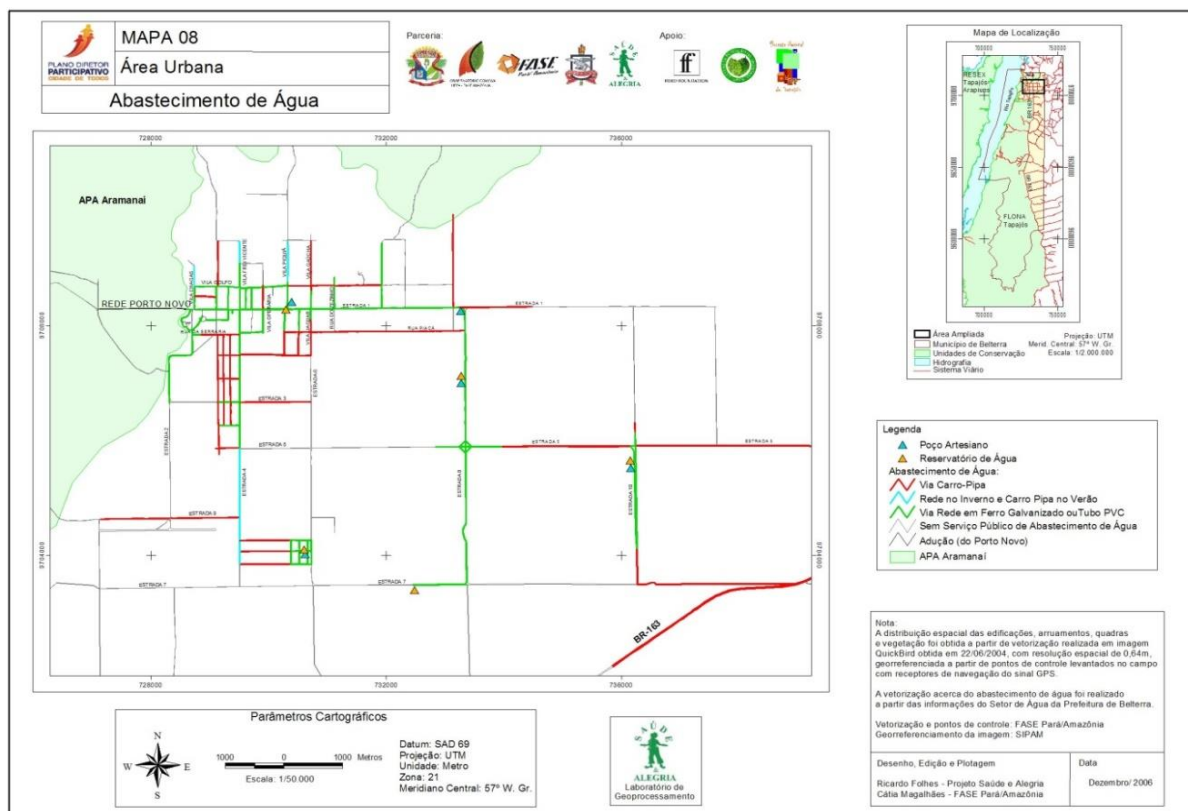
Foto: CONCEIÇÃO, Francilene Sales da.

Essas paisagens registradas junto às propriedades dos camponeses reportam a um modo de vida de subsistência e uma interdependência produtiva, pois é na terra que se *planta, cria, produz e reproduz*. A terra dar sentido e legitimidade à vida campesina e demarcam as territorialidades de uma classe que estão em constantes fases de recriação social opositora a um projeto de agronegócio que caminha por promover a coerção territorial e a desterritorialização do *campesinato-agroextrativista* das colônias onde habitam. Um *camponês-agroextrativista* e uma *camponesa-agroextrativista* sem a terra e a floresta são sujeitos sem estrutura de vida reafirmada e consolidada.

Em Nova Esperança e Nova Aliança o *campesinato-agroextrativista* enfrenta muitos problemas para garantir a visibilidade no processo. Um desses percalços que vem sendo predominante durante muito tempo, desde a fundação da comunidade Nova Esperança, é a demanda de água, sendo que este fato nunca foi solucionado pela gestão municipal local.

O planejamento de ações e a execução de um projeto público, com a criação de microssistemas de abastecimento de água para atender as comunidades rurais nunca passaram de meras promessas descumpridas. Até hoje a população que mora à margem da BR-163 e, outras localidades do município de Belterra, são abastecidas semanalmente com a água de um *carro-pipa* (Figura 61), no qual são depositados em cisternas ou caixas d'água que são providenciadas pelos próprios beneficiados.

Figura 61 – Mapa do sistema de abastecimento de água na sede e na zona rural do município de Belterra/PA



Fonte: Plano Diretor Participativo de Belterra, 2006. Disponibilizado pela Secretaria de Meio Ambiente e Turismo (SEMAT), 2016.

A “ausência” do Estado na formulação de políticas sociais para atendimento das comunidades de Nova Esperança e Nova Aliança, em conjunto com a territorialização do agronegócio, foi um fator determinante para a migração do *campesinato-agroextrativista*. Entretanto, as políticas públicas são mais favoráveis ao agronegócio do que para atender as necessidades das comunidades rurais amazônicas. Essa conjuntura política legitima ações contraditórias e acirra as desigualdades no território *camponês/camponesa-agroextrativistas*, configurando-se uma forte aliança entre Estado e capital.

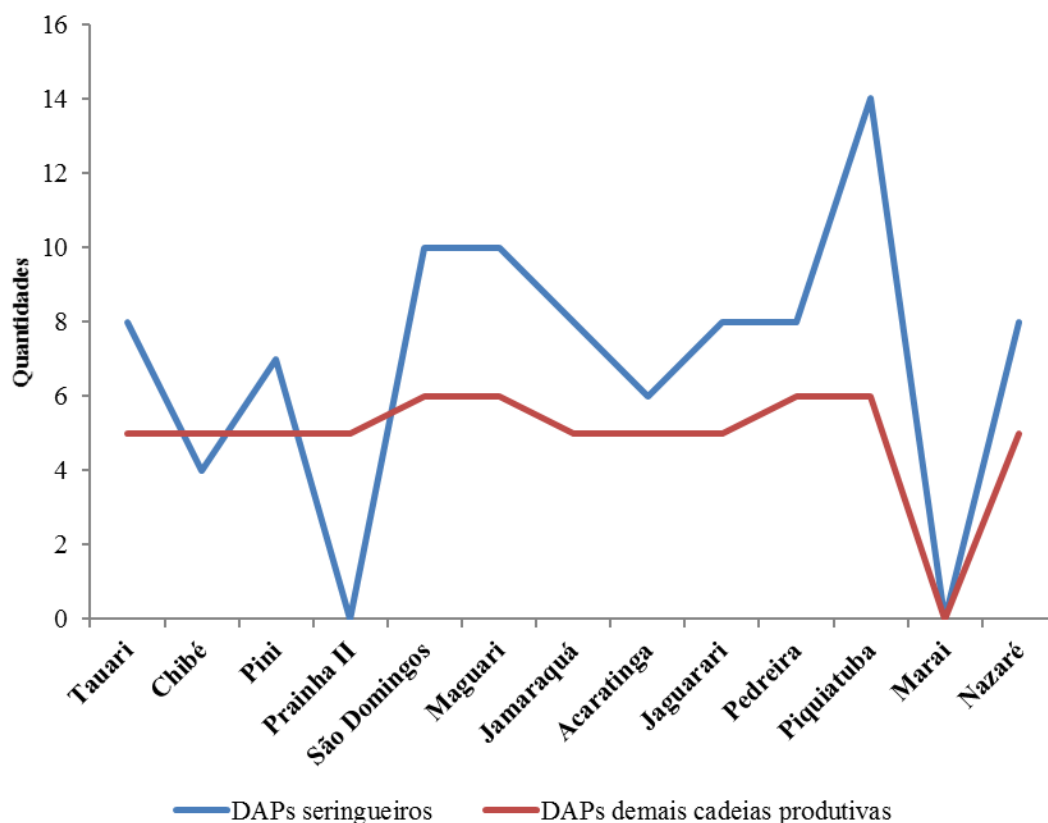
Os moradores das comunidades Nova Esperança e Nova Aliança já contaram com assistência técnica prestada pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do estado do Pará (EMATER/PA), atualmente não tem mais acompanhamento na produção agrícola familiar, porque é necessário que as comunidades se organizem, veja as reais demandas/necessidades para o incremento de um projeto e estabeleça parceria com a EMATER e demais instituições colaboradoras.

As entrevistas e as visitas junto a esse órgão constatou que este desenvolve um amplo trabalho no município de Belterra, por meio do acompanhamento e do

desenvolvimento de ações nas comunidades rurais camponesas, extrativistas e ribeirinhas. Segundo o representante do órgão (Entrevista 1 EMATER, 2016), a assistência técnica prestada às famílias não trabalha com qualquer tipo de assistência, que faz uso de agrotóxicos (fertilizantes) nas lavouras agrícolas, porque tem o compromisso em trabalhar somente com defensivos agrícolas naturais nas comunidades rurais camponesas e não com as mesmas práticas conforme é desenvolvida pelo agronegócio.

O Programa de Agricultura Familiar (PRONAF) é uma política pública que vem atendendo algumas comunidades do planalto e região do Tapajós em Belterra. A EMATER de Belterra emitiu a Declaração de Aptidão (DAPs) a algumas comunidades, o equivalente a 263 em 2014 e em torno de 131 no ano de 2015. Esse programa de política pública, via acesso à DAP, fornece crédito rural a algumas linhas específicas: PAA – Programa de Aquisição de Alimentos; PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar; PNHR - Programa Nacional de Habitação Rural; PSC-Programa de Subvenção da Conab; Comprovação de renda e residência, com objetivo de aposentadoria. As comunidades contempladas com a emissão de DAPs previstas no plano de trabalho de 2016 estão assim listadas conforme o Gráfico 4:

Gráfico 4 – Emissão de DAPs previstas no plano de trabalho 2016 em Belterra/PA



Fonte: EMATER, 2016.

Organização: CONCEIÇÃO, Francilene Sales da, 2016.

Os resultados referentes ao levantamento das atividades produtivas das comunidades da Floresta Nacional do Tapajós objetivam oferecer cursos de: fruticultura, Sistemas Agroflorestais (SAFs)⁴⁸, artesanato, criação de pequenos animais e horticultura. Serão muitas as comunidades contempladas, chegando a totalizar 142 DAPs distribuídas entre as categorias *seringueiros* e *demais cadeias produtivas* e divididas de acordo com os polos: *Polo 1*: Tauari, Chibé, Pini e Prainha II; *Polo 2*: São Domingos, Maguari, Jamaraquá e Acaratinga; *Polo 3*: Jaguarari, Pedreira e Piquiatuba; *Polo 4*: Marai e Nazaré. Esse órgão trabalha também em parceria (mesmo que minimamente) com o STTRB, por meio da prestação e apoio a assistência técnica aos agricultores associado ao sindicato. O sindicato também declarou ter feito um trabalho de distribuição de mudas nas comunidades (Figura 62), fazendo um levantamento das demandas e número de famílias que devem ser atendidas.

Figura 62 – Mudas no STTRB para serem distribuídas em comunidades camponesas agroextrativas



Fonte: Trabalho de campo, 2016.

Foto: CONCEIÇÃO, Francilene Sales da.

Sendo assim, as políticas públicas para a agricultura no município de Belterra, ainda que vem sendo desenvolvidas timidamente, elas são eficazes na geração de renda familiar e tem estimulado a soberania alimentar dos sujeitos que vivem o/do espaço agrário e florestal.

⁴⁸ Esses Sistemas Agroflorestais (SAFs) são sistemas de produção que incorporam os seguintes itens: açaí, andiroba, café, banana, coco, cacau, cupuaçu, muruci, goiaba, cumaru, preciosa, milho, feijão, ipê, maracujá, abacate, cará, piquiá, graviola, abacaxi, pupunha, taperebá, batata doce, pimenta do reino, urucum e culturas cítricas (exemplo da laranja, tangerina e limão). A variedade desses cultivares gera renda às famílias e possibilita a soberania alimentar, garantindo a conservação do meio natural belterrense.

Mas é necessário que a aproximação entre comunidades (a exemplo das comunidades Nova Esperança e Nova Aliança), STTRB, EMATER e demais instituições locais sejam intensificadas, possibilitando aos trabalhadores *camponeses-agroextrativistas* e trabalhadoras *camponesas-agroextrativistas*, a prestação de assistência técnica, extensão rural e outros programas voltados para atender a agricultura camponesa.

Entretanto, a permissão do avanço da soja em Belterra (zona urbana ou zona rural) pelos governos municipais, legitima a territorialização dos conflitos e das conflitualidades entre *campesinato-agroextrativista* e agronegócio sojeiro e estabelece a negação das territorialidades e espacialidades amazônicas. O *camponês/camponesa-agroextrativista* não possui o mesmo sentido de identidade cultural e uso da terra e do território como o sojicultor sulista, pois este último agente percebe a terra e a floresta como uma mercadoria a ser apropriada.

Em verdade, as comunidades Nova Esperança e Nova Aliança são reflexos dessa ação contundente e avassaladora do capital globalizado. O agronegócio se territorializou, desterritorializou e negou a territorialidade do *campesinato-agroextrativista*. Esse modelo excludente e contraditório transformou um modo de vida que vive sob a lógica da natureza e tem a terra como um instrumento da (re)produção social e que dar sentido a vida solidária vivenciada e experienciada em comunidade. Ainda que a expansão das *commodities* subjuguem, intimide e ameace as unidades campesinas familiares dessas localidades, as formas de produzir, a manutenção das práticas e a ascensão da identidade significa o seu não desaparecimento, reforçando as (co)existências do *campesinato-agroextrativista* enquanto classe social.

CONCLUSÃO

Figura 63 – Pôr do sol na praia de Pindobal, rio Tapajós, Belterra/PA



Fonte: Trabalho de campo, 2016.

Foto: Conceição, Francilene Sales da.

Hino de Belterra

I

Bela terra tão cheia de glória
Namorada por outra nação
Foi assim que surgiste pra história
De conquistas, de luta e ambição
Em que o homem até hoje se aferra
Nessa luz de esplendor tão fugaz
És Belterra, Bendita Belterra!
Inspirada na crença da paz.

REFRÃO:

Tua planície e o infinito confrontam
E eu contemplo a dizer aos olhos meus
Céu e terra aqui mesmo se encontram
Num abraço do homem com Deus.

II

Natureza bem pródiga e bela

Solo fértil e homem viril
Bem fadada na tua aquarela
Colorindo a Amazônia, o Brasil
O ar puro que sopra na serra
E que dá ao teu filho o vigor
Deu-me o som deste canto, Belterra

Inspirada na crença e no amor.

III

Salutar é tua gente que ama
E que quer ver amado o País
É a força em verdade que emana
Construindo uma raça feliz
Cada ação é a razão que encerra
Toda força de um povo que quer
Tua glória e grandeza, Belterra
Inspirada na crença e na fé.

(Coral e Orquestra Jovem Wilson Fonseca)

Na Amazônia há muitas geografias se desdobrando, o que permite melhor entender a problemática acerca do objeto e as relações socioespaciais/territoriais na sua totalidade. Não é propósito desse estudo esgotar todas as possibilidades de análises acerca da classe social do campesinato no espaço amazônico e do agronegócio sojeiro, porque há uma diversidade de eventos que estão se estruturando e não estão integralmente consolidados. Por isso, precisam ser aprofundados e compreendidos na sua essência, haja vista que os modos de vida de tais grupos concebem a natureza como elemento essencial que subsidiam as coexistências da vida cotidiana.

A leitura do espaço agrário no oeste do estado do Pará partiu de uma visão dialética, objetivando entender as relações contraditórias que se manifestam entre *campesinato-agroextrativista* e agronegócio sojeiro. As relações antagônicas entre esses agentes produziu uma geografia dos conflitos que são realçadas por meio da tecnificação do território e de um modelo hegemônico que instaurou uma cultura sulista que contrasta com o padrão de vida evidenciado no cotidiano amazônico. As formas de usos do território obedeceram à lógicas divergentes. Enquanto o *campesinato-agroextrativista* concebe a natureza como fator determinante para a existência da vida no lugar e familiar, a inserção de um novo modelo hegemônico do agronegócio sojeiro impõe uma coerção territorial, no qual acabam por estimular o surgimento das resistências camponesas.

A tese apresentada pelos adeptos do agronegócio vê a natureza como uma mercadoria a ser apropriada, um espaço de produção e da reprodução ampliada do capital que está conectada com os mercados exógenos. O trabalho social empregado na transformação da natureza é materializado e tecnificado, no qual alimenta um modo de produção e gera a exclusão e as contradições no território.

A microrregião de Santarém teve sua produção de grãos elevada nos últimos anos. Isso refletiu antagonicamente no espaço de vida do campesinato. Aonde a soja avançou introduziu os estranhamentos e a classe social camponesa teve seu espaço reduzido. Mas essa ação do capital é originária da pavimentação da rodovia BR-163, pois os investimentos logísticos, decorrentes das políticas públicas territoriais, modificou estruturalmente e funcionalmente a vida no lugar, pois é a partir daí que novos projetos hegemônicos são territorializados e o território passa a ser monopolizado pelas forças do mercado global, comandado pelas grandes corporações do agronegócio, a exemplo do grupo da Cargill, Amaggi e ADM.

O eixo da BR-163 é determinado como o corredor da soja, haja vista que o porto graneleiro da Cargill está nas proximidades e no entroncamento entre os rios Tapajós e Amazonas, em Santarém, representando um ponto estratégico para o embarque e desembarque de mercadorias (*commodities*) voltadas, exclusivamente, aos mercados-mundo. A malha rodoviária (caminhões e carretas) e hidroviária (barcaças) que chegam até o porto de Santarém, movimentam anualmente cargas consideráveis de grãos sólidos, metamorfoseando a geografia local e produzindo um espaço dialético.

Os fluxos de maior produção agrícola são provenientes do estado do Mato Grosso que são distribuídos até à cidade de Santarém. Esta última, intitulada como cidade ribeirinha da Amazônia foi alvo da “modernização do território”, em virtude das *commodities* ser um produto dotado de valor e o espraçamento dos grãos na massa florestal ter se tornado uma potencialidade para acumulação de capital. Por isso, o projeto proposto para o melhoramento dos sistemas de transportes recebe investimentos públicos e privados de grupos articulados politicamente, essencialmente, da burguesia agrária mato-grossense. Estes agentes sociais são os principais interessados porque arquitetam cálculos orçamentários, equivalente a diminuição dos custos dos fretes (preço (R\$)/saca (t)) e no aumento dos lucros dos “empresários do agronegócio”, apesar das empresas multinacionais se destacarem no *ranking* como as que mais lucram nesse modelo desigual e combinado.

O cenário geopolítico e geoestratégico é comandado pela corporação do agronegócio, estruturando-se nessa região geográfica, o “Complexo Sojeiro”. A fronteira sofre rupturas nesse processo, abre-se a nova “porteira agrícola” para o capital, a chegada do estranho representa a materialização e a concretização de uma relação conflituosa entre as partes interessadas, onde os usos da terra, das unidades florestais e do território e a lógica instaurada é fruto de um processo histórico contraditório.

A rodovia Cuiabá-Santarém e os portos graneleiros, incluindo os três projetos de portos pensados para a região, apresentam-se em seus *slogans* como sinônimo de “desenvolvimento social e econômico” e a ascensão de uma “cidade do progresso”. Entretanto, essa lógica é mais complexa, porque é permeada de disparidades socioespaciais, cristalizando uma disputa territorial entre as classes submergidas, cujo produto é a transformação dos espaços em suas múltiplas escalas espaciais.

O município de Belterra, bem como a cidade de Santarém, tiveram suas geografias modificadas. A *Bela Terra*, como era intitulada pela Companhia Henri Ford no período da exploração do “ouro branco” extraída da seringueira, que teve a cidade construída

arquitetonicamente aos moldes norte-americanos, atualmente vê suas paisagens geográficas alteradas devido o agronegócio sojeiro ter avançado para além das bordas da floresta, atingindo implacavelmente o perímetro urbano e área de expansão urbana do município. Esse fenômeno particulariza o lugar e reforça a abertura para fronteira agrícola a nível globalizado, que não se restringe somente ao rural, mas desloca-se para o urbano.

As relações comerciais e mercantis no período da borracha também estavam ligadas a uma lógica externa, porque fornecia produtos primários para os países industrializados. O seringalista explorava a mão-de-obra dos seringueiros no interior dos seringais, ficando estes últimos muitas das vezes presos por dívidas, através do estabelecimento do sistema de barracão e por meio do controle das casas aviadoras. Mesmo com todos os atritos e controvérsias nos seringais, a “relação de convívio” entre esses sujeitos parecia “presumível”. Além do mais, as condições de trabalho do seringueiro, o sistema logístico e a técnica empregada na atividade extrativa de exportação era outra, estando adequado de acordo com a temporalidade da época.

O contrário do modelo agroexportador do agronegócio, que requer menor emprego de mão de obra nas lavouras de monocultura para operar maquinários modernos e a construção e instalação de sistemas de objetos novos e estranhos ao lugar, indica a rapidez dos fluxos para o escoamento de mercadorias, gerando a exclusão, subjugação e negação do campesinato.

Contemporaneamente, no caso da monocultura da soja, o mundo passa por transformações técnicas e científicas, em que a produção nos lugares se torna mais especializada cientificamente e tecnologicamente, em virtude do melhoramento dos sistemas produtivos, a partir do fenômeno da “globalização” que aceleram os fluxos de mercadorias, dos transportes e das informações no tempo e no espaço.

A produção de *commodities* é local, onde o capital se territorializa, negando as territorialidades e espacialidades construídas cotidianamente pelos agentes sociais que vivem da agricultura e da extração dos recursos da floresta. Porém, o destino dado ao consumo final dessa mercadoria é global, em que as corporações do agronegócio monopolizam o território e metamorfoseia o espaço agrário/florestal e urbano, por meio da implantação de uma conjuntura hegemônica conservadora.

Nesse cenário desigual e combinado, surge a classe social do agronegócio e do *campesinato-agroextrativista*, em que a convivência entre ambos é estranhada e conflitiva, pois o processo, a lógica e a escala divergem entre si. A negação do outro constitui territórios

permeados de oposições de pensamentos que acabam originando conflitos e as conflitualidades. A síntese dessa totalidade concreta e ilógica é o confronto direto ou indireto com a realidade exposta totalitária. Assim, a essência desse fenômeno realístico em estudo é que a ascensão de uma classe (burguesia do agronegócio sojeiro) indica a ameaça/intimidação ou desaparecimento/morte da outra (*campesinato-agroextrativista*), pois o capital produz uma relação humano-social dialética.

Logo, o *campesinato-agroextrativista* belterrense tem seus modos de vidas modificados pela geografia da soja. Compreender as dinâmicas agrárias e territoriais vivenciadas por essas populações amazônicas infere que ela não ocorreu de maneira uniforme, mas de forma segregada. Na Amazônia, há uma diversidade de campesinato, pois cada lugar possui sua particularidade, portanto, os modos de vidas apresentados nas comunidades camponesas Nova Esperança e Nova Aliança, objeto desse trabalho, possuem na sua essência e é aqui entendido como práticas agroextrativistas. Não vivem exclusivamente da agricultura, mas a relação extrativa estabelecida com a floresta qualificam seu caráter particular e singular do lugar.

As experiências e as vivências obtidas junto às localidades estudadas propiciou entender o *campesinato-agroextrativista* como uma classe social e um modo de vida, confirmando a tese que ele não deixou de existir, mas se reproduziu enquanto classe social. As conceituações e/ou as deconceituações do campesinato demonstram a construção de uma base epistemológica de reafirmação dessa categoria e na ruptura de paradigmas, desmitificando a imagem do camponês/camponesa de atrasados e que não consegue sobreviver fora da lógica do mercado capitalista. É importante respeitar não apenas o direito ao uso do território, mas valorizar a cultura dessa classe social e a dinâmica espacial que nela acontece, que muitas vezes é carregada de um olhar preconceituoso, de inferioridade, subalternizando o camponês amazônico que precisa da terra e da floresta para ser, recriar, existir e permanecer.

A periodização feita nas comunidades Nova Esperança e Nova Aliança despontou que a classe social camponesa vivia outro tempo que não era do capital globalizado das *commodities*, as relações de vizinhança e de parentesco era típica de uma solidariedade orgânica, a extração dos recursos da natureza e a agricultura consistiam como as principais atividades da subsistência familiar. Mas, a espacialização de *commodities*, resultado da territorialização do capital, implicou na coerção territorial e desterritorialização do trabalhador *camponês-agroextrativista* e da trabalhadora *camponesa-agroextrativista*, no qual alterou a

paisagem, as formas de usos da terra, floresta, território e as relações de trabalho, sujeitando a venda da força de trabalho desses sujeitos para o capital.

Contudo, a reprodução social se fazem presentes, as resistências em não comercializar suas propriedades para as fazendas do agronegócio e permanecer produzindo alimentos sadios e diversificados (policultura) são marcas geografadas e historiografadas nas falas dos entrevistados. As relações de proximidades existem, mas estão se distanciando gradativamente, na medida em que os interesses individuais se sobrepõem aos interesses coletivos.

A sobreposição de territórios indica uma disputa territorial eloquente, o conflito é declarado no momento que o agronegócio tenta se apropriar do território do *campesinato-agroextrativista* forçosamente e tenta impor a sua lógica. O campo não deve ser pensado apenas como um espaço da produção de mercadorias, mas um espaço onde se desenvolve o trabalho familiar e de manutenção e construção da vida. E, é isso que a terra demonstrou ser para os *camponeses/camponesas agroextrativistas* que habitam Nova Esperança e Nova Aliança, em que esses agentes pautam por uma vida em comunidade. A negação do outro e o direito do outro ressalva uma lógica antagônica, cujas razões se fundamentam nos princípios da materialidade e dos processos históricos.

O aumento dos fluxos migratórios, as influências da cultura sulista nas comunidades rurais e a introdução de uma nova variável agrícola no planalto santareno (incluindo Santarém e Belterra), expandiram-se por meio da aquisição de terras de preços baixos (“baratas”) na região de camponeses que enfrentavam tamanhas dificuldades, devido à ausência do Estado, no que se deve a formulação de políticas sociais e na resolução de uma política agrária que pudesse solucionar o acesso legal da terra para um grupo de camponeses (posseiros). A concessão de títulos de terras, a deliberação de acesso aos créditos para a agricultura camponesa e a assistência técnica prestada aos pequenos agricultores, além das políticas de assistencialismo social representam uma alternativa necessária para o melhoramento das condições de vida e de ter como palco da produção e da reprodução social camponesa no território.

Contemporaneamente, o processo referente à mercantilização da terra é invertido, pois o mercado de terras se apresenta aquecido e a concentração fundiária se torna inflexível. As políticas públicas estão mais a mercê do capital hegemônico do que para atender as necessidades do campesinato. Por isso, a conjuntura paradigmática que envolve dois

territórios distintos (*campesinato-agroextrativista* e agronegócio) é paradoxalmente refletida no espaço agrário dessas comunidades rurais.

A geografia agrária de Belterra é permeada de paradoxos, sendo o segundo município a apresentar a maior taxa de desmatamentos devido o avanço da soja. A Gleba da Bota, sendo considerado Patrimônio da União, não deveriam ter uma quantidade elevada de plantios de grãos. Essa representação imaginária que envolve a geografia da estrada com a geografia do rio sofre as coerções territoriais, modificando as formas de usos da terra, floresta e do território propriamente dito. Por conseguinte, a hipótese é que a soja tende a se expandir sobre as terras de *camponeses/camponesas agroextrativistas* e outras populações tradicionais que habitam a região do Tapajós, desterritorializando-os e convertendo as terras de florestas e de pastagens em lavouras agrícolas monocultoras, no qual ameaça e compromete modos de vidas amazônicos que possui relação direta com a terra, a massa florestal e o rio.

A proposição para a resolução da problemática da questão agrária de Belterra era promover o ordenamento do território. É necessário listar as áreas de monoculturas da soja e remanejar para outros espaços que não possam comprometer o modo e a qualidade de vida do *campesinato-agroextrativista* e conter os desflorestamentos nas áreas de preservação ambiental. Nos espaços onde hoje são destinados ao agronegócio e onde a concentração fundiária é materialmente e dialeticamente cristalizada deve haver a regularização fundiária, pois a burguesia agrária se encontra na área que é Patrimônio da União (Gleba da Bota) e se expandindo sobre as unidades de conservação. É um trabalho que requer parcerias e diálogos entre vários órgãos da esfera municipal, estadual, federal e com a sociedade civil, que vise se preocupar com a situação fundiária do município.

Destarte, a fisionomia de trabalhador camponês ou de trabalhadora *camponesa-agroextrativista* reforça um modo de vida fundamentado nos princípios da sobrevivência familiar e na resistência de se manter na terra e no território produzindo e se reproduzindo. Assim, deve ser evidenciado um olhar minucioso acerca dessa classe social que vivencia e se permite experienciar ontologicamente a floresta e a prática da agricultura. A terra/floresta é a priori o *locus* da execução da moradia e do trabalho que aprova a manutenção da vida e sua (re)criação social que se faz latente no interior do modo de produção capitalista.

Na expressão facial e corporal do *camponês/camponesa-agroextrativista*, encontra-se o reflexo do trabalho “manual” realizado no sol dia a dia; as mãos calejadas com o uso da enxada e outras ferramentas evidenciam as marcas de um serviço árduo, mas ao mesmo tempo, prazeroso e gratificante; a fadiga apresentada através da aplicabilidade do alto esforço

físico empregado na agricultura é manifestada pelo tempo de labor⁴⁹. Mas ainda que essa classe sofra a coerção territorial, as pressões ou expropriação induzida pelo capital hegemônico do agronegócio sojeiro, a luta e a resistência em uma unidade familiar organizativa camponesa para a permanência na terra e no território se faz presente no espaço agrário das comunidades Nova Esperança e Nova Aliança em Belterra/PA, no qual se configura como uma *geografia dialética*.

Diante dos fatos expostos no decorrer desse trabalho, não são cabíveis aqui encerrar o debate e as abordagens acerca da geografia agrária e nem se quer generalizar o fenômeno em estudo para todos os lugares da Amazônia. A pluralidade das informações e as especificidades locais das populações que habitam o contexto amazônico representam como um mosaico multidimensional, ora no campo historiográfico ora na esfera geográfica.

Estão longe de se esgotar todas as bases teórico-metodológicas que dão densidade conceitual a esse estudo, pois o avanço das relações capitalistas no espaço amazônico indica a internacionalização das terras e das florestas e a inserção de novos sistemas técnicos e científicos que se cristalizam no espaço agrário/regional/florestal. Em verdade, a relação que vem sendo estabelecida é entre *capital* e *campesinato*, mas mesmo que os territórios sejam produzidos contraditoriamente, criam-se novas estratégias de resistências. A territorialização camponesa é um dos instrumentos dessa luta, pois o *campesinato-agroextrativista* não quer somente ter um “pedaço de terra” para produzir seus alimentos, mas quer que suas unidades familiares campesinas possam fazer usufruto do direito de uso da terra, da floresta e do território.

⁴⁹ Essa palavra para Moura (1988b) não se refere apenas a categoria trabalho. Porém, possui uma significação conotativa voltada para a fadiga, a dor e o cansaço.

REFERÊNCIAS

- ALENTEJANO, Paulo. Modernização da agricultura. In: CALDART, Roseli S.; PEREIRA, Isabel B.; _____; FRIGOTTO, Gaudêncio (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. – Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012, p.477-481.
- ALMEIDA, Alfredo W. B. de. Territórios e territorialidades específicas na Amazônia: entre a “proteção” e o “protecionismo”. **CADERNO CRH**, Salvador, v. 25, n. 64, p. 63-71, Jan./Abr. 2012.
- ALMEIDA, Rosemeire A. de. Função social da propriedade e desenvolvimento sustentável: camponeses *versus* agronegócio. In: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. (Orgs.). **Campesinato e territórios em disputa**. – 1º Ed. – São Paulo: Expressão Popular: UNESP: Programa de Pós-Graduação em geografia. 2008, 496 p.
- AMARAL, Januário. **Mata Virgem: Terra Prostituta**. São Paulo: Terceira Margem, 2004, p.128.
- ANDRADE, Manuel C. **A questão do território no Brasil**. 2 – ed. – São Paulo: Hucitec, 2004.
- BAKTIN, Mikhail M. [1929-1930]. **Marxismo e Filosofia da Linguagem: Problemas Fundamentais do Método Sociológico na Ciência da Linguagem**. SP. Hucitec. 1999.
- BARBOSA, Jonismar A. **A soja e a violação do direito fundamental de acesso à propriedade dos povos tradicionais em Santarém-Pará, Brasil**. RIDB, Ano 3, nº 9, <http://www.idb-fdul.com>, 2014, 6421-6463.
- BECKER, Bertha K. Modelos e cenários para a Amazônia: o papel da ciência. **Revisão das políticas de ocupação da Amazônia: é possível identificar modelos para projetar cenários?**. Parcerias Estratégicas – n. 12 – Setembro, 2001.
- BECKER, Bertha K. Limitações ao Exercício da Soberania na Região Amazônica. In: **Ciclo de Estudos sobre a Amazônia** (Brasília: 2004). Brasília: Gabinete de Segurança Institucional; Secretaria de Acompanhamento e Estudos Institucionais, 2004. 281 p.
- BECKER, Bertha K. **Geopolítica na Amazônia**. São Paulo: Revista Estudos Avançados – vol. 19, n.53, 2005, pp.71-86.
- BECKER, Bertha K. **Amazônia: geopolítica na virada do III milênio**. – Rio de Janeiro: Garamond, 2007a.
- BECKER, Bertha K. A Amazônia e política ambiental brasileira. In: SANTOS, Milton [et al.]. **Território, territórios: ensaio sobre o ordenamento territorial**. 3. ed. – Rio de Janeiro: Lamparina, 2007b. pp. 22-40.
- CARGILL, **Cargill inicia ampliação do Terminal de Santarém**. Santarém, 29 de abril de 2014. Disponível em: <http://www.cargill.com.br>. Acesso em 24 de fevereiro de 2016.

CARNEIRO FILHO, Arnaldo. Temos um esplêndido passado pela frente? As possíveis consequências do asfaltamento da BR-163. In: TORRES, Maurício (Org.). **Amazônia revelada: os descaminhos ao longo da BR-163**. Brasília: CNPQ, 2005, 496p.

CARVALHO, Horacio M.; COSTA, Francisco de A. de. Agricultura camponesa. In: CALDART, Roseli S.; PEREIRA, Isabel B.; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. – Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012, p.26-32.

CASTRO, Maria da C. A. **Mobilização do trabalho na Amazônia: o Oeste do Pará entre grilos, latifúndios, cobiças e tensões**. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, São Paulo, 2008, 221p.

CHAYANOV, Alexander V. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.

CHRISTILLINO, Cristiano. Comunidade rural. In: MOTTA, Márcia. **Dicionário da terra**. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

COSTA, Solange M. G. da. **Grãos na floresta: estratégia expansionista do agronegócio na Amazônia**. Tese de Doutorado – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2012a, 312 f.

COSTA, Solange M. G. da. Territórios e mercado de terras no Baixo Amazonas: expansão da sojicultura e valorização fundiária. **Anais do VI Encontro Nacional da Anppas**. Belém, PA, 18 a 21 de setembro de 2012b.

COSTA, Solange Maria G. da. Sojicultura e mercado de terras na Amazônia. Universidade Federal do Pará (UFPA). **R. Pol. Públ.**, São Luís, v. 19, n. 1, p. 173-185, jan./jun. 2015.

COSTA, Solange M. G. da. Agronegócio e migração na Amazônia: mobilidade, provisoriedade e permanência na Br-163. **Anais do 4º encontro internacional de política social, 11º encontro nacional de política social**. ES, Brasil, 6 a 9 de junho de 2016.

CRUZ, Manuel de J. M. da. **Territorialização camponesa na várzea da Amazônia**. Tese de Doutorado – Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, São Paulo, 2007. 274f.

ELIAS, Deise. Globalização e fragmentação do espaço agrícola do Brasil. Scripta Nova. **Revista electrónica de geografía y ciencias sociales**. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2006, vol. X, núm. 218 (03). <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-218-03.htm>

FABRINI, João E.; ROOS, Djomi. **Conflitos territoriais entre o campesinato e o agronegócio latifundiário**. – 1. ed. – São Paulo: Outras Expressões, 2014.

FERNANDES, Bernardo M. **Construindo um estilo de pensamento na questão agrária: o debate paradigmático e o conhecimento geográfico**. Tese Livre Docência – Universidade

Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia. Presidente Prudente: [s.n], 2013, v.1-2 : il + memorial. 398 f.

FERNANDES, Bernardo M.; WELCH, Clifford A.; GONÇALVES, Elienai C. (Orgs). **Os usos da terra no Brasil: debates sobre políticas fundiárias.** – 1. ed. – São Paulo: Cultura Acadêmica: Unesco, 2014.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Políticas públicas, questão agrária e desenvolvimento territorial rural no Brasil. GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio (Orgs.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. p.381- 400.

FNP. Informa Economics. Preços das terras têm forte alta nos Estados do Norte. **Consultoria e informações em agronegócios.** South América, 24/04/2015. Disponível em: <http://www.informaecon-fnp.com/> Acesso em: 24 de junho de 2015.

FONSECA, Dante R. da. **Estudos de História da Amazônia Volume I.** – 2ª ed. – Porto Velho, Nova Rondoniana, 2014, p.276p.

GRANDIN, Greg. **Fordlândia: ascensão e queda da cidade esquecida de Henry Ford na selva.** Trad.:Nivaldo Montingelli Jr. – Rio de Janeiro: Rocco, 2010.

GOBB, Wanderléia A. de O.; PESSÔA, Vera L. S. In: RAMIRES, Júlio C. de L.; PESSÔA, Vera L. S. (Orgs.). **Geografia e pesquisa qualitativa: nas trilhas da investigação.** – Uberlândia: Assis, 2009, 544p.il.

GOMES, Paulo César da Costa. **Geografia e modernidade.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

GONÇALVES, Carlos W. P. [2001]. **Amazônia, Amazônias.** 3. Ed., 1ª reimpressão – São Paulo: Contexto, 2015.

HAESBAERT, Rogério (Org.). **O mito da desterritorialização:** do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HARVEY, David. **Espaços de Esperança.** Trad.: Adail Ubirajara e Sobral e Maria Stela Gonçalves – São Paulo: Edições Loyola Jesuítas, 2004, 382p.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço.** Trad.: Carlos Szlak. 2ª ed. São Paulo: Annablume, 2005. 262p.

HÉBETTE, Jean. Terra “pra burro” no Pará. In: _____ (Org.). **Cruzando a fronteira:** 30 anos de campesinato na Amazônia. – Belém: EDUFPA, 2004a, p.43-49.

HÉBETTE, Jean. A resistência dos posseiros. In: _____ (Org.). **Cruzando a fronteira:** 30 anos de campesinato na Amazônia. – Belém: EDUFPA, 2004b, p.191-211.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Sistema IBGE de recuperação automática – SIDRA. **Produção Agrícola Municipal,** 1990-2014. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em 13 de janeiro de 2016.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **População Estatística, 2010**. Disponível em: <http://<www.cidades.ibge.gov.br>>. Acesso em 13 de janeiro de 2016.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico 2010**. Disponível em: <http://<www.cidades.ibge.gov.br>>. Acesso em 13 de janeiro de 2016.

KOHLHEPP, Gerd. Conflitos de interesses no ordenamento territorial da Amazônia brasileira. **Estudos avançados** 16 (45), 2002.

KONDER, L. **O que é dialética**. 28. ed. São Paulo: Brasiliense, 1998. 85 p.

KOSIK, Karel (1926). **Dialética do concreto**. Trad. Neves, Célia e TORÍBIO, Alderico, 2. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.

LEFÈBVRE, Henri. A produção do espaço. Trad. PEREIRA, Doralice B. e MARTINS, Sérgio (do original: **La production de l'espace**. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: início - fev.2006.

LEITE, Sergio P.; MEDEIROS, Leonilde S. de. Agronegócio. In: CALDART, Roseli S.; PEREIRA, Isabel B.; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. – Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012, p.79-85.

LIMA, Maria A. R. **Retratos, imagens, letras e números colados nas paredes: representações Sociais de Escola para Ribeirinhos dos Rios Môa e Azul – Acre**. Rio Branco: Edufac, 2012, 160p.

LOUREIRO, Violeta R. **A Amazônia no século XXI: as novas formas de desenvolvimento**. São Paulo: Empório do Livro, 2009. p. 67-117.

MARAFON, Glaucio J. O trabalho de campo como instrumento de trabalho para o investigador em geografia agrária. In: RAMIRES, Júlio C. de L.; PESSÔA, Vera L. S. (Orgs.). **Geografia e pesquisa qualitativa: nas trilhas da investigação**. – Uberlândia: Assis, 2009, 544p.il.

MARCONI, Marina de A.; LAKATOS, Eva M. [1985]. **Fundamentos de metodologia científica**. – 5. ed. – São Paulo: Atlas 2003.

MARGARIT, Eduardo. Os interesses em torno da pavimentação da BR-163: Tramas políticas envolvidas na consolidação de um novo corredor logístico na Amazônia. **Revista Mato-Grossense de Geografia-RMGEO**. Cuiabá - n.16, p.168-197, jan/jun, 2013.

MARQUES, Marta I. M. Agricultura e campesinato no mundo e no Brasil: um renovado desafio à reflexão teórica. PAULINO, Eliane T.; FABRINI, João E. (orgs.) **Campesinato e territórios em disputa**. 1.^a edição, São Paulo: Expressão Popular, São Paulo, 2008. p.49-78.

MARTINS, José de S. [1981]. **Os camponeses e a política no Brasil**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1990.

MARTINS, José de S. [1979]. **O cativo da terra**. 9. ed., 1ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2013.

MARTINS, José de S. [1996]. **Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano**. – 2ª ed., 2ª reimpressão – São Paulo: Contexto, 2014.

MARX, Karl [1872]. **A acumulação primitiva de capital**. Livro I. Trad. Alberto Saraiva. 2ª Ed. Publicações Escorpião Porto/Setembro de 1974.

MARX, Karl [1867]. **O capital: crítica da economia política: Livro I; Tradução Reginaldo Sant'Anna**. – 33ª ed. v.1.– Rio de Janeiro: Civilização, Brasileira, 2014.

MATOS, Patrícia F. de.; PESSÔA, Vera L. S. Observação e entrevista: construção de dados para a pesquisa qualitativa em geografia agrária. In: RAMIRES, Júlio C. de L.; PESSÔA, Vera L. S. (Orgs.). **Geografia e pesquisa qualitativa: nas trilhas da investigação**. – Uberlândia: Assis, 2009, 544p.il.

MELLO, Neli A. de. **Políticas territoriais na Amazônia**. – São Paulo: Annablume, 2006, 412p.

MOURA, Margarida M. **Os deserdados da terra: a lógica costumeira e judicial dos processos de expulsão e invasão da terra camponesa no sertão de Minas Gerais**. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988a.

MOURA, Margarida M. **Camponeses**. 2º ed., São Paulo: Ática, 1988b.

NAHUM, João S.; PAIXÃO JÚNIOR, Paulo Roberto Carneiro da. Encontros e desencontros: fronteira, agronegócio da soja e campesinato no Planalto Santareno (PA). **Revista NERA** Presidente Prudente Ano 17, nº. 25 pp. 47-70, jul-dez., 2014.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: CARLOS, Ana F. A. (Org.). **Novos caminhos da geografia**. – São Paulo: contexto, 1999. p. 63-110.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. **A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária**. Revista Estudos Avançados. São Paulo: 15 (43), 2001, p. 185-206.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. de. Geopolítica, grilagem, violência e mundialização. In: TORRES, Maurício (Org.). **Amazônia revelada: os descaminhos ao longo da BR-163**. Brasília: CNPQ, 2005, 496p.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: FFLCH, 2007, 184p.

OLIVEIRA, A. U. A Mundialização da Agricultura Brasileira. In: XII Colóquio Internacional de Geocrítica, 2012, Bogotá. **Actas do XII Colóquio. Barcelona: Geocrítica**, 2012. v. 1. p. 1-15.

OLIVEIRA, Cyntia M. de.; SANTANA, Antônio C. de.; HOMMA, Alfredo K. O. Os custos de produção e a rentabilidade da soja nos municípios de Santarém e Belterra, estado do Pará. **ACTA Amazonica**. vol. 43(1) 2013: 25 – 34.

PAIXÃO JÚNIOR, Paulo R. C. da. **Uso do território e gênero de vida na Amazônia:** reprodução camponesa e agronegócio no Planalto Santareno. Dissertação de Mestrado do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.

PAULINO, Eliane T. **Por uma geografia dos camponeses.** – São Paulo: Editora UNESP, 2006, 353 p.

PAULINO, Eliane T. Geografia Agrária e Questão Agrária. In: FERNANDES, Bernardo M.; MARQUES, Marta I. M.; SUZUKI, Julio C. (Orgs.). **Geografia Agrária: Teoria e Poder.** – 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007, 384p.

PEREIRA, José C. M. **Os modos de vida na cidade:** Belterra, um estudo de caso na Amazônia brasileira. Tese de Doutorado da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2012, 256f.

PORRO, Antônio. Os povos indígenas da Amazônia à chegada dos europeus. In: HOORNAERT, Eduardo (coord.). **História da igreja na Amazônia.** Rio de Janeiro: Vozes, 1992, p. 11-48.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELTERRA. **Diagnóstico socioeconômico de Belterra.** Gráfica e Editora Tiagão. Belterra/PA, setembro de 2010.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM. **Histórico de Santarém.** Disponível em: <http://www.santarem.pa.gov.br>. Acessado em 04 de abril de 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM. **Aspectos geográficos: hidrografia, 1997.** Disponível em: <http://www.santarem.pa.gov.br>. Acessado em 04 de abril de 2016.

QUEIROZ, Maria I. P. de. **Variação sobre a Técnica de gravador no registro da informação viva.** – São Paulo: T. A. Biblioteca básica de ciências sociais. Série 2. Textos; v.7, 1991.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder.** Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

RIBEIRO, Alyson F. A.; SILVA, Ricardo G. da C.; CORRÊA, Silvia da S. Geografia da soja em Rondônia: monopolização do território, regionalização e conflitos territoriais. **Campo-Território:** revista de geografia agrária, v. 10, n. 20, p. 180-201, jul., 2015.

SANTOS, Milton. [1994]. O retorno do território. In: SANTOS, M; SOUZA, M. A. A; SILVEIRA, M. L. (Orgs.). **Território, globalização e fragmentação.** 2ª ed. São Paulo. Hucitec: ANPUR, 1996, p.15-20.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização:** do pensamento único à consciência universal. 3ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2000.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria. L. [2001]. **O Brasil:** território e sociedade no início do século XXI. – 9ª ed. – Rio de Janeiro: Record, 2006.

SANTOS, Milton. [1996]. **A Natureza do Espaço:** Técnica e Tempo. Razão e Emoção. EDUSP. São Paulo, 2012.

SANTOS, Milton [1988]. **Metamorfoses do espaço habitado:** fundamentos teóricos metodológicos da Geografia. ELIAS, Denise (colaboração). – 6. Ed. 2. Reimp. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo (EDUSP), 2014.

SAQUET, Marcos A. Por uma abordagem territorial. In: _____; SPÓSITO, Eliseu S. (Orgs.). **Territórios e territorialidades:** teorias, processos e conflitos. 1ª ed. – São Paulo: Expressão Popular: UNESP. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2009, 368p.

SCHLESINGER, Sergio; NORONHA, Silvia. **O Brasil está nu!** O avanço da monocultura da soja, o grão que cresceu demais. – Rio de Janeiro: FASE, 2006.

SHANIN, Teodor. A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista. Trad. SARTI, Cynhia A.; BRANT, Wanda C. **Revista NERA** Presidente Prudente Ano 8, n. 7 pp. 1-21 Jul./Dez. 2005.

SHANIN, Teodor. Lições camponesas. Trad. MARQUES, Marta I. M.; WELCH, Clifford A. In: PAULINO, Eliane T.; FABRINI, João Edmilson (orgs.). **Campesinato e territórios em disputa.** 1.ª edição, São Paulo: Expressão Popular, São Paulo, 2008.

SILVA, Carlos A. F. da. Fronteira agrícola capitalista e ordenamento territorial. In: SANTOS, Milton [et al.]. **Território, territórios:** ensaio sobre o ordenamento territorial. 3. ed. – Rio de Janeiro: Lamparina, 2007. pp. 282-312.

SILVA, José, G. da. **O novo rural brasileiro.** Nova Economia, Belo Horizonte, v. 7, n. 1, 43-81, maio 1997.

SILVA, José, G. da. **Velhos e novos mitos do rural brasileiro.** Estudos Avançados 15 (43), 2001, p.37-50.

SILVA, Ricardo G. da C. **Avanço dos Espaços da Globalização:** a produção de soja em Rondônia. Dissertação de Mestrado do Núcleo de Ciência e Tecnologia-NCT, Universidade Federal de Rondônia-UNIR. – Porto Velho, 2005.

SILVA, R. G. C. **Dinâmicas territoriais em Rondônia:** conflitos na produção e uso do território de 1970-2010. Tese de Doutorado da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo-USP, 2010.

SILVA, R. G. C. Globalização, agricultura e a formação do meio técnico- científico-informacional em Rondônia. **ACTA Geográfica**, v.7, n.15, p. 69-83, mai./ago., Boa Vista, 2013. <http://revista.ufrr.br/index.php/actageo/article/view/1383/1211>

SILVA, Ricardo G. da C. Espaço sociedade e natureza em Rondônia. **Revista GeoAmazônia**, Belém, n. 2, v. 01, p. 144 – 165, jan./jun. 2014a.

SILVA, Ricardo G. da C. A regionalização do agronegócio da soja em Rondônia. **GEOUSP – Espaço e Tempo**, São Paulo, v.18, n. 2, p. 298-312, 2014b.

SILVA, Ricardo G. da C. Amazônia globalizada: da fronteira agrícola ao território do agronegócio – o exemplo de Rondônia. **Confins [Online]**, 23, posto online no dia 01 Março 2015. Acessado: <http://confins.revues.org/9949>.

SIMIONE DA SILVA, Silvio. **Resistência camponesa e desenvolvimento agrário: uma análise a partir da realidade amazônica acreana**. – Rio Branco: Edufac, 2011, 415p.

SPÓSITO, Eliseu S. **Geografia e filosofia: contribuição para o ensino do pensamento geográfico**. – São Paulo: Editora UNESP, 2004.

TERRA DE DIREITOS. **“Portos em Santarém, vítimas do progresso”**. Organização de Direitos Humanos, em 11 de setembro de 2015. Disponível em: <http://terradedireitos.org.br>. Acessado em 11 de abril de 2016.

THÉRY, Hervé. Situações da Amazônia no Brasil e no continente. **Estudos avançados** 19 (53), 2005.

TORRES, Maurício. Fronteira, um eco sem fim: considerações sobre a ausência do Estado e a exclusão social nos municípios paraenses do eixo da BR-163. In: _____ (Org.). **Amazônia revelada: os descaminhos ao longo da BR-163**. Brasília: CNPQ, 2005, 496p.

TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair C. da.; ROSÁRIO, Bruno Angelim do.; COSTA, Gleice K. G. da.; LIMA, Michel M. de. Espacialidades e temporalidades urbanas na Amazônia Ribeirinha: mudanças e permanências a jusante do rio Tocantins. **ACTA Geográfica**, Ed. Esp. Cidades na Amazônia Brasileira, 2011. pp.117-133.

TRINDADE, Gesiane O. da. **A cidade & a soja: impactos da produção e da circulação de grãos nos circuitos da economia urbana de Santarém-Pará**. Dissertação de Mestrado da Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2015.

APÊNDICE

APÊNDICE 1



UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
NÚCLEO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA - PPGG

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Santarém, _____ de _____ de 2016.

À FRANCILENE SALES DA CONCEIÇÃO, aluna inscrita sob o número de matrícula 201510019, turma 2015/1, do Programa de Pós-graduação do Mestrado em Geografia da Universidade Federal de Rondônia-UNIR, Campus José Ribeiro Filho.

Pela presente, eu _____, declaro para os devidos fins que cedo-lhes os direitos das minhas informações presente nas entrevistas que respondi dadas à V. Sa. Francilene Sales da Conceição, bem como o uso de imagens por meio de fotografias e filmagem, no primeiro semestre (_____) de 2016, aplicado em função de sua pesquisa referente à Dissertação de Mestrado em Geografia Universidade Federal de Rondônia-UNIR, cujo título do projeto é: A TERRITORIALIZAÇÃO DO CAPITAL FRENTE À EXPANSÃO DO AGRONEGÓCIO SOJEIRO: REFLEXOS, LUTAS E RESISTÊNCIAS DOS CAMPONESES DAS LOCALIDADES NOVA ALIANÇA E NOVA ESPERANÇA NO MUNICÍPIO DE BELTERRA/PARÁ. Declaro, ainda, autorizar a utilização da referida entrevista, integralmente ou em partes, sem restrições de prazos e citações, desde a presente data.

Atenciosamente,

Francilene Sales da Conceição (pesquisadora)

Pessoa entrevistada

APÊNDICE 2



UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
NÚCLEO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA - PPGG

ROTEIRO ENTREVISTAS

TRABALHO DE CAMPO 2015/2016

1) Dados pessoais (identificação)

- 1.1 Nome:
- 1.2 Idade:
- 1.3 Naturalidade:
- 1.4 N° de pessoas na residência, incluindo cônjuge, filhos e outros:
- 1.5 Tempo de moradia na localidade:

2) Trajetória de vida (origens e migração)

- 2.1 De a família migrou (nascimento e origem)
- 2.2 As principais atividades desenvolvias (trabalho)?
- 2.3 O modo de vida naquela época
- 2.3 Principal renda mensal da família

3) História e Geografia das Comunidade Nova Esperança e Nova Aliança (periodização e compreensão do modo de vida da classe social camponesa)

- 3.1 Surgimento e origem da comunidade
- 3.2 Seus principais fundadores
- 3.3 Atividades desenvolvidas (trabalho)
- 3.4 Principais produtos cultivados
- 3.5 Dificuldades enfrentadas
- 3.6 Relações de vizinhança e parentesco (relações coletivas e festividades religiosas)
- 3.7 Principais meios de transportes utilizados para o deslocamento e comercialização dos produtos agrícolas antes da abertura da BR-163.
- 3.8 Renda mensal das famílias
- 3.9 Assistência técnica
- 3.10 Associação e movimentos que estavam vinculados
- 3.11 Ano da abertura da rodovia Cuiabá-Santarém (BR-163) e as condições estruturais e funcionais que se encontravam a estrada.
- 3.12 Mudanças ocorridas após a abertura da BR-163
- 3.13 Ano de asfaltamento da BR-163
- 3.15 Meios de transportes utilizados após a pavimentação
- 3.16 Ano da chegada da soja na comunidade e o processo de mecanização
- 3.17 Mudanças das localidades após o cultivo da soja
- 3.18 Representação da terra para os camponeses
- 3.19 Assistência técnica ou projeto voltado para a agricultura camponesa na atualidade

4) Desafios e perspectivas futuras (anseios e propostas de projetos)

4.1 O que deve melhorar na comunidade?

4.2 Você tem vontade de sair de sua comunidade e morar em outro local (cidade ou outra localidade do meio rural)?

() sim () não Por quê? _____

Se sim, pra onde? _____

Quais motivos que levariam a migração? _____

4.3 Você tem vontade que fosse implantado algum projeto

() sim () não Por quê? _____

ANEXOS

ANEXO I



CPD

ANTAQ
PROTÓCOLO GERAL
Nº 201402527
Em 24/04/14
Rubrica
Nome: Garmel
Matrícula:



ILMO. SENHOR
DIRETOR-GERAL DA ANTAQ

Assunto: AUTORIZAÇÃO PARA CONSTRUÇÃO E EXPLORAÇÃO DE TERMINAL DE USO PRIVADO.

Participo a Vossa Senhoria que a Empresa Brasileira de Portos de Santarém Ltda- EMBRAP, com sede na Avenida Mendonça Furtado, 1680 A, Santa Clara, Santarém - Pará - CEP: 68.005-100, registrada no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF) sob nº 15.302.195/0001-00, pretende construir e explorar instalação portuária na modalidade de terminal de uso privado localizada Cidade de Santarém, no Estado do Pará, na margem direita do rio Amazonas, próximo a confluência com o rio Tapajós, no bairro denominado Área Verde, com as seguintes características principais:

- a) região geográfica na qual será implantada a instalação portuária Santarém/DF, com as seguintes coordenadas geográficas: Latitude 02º 26,6' S e Longitude 54º 40,6' W
- b) perfil das cargas a serem movimentadas: granel sólido vegetal, sobretudo soja e milho.
- c) estimativa do volume de cargas ou de passageiros a ser movimentado nas instalações portuárias (em ton/ano). Fase 1: 4 milhões de toneladas e Fase 2: 8 milhões de toneladas.

Com fundamento nos artigos 8º e 9º da Lei nº 12.815, de 05 de junho de 2013, bem como nos artigos 13, V, "c", 14, III, "c", 27, XXII, e 44 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, e nos artigos 26 e 27 do Decreto nº 8.033, de 27 de junho de 2013, venho manifestar interesse na obtenção de autorização para construção e exploração de instalação portuária na modalidade terminal de uso privado, nos termos da documentação anexa.

Nestes termos,
Pede deferimento
Brasília, 23 de abril de 2014



Marcus Vinicius Ferreira da Silva
Representante

Empresa Brasileira de Portos de Santarém Ltda- EMBRAP